

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

APRENDER O CONHECIMENTO A PARTIR DA CONVIVÊNCIA: UMA  
ETNOGRAFIA INDÍGENA DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA DO POVO  
BALATIPONÉ-UMUTINA

**Doutoranda: Eliane Boroponepa Monzilar**

**Orientadora: Profa. Dra. Antonádia Borges**

Brasília/DF, 2019

Aprender o conhecimento a partir da convivência: uma etnografia indígena da educação e da escola do povo Balatiponé-Umutina

Eliane Boroponepa Monzilar

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Professora Doutora Antonádia Borges

Brasília/DF

Julho de 2019

**Aprender o conhecimento a partir da convivência: uma etnografia indígena da  
educação e da escola do povo Balatiponé-Umutina**

Eliane Boroponepa Monzilar

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Banca Examinadora:

Adailton Alves da Silva

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Marcela Stockler Coelho de Souza

Sílvia Maria Ferreira Guimarães

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Edson Monzilar e Nice Boroponepá (*in memoriam*) sempre me apoiaram e incentivaram nesta caminhada: minha eterna gratidão.

Aos meus avós, Jorge Monzilar, Ana Paresí, Kazacaru e Boropo, portadores dos saberes ancestrais.

Aos guerreiros e guerreiras do povo Balatiponé-Umutina.

## AGRADECIMENTOS

A Haipuku (Deus), pela dádiva da vida, sabedoria e luz nesta minha caminhada, fortalecimento nos momentos de encantos e desencantos, pela oportunidade de aprendizagem que tive e muitos que ainda virão.

Aos meus pais, Edson Monzilar e Nice Boroonepá *in memoriam* pelo amor, carinho, paciência, apoio e incentivo que tiveram em todos os momentos da minha vida.

Aos espíritos dos meus ancestrais, pela força e fortalecimento do corpo, da mente e da alma.

Às minhas irmãs Edna Monzilar e Edineth Monzilar, pelos momentos que compartilhamos juntas, conquistas, perdas, sonhos, união e alegrias que impulsionaram a esperança e a luta, contribuíram neste processo de construção da pesquisa, dando forças e informação das memórias históricas.

Aos meus irmãos Leocilio Boroonepá e José Arnaldo Boroonepá (*in memoriam*) por partilhamos sonhos, união, alegria, e por torcerem pela minha conquista.

Ao povo Balatiponé-Umutina, guerreiros que lutaram pra reconstruir suas práticas e saberes e a reafirmação da identidade étnica, ensinando-me a ser forte e persistente na diversidade e na adversidade.

À minha família, Monzilar e Boroonepá, minha fonte de inspiração e porto seguro que sempre torceram pelas minhas conquistas.

À minha sobrinha Lorraine Monzilar, que ajudou na transcrição das entrevistas e rodas de conversas com os meus interlocutores, os indígenas professores.

À equipe dos profissionais da educação da escola Jula Paré, a gestão escolar, a coordenação pedagógica, aos professores, ao conselho deliberativo da comunidade escolar, aos estudantes e funcionários, pela oportunidade de compartilhar aprendizagem e o exercício de atuar nesta árdua e saborosa missão, o ato de ensinar e aprender.

Aos meus interlocutores, companheiros da educação da escola Jula Pará, que contribuíram nesse processo da pesquisa, os indígenas professores: Edna Monzilar, Eneida Kupodonepá, Ducinéia Tan Huare, Clicia Tan Huare, Maria Alice de Sousa Kupudunepá, Osvaldo Corezomaé Monzilar, Jairton Kupodonepá, Luizinho Ariabo Quezo, Laelcio Amajunepá, Rosiney Amajunepá, Valdevino Amajunepá, Alessandra Corezomaé e Marcio Monzilar Corezomaé.

À comunidade da aldeia Umutina e ao cacique Lucimar Calomezoré, pelo apoio, companheirismo, confiança, parceria durante esse período de estudos e trabalhos.

Ao coordenador técnico local que esteve à frente desse trabalho, o Luís Fernando Calomezoré, pelo apoio, amizade e parceria nas atividades desenvolvidas de estudos e dos trabalhos.

Ao saudoso Jula Pará, *in memoriam*, que foste porta-voz das memórias históricas do povo Balatiponé-Umutina.

À minha orientadora, professora Dra. Antonádia Borges, sou grata pela paciência, compreensão das minhas possibilidades e limites, confiança em mim depositada, atenção, por proporcionar melhor aprendizagem e conhecimento.

Aos queridos professores, mestres e doutores pela paciência de me auxiliar e incentivos durante esses quatro anos de estudos, em especial à Marcela Coelho, Antonádia Borges e Silvia Guimarães.

Aos professores que ministram as aulas das disciplinas do curso de Antropologia, pela possibilidade de despertar o interesse, a flexibilidade e um diálogo que agregasse a diversidade cultural e os diferentes saberes dos povos indígenas.

À Universidade de Brasília – UNB, por proporcionar ações de políticas ao acesso para povos indígenas, incentivando a valorização e divulgando a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, Departamento de Antropologia – DAN, da Universidade de Brasília, pela acolhida e por possibilitar minha chegada até aqui.

À coordenadora do Departamento de Antropologia que esteve à frente no início do curso, a professora Dra. Andreia Lobo, pela receptividade e orientações administrativas eficientes.

Aos professores Rudi Van Els e Regina Fernandes, por acompanhamento, pela conversa e a participação do doutorado sanduíche pelo “Projeto Diálogos de Saberes Intercultural Brasil e Suriname”.

Aos amigos, amigas e colegas do curso, em especial a Júnia e Janaina, por compartilharmos estudos, aprendizagens, sonhos, angústias, alegrias e sorrisos.

Ao amigo e primo Francisco Apurinã, pela parceria, companheirismo, de convivências e experiências alegres, sonhos, angústias, desafios e aprendizagens durante o período de estudo e moradia na cidade de Brasília.

A meu amigo Igor, que me ajudou na transcrição das entrevistas e rodas de conversas com os meus interlocutores, os indígenas professores.

Aos amigos e companheiros indígenas do curso em Antropologia, a Leia Macuxi, Francisco Apurinã, Francisco Sarmiento, Flanklin Baniwa e Felipe Tuxa pela grande aprendizagem, amizade e lutas coletivas durante esse percurso de estudos.

A professora e amiga Terezinha Aparecida Borges Dias, que foste especial ajudando-me no início da minha estadia em Brasília, proporcionando logisticamente e incentivando em vários momentos de tempestades e alegrias.

À professora doutora e amiga Hellen de Souza, pela ajuda, pelas sugestões que contribuiu para o amadurecimento nesse processo de doutoramento, o incentivo e parcerias na revisão e correção na construção do estudo e da pesquisa.

À professora Ana Catarina, pela ajuda, leitura e sugestões na qual contribuiu muito nesse processo da elaboração, o incentivo, a revisão e correção da pesquisa.

À Instituição Financiadora do curso em Antropologia Social, o CNPq, que viabilizou as bolsas de estudos para os acadêmicos que ingressaram por meio das ações afirmativas.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte dessa construção de estudo e aprendizagem, e em especial a você, caro leitor.

## **Resumo**

Os ancestrais Balatiponé-Umutina nos deixaram algo que é fonte de vida, que são as práticas dos saberes tradicionais que compõe o modo de ser, viver e agir no mundo, a espiritualidade, a memória e o território. Nesse sentido, introduzo o seguinte: “Imi mataré pitukwá”, que na língua Umutina significa “vamos ter uma bonita conversa”. Apresento uma pesquisa sobre Aprender o Conhecimento a partir da convivência: uma etnografia indígena da educação e da escola do Povo Balatiponé-Umutina, trata-se de uma análise e reflexão a partir das lentes indígenas, tendo como foco essencial os contextos históricos e memoriais nos âmbitos sociais, culturais, processos de ensino, aprendizagens tradicionais e o não tradicional, e as transformações desde a valorização dos saberes da ancestralidade. No contexto atual, a história pode ser contada pelo olhar da própria indígena, na versão do pensamento indígena. Antes o indígena era o objeto da pesquisa, na conjuntura presente torna-se o próprio sujeito de narrar, escrever, construir e reconstruir, sendo o protagonista da história indígena. No entanto, os processos próprios de aprendizagem vêm emergindo novas práticas pedagógicas que visa dar a visibilidade e o fortalecimento dos saberes e a reafirmação da identidade étnica do povo. A referida pesquisa incorpora as narrativas do percurso no âmbito pessoal, acadêmico, profissional, como também as experiências dos intercâmbios interculturais com os indígenas do Suriname e da Colômbia, que visa uma interação e aproximação de estudos e diálogos nas temáticas socioculturais e linguísticas de povos indígenas e a difusão dos conhecimentos da diversidade cultural existente. A importância das experiências com outros grupos étnicos veio aumentar os conhecimentos e revigorar os saberes indígenas. De tudo que presenciei as observações, as experiências e a aquisição dos conhecimentos que tive do mundo dos wase, pude perceber que tudo vale a pena, filtrar aspectos bons das teorias para agregar valores que seja benéfico para o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, por tudo que vivi e vi, não deixei de ser indígena, existe a possibilidade de transitar esse dois mundos. O povo indígena tem que viver os dois mundos, viver a sua prática cultural, a sua cosmologia, sem deixar de ser indígena, as nossas raízes. Portanto, o estudo é imprescindível, pois, mostra outro formato de refletir e produzir conhecimento, assim, como novos paradigmas no que tange a educação tradicional e a educação escolar indígena em distintos contextos.

**Palavras-chave:** Umutina. Memória. Povo Indígena. Aprendizagem. Saberes

## **Abstract**



The Balatiponé-Umutina ancestors left us something known as the source of Life, which are practices of traditional knowledge about being, living and acting in the world, spirituality, memory and territory. By this means, I state this: “Imi mataré pitukwá”, that means “let’s have a beautiful conversation” in Umutina Language. This is a research about Learning the knowledge with the coexistence: an indigenous ethnography of education and Balatiponé-Umutina people school. It is an analysis and reflection from indigenous lenses based on essential focus of historical contexts and memories of social, cultural, teaching processes, traditional and non-traditional learning, and transformation since ancestors knowledge values. In the present context, history can be told by the indigenous sights their own, in the indigenous thoughts version. Indigenous was the object of the research before, however in the actual scenario they become narrator, writer, constructor and protagonist of their own history. However, self learning processes have emerged new pedagogical practices aiming at giving visibility and strengthening from wisdom and reaffirming the ethnic identity of the people. This study embeds the narratives of the course in the personal, academic, professional scope, and the experiences from intercultural exchanges with the indigenous from Suriname and Colombia, aiming at studies and dialogues interaction and approaching on the sociocultural and linguistic themes and dissemination of the existing cultural diversity knowledge. The significance of experiences with other ethnic groups increased the knowledge and invigorated indigenous knowledge. After all I have experienced, the observations, the experiences and knowledge acquisition acquired from the world of wase, I noticed that everything is worthwhile, filtering good aspects of the theories to aggregate beneficial values for the strengthening of traditional knowledge, after all I have lived and seen, never stopped being indigenous. There are possibilities of walking on both worlds. The indigenous people has to live both worlds, living their cultural practices, their cosmology, without stop being indigenous, our roots. Therefore, studying is essential once it shows another aspect of reflecting and producing knowledge, and the new paradigms in traditional education and indigenous school education in different contexts.

**Key-words:** Umutina. Memory. Indigenous People. Learning. Knowledge.

## **Resumen**

Los ancestrales Balatiponé-Umutina nos han dejado algo que es la fuente de la vida, que son las practicas de los conocimientos tradicionales que compone el modo para que seas, viva y reaccione en el mundo, la espiritualidad, la memoria y el territorio. Asi mismo, propongo que: “Imi mataré pitukwá”, en el lenguaje Umutina, significa “ vamos tener una buena conversación”. Les presento una pesquisa sobre, Aprender el conocimiento mediante la convivencia, una etnografia indigena de la educación y de la escuela del Pueblo Balatiponé-Umutina, que se refiere una analises y reflexión mediante las visiones indígenas, con el objetivo especifico que son los contextos históricos y memoriales en los campos sociales, culturales, procesuales de enseñanza, aprendizajes tradicionales y lo no tradicional, y las trasformaciones desde la valorización de los conocimientos de la ancestralidad. En el contexto actual, la historia puede ser contada por la visión própria del indigena, en la versión del pensamiento indigena. Antes el indigena era lo objeto de

pesquisa, en el momento presente cambia siendo el própio sujeto a discursar, escribir, construye y reconstruye, siendo el protagonista de la historia indigena. Por lo tanto, los procesos propios de apredizaje viene surgiendo nuevas practicas pedagogicas que tiene la visión y el fortalecimiento de los saberes y la reafirmación de identidad ectinica del Pueblo. La pesquisa referida agrega las narraciones en la parte personal, academico, profesional, como tambien las experiencias de los intercambios interculturales, con los indigenas de Suriname y de Colombia, que tiene la visión de una interacción y aproximación de estudios y charlas de los temas socioculturales y linguisticas de pueblos indigenas y la difusión de los conocimientos de la diversidad cultural existente. La importancia de las experiencias con otros grupos ectinicos viene a aumentar los conocimientos y aumentar los conocimientos indigenas. Asi que logre presenciar, las observaciones las experiencias y la aquiziación de los conocimientos que tuve del mundo de los wase, he logrado percibir que todo vale la pena, filtrar aspectos buenos de las teorias para agregar valores que sea benefico para el fortalecimiento de los conocimientos tradicionales, por todo lo que he visto y he vivido, no he dejado de ser indigena la posibilad de vivir en estes dos mundos. El Pueblo indigena hay que vivir en estes dos mundos, vivir a su modo cultural, su cosmologia, sin que no olvides de ser indigena, nuestras raices. Por lo tanto, el estudio es imprencidible, pues, muestra otro modo de reflejar y producir los conocimientos, asi, como nuevos paradigmas en lo que agrega la educación tradicional y la educación escolar indigena en distintos contextos.

**Palabras-claves:** Umutina. Memoria. Pueblo Indigena. Aprendizaje. Conocimientos.

## **LISTA DE SIGLAS**

AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANR	Agência Nacional da Pesquisa
BA	Bahia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDCE	Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CE	Ceará
CEE	Conselho de Educação do Estado
CEI	Conselho de Educação Indígena
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAN	Departamento da Antropologia Social
DR	Doutor
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Espírito Santo
FAIND	Faculdade Indígena Intercultural
FAPEMAT	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso
FG	Fran Guiana
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IES	Instituição de Ensino Superior
IFHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	Ministério da Educação
MESPT	Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais
MINC	Ministério da Cultura
MT	Mato Grosso
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PB	Paraíba
PI	Posto Indígena
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROIND	Programa de Inclusão de Estudantes Indígenas
PROINFO	Programa de Informática
REDD	Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
RU	Restaurante Universitário
SC	Santa Catarina
SECADI	Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade
SEDUC	Secretaria do Estado de Mato Grosso
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SIL	Summer Institute of Linguistics

SR	Senhor
TI	Território Indígena
TO	Tocantins
UAIIN	Universidade Autônoma Indígena Intercultural
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
USAID	Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos
VIDS	Association of Indigenous Village Leaders in Suriname

## **LISTA DE IMAGENS**

Fotografia 1: Lembrança da minha vida escolar  
Fotografia 2: Formatura de Magistério  
Fotografia 3: Apresentação de teatro sobre Origem da Vida  
Fotografia 4: Palácio do Governo do Suriname  
Fotografia 5: Dança Sambura  
Fotografia 6: Casa tradicional Comunidade indígena Powaka – 2017  
Fotografia 7: Reunião comunidade Powaka  
Fotografia 8: Socialização do Projeto – 2017  
Fotografia 9: Comida Tradicional Pepre watra  
Fotografia 10: Bebida Tradicional Cassiri  
Fotografia 11: Mulheres Indígenas – 2017  
Fotografia 12: Degustando a comida e bebida  
Fotografia 13: Transporte de Barco – 2017  
Fotografia 14: Embarcando no barco – 2017  
Fotografia 15: A viagem de barco – 2017  
Fotografia 16: O rio Suriname – 2017  
Fotografia 17: Caminhada no interior da comunidade Pikin Slee  
Fotografia 18: Encontro com o Chefe Maroon  
Fotografia 19: Criança Maroon – 2017  
Fotografia 20: Comunidade Galibi  
Fotografia 21: Barco transporte para a aldeia  
Fotografia 22: Rio Marowjne – 2017  
Fotografia 23: Aldeia Galibi  
Fotografia 24: Casa do Kapitein Pane -2017  
Fotografia 25: Autoridades locais-2017  
Fotografia 26: Salão do evento da comunidade-2017  
Fotografia 27: Participação da dança tradicional  
Fotografia 28: Cantando Música com Maraká  
Fotografia 29: Xamã e o Kapitein Pane -2017  
Fotografia 30: Dança Sambura – 2017  
Fotografia 31: Comunidade Bigistorn – 2017  
Fotografia 32: Comunidade Pierre Kondre – 2017  
Fotografia 33: A viagem de Barco – 2017

Fotografia 34: Aldeia Bigiston – 2017

Fotografia 35: Comida tradicional –2017

Fotografia 36: Saboreando a comida –2017

Fotografia 37: Prédio da escola em Bigiston –2017

Fotografia 38: Museu diversas artes –2017

Fotografia 39: Mulheres e crianças da aldeia Bigiston –2017

Fotografia 40: Comunidade Indígena Pierre Kondre

Fotografia 41: Discurso do Kapitein – 2017

Fotografia 42: Salão de Reunião – 2017

Fotografia 43: Participação das mulheres na reunião Aldeia Pierre Kondre

Fotografia 44: Vista aérea da Comunidade Kwamalasamutu

Fotografia 45: Equipe da viagem na aldeia Kwamalasamutu

Fotografia 46: Casa Tradicional em Kwamalasamutu

Fotografia 47: Reunião com os indígenas Tryo

Fotografia 48: Trabalho de grupo-mulheres Tryo

Fotografia 49: Mapa elaborado pelos próprios indígenas do território

Fotografia 50: Crianças Tryo banhando no rio

Fotografia 51: Preparação da cassava

Fotografia 52: Prédio da escola na aldeia indígena Tryo

Fotografia 53: Abertura da Conferência dos Indígenas – 2017

Fotografia 54: Socialização do Trabalho da VIDS – 2017

Fotografia 55: Kapitein Wayana – Sul do Suriname – 2017

Fotografia 56: Trabalho em Grupo – 2017

Fotografia 57: Trabalho em Grupo – 2017

Fotografia 58: Kapitein e Basja – Apetina

Fotografia 59: Kapitein – Pierre Kondre

Fotografia 60: Chegada em Gunsí

Fotografia 61: Conversa com o guia conhecendo a comunidade

Fotografia 62: Chegada em Asidonhopo

Fotografia 63: Mulher Maroon pescando no rio Suriname

Fotografia 64: Encontro na Comunidade Powaka -2017

Fotografia 65: Comida e bebida tradicional

Fotografia 66: Comunidade Galibi – Xamã e Kapitein

Fotografia 67: Dança Sambura

Fotografia 68: Comunidade Bigiston Mulheres e crianças

Fotografia 69: Comunidade Pierre Kondre

Fotografia 70: Comunidade Kwalasamutu - Roça

Fotografia 71: Casa Tradicional – Tryo

Fotografia 72: Comunidade Alalapadu

Fotografia 73: Campo de aviação em Alalapadu

Fotografia 74: Pintura da etnia Tryo sul do Suriname

Fotografia 75: Evento dos Povos Indígenas de Suriname 2017

Fotografia 76: Dia dos Povos Indígenas, 09 de agosto 2017

Fotografia 77: Conferência dos Povos Indígenas

Fotografia 78: Equipe da VIDS

Fotografia 79: Basjas

Fotografia 80: Grammar Asongo da comunidade sul do Suriname

Fotografia 81: Acesso à comunidade Maroon – Suriname River

Fotografia 82: Comunidade Gunsí

Fotografia 83: Comunidade Asidönhopo

Fotografia 84: A viagem de barco para a comunidade Gunsí e Asidönhopo

Fotografia 85: Religião Javanesa

Fotografia 86: Evento no Centro Cultural Brasil/Suriname – Autores Surinameses

Fotografia 87: Religião Católica – missa dos brasileiros

Fotografia 88: Reunião de planejamento das atividades do Intercâmbio

Fotografia 89: Centro da cidade de Paramaribo

Fotografia 90: Equipe do Suribraz

Fotografia 91: Encontros com os professores indígenas Misak

Fotografia 92: Encontro com os indígenas Universitários

Fotografia 92: Universidade Autônoma Indígena Intercultural

Fotografia 94: Caminhada atravessando o rio

Fotografia 95: Roda de diálogos com os indígenas

Fotografia 96: Ritual indígena

Fotografia 97: Professores do curso de Licenciatura indígena da Colômbia

Fotografia 98: Brincadeira

Fotografia 99: Dramatização de Festa Junina



Fotografia 100: Oficina de Pintura corporal

Fotografia 101: Exposição dos trabalhos dos estudantes do Programa

Fotografia 102: Pau de sebo

Fotografia 103: Apresentação de teatro

Fotografia 104: Apresentação de dança Cultural no Ginásio de esporte

Fotografia 105: Colheita de mandioca

Fotografia 106: Roça escolar

Fotografia 107: Ensinando a fazer doce de mamão

Fotografia 108: Anciã Kazacaru

Fotografia 109: Ancião Antonio Uapodonepá

Fotografia 110: Ancião Antonio Paresi

Fotografia 111: Casal Umutina

Fotografia 112: Casal Paresi

Fotografia 113: Abiolo Kurika

Fotografia 114: Urixá baripô

## Sumário

Introdução .....	1
Capítulo 1 .....	7
Narrativa da Vivência e Convivência Escolar – Percurso de vida Pessoal, acadêmica e profissional .....	7
1.1. Modos de ser, agir e viver: Convivência Familiar .....	12
1.2. O percurso entre cidade e Aldeia: A Memória do ensino e da Escola .....	16
1.3. Ensino superior – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT .....	28
1.4. Faculdade Intercultural Indígena - Universidade do Estado de Mato Grosso .....	40
1.5. Período de Estudos e Convivência na Universidade de Brasília – UnB .....	43
1.6. Narrativa do curso da Pós-Graduação em Antropologia Social .....	49
Capítulo 2.....	56
Para além da escolarização memórias de outras experiências fora da aldeia .....	56
2.1. Congregação Carmelita de Caridade de Vedruna .....	56
2.2. Diálogos de Saberes Intercultural Brasil - Suriname .....	58
2.2.1. Diversidade Cultural e Linguística em Suriname .....	65
2.2.2. Comunidade Powaka .....	69
2.2.3. Comunidade Marrons (Quilombolas) Pikin Slee .....	72
2.2.4. Comunidade Indígena Galibi .....	76
2.2.5. Comunidade Indígena Bigiston e Pierre Kondre .....	83
2.2.6. Comunidade Indígena Kwamalasamutu .....	90
2.2.7. 7ª Conferência dos Povos Indígenas do Suriname.....	102
2.2.8. Atividade de Campo nas comunidades Marrons: Gunzi e Asidohopo – Marrons região .....	110
2.2.9. Oficina Binacional Brasil/ Guiana Patrimônios e Culinárias Amazônicas: ensinamentos para o presente e o futuro - Viagem a Caiena – Guiana Francesa .....	117
2.2.10. Seminário Intercâmbio Cultural na Universidade Anton de Kom .....	123
2.2.11. Tour Tapawtra/ Awaradam .....	124
2.2.12. Comunidade Indígena Apoera – Oeste de Suriname .....	126
2.2.13. Comunidade Post Utrecht e Cupido.....	128
2.2.14. Baakaboto .....	130

2.2.15. Passeio em Arminavallen.....	131
2.2.16. Viagem a Nickerie – Bigipan.....	133
2.3. A viagem em Colômbia – Intercâmbio Intercultural com os Indígenas .....	154
Capítulo 3.....	177
Panorama Histórico e Etnográfico do Povo Umutina.....	177
3.1. Aspectos Históricos .....	177
3.2. Relação com outras etnias.....	185
3.3. Entre Silêncio e Palavras dos Índios Umutina.....	190
3.4. História da Educação Escolar Indígena e Educação Indígena no Mato Grosso-MT .....	195
3.5. A oralidade da educação indígena Umutina – Aprender Conhecimento .....	205
3.6. História da Escola Otaviano Calmon no Território Indígena Umutina .....	208
3.7. Percepção da escola e do ensino da professora Olinda na época do SPI.....	221
3.8. A necessidade da Escola .....	221
3.10. Escola de Educação Indígena Jula Pará .....	233
3.10.1. Quem foi Jula Pará.....	244
3.11. O que é ser professor indígena e o papel do professor indígena.....	247
3.11.1. Professor Jairton Kupodonepá.....	247
3.11.2. Professora Ducinéia Tan Huare .....	247
3.11.3. Alessandra Corezomaé Boroponepá.....	248
3.11.4. Professora Rosinei Amajunepá.....	249
3.11.5. Osvaldo Corezomaé Monzilar .....	249
3.11.6. Professora Maria Alice de Souza Cupudunepá.....	250
3.11.7. Professora Edna Monzilar.....	250
3.12. Ensino da Escola de Educação Indígena Jula Pará: Avanços, obstáculos e desafios ...	250
3.13. Atividades Pedagógicas de projetos e programas na Escola de Educação Indígena Jula Paré .....	259
3.13.1. Eventos na Escola .....	268
3.13.2. Manejar o Cesto na Escola.....	268
3.13.3. O Que Faz o Peixe na Escola? .....	270
3.14. Participação dos pais na Escola Jula Pará.....	271
3.15. Importância da escola no território .....	271
3.15.1. Eneida Kupodonepá.....	271

3.15.2. Osvaldo Corezomaé Monzilar .....	272
3.16. O que os professores esperam da comunidade, da escola e alunos.....	272
3.17. Formação dos Professores e Estudantes da Escola Jula Pará.....	275
3.18. Formação de Professores .....	278
3.19. Memória e Fortalecimento dos Saberes e Sabores: Comida Tradicional do Povo Umutina .....	281
3.19. Pintura Corporal.....	289
3.20. Reflexão referente: Casamento e estudo para a mulher indígena .....	290
3.21. Narrativa a Chegada da Eletricidade na Aldeia Umutina .....	292
3.22. Mudanças Sociais - Modos de Viver e Agir .....	293
3.23. Terra para Pescar é Terra para Aprender .....	293
3.24. A Caça no Território .....	294
3.25. O mundo da alma e o espírito e a Espiritualidade/cosmologia Umutina .....	295
Considerações Finais .....	310
Referências Bibliográficas .....	322

## **Introdução**

Esta tese emerge do estudo da pesquisa tendo o eixo central sobre Aprender o conhecimento a partir da convivência, dando ênfase à educação, aos processos educativos indígenas e à escola do povo indígena Balatiponé Umutina. Na pesquisa, faço a narrativa dando a importância do lugar, da história e da convivência que interage aos saberes, modos de viver e pensar os mundos, a tradição oral e as memórias em particular aos saberes Umutina, apesar da opressão avassaladora desde a invasão dos wase – como chamamos os colonizadores - em seu território, e principalmente aos saberes tradicionais e linguísticos vêm defendendo de todas as formas os conhecimentos da ancestralidade dos anciões Umutina.

A tese resulta-se de um processo longo e parte do que foi pesquisado e escrito anteriormente e reelaborado, principalmente pelas experiências vivenciadas internas e externas à aldeia, é pertinente enfatizar que parte da narrativa foi feita junto a minha irmã Edna Monzilar, os interlocutores indígenas, professores que residem na referida aldeia, estes dedicam nessa árdua e saborosa missão de ensinar.

O povo Balatiponé-Umutina vive na Aldeia Umutina, no Território Indígena Umutina, está localizado a quinze quilômetros do município de Barra do Bugres, região central, fica a aproximadamente 150 km da capital, Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil.

Neste exuberante território tem um formato triangular de uma ilha, há uma linda paisagem onde se encontram os Rios Xopô à direita e o Laripô à esquerda, este é um importante rio brasileiro. A área do território é de 28.120 hectares, onde se encontram grandes variedades de seres vivos que interagem constantemente, humanos e não humanos, o material e imaterial. Concentra-se uma diversidade de espécies como animais, pássaros, árvores, nascentes de córregos que deságua ao rio Laripô, peixes, entre outros elementos da natureza. Neste espaço há recursos naturais que os Umutina usufruem e manejam para o sustento das famílias, assim, como aos modos de ser, agir e viver, construindo e reconstruindo seus saberes tradicionais.

Portanto, pensar o conhecimento que não é só das pessoas, mas, das pessoas na sua relação com a terra. E uma terra que não é só território, mas também espiritualidade. Para as famílias Umutina a terra, o recurso natural existente, é fundamental para manter

vivo o saber tradicional do povo. Em sua pesquisa de doutoramento o indígena Stócel (2011) apresenta da seguinte forma o pensamento dos povos indígenas:

“plantearon una nueva forma de ver la tierra, no sólo para la producción económica, sino como un ser que provee la vida en todos los aspectos de la existencia familiar y colectiva. La tierra es persona, es nuestra Mamá que nos protege y nos da las alegrías en el arte, en la música, en los rituales y en las tristezas que nos ocasiona la vida, dijeron los dirigentes indígenas en el Congreso de la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos, la ANUC, en 1971” (STOCEL, 2011, p. 41).

Nessa mesma perspectiva de pensamento, o indígena Gersem Baniwa pondera que o território é essencial, um espaço que possibilita a criação e reprodução material e espiritual de acordo com as peculiaridades próprias da organização produtiva e social de cada grupo étnico.

Ao entorno do território indígena Umutina encontram-se fazendas, plantação de monocultura da cana-de-açúcar e criação de gado, assim como a cidade vizinha que é a Barra do Bugres, no entanto, a área natural do ambiente está no referido território indígena Umutina.

Convivem no território os grupos étnicos Paresi, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Manoki, Kayabi, Terena, Chiquitano e Umutina, porém, todos os moradores reconhecem e se auto-denominam Balatiponé-Umutina.

Na classificação linguística, a língua Umutina pertence ao tronco linguístico Macro Jê da família Bororo. Hoje não são falantes fluentemente, porém, estão no processo de reconstrução e revitalização da língua materna e das práticas tradicionais. Nesse sentido, a prática tradicional é de grande relevância, é um instrumento de vida social e cultural do povo Umutina e se dá na convivência cotidiana de cada família, nos costumes compartilhados, no diálogo e no exemplo de vida. Os anciões ensinam e repassam aos jovens os saberes, a história, os mitos, a dança, a pintura corporal, ritual do timbó, os cantos, a língua, a arte, a caça, a pesca, a preparação da comida tradicional, que é o háré assado, o jukuputu e a bebida jolorukwá, a medicina tradicional, entre outros, para mantê-la viva.

Munduruku (2009) explica a importância do aprender com os anciões da seguinte maneira:

“A educação da mente para compreender esta concepção passa pela existência dos contadores de histórias. Quem são eles? São os que trazem para o presente o passado memorial. São aquelas pessoas,

homens e mulheres, que assumiram o papel relevante de “manter o céu suspenso”, conforme compreensão Guarani. São os que leem e releem o tempo tornando-o circular. São os responsáveis pela educação da mente. Quase sempre são velhos que já sentiram a passagem do tempo pelos seus corpos. São os guardiões da memória. Para muitos dos povos originários, estes velhos são “as bibliotecas” onde está guardada a memória ancestral. Daí sua importância para a manutenção da vida e do Sentido” (MUNDURUKU, 2009, p.21-29).

A referida pesquisa é importante, pois, parte de textos produzidos da oralidade, sendo eu uma indígena, porta-voz através da escrita. A oralidade é imprescindível na vida dos povos indígenas e para os Umutina, através do discurso da oralidade que se dá seus processos de aprendizagem, na interação e convivência são feitas a transmissão dos conhecimentos milenares de uma geração para a outra.

O reconhecimento dos processos próprios de aprendizagem de povos indígenas deriva do reconhecimento das diferentes formas dos povos de se organizar socialmente. A educação indígena perpassa processos culturais diversos ao longo da vida em comunidade. Para os Umutina, o conhecimento está presente nas relações de convivência comunitária, mas, também com o meio ambiente no qual está inserido.

Neste contexto, vê-se a oportunidade dos próprios indígenas trazerem para o discurso da escrita, ou seja, escrever a própria história a partir da visão e concepção indígena.

A narrativa elaborada apresenta modos de manejo e processos educativos tradicionais e o não tradicional dos Umutina, pouco conhecida pelos wase e principalmente pelos meios universitários, de modo que esta pesquisa poderá contribuir para os estudos existentes sobre o referido tema, assim, revela as diferentes formas de produção de saberes e conhecimentos.

Ressalto que a tese foi construída num processo entre encantos e desencantos. Encantos por proporcionar aprendizagem, diálogo em diversos contextos, em experiências de intercâmbio Interculturais em outros países, o Suriname, a Colômbia, apresentações de trabalhos em vários eventos, congressos, seminários, estágio docência, não se esquecendo das aulas, que abordavam diferentes temas referente às teorias antropológicas, as quais me instigaram a continuar e enfrentar nessa perspectiva de diálogos para dar visibilidade a diferentes saberes indígenas.

O desencanto foi se deparar com o sistema acadêmico, que é complexo, rígido, sistemático, competitivo, experimentar esse diálogo assimétrico, mas que também pode ser amistoso. Vejo que a universidade ainda tem resistência de abrir para o diálogo do outro, os diferentes saberes dos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Nesse sentido, trazer a oralidade da memória dos interlocutores e dialogar com a teoria antropológica foi um dilema que está sendo filtrado, a meu ver é um desafio, sei da importância dos estudos teóricos da antropologia, porém, trouxe uma abordagem, não sei se posso dizer nova, mas, um formato diferente de produção da escrita que parte da concepção de estudiosos e pessoas indígenas, um formato que revela outras formas de pensar o mundo, os distintos saberes, no caso particular os Umutina, quebrando paradigmas existentes, instigando novas reflexões sobre a natureza e o conhecimento, assim, as relações do sujeito e o objeto em distinto contexto.

Essa perspectiva assemelha com a concepção de Corezomae:

“Com a globalização e o acesso à informação, torna-se possível o intercâmbio desses conhecimentos, o que contribui para o avanço da ciência e para uma relação de equidade entre diferentes povos. Equidade, no sentido de que, enquanto seres humanos, todos possuem a capacidade de imaginação, criação de filosofias e literaturas originais” (COREZOMAE, 2017, p.10).

A narrativa descrita no corpo deste texto mostra vivências, convivências, ou seja, a transcendência que está relacionada com a escola, parte da vivência pessoal, como diálogos com os mais velhos da aldeia. Nesse espaço da escola há um diálogo que visa uma interação entre professores, estudantes, pais, liderança, anciãos e comunidade, agregando *fazeres culturais*, ou seja, escola como lugar que conecta o fazer e o aprender o conhecimento, está relacionada na preparação da festa tradicional que é realizada em abril, bem como fomenta questões sobre a espiritualidade e também a concepção da juventude de hoje comparada com a geração passada. A importância de trazer o conhecimento dos mais velhos para as crianças e para os jovens da aldeia, como esses processos de aprendizagem foram se construindo a partir da visão indígena Umutina.

O povo Balatiponé-Umutina, na conjuntura atual, convive de forma dialógica e amistosa, interagindo em dois contextos, o universo indígena e o não indígena. A veracidade do estudo se dá a partir dos relatos dos Umutina, sendo os mais velhos, os estudantes e os professores da escola Jula Paré, da aldeia Umutina, além da produção da



narrativa pela indígena pesquisadora, por observação participante, a minha maior fonte, pesquisas produzidas pelos acadêmicos Umutina, as fontes bibliográficas, entre estas a etnografia de Arold Schultz e o relatório de Max Schimidt, tendo uma contribuição para os Umutina, à comunidade escolar e para o campo da antropologia e para quem se dedica à educação indígena.

A presente tese está organizada na seguinte estrutura:

Capítulo 1, intitulado Narrativa da Vivência escolar – Percurso de Vida pessoal, Acadêmica e Profissional.

Neste capítulo, faço uma introdução da vivência e convivência do percurso da vida pessoal, familiares, escolar e profissional. Nesse sentido, dando ênfase no processo da escolarização, a formação como educadora indígena, as narrativas apresentam o trajeto da memória de idas e vindas entre a aldeia e a cidade. Destaco o processo de ingresso ao ensino superior, às universidades, principalmente o “3º Grau Indígena”, pois, foi neste curso que eu particularmente passei a ter outra visão mais ampla e me instigou a conhecer, compreender e interessar sobre a minha própria história, a origem e os saberes do meu povo.

No capítulo II, intitulado Para além da escolarização e das memórias de outras experiências fora da aldeia.

Apresentou um panorama das experiências fora da aldeia, em distintos espaços e tempos, em realidades que oportunizaram conviver com culturas diferentes em vários aspectos sociais, religiosidades, culturais e linguísticas.

As narrativas mesclam os intercâmbios interculturais através do Projeto de Diálogos Interculturais que se trata das experiências de Intercâmbio cultural entre a Universidade de Brasília (UNB) e a Anton de Kon, Universidade de Suriname (ADEKUVS), que visa uma interação e aproximação de estudos e diálogos nas temáticas socioculturais e linguísticas de povos indígenas, quilombolas e maroon, assim como a difusão dos conhecimentos da diversidade cultural, partindo do Projeto “Diálogos de Saberes Interculturais Brasil-Suriname”.

O intercâmbio Intercultural com os indígenas da Colômbia, durante as experiências em conhecer os modos e concepção dos indígenas colombianos, assim, como a Licenciatura em Pedagogia de La Madre Tierra da Universidade de Antioquia-Colômbia. Faz parte das atividades do Projeto Terra como Princípio Educativo, que está composto por professores da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat, Universidade Federal de

Mato Grosso-UFMT, professores indígenas, fomentado e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

No capítulo III, intitulado Panorama Histórico e Etnográfico do Povo Umutina, trago um panorama histórico e etnográfico do povo Umutina, o contato que se sucedeu com a frente de expansão do colonialismo e os processos que foram acontecendo ao longo desses anos. Faz-se uma revisão a partir das fontes bibliográficas existentes, assim, como ênfase as narrativas contadas pelos mais velhos.

Debruçei-me sobre o centro principal da pesquisa, momento de narrativa das memórias no que tange aos processos educacionais durante a época da escola do Serviço de Proteção ao Índio, seguida pela Fundação Nacional do Índio e o enfoque central, o ensino educativo a partir da visão e atuação dos indígenas professores da escola de educação indígena Jula Paré. Destacando o ensino-aprendizagem, as práticas pedagógicas, a formação dos professores e as concepções dos educadores, assim, como os avanços conquistados, as resistências e os desafios nesse processo de construção e reconstrução do ensino entre os dois universos o indígenas e o não indígenas.

## Capítulo 1

### **Narrativa da Vivência e Convivência Escolar – Percurso de vida Pessoal, acadêmica e profissional**

Para discorrer a pesquisa, vou introduzir a narrativa da minha vivência e convivência, ou seja, a transcendência entre idas e vindas neste percurso da vida pessoal, escolar e profissional perpassada por vários ciclos e contextos distintos. O tema da educação escolar indígena é essencial na minha existência e de todos os que me inspiram e apoiam. Falar desse tema que interage em diversos contextos de vida demanda tranquilidade e tempo de espera, ultrapassar esse primeiro obstáculos é um desafio. A escola não é só redentora, não é só opressora. A escola e o que ela significa têm a ver com experiências de vidas complexas e densas.

Essas experiências vêm à tona nesta narrativa, algumas questões surgem, vou lembrar os acontecimentos para refletir e analisar os aspectos de vivência, relações e interações com os meios socioculturais, seja no âmbito interno e externo à aldeia. Parte do que vivi é fundamental para entender o meu posicionamento atual. As pessoas que mais estimo, conhecem muito dessas memórias. Quem não conhece, são para essas pessoas que escrevo, talvez não tenha a capacidade de se vincular ao que for proferido. Revisitar ao túnel do tempo diz respeito, portanto, duas coisas, revirar o que foi guardado, reabrir feridas cicatrizadas e também corre o risco de fazer tudo isso e, ao final, não ter encontrado acolhida no interlocutor.

Sou Eliane Boroponepa Monzilar, indígena, pertencço ao povo Balatiponé-Umutina. Moro no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina, há 15 km do município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Brasil. Atuo na área da Educação, sou professora na Escola de Educação Indígena “Jula Paré”, na aldeia Umutina.

Os meus pais são Nice Boroponepa e Edson Monzilar. A minha mãe é Umutina, os meus avós Kazacaru e Boropo são legítimo Umutina, o meu pai pertence à etnia Paresi e Nambikwara, os meus avós paternos são Jorge Monzilar da etnia Nambikwara e Ana Paresi, grupo étnico Paresi.

A partir dessa união foram criados as filhas e filhos: Leocilio Boroponepá, José Arnaldo Boroponepá, este já faleceu há dezesseis anos, Edna Monzilar, Edineth Monzilar,

a outra menina que veio a óbito recém-nascido e Eliane Boroponepa Monzilar. A minha mãe já faz sete anos que não está mais entre nós fisicamente, mas, sei que espiritualmente está presente iluminando o meu caminho. Somos frutos de casamento entre as etnias, descendentes de guerreiros e guerreiras Umutina, Paresi e Nambikwara, que lutaram e lutam e contribuíram na construção de laços socioculturais, tendo sabedoria no contexto da vivência e convivência, partilhando diferente saberes para o bem-viver e da história dos Umutina.

Eu sempre morei e vivi desde a minha infância na aldeia, junto com os meus familiares, os meus pais, irmãos, irmãs, tios, tias e avós. A aldeia Umutina pra mim é um paraíso, onde os elementos da natureza estão em constante conexão e interação, um lugar lindo, onde a presença das matas, dos rios, dos cantos dos pássaros, há uma liberdade de viver e sentir o cheiro dos aromas que são produzidos na arte de conviver.

A rememoração da minha infância lembra-me que quando criança a vida na aldeia sempre foi linda, alegre, livre, brincávamos de várias brincadeiras, especialmente no rio, que era o lugar onde reuniam as crianças e juntas faziam aquela algazarra. As brincadeiras eram de pular do galho da árvore no rio, subia na árvore e pulava dentro do rio, pega-pega e natação. Outro ponto de encontro era o pátio da aldeia, principalmente na noite de lua cheia, onde reuníamos para brincar de queimada (conhecida como cola pau), passa anel, bombarqueiro, sete moçinha, caiu no poço e ciranda cirandinha, assim como para ouvir histórias, contos dos nossos avós, dos mais velhos, sem preocupar com nada, uma liberdade e reciprocidade constante entre o lugar e a interação com a natureza.

Os tempos foram passando, cresci e comecei a descobrir e tentar entender a vida, o mundo que ali estava ao meu redor interno e o externo, para mim até hoje é um mistério. Mistério a ser desvendado a cada novo dia e nas relações de interação recíproca e confrontos que as experiências proporcionam em vários âmbitos sociais e familiares.

Os meus pais sempre me apoiaram, incentivaram e fizeram de tudo para eu e as minhas irmãs termos acesso à educação. Eles diziam que como não tiveram a oportunidade de estudar, nós tínhamos que estudar para sermos e ter uma profissão, neste sentido, nos incentivava. Foi com esse propósito de continuidade dos estudos para as filhas, que o meu pai comprou uma casa na cidade de Barra do Bugres, que fica a 15 km da aldeia, então, passamos a morar na cidade durante quatro anos para estudarmos.

Estudei as séries iniciais, o ensino fundamental e o ensino médio na escola da cidade de Barra do Bugres, assim, mais adiante contextualizarei esse período escolar.

Concluí a formação no Magistério do Ensino Médio Profissionalizante, no ano de 1997. A formatura foi linda, uma conquista para mim e principalmente para a minha família, seria mais uma filha a concluir o estudo.

Foi criado em Barra do Bugres, na Universidade do Estado Mato Grosso – Unemat, em 2001, o curso de graduação específico e diferenciado, intitulado "Formação de Professores Indígenas". Fiz o vestibular e fui aprovada. Na graduação, cursei a licenciatura na área de Ciências Sociais, pela Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat).

O trabalho de conclusão do curso foi realizado em dupla, eu e a minha irmã Edna Monzilar, com o título “A mudança do povo Umutina da Aldeia Umaitá para a Aldeia Umutina”, uma pesquisa sobre a história do meu povo e seu território, as mudanças positivas e negativas ocorridas ao longo dos anos, após o contato com as frentes colonizadoras. A pesquisa foi baseada na memória coletiva Umutina sobre sua trajetória recente.

No princípio, por falta de vaga na escola da minha aldeia, lecionei em uma escola rural chamada “Zumbi dos Palmares”, numa comunidade do “movimento dos sem terra”, cerca de 80 quilômetros do município de Barra do Bugres, neste ano de 2001, eram alunos não indígenas e uma turma multiseriada. No ano seguinte, tive a oportunidade de trabalhar em outra comunidade “Camarinha”, os alunos eram descendentes de quilombolas, e as turmas multiseriadas, foram experiências enriquecedoras, no início, como educadora.

Nesse período, aumentava a demanda dos alunos indígenas que ingressariam no Ensino Fundamental e, conseqüentemente, a comunidade começou a lutar e se articular para trazer o Ensino Fundamental (5º a 8º série) para a aldeia Umutina, visto que só tinha até a 4ª série. Alguns jovens da aldeia já estavam indo para a cidade para dar continuidade aos estudos, preocupados, os pais e a comunidade tinham receio com o que pudesse acontecer com essa juventude.

Depois de muitas reivindicações e lutas, os Umutina conquistaram o Ensino Fundamental e eu pude retornar à aldeia para atuar como professora e contribuir na questão do ensino e aprendizagem dentro da comunidade. Nesse momento, eu era contratada temporária, fosse pela Secretária do município de Barra do Bugres ou pela Secretaria do Estado de Mato Grosso (Seduc).

Assim que formaram a primeira turma de professores indígenas em 2005, em nível superior, surgiu o concurso público específico para os professores indígenas do Estado. Fiz

o concurso e passei, tornando-me professora efetiva da Rede Estadual do Estado de Mato Grosso.

Após a graduação, fiz uma Especialização na Faculdade Indígena Intercultural, a qual terminei no ano de 2009. O enfoque principal de meu trabalho final no curso foi sobre “A Educação Escolar Indígena e o processo de demarcação e proteção do território Umutina”. Nesse trabalho, apresento relatos e fatos relativos ao processo de demarcação do território Umutina e a forma como o povo protegeu e protege o espaço territorial ao longo dos tempos. A presença dos jovens foi importante na realização dessa pesquisa. Desde então, vim experimentando articular o trabalho que desenvolvo na Escola Jula Pará com meus esforços de pesquisa, de modo a fortalecer a estratégia de estímulo aos jovens Umutina para que conheçam, protejam e valorizem a sua história.

A atuação dos jovens foi essencial neste processo, vivenciaram uma experiência única e fundamental, onde conheceram o território Umutina, a história de como aconteceu esse processo da demarcação, o marco da divisa, ao descer pelo rio Bugres, as riquezas naturais que existem no Território Indígena (TI) Umutina. Foram atividades realizadas na época a coleta de dados, através de entrevistas com os mais velhos e demais pessoas da comunidade envolvidas diretamente no processo de demarcação do território e a transcrição dos mesmos. Foi realizada uma aula prática, em visita às origens do marco da demarcação. O trabalho foi finalizado em 2009 com a apresentação dos resultados à comunidade.

Em 2009 fui eleita Coordenadora Pedagógica da Escola Jula Pará, pelo período de dois anos. Na Coordenação Pedagógica da escola segui desenvolvendo atividades relacionadas à questão cultural, com o intuito de valorizar, fortalecer e multiplicar o saber e as tradições do povo, junto às crianças e adolescentes, estudantes da escola, em diálogo com a comunidade. A cada término do semestre, os estudantes faziam apresentações culturais como a dança Umutina, dramatização de histórias e mitos, pintura corporal, preparação das comidas e bebidas típicas e a prática do esporte tradicional com boika e ixó (arco e flecha). Todas as atividades que se sucederam durante esse período contribuíram, sem dúvida, para a concepção e desenvolvimento da pesquisa, bem como para o fortalecimento da cultura.

Essas experiências em diferentes contextos me proporcionaram conhecer diversas dimensões operantes fora da vida interna da aldeia, impondo-me desafios e responsabilidades frente ao meu povo e, questões relacionadas ao universo indígena e não

indígena, são vivências que perpassam a minha identidade como mulher indígena, a minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

Em 2011 fui selecionada para o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto aos povos indígenas no Centro de Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Brasília-UNB. Ingressei no Mestrado com outras conquistas e desafios a serem enfrentados. A abordagem da dissertação foi sobre “Território Umutina: Vivência e Sustentabilidade”. A pesquisa deu continuidade ao trabalho que faço na educação em prol da comunidade, juntamente com os anciões, jovens da escola e a comunidade, sobre como o povo Umutina vive, usufruindo de maneira sustentável o seu território, e com base em sua própria cultura. Buscando discutir possibilidades de sustentabilidade econômica dentro do território demarcado, considerando o atual debate sobre o desenvolvimento sustentável. Trabalho que visou formar os jovens para que possam ser protagonistas e, assim, defender e buscar meios alternativos de sustentabilidade dentro da própria aldeia. Afinal, essa é uma preocupação central dos pais e da comunidade: quais as perspectivas futuras para os jovens. Portanto, uma pesquisa que veio ao encontro com os anseios da comunidade.

Nesse contexto, a pesquisa revelou uma experiência única e essencial, aos meus interesses e de minha comunidade, pois, parte da realidade e do cotidiano, bem como da vivência prática de todos os envolvidos, a comunidade foi diretamente envolvida e atuou na pesquisa, motivada pela perspectiva de fortalecer a cultura Umutina.

No ano de 2013, fui convidada pelo professor e coordenador do curso da Faculdade Indígena Intercultural na Unemat para lecionar como professora titular na etapa do curso de “Formação intercultural para professores indígenas”, foi uma experiência ímpar, principalmente porque passei por ali na minha formação e, retornar naquele lugar como professora titular foi uma conquista e, ao mesmo tempo, um desafio que proporcionou troca de conhecimentos e saberes entre várias etnias presentes, situação em que pude contribuir na discussão e multiplicar os conhecimentos filtrados da academia para a formação de professores indígenas.

Destaca-se que enquanto pesquisadora indígena é maior o compromisso e responsabilidade perante a comunidade, que espera um retorno. Afinal, eu também faço parte desse contexto. Ressalto ainda que, nesta conjuntura atual, o próprio indígena pode contar a sua história, escrever, registrar, sendo protagonista da sua história e da sua cultura, não mais mero expectador. Podendo participar de forma ativa e com um olhar holístico da

realidade, do mundo interno e externo à aldeia. Sabendo transitar e dialogar nesses dois universos: do conhecimento científico e do conhecimento tradicional.

Essa tem sido a minha trajetória de vida, que é constituída da identidade Umutina, essa trajetória é tão desafiante e encantadora, sempre quis conhecer novos horizontes, o novo me fascina, mas ao mesmo tempo há um receio, porém, me faz aguçar novas possibilidades.

Para meus pais, a minha vida foi iluminada, e um orgulho, referindo-se à oportunidade que tive de estudar, sendo que na época, os meus pais não tinham uma boa situação financeira, entretanto, sempre fizeram de tudo e trabalharam com dignidade e honestidade, e sempre nos incentivando, e ter me tornado a pessoa que sou atuando e contribuindo com a comunidade. Hoje a minha mãe não está presente, partiu para outro caminho, mas, sei que espiritualmente está constantemente conectada comigo e iluminando o meu caminho.

Essa percepção dos meus pais revela a visão comum das famílias Umutina, que nas últimas décadas deram a importância e valor referente à formação escolar. No entanto, para eu transitar nesses dois universos é um desafio constante.

### **1.1. Modos de ser, agir e viver: Convivência Familiar**

Sou de uma família descendente de guerreiros e guerreiras valentes Paresi, Nambikwara e Umutina, compondo um total de seis irmãos, dois homens e quatro mulheres, sendo os dois irmãos por parte da mãe, o irmão mais novo faleceu em 12 de abril de 2003, com 35 anos de idade. Quando a minha mãe se casou com meu pai, ela já havia dois filhos do casamento anterior. Já com meu pai foram quatro filhas/ mulheres, sendo que uma veio a óbito recém-nascido, não me lembro, não sei o motivo, esta era antes de mim e, posteriormente, vim a este mundo, sou chamada a “caçula” da família.

Seguem as datas comemorativas de nascimentos e a composição dos meus familiares em distintos tempos e espaços. A minha mãe, Nice Boroponepá – 25 de abril de 1946, meu pai, Edson Monzilar – 26 de novembro de 1948, os meus irmãos, Leocilio Boroponepá - 23 de março de 1964 e Jose Arnaldo Boroponepá - 11 de fevereiro de 1968, as minhas irmãs, Edna Monzilar – 10 de agosto de 1973, Edineth Monzilar – 02 de outubro de 1974, e a outra irmã recém-nascida veio a óbito, há uma suposição que seja entre os



anos 1976 a 1978, por fim, eu, Eliane Boroponepa Monzilar – 26 de janeiro de 1979, na época, a minha mãe tinha 33 anos de idade, desde então, não teve mais filhos.

Os meus avós paternos vieram de outra aldeia Utiariti, do grupo étnico Paresi situada no município de Sapezal/MT, na época da juventude foram trazidos pela comissão de Rondon, na época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), já meus avós maternos são legítimos Balatiponé-Umutina, são denominados “Balatiponé”, que significa “gente nova”, ou seja, são originários dessa região que compreendia os rios Sepotuba, Bugres e Paraguai (MONZILAR, 2013). Desde os primórdios viveram nesta localidade, não tendo nenhuma mistura de grupo étnico.

Segundo informações das pessoas antigas da comunidade, a minha avó, que se chamava “kazacaru”, viveu na maloca e sabia falar fluentemente a língua Umutina, sendo ela uma das descendentes órfãs recolhidas pelo não indígena que trabalhava na sede do posto indígena, no território indígena Umutina na época do SPI, o chamado “Fraternidade”.

Segundo relato da minha irmã Edna Monzilar, quando nossos pais se casaram não houve nenhum ritual de casamento indígena, apenas o casamento de “morar juntos”. Quando a minha mãe se casou com meu pai, no início foram morar na casa dos meus avós parternos, o Jorge Monzilar e Ana Paresi, posteriormente, foram morar em outra casa separada. Ela continuou relatando que, quando criança, presenciou desentendimentos e discussões entre os nossos pais por causa dessa questão de não engravidar de um filho. O sonho dele era ter um filho homem. Às vezes ela fica pensando sobre essa situação e, em conversa com a outra irmã, assim, deduz que seja uns dos motivos que muitas vezes nos dias de hoje, acontecem inter-relações adversas entre nós? Uma reflexão da minha irmã.

A minha família sempre morou na aldeia Umutina, um lugar maravilhoso para viver, trabalhadores que fizeram de tudo para dar condições de subsistência para os filhos e filhas. Trabalhavam na roça, plantavam variedades de alimentos, pescavam, faziam artesanatos e vendiam na cidade, essa interação com a natureza, de manejar de forma que fornecia os alimentos necessários para o bem viver. O meu pai foi cacique durante quatorze anos, trabalhou juntamente com a comunidade fazendo esse serviço em prol da comunidade, foi uma grande liderança que esteve à frente de trabalhos sociais e comunitários na aldeia. A minha mãe fazia os trabalhos domésticos e gostava muito de confeccionar artesanatos e ajudava o meu pai no que fosse preciso e, assim, cuidava de suas filhas. No quintal da nossa casa havia uma grande quantidade diversa de plantas frutíferas.

Lembro-me que a minha irmã mais velha contou-me que elas estudaram na escola da aldeia até a 4º série (primário). Nesta época, elas acordavam de madrugada para estudar, o meu pai ensinava e tomava as lições, como a tabuada e as leituras, além disso, ajudavam em casa, fazendo limpeza, a cuidar e dar comidas para a criação (galinha) e socava arroz no pilão, e somente ao finalizar os afazeres iam para a escola. Elas nasceram e cresceram na aldeia e estudaram na escola chamada “Otaviano Calmon” (nome do antigo chefe do posto na época do SPI) até a 4º série, na aldeia Umutina.

A minha irmã mais velha, para continuar os estudos, foi para cidade de Cuiabá, onde ficou seis meses, não se acostumou e retornou. Ela e o meu primo foram uns dos primeiros estudantes que saíram da aldeia para estudar as séries subsequentes de 5º a 8º série, e o 2º grau na cidade de Cuiabá e Barra do Bugres em torno da década de 80, por que havia na aldeia Umutina somente as séries iniciais.

Em 1986, o meu pai comprou uma singela casa na cidade de Barra do Bugres, o motivo foi para que nós pudéssemos continuar os estudos, visto que na aldeia só tinha até a 4º série do primário, as minhas irmãs tinham terminado e eu estaria iniciando os estudos. Ele trabalhou de vários tipos de profissões, quando estava desempregado, ele pescava no rio Paraguai. Todos os dias ia pegar peixe e lá mesmo, na margem do rio, quando pegava, já vendia os peixes.

Certo dia houve um fato trágico com ele, o fato aconteceu assim, ele passou a noite inteira pescando e pegou bastantes peixes, como de costume, vendeu na peixaria, estavam alguns homens e viu a dona da peixaria pagando ele, tinha feito um bom dinheiro, isso por volta de 4:30 a 5:00 horas da manhã. Ele, inocente, pegou o dinheiro, voltou para trancar o barco e o motor, em seguida, pegou a bicicleta para ir embora. Lá na frente na esquina da rua, sem conhecer o meu pai, um homem deu sinal pra ele parar, tipo pedir alguma informação, e ele parou. Quando, de repente, surgiu outro homem e bateu um pau na cabeça dele, ele caiu já desmaiado e os homens levaram tudo, até então, os que o atacaram não sabiam que era índio, só ficaram sabendo quando o pessoal da aldeia invadiu a cidade. O meu pai ficou entre a vida e a morte. Foi diante dessa situação que o pessoal da aldeia e, principalmente a família, pediu para nós retornarmos para a aldeia.

A Edna destaca dois fatos marcantes na sua trajetória, primeiro “*quando saiu para estudar em 1995, pois, papai queria que a gente tivesse estudo*”. Segundo, “*foi quando nós, a família toda, tivemos que ir pra cidade de Barra do Bugres, a outra minha irmã*

*Edineth já havia terminado a 4ª série, e a 5ª série já não tinha na aldeia, muda todo o contexto de como a gente morava na aldeia”.*

Ao retornar para a aldeia, começamos a nos deslocar todos os dias para estudar na cidade em precárias condições de transporte, era um grupo de estudantes, a minha irmã finalizou o ensino médio em magistério e, posteriormente, finalizei no ano de 1997. Neste percurso, a minha irmã Edna, após finalizar o magistério, ficou uns anos parado devido o problema financeiro, não pode continuar e cursar uma universidade. A abertura do curso de 3º Grau Indígena foi uma oportunidade de ingressar no curso superior, então, ela fez o vestibular e conseguiu alcançar e estar entre os colocados.

Já a outra irmã, Edineth, teve semelhante percurso no estudo, porém, em um determinado momento do percurso escolar, este foi interrompido por circunstâncias da vida e questões particulares. Ela também fez o magistério, mas, quando estava quase finalizando o curso, desistiu, por motivo particular pessoal (ela se casou) e não foi possível continuar os estudos, então, dedicou a outro projeto de vida. Esteve muito tempo sem estudar, somente anos depois ela prosseguiu a continuar os estudos, continuando a fazer o propedêutico na escola Jula Paré, sendo uma das estudantes da turma, a qual concluiu no ano de 2010. Ao término do ensino médio, contribuiu em vários momentos ministrando aula em substituição aos professores e, agora, atuando como merendeira da escola Jula Paré.

Assim como eu, as minhas irmãs e demais estudantes da aldeia, para prosseguir os estudos, faziam esse trajeto da aldeia à cidade e vice-versa, esses movimentos sempre permearam em nossas vidas, até nos dias atuais, sempre com uma proposta a ser almejada e, como objetivo, o estudo. Essas idas e vindas foram percorridas entre encantos e desencantos, de busca de conhecimento, superação e, principalmente, o intuito de saber transitar e lutar entre esses dois contextos totalmente distintos para o estudante indígena.

Algo importante a ressaltar é que, apesar dos quatro anos que moramos na cidade, havia sempre uma ligação forte, assim, como até hoje, em manter laços e contatos com as nossas famílias e, principalmente, a essência de nossas raízes indígenas.

A minha lembrança de convivência com meus irmãos, José e Leocílio têm pouca recordação, acredito que é pelo fato deles já estarem crescidos e já casados, quando eu era criança, adolescente, cada um já moravam em suas casas, porém, tínhamos um relacionamento recíproco, mas distante, pelo que lembro eram raras as vezes que iam nos visitar na nossa casa.

Na época, o acesso ao estudo era difícil, pois, a escola só oferecia até a chamada 4ª série – primário, eles estudaram até essa série, aprenderam o básico, entre estes assinar e escrever o seu próprio nome, desde pequenos já iniciaram os trabalhos com os avós e tios maternos para sobreviver, e logo cada qual se casaram e seguiram entre trabalhos na roça e na educação dos seus filhos.

O meu irmão mais velho, o José, era uma pessoa bem agitada, simpático e extrovertido desde cedo, começou a trabalhar, vinha nos visitar somente algumas vezes no ano. Gostava muito de cantar e, em certa ocasião, se envolvia em brigas. Ele teve três filhos, sendo dois meninos e uma menina.

O outro irmão, o Leocílio, já tem uma personalidade tranquila, calmo, simpático, sempre na dele, também desde cedo trabalhou junto com os avós para sobreviver e, assim que se casou, dedicou-se exclusivamente a sua família. Ele teve seis filhos, sendo quatro meninos e duas meninas. Estes meus irmão sempre viveram na aldeia, trabalhando na roça, na pesca e fazendo artesanatos para vender na cidade para sustentar e manter a família. E outro irmão viveu certo tempo na aldeia e, posteriormente, em outra aldeia do povo Paresi com seus parentes paternos, as tias, os tios e primos. Mais tarde retornou pra aldeia da mãe, se casou, teve seus filhos e, posteriormente, viveu muito tempo na cidade, neste período se separou da família e foi morar na cidade e, pela fatalidade da vida, veio a óbito.

Quanto às minhas irmãs Edna e Edineth, nós tivemos e temos uma relação de convivência bem próxima e recíproca, amistosa no cotidiano familiar, elas são simpáticas, companheiras, honestas e muito trabalhadoras. A Edna já é casada e tem dois filhos, sendo uma menina e um menino, a Edineth também é casada e tem quatro filhos, sendo um menino e três meninas.

## **1.2. O percurso entre cidade e Aldeia: A Memória do ensino e da Escola**

Tempo passado, tempo presente que faz percorrer meandros do ensino e a escola entre mundos indígenas e o mundo do wace.

Eu sempre estudei em escolas públicas do wace na cidade, não tive a oportunidade de estudar na escola da aldeia, pelo fato, como já introduzido anteriormente, para a continuidade do estudo das minhas irmãs, o meu pai comprou uma casa na cidade, próxima da aldeia.

Moramos quatro anos na cidade de Barra do Bugres devido a um fato trágico, uma situação triste que aconteceu com meu pai na cidade, o qual ficou muito tempo no hospital e em tratamento. Aos pouco o meu pai foi recuperando a saúde e tivemos que retornar para a aldeia, devido a esse fato, os parentes e as pessoas da comunidade disseram para nós retornarmos para a aldeia. No entanto, neste período que fomos morar na cidade, que comecei a estudar, possivelmente entre seis a sete anos. Iniciei os estudos nas escolas públicas, sendo a Escola Estadual de 1º Grau “Julieta Xavier Borges”, estudei o ensino fundamental que era denominado a 1ª, 2ª e a 3ª série, e na Escola Estadual de 1º Grau “José Ourives”, estudei a 4ª série e as séries subsequentes, a 5ª, 6ª e 7ª série nesta referida escola e, posteriormente, a 8ª série e o ensino médio concluí na Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Júlio Muller”.

Conforme informações da minha irmã Edna, o nome das escolas públicas na qual nós estudamos a Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Júlio Muller” e a Escola de 1º Grau “José Ourives”, esses nomes foram de pessoas que tiveram uma representação política, o Júlio Muller foi prefeito e governador da capital de Cuiabá, o José Ourives foi comerciante, professor e prefeito da cidade de Barra do Bugres, entre o período de 31/01/55 a 31/01/59, possivelmente por esses fatos que nomearam as escolas, uma forma de homenageá-los.

Foi uma experiência boa, mas, ao mesmo tempo sentia estranhamento a esse mundo totalmente oposto da realidade da aldeia. Foi uma aprendizagem tradicional em que visava aprender a ler, a escrever e dominar as quatro operações.

O ensino muito diferente estava centrado aos saberes e costumes dos não indígenas, escrita, leitura, as quatro operações (subtração, adição, multiplicação e divisão) e a tabuada, tinha que repetir esses conteúdos. As disciplinas era o português, matemática, ciências, ciências sociais e ensino religioso. Os conteúdos não abordavam sobre questões dos povos indígenas.

O professor ou a professora era o centro de tudo, do saber, o saber era transmitido e o estudante tinha que ouvir e aprender, ou seja, memorizar os conteúdos, contas e fórmulas. Os estudantes seguiam uma postura, uma disciplina, antes de entrar na sala de aula, fazia fila para hastear a bandeira e cantar os hinos, em seguida, todos seguiam em fila para dentro da sala, as cadeiras eram em fileiras. A professora tomava a tabuada todos os dias ao entrar na sala de aula, tínhamos que obedecer as regras e estar atentos às explicações.

Durante o intervalo das aulas, os alunos seguiam em fila para pegar a merenda, tenho vaga recordação no que se se refere à merenda escolar na escola da cidade, mas, acredito que era a hora mais legal para todos. A merenda era servida numa cuia de plástico de cor azul, geralmente o que era servido o arroz com carne seca, sopa de macarrão, chá, bolacha e Toddy achocolatado.

Veio à tona duas situações que me marcaram nessa época de hastear a bandeira nacional, antes de começar a aula todos iam ao pátio da escola, para fazer esse ato, em seguida cantavam o hino nacional e do município com postura e respeito. Outro momento foi a foto que tirei quando estava na 4ª série e estudava na escola “José Ourives”, foi uma lembrança da minha vida escolar, foi feito um quadro de lembrança.

Na foto, está atrás de minha imagem a bandeira do Brasil e do Estado de Mato Grosso, eu na frente com uma placa que está escrito “4ª série B” e nas laterais constam vários livros e o globo terrestre mostrando o mapa do mundo, além de uma frase com os seguintes dizeres: “Da escola sou estudante, da professora a lembrança, da mamãe e do papai sou o Amor, do Brasil a Esperança”. Segue a foto:



Fotografia 1: Lembrança da minha vida escolar

Essa fotografia é da minha infância, quando estava finalizando a 4º série do ensino fundamental, na época e no lugar, as fotografias eram tiradas em ocasiões solenes. Nesta imagem, gravada no papel e na lembrança, a criança uniformizada deixa de ter atributos

singulares. Ela é parte de um todo. O Brasil. No mundo wase, para a criança só existem algumas pessoas, um homem, o pai, e duas mulheres, a mãe e a professora, e a instituição escolar.

Essa frase me faz refletir e analisar vários contextos que foram percorridos na minha trajetória de vida, não imaginava passar entre conquistas, aprendizagem, decepções, discriminação, desafios e superação e por estar aqui neste âmbito acadêmico.

Nesse sentido, da escola até os dias de hoje sou uma estudante que caminha entre mundos, mundo indígena e o não indígena em busca de conhecimento e de diálogo que versa a fomentação da pluralidade e saberes culturais. Da professora, acredito que sou lembrança. Nessa trajetória me marcou um professor que era muito bravo, dava aula de história, eu tinha muito receio dele, como os demais colegas, pois, quando fazíamos atividades erradas, ficava muito bravo e era rígido com a turma, o lema dele era “ler, quando cansar de ler, leia novamente”. Dos meus pais sou o amor, para mim eles são a inspiração que me proporcionaram exemplo de vida que fortifica a minha caminhada. Fizem de tudo para dar uma boa qualidade de vida e, principalmente, o estudo, que segundo eles era e é importante para as suas filhas. E do Brasil, a esperança, durante esse percurso da vida escolar, tenho contribuído perante a minha comunidade na área de educação atuando como professora na formação de ensinar e compartilhar os diferentes saberes para as crianças e jovens da aldeia, para que sejam cidadãos críticos e ativos diante a sua realidade interna e externa a aldeia.

A escola é um espaço que versa a aprendizagem e interação, porém, por outro lado, nos modela de forma egoísta e individualista. Eu sempre fui uma estudante que estive num patamar razoável, não sendo a melhor e nem ruim, mas, num limite de fazer o melhor nas atividades e, principalmente, em comportamentos para almejar os meus objetivos.

Neste percurso, enfrentei muitos desafios para estudar e dar a continuidade aos estudos. Assim como muitos jovens indígenas tive que me ausentar da aldeia por um determinado tempo para estudar. Foi um período muito difícil e complexo para mim, porém, por outro lado, muito significativo na busca de conhecimento para o meu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento, seja pessoal e profissional, e para a minha comunidade.

Ao retornar para a aldeia, nós não deixamos de frequentar a escola na cidade. Para continuar os estudos, fazíamos diariamente o longo e demorado percurso entre a aldeia e a cidade de Barra do Bugres para chegar até a escola, o que implicava cruzar o rio Paraguai

de barco em qualquer estação, de trator, andando pela estrada, a cavalo e, às vezes, de uma caminhonete que a comunidade tinha conseguido na época para transportar os estudantes.

Neste período, eu já estava na 5ª série e passei a ir junto com os demais estudantes que iam continuar as séries seguintes. Todos os dias da semana fazíamos esse trajeto, muitas vezes chegávamos tarde da noite em casa. Esse ritmo era para ir à escola, pois, na aldeia não havia o ensino fundamental de 5ª a 8ª série e, para continuar os estudos, os estudantes tinham que ir para a cidade adquirir novo conhecimento e estudar.

No princípio, o transporte era um trator vermelho, tinha um motorista do trator que era indígena e levava os estudantes. Saíamos às onze horas da manhã, o trajeto da viagem era em torno de uma hora até a margem do rio Bugres. A margem da estrada continha muitas matas e curvas, ao chegar à margem do rio, atravessávamos por meio de uma canoa para chegar do outro lado, que é a cidade, caminhávamos até chegar à escola. As aulas iniciavam às 13h00 e terminava às 17h00.

Quando o trator estragava, para não faltar à aula, encontrava outros meios de transporte, como ir a cavalo, a pé na estrada entre as matas da aldeia, seja com sol ou na chuva. Havia também um barco que transportava os estudantes para a escola na cidade, principalmente na época das enchentes. Durante a enchente íamos de barco, pois, o rio ficava alagado e o único meio de transporte era o barco com motor 25 Yamar. Essas idas e vindas de barco era divertido, mais ao mesmo tempo todos coríamos risco e perigo do barco emborcar no rio, algumas vezes chegávamos altas horas em nossa casa.

Éramos em torno de dez ou mais estudantes que estudavam nas escolas públicas de Barra do Bugres, dentre elas a Escola Estadual de 1ª e 2ª Grau (EEPG) “Júlio Muller” e a Escola Estadual de 1ª Grau “Jose Ourives”. Ressalto que estudei a 5ª e a 7ª série na Escola Estadual de 1ª Grau “Jose Ourives” e a 8ª série do ensino fundamental concluí na Escola Estadual de 1ª e 2ª Grau “Júlio Muller”.

O ensino era tradicional durante esse período, como já mencionado acima, o professor era o detentor do conhecimento e do saber, ao aluno só cabia obedecer, não tinha direito de expor suas ideias e pensamentos, o eixo principal era aprender a ler e a escrita, tinha que saber, ou seja, memorizar a tabuada e as quatro operações: adição, subtração, multiplicação e divisão. Todos os dias fazia a leitura e tomava a tabuada, copiava os textos do quadro negro e se exercitava para ter uma boa caligrafia.

Com relação às disciplinas de história, ciências, estudo sociais, geografia e ensino religioso estudava o que estava nos livros didáticos. Não havia nada que abordava a questão



dos povos indígenas, como de fato é a realidade indígena, havia a abordagem da história dos povos indígenas de forma pejorativa e generalizada, parte da visão dos não indígenas, esse era o ensino, o que se aprendia nesta área era “quem descobriu o Brasil?”. Era uma pergunta que estava nas provas e aprendíamos que era o Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil.

A princípio não questionava, pois, era o ensino, só mais tarde, depois, através de outros estudos, leituras, encontro com a mente mais aberta foi saber e refletir sobre essa pergunta, que na verdade, o Brasil foi invadido e não descoberto, pois, as populações indígenas já estavam aqui há muito tempo, e que o Brasil foi invadido pelos colonizadores na época da expansão da América. Começo a entender e a questionar a forma como a história é abordada nos livros didáticos e saber realmente a história e, principalmente, a diversidade e pluralidades das culturas indígenas existente no território brasileiro.

Durante esse período de estudo escolar, entre a 5ª e a 8ª série, sucederam muitas situações, como citado anteriormente, de idas e vindas, momentos difíceis e fáceis entre a estrada da aldeia até a cidade, neste trajeto da vida escolar, recordo-me de fatos que aconteceram, destaco três que ficou marcado.

O primeiro fato foi que em certo dia, que não tinha o trator, quer dizer o trator estragou e não tinha como ir para a cidade, então, eu e a minha irmã Edineth fomos de cavalo para a escola, ou seja, fomos a cavalo até a beira do rio Bugres, depois atravessávamos e íamos caminhando à escola. No caminho, íamos tranquilas na estrada, amontadas no cavalo, em certo momento, a minha irmã bateu com chicote no cavalo para ele correr, e assim, o cavalo começou a correr numa grande velocidade, assim, quando menos esperávamos, nós caímos do cavalo. Sabe, foi uma caída brusca, quando demos conta já estávamos no chão, então, caímos do cavalo, mas, ainda bem que nós não nos machucamos neste impacto brusco que tivemos, foi um desespero, e por outro lado, a maior risada. Assim, tivemos que continuar a viagem até chegar ao destino que era a escola, numa gargalhada intensa do fato acontecido.

A segunda situação foi que em certo dia fomos de carro, o qual a comunidade tinha conseguido. A ida para a escola foi tranquila, chegamos à escola, assistimos às aulas. Ao retornar para a aldeia, estávamos no ponto esperando o carro, quando de repente tivemos a informação de que o mesmo estava na oficina sendo consertado. E agora, o que fazer? Então, ficamos pensando e cada um falou sobre pegarmos carona. Já era ao entardecer, então fomos próximo da ponte do rio Paraguai na estrada da Br para pegar a carona para

irmos embora. Ficamos em grupo, acenando com a mão para ver se algum carro parava para nos dar carona. Alguns conseguiram pegar, mas, o grupo que eu estava não conseguiu, os carros passavam, mas não paravam. Já estava ficando escuro e resolvemos andar na estrada e acenar para os carros, e nada. Num determinado momento, caminhando e ao mesmo tempo acenando para os carros, isso já à noite, alguém da turma jogou pedra num carro que passou, só escutamos um barulho, quando menos esperávamos o carro parou, e saímos todos correndo pelo mato, no maior desespero, entre matos, cipós e espinhos, na maior correria. Ficamos com medo e saímos correndo no meio dos matos, isso foi algo que fizemos devido ao fato de que nenhum carro havia parado, e foi isso o que aconteceu, ficamos uma hora no mato, esperando o carro sair, depois voltamos na estrada com medo, foi até que continuamos andando e decidimos não pegar mais a carona, e fomos a pé, chegando tarde da noite em nossas casas. Uma noite, estava escuro e tenso, mas, por fim, chegamos à aldeia.

Outra situação que aconteceu neste trajeto de estudo entre a aldeia e a cidade foi o acidente de carro (Toyota), eu estava fazendo entre a 6ª ou a 7ª série, situação em que aconteceu esse trágico acidente com a gente, estudantes indígenas. Neste período, a comunidade tinha conseguido um carro (Toyota) para transportar os estudantes, visto que a cada ano que passava estava aumentando os estudantes para estudar na Barra, me parece que esse carro foi adquirido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), pois, na época, como já citado anteriormente, havia um motorista indígena que era funcionário do órgão, logo, em seguida, com a reivindicação da comunidade, conseguiram esse carro para transportar os estudantes, assim, como para as demais pessoas da comunidade que iam fazer compras e outras necessidades na cidade.

Num certo dia, ao retornar da escola para a aldeia, já saindo da cidade, na estrada, aconteceu o acidente com o carro que estávamos. A Toyota estava lotada, estávamos conversando entre nós, quando de repente aconteceu, foi tão rápido que não me lembro de nada, eu desmaiei, só fui sentir meu corpo quando estava no hospital. Lembro vagamente que estávamos conversando, quando ouvi um barulho e gritos de todos, o carro saiu do asfalto e caiu num buraco. Foi àquela gritaria e desespero, alguns estudantes foram jogados no asfalto, eu e dois colegas ficamos presos, estávamos na frente junto ao motorista, com a queda, o vidro do para-brisa do carro quebrou e nos atingiu gravemente, eu praticamente não vi nada, só ouvi gritos e barulho, e nada mais.

Os estudantes disseram que o motorista perdeu o controle do carro e então aconteceu o trágico acidente, e que o mesmo tinha ingerido bebida alcoólica. Assim que aconteceu, veio à ambulância para dar assistência e, levando os mais feridos para o hospital. Eu fui uma das estudantes que ficou mais ferida e machucada, até hoje tenho cicatriz do acidente no meu braço direito e na barriga. Fiquei muito tempo em tratamento no hospital, aos poucos fui recuperando a saúde e tentando voltar à vida normal.

Esse acidente foi um fato trágico que aconteceu, e hoje ainda tenho essas cicatrizes. Sou grata por não ter ocorrido morte neste acidente, apenas ferimentos graves, mas, graças aos espíritos, fui recuperando a saúde e superando, melhorando a cada dia. Nós estudantes, que estávamos, somos gratos a Haipuku, por ter nos livrado e por oportunizar o renascimento pela vida, por estar contando e escrevendo essa história e outras tantas histórias vividas de desafios e superação.

Para mim foi muito complexo recordar e lembrar esse momento e descrever esse fato na íntegra, mergulhar nas memórias é um desafio, um desafio que estou exercitando para refletir e narrar à trajetória da minha vida escolar.

O tempo foi passando e durante esses quatro anos de estudos no ensino fundamental se sucederam esses fatos que foi relatado acima e, por fim, finalizei a 8ª série do ensino fundamental na Escola Estadual de 1º e 2º Grau “Júlio Muller”, e no próximo ano seguinte, ficava pensando, e agora? O que fazer? Dar continuidade aos estudos?

Neste período houve algumas mudanças boas em relação ao transporte escolar, a comunidade tinha conseguido uma caminhonete para levar os alunos para a escola, ressaltando mais uma vez que a cada ano que passava havia aumento de estudantes e que estava indo estudar na cidade, muitos queriam continuar, e passavam a fazer esse trajeto para ter acesso à educação.

Na fase do estudo do ensino fundamental, foi uma experiência centrada no ensino tradicional, complexo, com receio, estranhamento, mas, também de aprendizagem de acordo com aquele contexto, sempre me esforcei, fui uma estudante que não reprovei em nenhuma série, dediquei em estudar e realizar as atividades propostas, nas provas as notas era razoável, de forma que conseguia superar e passar com excelentes notas de uma série para outra. Essa fase me proporcionou princípios de desvendar e navegar em espaços distintos de aprendizagem e conhecimento.

E no ano subsequente, seria uma nova etapa escolar a ser percorrida novamente, iria cursar o ensino médio. E para continuar os estudos no ensino médio, havia os seguintes

cursos: o ensino médio profissionalizante, o propedêutico, administração, contabilidade e o magistério. Enfim, o que eu queria fazer era o ensino médio em administração, pois, era o meu sonho, achava bonito e pensava em ser secretária, trabalhar em empresa. Infelizmente não foi possível, o curso era somente no período da noite e, naquele contexto, não tinha como eu ir todos os dias naquele horário devido à falta de condições logísticas e financeiras.

Então, tive que fazer a opção de cursar o magistério, era o único que havia no período vespertino e, para dar continuidade aos estudos, tive que fazer. Nesse período, as minhas irmãs, uma já havia terminado os estudos, que era o magistério, a outra estava em fase de conclusão. A minha irmã mais velha tinha se formado em magistério e a outra irmã estava concluindo o mesmo e, por motivo familiar e pessoal, desistiu do estudo.

Iniciei o curso, íamos todos os dias para a escola na cidade, esse percurso foi durante três anos, juntamente com os demais estudantes indígenas. Com o aumento dos estudantes que ingressavam ao ensino fundamental, a comunidade começou a reivindicar para a Funai e o município, para que dessem assistência, principalmente no transporte escolar. Com muita luta, conseguiram uma caminhonete e, posteriormente, um ônibus escolar da prefeitura, que buscava e trazia os estudantes todos os dias da semana, de 2ª feira a 6ª feira, apesar dessa melhoria do transporte, às vezes acontecia um imprevisto, ou seja, o carro estragava e demorava algumas semanas para ser consertado, para não perder as aulas, os indígenas estudantes davam um jeito de ir por outros meios de transportes para à escola.

Quando comecei a estudar o magistério, foi simplesmente para não ficar parada e continuar os estudos, nunca imaginava que me tornaria uma profissional da educação, eu não queria dar aula, sabia que, posteriormente, teria que fazer o estágio. Este era a parte do currículo que tinha que dar aula e acompanhar um professor dentro da sala de aula com crianças das turmas da 1º a 4º séries iniciais. E uma das dificuldades que tinha, era minha timidez, tinha vergonha de falar na frente e no meio das pessoas, além disso, a dificuldade era a situação financeira, tinha que comprar vários materiais e muitas vezes não tinha condições para comprá-los.

Apesar de todas essas situações e dificuldades relacionadas à questão financeira, logística e de transporte, eu consegui caminhar, estudar e a cada dia ter a superação e enfrentando as barreiras. Diante de tudo, os meus pais sempre me apoiaram e fizeram de tudo para me ajudar e para comprar o que precisava. Eles trabalhavam na roça, faziam artesanatos e iam vender na cidade, pescavam no rio e pegavam muitos peixes enormes e

vendiam para sustentar e dar uma boa condição de vida para nós, assim, como para ajudar em nossos estudos.

Na escola “Júlio Muller” cursei o ensino médio em magistério, o ensino voltado a formação para dar aula para crianças nas séries iniciais, que era denominado de “Pré” e 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Para mim foi muito bom, aprendi muitas coisas interessantes, técnicas e metodologia de como atuar em sala com as crianças, construção e elaboração de material pedagógico. Foi uma etapa de aprendizagem, superação e enfrentamento a cada dia, consegui terminar com muita persistência e determinação. Uma situação que me marcou neste processo foram os primeiros estágios que tive que fazer, foi uma adrenalina e receio por estar numa sala de aula com crianças. Enfim, respirei e enfrentei, fiz o que tinha que fazer entre receios, mas, eu fiz e realizei todos os estágios.

Outra situação que me lembrei de o trajeto que fazia para ir ao estágio. Eu tinha que fazer o estágio no período da manhã, e à tarde havia aula normal, nossa, era uma correria entre chegadas e partidas, praticamente todos os dias da semana. Durante a manhã tinha que buscar condução para ir fazer o estágio, ora era a pé, a cavalo ou, às vezes, de carro.

No período matutino ficava da 7h00 até as 11h00 para fazer o estágio, depois saía e esperava o almoço numa praça da cidade, próximo à ponte. O almoço, a minha mãe mandava pela minha irmã, às vezes com o motorista, com o meu primo, que vinha com o transporte escolar para estudar no período vespertino. Assim, eles chegavam e me entregavam o almoço, e eu ficava sentada no banco da praça almoçando, o almoço era o arroz, feijão, peixe, mandioca, às vezes eram somente o arroz e feijão.

A refeição do almoço saciava a minha fome, esperava com grande expectativa, pois, nem sempre tinha dinheiro para comprar lanche e a comida enviada pela minha mãe saciava e me alimentava para mais uma jornada do período vespertino. Quando não vinha o peixe, ficava desapontada, mas comia, era o que tinha e pensava sobre o cuidado e da preparação daquela comida, feita por amor, e sabia da sua preocupação de fazer e mandar para a minha alimentação. Enfim, comia e pensava que em algum lugar, como até hoje, há pessoas e crianças que não tem nada para comer, e que eu tinha a comida para alimentar, apesar de esta faltando o peixe, pois, para mim, a mistura, no caso o peixe, fazia falta. Lembro-me que ela dizia *“sempre agradeça pelo alimento que se tem”*.

Em seguida, no período vespertino, ia novamente para a aula. Esta se iniciava às 13h00, encerrando-se às 17h00, depois ia embora para casa, na aldeia, com o transporte escolar.

Essas memórias sucederam num tempo passado, onde apenas o pensamento consegue alcançar, que viabilizou aquisição de aprendizagem, encontros, desencontros, quebrar barreiras entre a aldeia e a cidade, na minha vida escolar foi um dinamismo constante de ir e vir.

Em 1997 concluí o ensino médio profissionalizante em magistério. Os meus pais me ajudaram para participar da formatura, a qual foi organizada e todos os estudantes estiveram presentes. A nossa turma foi à última compostade estudantes em formação para o magistério e não seria mais ofertado este tipo de formação.

O evento da formatura foi uma celebração e confraternização fantástica, foi linda, uma conquista para mim e especialmente para os meus pais e familiares, um orgulho nos olhares, por ter conseguido fechar aquele ciclo, mais uma etapa de estudo seria mais uma filha a ser formada, apesar de que não era o que eu queria fazer, de toda forma, era o único curso de ensino médio que havia durante o dia e dar a continuidade ao estudo, porém, estava radiante de felicidade por finalizar mais um degrau do estudo, não imaginava que futuramente me tornaria uma profissional da educação.

Enfim, participei da cerimônia da formatura que foi realizada no centro comunitário da cidade, o meu pai organizou uma festa com comidas e um churrasco para as pessoas da comunidade da aldeia.

Segue a foto da formatura do magistério, referente à última turma - em 1997:



Fotografia 2: Formatura do magistério

Sou grata eternamente aos meus pais, por tudo que fizeram por mim, senti-me radiante por poder partilhar com a comunidade essa conquista de estudo. No entanto, para mim, foi um tempo marcado por momentos agradáveis e desagradáveis, feitos de caminhadas, de suor, lágrimas, sangue, tédio, desânimo, tristeza, emoções psicológicas, financeira, desafios, venci obstáculos e preconceitos, porém, havia também muitas alegrias, grande aprendizagem, sorrisos, risos, carinho, amor, companheirismo, persistência e superação.

Portanto, o percurso escolar que vivenciei e as formas como foram sucedendo os acontecimentos que foram me proporcionando, foi um contexto singular na minha vida pessoal, acadêmica e profissional diferentes das minhas irmãs.

O estudo nas escolas do wace, a escola pública permitiu uma interação de aprendizagem e enfrentamento para desvendar o enigma do conhecimento o qual me fez caminhar na busca do aprender, desaprender e a aprender a esquecer, pois, muita coisa que vivenciei tem pouca recordação, por outro lado um grande incentivo de meus pais, como citado acima, fizeram de tudo para que nós pudéssemos estudar e ter acesso à educação, algo que na época deles, não tiveram oportunidade. O meu pai e a minha mãe nos diziam

*“que como nós não tivemos oportunidade de estudar, nós tínhamos que estudar para que no futuro tenha um estudo, uma profissão, pois, eles não tiveram chance de estudar”.*

A minha mãe aprendeu somente a escrever o nome completo, o meu pai estudou até a 4<sup>o</sup> série do primário. Acredito que o que eles falavam e aconselhavam fixou na minha mente e me impulsionou e continua para saber lidar neste mundo do wace, que é complexo. Os meus pais, pelo contexto da época, não adquiriram o conhecimento escolar, portanto, eles tinham e tem um saber, o conhecimento imprescindível da vida e que nos mostrava e mostra no cotidiano e na convivência no âmbito familiar e coletivo.

No período em que estudaram na aldeia, vivenciaram o ensino tradicional que visava à escolarização homogeneizadora, que tinha como objetivo o aprendizado da leitura e da escrita. Os estudantes indígenas tinham que memorizar conteúdos que eram a tabuada, as quatro operações, responder determinadas questões, caso não respondessem ou erravam, sofriam punições, era a “palmatória” (um objeto feito de madeira que se batia na mão do aluno que errava as perguntas), ou ficava de joelhos sobre pedra ou milho na frente dos outros alunos.

Este tipo de ensino foi vivenciado por essa geração de jovens na qual as minhas irmãs frequentaram, foi uma educação que visava uma aprendizagem forçada, baseada em castigo a “palmatória”, uma educação hostil.

### **1.3. Ensino superior – Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT**

No ano 2001 aconteceu o primeiro vestibular indígena na Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat – MT, município de Barra do Bugres, o curso de Graduação Específico e Diferenciado, intitulado *“Projeto 3<sup>a</sup> Grau Indígena - Formação de Professores Indígenas”*. Esse curso em nível superior visava à formação específica para professores indígenas que tivesse terminado o ensino médio.

Para concorrer ao vestibular, foi necessária a apresentação do documento da comunidade indígena, em que se dava a permissão para a participação no vestibular. Foi então neste contexto que a comunidade Umutina, em reunião, assinou a carta da permissão para que nós, eu e os demais colegas interessados, pudéssemos participar deste vestibular indígena.

Para mim foi uma oportunidade de fazer e realizar o sonho que era o curso superior, pois, assim que terminei o magistério, fiquei parada por aproximadamente 3 a 4 anos, os



estudos, devido à falta de recurso para continuar a cursar uma universidade, era o meu sonho, e esse vestibular seria uma forma de ingressar e almejar a tal universidade.

Então, eu fiz o vestibular, porém, não estava entre os números de vagas, fui classificada, ou seja, na fila de espera, caso alguém desistisse de ocupar a vaga eu seria convocada. Quando eu vi o resultado, nossa, pra mim foi um desastre, fiquei revoltada e decepcionada, chorei muito, super arrasada de ficar na classificação que apareceu, queria estar entre os números de vagas, principalmente, pois os demais colegas que fizeram o vestibular foram aprovados e somente eu não havia conseguido. Foi um momento de decepção e chorei muito.

Em um belo dia, quando menos esperei, a equipe da coordenação do projeto iniciou a segunda chamada das pessoas que tinham sido classificadas, então, o meu nome estava na sequência de uma pessoa que havia desistido. Na terceira semana de aula recebi um telefonema da minha irmã dizendo que a equipe da secretaria do 3ª Grau Indígena queria falar comigo e que era para eu ir fazer a matrícula para o curso.

Naquele momento foi o renascer de uma nova etapa e oportunidade para realizar o meu sonho em ingressar numa universidade, fiquei feliz e imediatamente compareci, fazendo todos os trâmites da matrícula. Em seguida, já participando das aulas, estaria desvendando entre risos, diversidades, adversidades, desafios e novamente superação, pois, seria um contexto acadêmico de pluralidades culturais, enfim, me lancei em novas experiências e aprendizagem.

Nesse sentido, relato o meu ingresso ao ensino superior, novamente observa-se que a minha trajetória não é linear, houve um intervalo entre o ensino médio e o superior, não fui aprovada entre as vagas ofertadas, no entanto, houve um desequilíbrio entre os anseios e as ofertas escassas de oportunidade ao redor.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas-3º Grau Indígena, foi o resultado de lutas, demanda e reivindicação dos professores, lideranças e movimento indígena do Estado de Mato Grosso, nos eventos e encontros e, principalmente, na ocasião que estava sendo realizado em Cuiabá, no ano 1997, a Conferência Ameríndia de Educação e o Congresso de Professores do Brasil, foi organizada pela Secretaria de Educação do Estado. É importante relembrar que a política pública tem origem nas reivindicações dos indígenas, ou seja, reivindicações parte dos movimentos indígenas e não o contrário, portanto, foi um marco histórico.

A partir dessa reivindicação dos indígenas, o governo do Estado Dante de Oliveira proporcionou uma iniciativa inédita para instituir a implantação e elaboração do Projeto de cursos específicos na área de educação que atendesse questões particulares e diferenciadas, juntamente com os povos indígenas. Nesse contexto de construção, esteve presente nas reuniões representantes e lideranças indígenas, Bororo, Xavante, Bakairi, Paresi e Umutina, assim como os segmentos: a Fundação Nacional do Índio (Funai), Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Conselho de Educação Indígena (CEI), Conselho de Educação do Estado (CEE), estava em foco a construção e reconstrução de novas pedagogias, metodologias e conhecimentos milenares dos povos, principalmente visando atender as expectativas das comunidades indígenas, o currículo, a proposta pedagógica e os temas norteadores do referido projeto.

O 3º Grau indígena foi um marco significativo na história dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso, assim, como no Brasil, a seleção para ingressar foi através do vestibular específico para os indígenas que contemplavam o Estado de Mato Grosso (MT) e de outras regiões do território brasileiro. Ofertando “200 vagas, sendo 180 para os indígenas do MT e 20 vagas para indígenas de outras regiões do Estado” (C E E I, 2002).

O Projeto de Formação de Professores Indígenas-3ºGrau Indígena foi considerado como “inédito e pioneiro”, na história do Estado de MT, do Brasil, e até o nível internacional, serviu como exemplo e espelho para a construção de curso de formação em nível superior para outros Estados do Brasil.

No entanto, esclareço sobre o vanguardismo do referido projeto e convido a pensar nos desafios enfrentados por mim, que estava ingressando na primeira turma de uma experiência pioneira.

O curso proposto, cujo nome era conhecido como “*3º Grau Indígena*”, foi esperado com grande expectativa e esperança pelos indígenas, principalmente por aqueles (as) que iria concorrer o vestibular indígena, considerado o primeiro do país.

A realização do vestibular indígena para os professores se deu em vários lugares diferentes dentro do Estado de Mato Grosso, foram: “Sangradouro, Meruri, Campinápolis, Água Boa, São Marcos, Pakuera, Barra do Bugres, Rondonópolis, Xingu e Araguaia” (C E E I, 2002).

O diálogo com a minha orientadora, Antonádia Borges, me fez refletir que as cidades mencionadas apresentam e reúnem nomes de cidades que em si nos dizem muito

sobre o arquivo colonial do MT, tem nomes indígenas ao lado de termos que aludem aos empreendimentos coloniais – nomes de santos, termos derogatórios, alusões ao Marechal.

Lembro-me no dia que fomos fazer o vestibular, entrando na sala de aula, os indígenas professores estavam radiantes de emoções e, ao mesmo tempo, com receio, devido que aquela era a primeira vez que estávamos realizando o vestibular indígena, era início de uma longa história a ser percorrida durante cinco anos, uma oportunidade de continuar os estudos em nível superior. Os participantes indígenas saíam em silêncio e apreensivos se seriam aprovados ou reprovados. Todos ficaram na espera e em grande expectativa do resultado final.

Após algumas semanas, saiu o resultado que todos esperavam. O ambiente de felicidade e emoção emergia de muitos indígenas que conseguiram a aprovação, enquanto outros ficaram desapontados e com uma sensação de tristeza, assim, como citado acima, aconteceu comigo, não fiquei entre as vagas, porém, fui classificada.

Na oportunidade, fui chamada, aceitei fazer parte da construção dessa história de interagir, compartilhar a convivência e aprender neste contexto das diversidades culturais étnicas.

Neste contexto, foram ingressados 10 indígenas do povo Umutina, uns já atuavam como professores e outros eram somente professores substitutos, porém, com o objetivo de fazer a formação e, posteriormente, serem professores e atuar na nossa comunidade Umutina. Movidos pela radiante felicidade de estar cursando o curso superior, éramos em 10 professores, vale ressaltar que eram cinco mulheres e cinco homens que estariam engajados a lutar para conquistar a ampliação da escola na aldeia, assim, como para a revitalização da cultura e trabalhar junto ao nosso povo.

No início do curso, no ano 2001, foi realizada a aula inaugural no Ginásio de Esporte Arlindo Buck, em Barra do Bugres, MT, e esteve presente o Sr. Dante de Oliveira, o governador do Estado e as autoridades locais e regionais, lideranças e representantes indígenas, prestigiando o cerimonial. Os acadêmicos de diferentes etnias fizeram apresentação da cultura com suas vestimentas e danças tradicionais para as autoridades presentes, assim, para os barrabugrenses.

Na primeira etapa de estudo, teve a recepção aos acadêmicos, desejando boas-vindas, informes sobre o currículo, horários e os procedimentos das aulas e a abordagem da temática que foi Gênese, que seria trabalhado e discutido nas diferentes áreas de conhecimento. A classificação das áreas estava centrada em: Línguas, Artes e Literatura,

Ciências Matemática e da Natureza e Ciências Sociais, a cada semana iria estudar essas áreas de conhecimentos.

O 3ª Grau Indígena foi um curso que houve um espaço de diversidade e adversidade, onde se reuniu culturas de diferentes etnias num espaço de diálogos, interação, porém, também houve impacto e conflitos, preconceitos, por se tratar de povos e grupos étnicos oriundos de diferentes lugares e regiões do Estado brasileiro, cada qual com sua história de contato distinto e suas concepções de mundo.

Início de um grande processo de busca pela identidade cultural. Algo que me marcou muito na I Etapa Intensiva do curso foi à diversidade de etnias e o estranhamento, nós fomos cobrados para apresentar a nossa cultura, teve a discriminação entre os próprios parentes indígenas, por não falar a língua, assim, foi com os demais colegas Umutina e com os acadêmicos indígenas de outros Estados que não são falantes da língua, tudo por um processo de colonização usurpador de contato com esses povos.

Novamente em diálogo com a minha orientadora, Antonádia Borges, me ocorreu uma reflexão que, diante do exposto, revela que ter a cultura para apresentar e para compartilhar era no princípio do 3º Grau uma moeda de troca valorada. Um divisor de águas se fez entre o que tinha e os que não tinham. A ideologia colonial resistia mesmo no mais bem intencionado dos projetos. Quem não a tinha, não tinha mérito. O princípio não era o do reconhecimento da usurpação, mas a celebração do indígena imaculado em pleno estado do MT, em pleno século XXI.

Como mencionado anteriormente, éramos dez indígenas acadêmicos do povo Umutina, cada qual com histórias e descendência de etnias distintas como o Paresi, Nambikwara, Bakairi e Umutina, algo em comum era que morávamos no mesmo território indígena Umutina, na aldeia Umutina.

Foi diante dessa situação e discussão que se iniciam os meandros de questões referentes à cultura, a identidade do povo. Emergiram indagações identitárias como: Quem sou eu? Quem é você? Conta a sua história? Quem são os Umutina? Por que não falam a língua?

Assim, expresso em palavras pensamentos que a tormentavam, compartilho o dilema de deixar de ser indígena, diante de indígenas, no momento em que mais se aproximou de ser indígena.

Neste contexto, passa a discutir sobre a cultura e identidade, fomos cobrados com relação à cultura Umutina, principalmente no quesito das apresentações das danças, das

vestimentas tradicionais, entre outros. Todos os grupos étnicos tinham que apresentar algo da história do seu povo para os demais acadêmicos.

Diante do contexto percebo que eu não aceitava o “não” como resposta, não temos língua. O nosso povo renasce a cada dia daquelas crianças que foram confinadas após o genocídio de seus pais.

Diante da emblemática abordagem, a universidade impõe um conflito, conflito este que até então não foi percebido naquele momento entre nós. Somente mais tarde, através de discussão, debate, diálogos e socialização do contexto histórico de cada grupo étnico entre os acadêmicos e os docentes, começaram a vislumbrar outro olhar mais interativo e recíproco, mostrar novos horizontes de refletir e atuar diante a essa realidade de buscar conhecimento no percurso acadêmico. Os temas que eram abordados nas disciplinas que contemplavam as áreas de conhecimentos contribuíram muito para ter um olhar mais aberto diante das diferentes realidades.

Faço uma reflexão sobre o ensino como aprendizagem. Também os inocentes propositores do projeto se deram conta do que seus anseios implicavam e gradualmente passaram a revisar suas expectativas e as cobranças sobre os estudantes.

A partir do curso do 3ª Grau Indígena eu e os demais colegas despertamos o interesse de aprender, conhecer e buscar aperfeiçoar melhor a nossa história, a pesquisar a vida dos nossos ancestrais, dos antepassados, a conversar com os anciões para repassar os conhecimentos e saberes do povo. O fato de terem sido interpelados sobre a nossa cultura levaram ao processo de pesquisa busca de informações sobre a história do lugar e das pessoas que o habitam, em suma, a vasculharem o arquivo colonial.

Um fato que aconteceu foi relatado por minha irmã, que num determinado momento reunido, um dos nossos colegas dizia que ele era Paresi e os demais da nossa turma começaram a questionar ele. Como você é Paresi? Se estamos na mesma turma e moramos na mesma aldeia?

Os Paresi já estão presentes, são de outra região, apesar de nossos pais serem descendentes do Paresi, precisamos entrar em consenso. Foi um momento tenso, de discussão muito delicada ao se tratar dessa questão, que foi um impacto para cada um de nossa turma, repensar as nossas atitudes e, principalmente, a reafirmação da identidade étnica. A complexidade da experiência não deixa espaço para inocentes, nesse sentido, a pergunta sobre a autenticidade não é feita apenas pelos organizadores do curso.

Entretanto, após várias conversas, debates entre os acadêmicos da aldeia Umutina e com ajuda dos docentes que estavam ministrando as aulas, houve um consenso e a reafirmação enquanto pertencimento coletivo do povo Umutina. Pois, éramos professores e tínhamos que fortalecer e buscar conhecer com mais profundidade a nossa história e os saberes Umutina, que por circunstância e necessidade imposta pelo mundo ocidental, a cultura Umutina ficou muito tempo “*adormecida*”, e que estava em nossas mãos enquanto professores ou futuro professores indígenas, a responsabilidade, o compromisso de lutar para a revitalização e fortalecimento da cultura do povo Umutina, visto que todos nós que ingressamos, tivemos uma carta da comunidade, um aval e permissão para participar e que deveríamos honrar o compromisso com a nossa aldeia e com o povo da comunidade Umutina.

Em nome de um objetivo maior era o compromisso de luta e a revitalização da cultura Umutina, uma luta coletiva dos indígenas Umutina. Nesta empreitada, mostra-se que a caminhada é feita de muitos desvios, de muitos retrocessos, de alguns poucos passos adiante.

A etapa se encerrou mostrando a diversidade étnica no meio acadêmico, diferenças de comportamentos, as relações social, linguística e cultural, envolvendo rodas de debate e atividades em salas de aula. Para finalizar a etapa do curso, foi realizado a “*noite cultural*”, um evento de confraternização e agradecimento dos docentes e das autoridades presentes pelo apoio, companheirismo e respeito para com os indígenas acadêmicos, que estava sendo encerrada a I etapa intensiva do curso do 3<sup>a</sup> grau indígena no Campus da Unemat, na cidade de Barra do Bugres.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas-3<sup>a</sup> Grau Indígena foi projetado pelos estudos presenciais no período de férias nos meses de janeiro e julho, e os estudos da etapa intermediária que se realizava nas aldeias, onde o indígena professor atuava na escola, na sua comunidade. Dando prosseguimento aos estudos, era realizada a etapa intermediária que acontecia nas aldeias. Os coordenadores do curso, juntamente com sua equipe de profissionais, iam para as aldeias para realizar a etapa que denominava “etapa intermediária”, havia atividades a serem executadas nas escolas das aldeias, as pesquisas que os acadêmicos faziam e entregavam na secretaria a cada etapa do curso. Os acadêmicos apresentavam boas expectativas, crescimento intelectual, compromisso e responsabilidade frente ao Projeto entregando em dia as atividades propostas.

A II etapa intensiva do curso 3ª grau indígena começou com as aulas proporcionando um diálogo amistoso referente à metodologia e a dinâmica das atividades, viabilizando mais participação entre os acadêmicos através da discussão de um determinado tema, cuja temática foi o “*Tempo*”.

Durante o período do curso, nós ficávamos alojados na escola agrícola, aproximadamente 12 km distante da cidade de Barra do Bugres. Neste ambiente, havia alojamento feminino e o masculino. Todos os dias da semana se fazia o traslado da escola agrícola para a universidade, cujo transporte escolar um ônibus cedido pela prefeitura.

O café da manhã era servido das 6:00 horas às 6:30 horas da manhã, pois, as aulas iniciavam-se às 7:30 horas da manhã. Após o café, ficávamos aguardando o horário de saída do ônibus para a Unemat.

O estudo acontecia em três períodos, matutino, vespertino e noturno. No Matutino iniciava-se às 7:30 horas até as 11:30 horas, havia o intervalo do almoço que era servido as 12:00 horas, em seguida, a partir das 13:30 horas iniciavam-se as aulas, as quais iam até as 17:30 horas. O jantar era servido às 18:00 horas, logo em seguida, às 19:30, iniciava as aulas do noturno, que iam até as 22:30 horas.

A princípio, foi difícil se acostumar ao ritmo de acordar bem cedo, depois fomos nos acostumando a esse ritmo dinâmico do curso. No início, os indígenas acadêmicos sentiram a pontualidade, compromisso e a responsabilidade da equipe que fazia parte do curso de 3ª grau indígena, assim, como a coordenação do projeto, a logística da escola agrícola, as cozinheiras, os motoristas e os docentes, havia um conjunto de apoiadores para o bom andamento e funcionamento do curso e da formação de todos os acadêmicos.

Durante as etapas, tivemos aulas práticas para desenvolver experiências na área de ciências da matemática e da natureza (física, química, biologia e computação).

Para mim, foi muito bom, gostei muito de realizar as experiências, foi uma aprendizagem que contribuiu e despertou-me novas formas pedagógicas de trabalhar e atuar na escola da nossa comunidade.

Na aula de computação, o ensino partiu da orientação básica de como manejar o meio tecnológico que é a informática, foi um trabalho de fazer gravação em disquetes, o trabalho dos alunos que foi realizado na etapa intermediaária, essa atividade visava mostrar e gravar os trabalhos para que, posteriormente, tornasse um apoio nas nossas práticas pedagógicas.

Neste sentido, era fascinante ver a paciência, o carinho e a sensibilidade de aprender e entender o ritmo dos acadêmicos, pois, eram grupos étnicos distintos, uns falantes fluentemente da sua língua, outro falante bilíngue ou trilingue e com costumes e culturas diferentes, sendo assim, no curso estava presente 36 etnias distribuídas em 13 Estados da Federação.

Durante a etapa do curso do 3ª Grau Indígena foram fomentados momentos de entretenimento, lazer e relaxamento para os acadêmicos, para reabastecer a energia consumida durante a semana de estudos. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de conhecer e visitar as aldeias: Formoso dos Paresi, localizada na cidade de Tangará da Serra, a aldeia Umutina, do povo Umutina, a 15 km de Barra do Bugres, conheceram um clube campestre que tinha piscina para tomar banho e campo de futebol.

No auditório da Unemat, foram realizadas as aulas de Línguas, Artes e literatura, foram intercaladas com encontro, oficina e seminários em sala de aula. Foi no seminário de Línguas, Arte e Literatura que fizemos a apresentação sobre a história do povo Umutina, abordando de forma lúdica, através de teatro, fazendo narração da “*Origem da vida dos Umutina*”, nos vestimos com os trajes tradicionais. Foi a primeira vez que nós, o grupo dos Umutina acadêmicos, marcou e deixou registrado a história, o processo de contato entre os índios Umutina e o não indígena, a cultura dos nossos antepassados, foi um momento marco e mágico, a apresentação atingiu boas expectativas. A socialização da história Umutina mostrou que apesar da adversidade que houve na etapa anterior, nos levou a pesquisar, trazer as memórias dos nossos ancestrais e com a transmissão dos conhecimentos dos anciões foi possível afirmar e reafirmar que sempre há a possibilidade de construção e reconstrução, que nós, essa geração de professores, estaria levando à frente a continuidade da História, que emergem novos pensamentos e que sempre há a possibilidade de continuar.

As fotos a seguir ilustram a nossa apresentação no seminário de Línguas, Arte e Literatura:





Fotografia 3: Apresentação Origem da Vida

Como exposto, descrevo a estrutura do curso, a localização, a dinâmica ao longo dos sucessivos e intensivos dias. As várias áreas disciplinares eram abordadas a partir de um tópico comum. Na ocasião, a etapa foi o tema Tempo. Ao longo do tempo, como apresento, as expectativas foram sendo respondidas por meio de transformação em indígenas com conhecimento cultural. A transformação atestada na peça teatral que foi apresentada, afirmava a eficácia da formação intercultural. Os desafios que passamos e as discussões que provocaram produziram transformações na audiência, ao fim do processo, capaz de se engajar e entender a história do povo Umutina.

Portanto, o curso de Formação de Professores Indígenas-3ª Grau Indígena atendeu as expectativas dos professores e das comunidades indígenas, oportunizou a formação dos indígenas em nível de ensino superior para que os próprios indígenas atuassem como professor em suas comunidades e que tornasse os pesquisadores de sua cultura, reescrever a própria história.

Esse projeto foi pioneiro para todos os autores, sejam indígenas ou não indígenas que estiveram presentes neste processo de luta contínua, árdua mobilização, entre os parceiros, os indígenas e o governo de fazer consolidar essa reivindicação no âmbito da política em consonância com todos os engajados nesse processo de buscar a consolidação dos direitos referentes à educação dos povos indígenas.

O 3ª Grau Indígena para mim foi um marco significativo na minha vida, oportunizou aprendizagem, conhecimento, troca de experiências coletiva e pessoal. Contribuiu para o aperfeiçoamento na formação profissional da educação, como atuar enquanto profissional da educação. Instigou-me buscar a conhecer a história do meu povo Umutina, uma interação com os anciões da aldeia para que o mesmo pudesse contar partilhar os saberes tradicionais, compreender o processo histórico do contato dos Umutina, fomentou e intensificou o compromisso e responsabilidade de lutar em prol da revitalização da cultura, assim, como abriu novos horizontes de trilhar neste contexto do mundo indígena e não indígena, tive uma visão mais ampla e crítica sobre a diversidade social, linguística e cultural dos povos.

O meu sonho estava a cada ciclo da etapa se concretizando em finalizar e ter o título de ensino superior, e por outro lado a educação específica e diferenciada era algo almejado pelas comunidades indígenas e cada vez mais próximo ao término, havia um questionamento na mente, como colocar em prática essa novas formas de abordagem em nossa comunidade, consolidar a utopia da educação específica e diferenciada em nossa escola, quebrar paradigmas diante desse sistema moderno.

Os conhecimentos adquiridos no 3ª Grau Indígena com certeza surtiram efeitos na vida de todos os acadêmicos, houve a superação das adversidades, ao compreender que para julgar o outro, antes de tudo devemos conhecer e permitir ser conhecido pelo outro. Enquanto indígenas, estamos num mesmo barco aprisionados a um sistema que nos domina, mataram os saberes dos nossos ancestrais numa época remota. E hoje nos cobra que, para ser indígena, temos que falar a nossa língua, mostrar a nossa cultura.

Partindo do exposto da narrativa, Antonádia Borges comenta essa problemática:

“reflete sobre uma questão que deveria ser crucial para a antropologia, um problema que é tanto político, quanto teórico-metodológico. Como podemos nos aventurar no entendimento de outro, quando não nos deixamos conhecer? Qual deveria ser nossa primeira tarefa de pesquisa se não a compreensão de si e a transmissão desse conhecimento para aqueles com quem dialogamos intelectualmente, dentro e fora da universidade” (roda de conversa, 2018).

Diante disso, podemos empoderar desse instrumento ocidental, sem deixar de ser quem somos as nossas essências, as raízes de um povo que luta para ter e manter os seus direitos. Esse curso permitiu-me aguçar novos caminhos de pensar, agir e atuar em contextos distintos.

Foi a partir do 3ª Grau Indígena que os Umutina, professores, intensificaram a discussão e o debate da cultura Umutina com as lideranças, o cacique, os anciões vivos da época, eles foram essenciais e portadores da transmissão das práticas dos saberes através de muitas rodas de diálogos entre os professores e anciões que passaram a partilhar os conhecimentos da história.

Eu particularmente passei a ter outra visão mais ampla e me instigou a partir do ingresso ao ensino superior, o intitulado “3º Grau Indígena”, com essa formação busquei compreender e me interessar sobre a minha própria história, a origem, os saberes do meu povo Umutina, a lutar pela causa indígena.

Nesse sentido, começaram-se as idas ao museu do Rio de Janeiro para buscar vestígios da História, Língua, Cultura Umutina, um trabalho conjunto de revitalização, fortalecimento e valorização da cultura Umutina, principalmente com a participação das crianças, adolescentes e jovens da escola Jula Pará da aldeia. Esse trabalho visava à transmissão, o aprender, o conhecer as práticas dos saberes, como as danças tradicionais, as vestimentas feitas de matérias-primas coletadas da mata, a pintura corporal e a preparação da tinta, os cânticos na língua, modo da preparação das comidas típicas e bebidas, algumas palavras na língua, à história do povo contada na oralidade, ritual da pesca do timbó, entre outros. Foi um passo importante de difusão dos saberes que estava se desmembrando com algumas resistências, porém, estava se concretizando no decorrer do processo.

No ano de 2005 finalizei o curso, graduando-me em Licenciatura na área de Ciências Sociais, pela Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat. O trabalho final

da conclusão do curso foi feito em dupla, eu fiz com a minha irmã, Edna Monzilar, o título foi “*A Mudança do Povo Umutina da Aldeia Umaitá para a Aldeia Umutina*”, uma pesquisa sobre a história do meu povo e seu território, as mudanças positivas e negativas ocorridas ao longo dos anos após o contato com as frentes colonizadoras. A pesquisa foi baseada na memória coletiva Umutina da sua trajetória recente.

De acordo com Edna Monzilar, na década de noventa vinha se discutindo o projeto referente à Formação para Professores Indígenas. Anterior a essa década já acontecia o “Projeto Tucum”, que era a formação em magistério, para os indígenas em nível de ensino médio.

O anseio dos estudantes indígenas da época e das pessoas em prol da causa indígena começaram a dialogar junto aos órgãos do governo como Funai, Secretaria de Educação e demais parceiros. Após várias reuniões e encontros, então se consolida essa demanda dos povos indígenas em MT. Houve muita resistência por parte de algumas universidades, diziam que era coisa de louco e que essa proposta não ia dar certo.

Quando a equipe organizadora do projeto, composta por lideranças indígenas e não indígenas em reunião com o governador na época, o Dante de Oliveira, o mesmo abraçou a causa, a proposta do curso de formação de professores indígenas em nível superior.

Depois de outra discussão, sobre qual município iria assumir, foi, então, que o prefeito na época Arnaldo, cedeu o município de Barra do Bugres, firmando a parceria e o compromisso para com o projeto e para com os povos indígenas. Depois disso, o prefeito de Tangará da Serra, cidade vizinha, queria levar, mas o prefeito de Barra não aceitou.

A partir das parcerias consolidadas entre as instituições governamentais, locais, estadual e federal, inicia-se a divulgação do edital do Projeto em nível de Estado e em outras regiões das comunidades indígenas.

A minha irmã me disse que ficou sabendo através de uma reunião realizada na aldeia, onde foi feita a explicação e socializado como iria acontecer todo o processo do curso “3º Grau Indígena” pelos professores Alice e Filadelfo, nesta reunião para a comunidade.

#### **1.4. Faculdade Intercultural Indígena - Universidade do Estado de Mato Grosso**

De acordo com a informação do Adailton Alves da Silva, professor efetivo desta instituição, foi um dos professores que esteve presente ministrando aula no início deste

curso de Formação de Professores Indígenas, atualmente é diretor da Faculdade Indígena Intercultural-Faind, este destaca o papel e a missão da Universidade. A Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus de Barra do Bugres, cumprindo um de seus princípios voltados à valorização da diversidade cultural brasileira, no ano de 2001, coloca em funcionamento um dos mais ousados projetos: a oferta de graduação específica e diferenciada para indígenas, intitulado o “3º Grau Indígena”.

Nessa perspectiva, de acordo com o professor Adailton, a instituição passou a ofertar o curso de Licenciatura Específica para a Formação de Professores Indígenas, com três habilitações: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais, cuja finalidade era promover a qualificação dos professores que atuam nas escolas em aldeias indígenas. O objetivo principal do curso era a formação e a habilitação de professores indígenas para o exercício docente no Ensino Fundamental e em disciplinas específicas do Ensino Médio nas escolas das aldeias em diferentes regiões do Estado.

A duração do curso é de cinco anos, com a carga horária total de 4.025 horas, distribuídas em 10 etapas de Estudos Presenciais, 10 etapas de (Estudos Cooperados de Ensino e Pesquisa – Intermediária), Estágio curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso.

Conforme informação do professor Adailton para a primeira turma (2001-2006) foi ofertadas 180 vagas para o Mato Grosso e 20 vagas para os demais Estados do Brasil; destas, formaram-se 186 alunos. Desses outros Estados, a Unemat graduou acadêmicos indígenas representantes dos povos Kaxinawá (AC), Manchineri (AC), Wassu Cocal (AL), Baniwa (AM), Tikuna (AM), Baré (AM), Pataxó (BA), Tuxá (BA), Tapeba (CE), Tupinikim (ES), Potiguara (PB), Kaingang (RS e SC) e Karajá (TO).

Em 2005, teve início a 2ª turma (2005-2009), com 100 vagas oferecidas somente para indígenas do Estado de Mato Grosso, das quais foram graduados 90 acadêmicos. Para a terceira turma (2008-2012), foram ofertadas 50 vagas, e para a quarta turma (2011-2015), mais 50 vagas.

No ano de 2012-2016, além dos cursos de Licenciaturas Interculturais (2011-2016), a UNEMAT passou a ofertar o curso de Pedagogia Intercultural, para o qual abriu 50 vagas, todas ocupadas por professores de aldeias indígenas, pertencentes a 32 povos do Estado de Mato Grosso. O curso tem a finalidade a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e Médio e nas áreas de serviços de apoio

escolar, em ambientes escolares e não escolares. Tem a expectativa da formação do educador reflexivo, conhecedor do contexto socioeconômico, cultural e político do país e da região em que está inserido.

O professor enfatiza que hoje a Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT atende 120 alunos (2015/2), sendo 60 alunos do curso de Pedagogia Intercultural e 60 de Licenciatura Intercultural. Atualmente, de Mato Grosso, há acadêmicos das seguintes etnias matriculados nos cursos: Apiaká, Aweti, Bakairi, Bororo, Cinta Larga, Chiquitano, Ikpeng, Manoki/Irantxe, Juruna, Kalapalo, Kamaiurá, Karajá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Mebêngokrê, Mehinako, Myky, Munduruku, Nafukuá, Nambikwara, Paresi, Rikbaktsa, Paíter/Suruí, Kisêdjê/Suyá, Tapayuna, Tapirapé, Terena, Trumai, Umutina, Waurá, Xavante e Yawalapiti.

Além dos cursos de graduação, ofertados e realizados no período compreendido entre 2002 a 2011, foram ofertadas três especializações *Lato Sensu* em Educação Escolar Indígena, com a participação de interessados de diferentes instituições que atuam na questão indígena e professores indígenas já graduados.

Nesse sentido, o professor ressalva que a Faculdade tem por objetivo, também, a execução de cursos de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e formação continuada de professores e profissionais indígenas; a abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; a oferta de cursos de formação continuada, acompanhamento de acadêmicos indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

Hoje a Faculdade conta com um acervo de aproximadamente 3.700 publicações disponíveis na biblioteca, mais de 5 mil fotos registradas, cerca de 57 mil documentos catalogados, quase 500 peças etnográficas cadastradas, entre outros materiais.

Foram desenvolvidos e concluídos 6 projetos de pesquisa, em parceria com o CNPQ, CAPES e FAPEMAT, bem como o projeto PIBID-DIVERSIDADE, que contou com o financiamento da CAPES, intitulado: “*Elaboração de Materiais Didáticos nas Escolas Indígenas de Mato Grosso*” (2011-2013), que resultou na publicação de quase 70 livros para apoio didático nas escolas indígenas de Mato Grosso.

No ano de 2014, foi aprovado e está em andamento o projeto “*Elaboração de Materiais Didáticos nas/para as escolas indígenas de Mato Grosso*”, do programa PIBID-DIVERSIDADE, com o apoio da CAPES, destinado a 100 bolsistas, além de outros

projetos em implantação. Projeto este que atinge de forma direta, mais de 70 escolas estaduais e municipais, em 2018, foram beneficiadas 72.

Segundo Adailton, em mais de quinze anos de Educação Escolar para indígenas, a instituição já formou/graduou cerca de 450 professores indígenas em Pedagogia e Licenciatura Intercultural e especializou aproximadamente 140 professores. Neste sentido, mostra-se comprometida com a qualidade da atuação dos professores indígenas, interessando-se em promover discussões sobre as condições de oferta dos cursos num momento em que o país vive a ampliação de redes institucionais para a formação superior para indígenas, mais o Mestrado Profissional: Para o Ensino em Contexto Intercultural Indígena são 20 vagas, com início em 2020.

### **1.5. Período de Estudos e Convivência na Universidade de Brasília – UnB**

As experiências em diferentes contextos me proporcionaram conhecer e aprender diversas dimensões operantes fora da vida interna da aldeia, impondo-me desafios e responsabilidade frente ao meu povo Umutina, e questões relacionadas ao universo indígena e o não indígena são vivências que perpassam a minha identidade como mulher indígena, minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

Certo dia, recebi um email de uma colega o qual se tratava do edital e vaga do mestrado Profissional da UNB, colocando em destaque, mencionava *“tem esse mestrado e a vagas para indígena, por que você não tenta, segue o edital”*.

Então, fiquei pensativa e resolvi ler o edital para me informar como seria o processo, logo que comecei a ler, me encantei por uma das atividades que era a *“aula de campo em São Gabriel da Cachoeira”*.

Resolvi me inscrever não tanto pelo mestrado, mas, pela aula de campo, pois, pensava, caso eu passasse, iria conhecer um lugar da Amazônia e seria uma grande oportunidade de conhecer esse lugar fantástico, era meu sonho de conhecer esse lugar, para isso teria que me lançar, foi, então que elaborei o projeto e enviei. Passei por vários processos, elaboração do projeto, avaliação e entrevista, enfim, com grande expectativa saiu o resultado da aprovação e estava entre os aprovados em 6º lugar de classificação, fiquei muito feliz e empolgada, tendo uma expectativa positiva.

Em 2011 participei da Seleção do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável Junto aos Povos Indígenas no Centro de Desenvolvimento Sustentável, na Universidade de Brasília, UNB. Fui contemplada, mais uma conquista e desafios a serem enfrentados e me ingressei no mestrado.

A abordagem da dissertação foi sobre “*Território Umutina: Vivências e Sustentabilidade*”, a pesquisa tratou-se da continuidade do trabalho que faço na educação em prol da comunidade, juntamente com os anciões, jovens da escola e a comunidade, ressaltando como o povo Umutina vive, usufruindo de maneira sustentável em seu território e com base em sua própria cultura. Buscando discutir possibilidades de sustentabilidade econômica dentro do território demarcado, considerando o atual debate sobre o desenvolvimento sustentável.

A referida pesquisa visou à formação dos jovens para que pudessem ser protagonistas e, assim, defender e buscar meios alternativos de sustentabilidade dentro da aldeia. Afinal, essa é uma preocupação central dos pais e da comunidade: quais são as perspectivas futuras para a juventude? Portanto, a pesquisa veio ao encontro dos anseios da comunidade.

Nesse contexto, revelou-se uma experiência única e essencial, aos meus interesses e de minha comunidade, pois, parte deste, a comunidade foi diretamente envolvida e atuou na pesquisa, motivada pela perspectiva de fortalecimentos dos saberes do povo.

É importante ressaltar que foi feito um vídeo como registro da cultura Umutina que demonstra a

“vivência e convivência dos jovens estudantes Umutina da Escola de Educação Indígena “Jula Paré”, em torno do tema nucleador da sustentabilidade no território, considerando as mudanças, as transformações dos fatos no decorrer dos anos, o cotidiano e a busca de estratégias e alternativas para viver, a valorização da cultura e do espaço territorial” (MONZILAR, 2018, p.64).

Algo significativo para mim, um sonho que se concretizou recentemente foi a publicação da pesquisa em livro pela editora Novas Edições Acadêmicas. Foi o meu primeiro livro publicado no ano 2018, para mim, assim como para o meu povo Umutina, de mostrar e divulgar parte da história, a cultura e acima de tudo a luta e a resiliência que estes guerreiros e guerreiras Umutina foram reconstruindo os saberes e fazeres ancestrais.

Neste contexto atual, o próprio indígena pode contar a história, escrever, registrar, pesquisar, a partir do pensamento e visão indígena, sendo protagonista da sua história, do



saber da ancestralidade, não mais mero expectador, contribuindo e produzindo conhecimento, e que esses saberes possam estar dialogando em distintos espaços, dentre este a universidade.

Numa determinada aula, os professores José Augusto Drumond e Elimar Pinheiro do Nascimento, através de slide, contextualizaram e explicaram sobre o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e o objetivo deste. O CDS é um espaço de reflexão multidisciplinar preocupado com a questão no âmbito ambiental, na busca de alternativas de desenvolvimento sustentável com diálogo entre diferentes saberes. Sendo sua missão o espaço acadêmico de promover a ética da sustentabilidade, por meios de diálogos entre saberes, construção de conhecimentos e formação de competências.

E no final deste slide, trazem uma fala do indígena Alvaro Tukano, do livro “Doéthioro e os séculos Indígenas no Brasil”, a qual segue: “(...) *não ouvir a História de nossos velhos é a mesma coisa que perder os nossos documentos que se resumem na manutenção de línguas e de costumes tradicionais*”.

Esse pensamento do indígena Tukano remete a uma passagem da concepção dos jovens Umutina que está na pesquisa do mestrado, enfatizando “*Para os jovens é importante aprender o conhecimento tradicional do povo Umutina, trazendo a participação dos mais velhos, pois, compreendem que os mesmos são bibliotecas vivas de nossa história para manter a cultura*” (MONZILAR, 2018, p.59).

A princípio, o curso intitula-se Mestrado Profissional em Sustentabilidade Juntos a Povos Indígenas e ofertou vagas para os indígenas e não indígenas, estes eram indigenistas que trabalhavam ou atuavam em questões relacionadas aos povos indígenas em diversos lugares e espaços do território brasileiro. Éramos em 13 indígenas e 13 não indígenas, num total de 26 acadêmicos.

Estes acadêmicos indígenas eram oriundos de distintos lugares das regiões do território brasileiro e representantes dos povos: Umutina, Bakairi, Xavante, Guarani, Apurinã, Kaingang, Kinikinau, Baré e Wapixana.

Posteriormente, houve alteração do nome do curso, porém, com a mesma filosofia e finalidade, sendo Mestrado profissional em Sustentabilidade Juntos a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base nos diálogos de saberes científicos e tradicionais em prol do exercício de direitos do fortalecimento de processos de autogestão de vida, do território e do meio ambiente, da valorização à sociobiodiversidade, proteção do

patrimônio cultural material e imaterial dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Durante os dois anos de estudo do mestrado foi uma experiência significativa no âmbito pessoal e profissional, aprendizagem, troca de conhecimento e saberes entre distintos povos ali presentes e os não indígenas que trabalhavam e lutam pela causa indígena. Éramos uma turma que posso dizer “*a turma*” que havia amizade, entrosamento, conexão e companheirismo, sendo que até hoje mantemos laços e redes de amizade e contato. Um ajudava o outro nos momentos de dificuldades, de alegrias, havia discussão coletiva para um bom andamento do processo de ensino-aprendizagem.

As aulas do curso eram realizadas todos os meses durante uma semana, e em três períodos, matutino, vespertino e noturno, era uma semana intenso e exausto, porém, muito rico, proveitoso e de aprendizagem.

Quando tinha as aulas, todos vinham dos seus respectivos lugares e nos encontrávamos para estudar. Eu vinha de minha aldeia Umutina e depois para a cidade de Cuiabá, e logo para Brasília, esse era o trajeto da viagem, isso se dava todos os meses, eu fazia o maior esforço para participar das aulas, pois, quando estava fazendo o curso eu estudava e trabalhava na minha comunidade da aldeia Umutina, como professora na escola de Educação Indígena “Jula Pará”.

Durante o curso, solicitei o afastamento, ou seja, a “*Licença profissional para qualificação*”, mas, não consegui, a instituição Secretaria da Educação e Cultura (Seduc) indeferiu a minha solicitação, ou seja, negou um direito adquirido, então, tive que tentar conciliar estudo e trabalho, foi uma fase complicada e difícil, tive que ser muito persistente para enfrentar os obstáculos e concluir o curso.

No entanto, houve pessoas que me apoiaram e incentivaram, como algumas colegas que trabalhavam na Seduc, a minha comunidade, a equipe da gestão da escola e principalmente os meus familiares. Reuni-me com a equipe da escola, expus a situação e, por fim, ficando acordado que na minha ausência para o estudo teria uma professora do quadro da escola que estaria me substituindo, a equipe escolar foi compreensiva, sensível e me apoiando.

Nesse sentido, o estudo da pesquisa contribuiu no que tange ao ensino e fortalecimento nas práticas pedagógicas e a visibilidade da valorização e divulgação da cultura, sendo eu a primeira indígena do povo a fazer o mestrado na Universidade de Brasília.

Ressalto a eterna gratidão pelo apoio, parceria, a compreensão, incentivo e da flexibilidade dos tempos de trabalhos durante o estudo de mestrado à gestão escolar da escola Jula Pará, o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), a minha sobrinha Alessandra Boroponepa, a minha irmã Edineth Monzilar, aos estudantes do ensino médio e a comunidade, foram essenciais neste percurso de vida acadêmica e profissional.

A viagem da ida para Brasília se dava ora de ônibus, ora de avião, de ônibus são 23 horas de viagem, e o avião são apenas 1h40min.

O lugar que ficávamos durante a semana do curso, a logística era a colina (apartamento de trânsito) bloco G, onde todos os indígenas ficavam hospedados, próximo a Universidade-UNB, para os estudos e a alimentação todos ia ao restaurante universitário (RU) da universidade.

No início não tinha lugar de hospedagem para os acadêmicos, à colina foi conquistado com muita luta, reunião, encontros, subida na rampa da reitoria. Os acadêmicos começaram a reivindicar um espaço para que todos os indígenas pudessem ter o alojamento durante a estadia na cidade de Brasília, apesar de que todos nós, os indígenas tinham uma bolsa de estudos financiada pelos apoiadores do curso do mestrado profissional em sustentabilidade e terras indígenas: Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Ministério da Cultura (Minc), estes supriam o deslocamento dos diferentes lugares, transporte e a alimentação, porém, havia outras necessidades, uma delas era com a logística.

Começamos a reivindicar a colina para que todos pudessem alojar neste local, visto que estava próximo da universidade. Esse espaço da colina, como citado acima, foi uma luta e algumas subidas na rampa da reitoria para a conversa com o decano, o responsável do departamento para atender a demanda. Lembro que fomos todos juntos, três vezes subindo a rampa da reitoria para conversas com o decano para conseguirmos. Fizemos barulho com o maraca, deixamos marcas, algo que marcou nessas idas foi uma música que os indígenas do nordeste cantam sempre, principalmente nos movimentos indígenas que acontece, é essa *“Pisa ligeiro, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga. Não assanha o formigueiro. E quem não pode com a formiga, não assanha o formigueiro”*.

Portanto, neste sentido, uma formiga, ou seja, uma pessoa existe e atua, mas, quando está no coletivo, o formigueiro faz o barulho, faz o movimento e, por fim, a

coletividade faz acontecer uma ação e nesse contexto conseguimos o almejado espaço da colina.

Neste percurso das disciplinas foi realizada a esperada aula de campo, estava com grande expectativa. Este trabalho de campo fazia parte da programação do curso e seria no município de São Gabriel da Cachoeira- AM, cuja finalidade principal era visitar duas terras indígenas, entre tantas que há naquela região e, na oportunidade, fazer reuniões interinstitucionais com as pessoas que atuam e desenvolvem ações juntos com as comunidades indígenas.

Ainda, o grupo participante, que é parte dessa viagem de campo, estava composta por acadêmicos e professores envolvidos no curso e ligados a questões do universo indígena. Nesta perspectiva, os idealizadores ficaram confiantes e apostaram nessa iniciativa inovadora como um todo.

Destaco a fala do professor doutor Othon Leonardo, que foi o coordenador do curso sobre a viagem de campo em São Gabriel da Cachoeira: *“Mostra aos nossos alunos tanto indígenas como não indígenas como se aproximar para dialogar com o diferente, pra aprender com o diferente, para sentir o outro, sentir a beleza do outro. E nesse exercício de visitas às aldeias Yanomamis, nós preparamos para entrar na dimensão do sagrado do outro, de conversar, dialogar com eles de forma interativa, mas, numa dimensão do sagrado”*.

Para mim, o que mais chamou a minha atenção na viagem de campo em São Gabriel da Cachoeira foram à vivência, as convivências com essas comunidades, a questão de conhecer o outro e o diálogo entre as culturas e o respeito das diferenças.

Enfim, as experiências do mestrado foram magníficas, proporcionou-me mudança de pensamento, de estar aberto ao outro, e uma postura holística diante da minha realidade externa e interna a aldeia. Foram moldando o pensamento, as ações de atuar como profissionais da educação, desenvolvendo atividades para com os estudantes, para que pudessem não somente fazer a leitura, mas, fazer na prática. Passei a compreender a importância desses dois momentos, a escrita e a prática, fui iniciando atividades com os estudantes e professores, que ficou denominado *“aula de campo”*, de ir em *“in loco”* para que os estudantes pudessem conhecer observar e escrever os lugares do território, assim, como os diferentes saberes do povo Umutina, isso, com o intuito de que os estudantes possam ter uma visão holística da sua realidade e que sejam conhecedores e fomentadores da sua história e de seus saberes e valores ancestrais.

Vale ressaltar que foram marcadas e entrelaçadas em ciclo e recheadas de alegrias e obstáculos. Aprendi a interagir e compartilhar aprendizagem em diferentes lugares e com as pessoas distintas, o diálogo dos saberes dos grupos étnicos emergiu novas veredas, práticas inovadoras no âmbito do meu trabalho que pude retribuir na comunidade. Por outro lado, os obstáculos foram para que eu percebesse que assim é constituída a vida, aprendi a ser persistente e lutar pelos meus objetivos, que no caso foi e continua sendo o estudo, e que tudo passa, há sempre um novo amanhecer. Percebi e senti a presença dos meus ancestrais em todo o percurso dessas convivências dos saberes em diferentes lugares, principalmente na vida pessoal, acadêmico e profissional.

## **1.6. Narrativa do curso da Pós-Graduação em Antropologia Social**

Essa narrativa aborda as experiências no curso da pós-graduação, em antropologia social, PPGAS, na Universidade de Brasília-UNB. Experiência que está marcada e entrelaçada, que foram constituídas entre encantos e desencantos pela uma mulher indígena, a partir da perspectiva de diálogos e visibilidade dos saberes ancestrais.

Para o meu ingresso no doutorado, aconteceu da seguinte forma: um belo dia eu recebi um e-mail de uma amiga que fez o mestrado comigo, o qual falava sobre o edital, caso eu tivesse interesse e que divulgasse para as pessoas interessadas que havia duas vagas, sendo uma para o mestrado e uma para doutorado, para indígenas das vagas da ação afirmativa.

Assim que recebi resolvi ler o edital e fiquei pensando, será que vou me inscrever? O que é ser antropólogo? Morar em Brasília? Como será? Foram essas indagações que emergiram na minha mente. Fazer o doutorado era algo que almejava, porém, era algo que para mim estava distante.

Naquele momento não pensava em fazer o doutorado, era só o mestrado e acabou. Mas por outro lado, as circunstâncias da vida foram proporcionando para que eu pudesse elaborar o projeto e lançar ao desconhecido.

Neste intervalo, conversei com um professor que deu aula para mim no mestrado, o Henyo, através de e-mail, e fiz várias perguntas, queria saber informações. Ele fez uma breve explicação e disse que seria interessante eu tentar a seleção. Diante disso, resolvi pedir ajuda a uma amiga, a Hellen, para que ela me desse sugestões e fazer a correção do projeto. Então, fiz o projeto de pesquisa com todos os critérios que tinha que seguir no

edital e lancei-me, pensei “vou tentar” e realizei a inscrição no processo seletivo enviando as documentações.

Passsei por vários processos da seleção, como a avaliação do projeto de pesquisa, avaliação do dossiê, prova oral, que foi a entrevista, prova de interpretação e compreensão de texto na área de antropologia, em língua inglesa.

Enfim, fiquei aguardando com expectativa positiva o resultado da seleção. Era dois concorrentes, sendo eu e o meu amigo Francisco Apurinã, para uma vaga do doutorado. Assim, saiu o resultado da aprovação e eu estava entre os aprovados, em segundo lugar, fiquei muito feliz e empolgada.

Diante do contexto, como havia só uma vaga tanto para o mestrado quanto para o doutorado, nós, os indígenas concorrentes, nos reunimos e fizemos um documento, e foi enviado para a comissão da pós-graduação sobre a possibilidade da abertura para o segundo aprovado, para que aquele ingressasse no curso, visto a importância do processo das ações afirmativas, bem como a presença indígena e o diálogo da diversidade cultural dentro do Departamento da Antropologia Social-DAN/UNB.

Ficamos aguardando a resposta da comissão em torno de 30 a 60 dias, a referida respondeu dando deferimento na documentação, foram momentos significativos, mesclados de emoções, empolgações, alegrias e receio. Fui aprovada, uma conquista e novamente os desafios a serem percorridos e enfrentados, e me ingressei no curso do doutorado, no ano de 2015, em Antropologia Social no Departamento de Antropologia-PPGAS, na Universidade de Brasília-UNB.

A princípio, a pesquisa teve como título: Trabalho, Educação e sustentabilidade dentro do território do Povo Umutina, o referido estudo versa a investigação do trabalho que venho desenvolvendo dentro do âmbito escolar, pois, sou professora na minha comunidade, ressaltando que este trabalho tem a participação dos anciões, professores e estudantes da escola de educação indígena “Jula Paré”.

Estar no doutorado é um sonho que se concretizou, de estar novamente no espaço acadêmico com novas frentes de desafios, pois, diferente do mestrado, o doutorado é acadêmico, é uma dedicação exclusiva, uma forma de colocar em pauta o diálogo para a inserção de novas epistemologias dentro do campo da antropologia, também mostrar e divulgar a história e os saberes indígenas, a luta e a resiliência dos povos indígenas, em particular dar visibilidade ao povo Umutina, grupo étnico do qual pertenço.

Nesta conjuntura atual, viabiliza-se enquanto indígena a narrar a própria história, através da oralidade e conseqüentemente através da escrita, a pesquisa, tendo um olhar a partir do pensamento indígena, do saber da ancestralidade, contribuindo e produzindo conhecimento, possibilita aguçar novas formas que agregam a visibilidade de diferentes saberes no espaço da Universidade.

Para fazer o curso de doutorado em Antropologia, tive que me ausentar da aldeia e ir morar em Brasília durante 4 anos, pois, como já mencionado, o doutorado exige uma exclusividade, responsabilidade, um esforço amplo e complexo de estudo e pesquisa.

Então, comecei a articular as documentações para solicitar a “Licença Profissional para a Qualificação” para enviar a Secretaria da Educação e Cultura-Seduc/MT. Reuni-me com a equipe da gestão escolar que estava à frente no ano 2015, o conselho escolar-CDCE e os professores da escola Jula Pará, expus a situação que havia aprovado no curso e, em seguida, pedi apoio e compreensão nesta nova empreitada de estudos na UNB. Foi feito o documento dando respaldo do apoio e da importância do estudo, sendo eu a primeira indígena Umutina a cursar o doutorado. O referido estudo contribuirá no processo de ensino-aprendizagem da comunidade escolar, tanto interna como externa a escola da aldeia, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a visibilidade das práticas de saberes indígenas Umutina.

Nesse processo de transição das documentações que foram enviadas à Seduc, e a minha ida para Brasília, os estudantes da escola fizeram uma despedida, uma confraternização para mim, com homenagens, foi um momento fantástico de interação e despedida, visto que estaria ausente da escola Jula Pará por um bom período.

Nesta nova empreitada do caminho que iria iniciar no doutorado tive pessoas especiais e essenciais que me apoiaram, incentivaram dando força, sou grata aos amigos (as), a equipe da gestão escolar, os professores e, em especial, os meus familiares, que são as minhas irmãs Edna e a Edinete, o meu pai Edson Monzilar e, em memória, a minha mãe Nice Boroponepá, minha eterna gratidão.

Após, em torno de 60 dias, recebi a resposta a qual tratava do deferimento do processo da licença profissional para a qualificação, foi uma alegria, em partes, pois, havia conseguido durante 2 anos, após esse período, tinha que solicitar para mais dois (2) anos, totalizando os 4 anos do curso, enfim, apesar disso, foi algo positivo para o meu estudo.

Então, me lancei ao novo horizonte, diferente da realidade que até aquele momento estava vivendo na aldeia, agora, cidade grande, a capital, vida acadêmica, desafios a trilhar ao mundo dos wase, porém, com grandes expectativas.

No início, quando cheguei a Brasília, uma amiga e professora, Terezinha, que havia dado aula no mestrado, foi quem me hospedou em sua residência nos três primeiros meses, foi uma pessoa que me ajudou muito nesse começo de processo de adaptação e logística, sou grata pelo seu apoio e incentivo. Neste período, encontrei com o meu amigo Francisco Apurinã, ficamos sendo parceiros e grandes amigos para enfrentar juntos as alegrias e as tristezas na caminhada acadêmica.

Posteriormente, com muita luta diálogos e reunião, conseguimos um apartamento na Colina, este é um espaço para hospedagem de acadêmicos oriundos de vários lugares distante de Brasília, fica próximo da UNB, isso foi durante um ano. No ano subsequente, consegui alugar uma kitinet próximo da universidade.

No ano de 2017, fui convidada para participar de um intercâmbio, ou seja, doutorado sanduíche em Suriname, no Projeto intitulado: Diálogos de Saberes Interculturais Brasil-Suriname (Edital SECADI/CAPES nº 02/2014).

Durante os quatros anos de estudos, no curso do doutoramento, foi construído e moldado um processo marcado por encantos e desencantos. Encantos por proporcionar aprendizagem contínua em distintos espaços dentro e fora da academia, diálogos em diversos contextos, as aulas das disciplinas: Organização social e Parentesco, História da Antropologia Clássico 1, História da Antropologia: Autores Clássicos 2, Seminário Avançado em Teoria 2, estágio docência, essas disciplinas abordavam diferentes eixos temáticos referentes às teorias antropológicas que me instigaram a continuar e a enfrentar a partir das perspectivas de diálogos para dar visibilidade e fomentar diferentes saberes indígenas.

Conheci pessoas legais e simpáticas que tornaram amigos que me ajudaram nas leituras e socialização para o entendimento dos textos teóricos, principalmente textos em inglês. Teve vários momentos que se reuniu para o estudo em grupos, pessoas que foram abertos para fazer esse diálogos e estudo em grupo, docentes abertos, sensível e flexível ao diálogos no que tange a questão indígena, a acesso e a permanência dos indígenas na universidade, em particular ao departamento da antropologia.

A experiência do Intercâmbio Intercultural em outro país, o Suriname, como já mencionei acima, me oportunizou ter a oportunidade de conhecer e conviver com os



indígenas do Suriname em contextos culturais e linguísticos em distintos lugares. Também participei do intercâmbio com os indígenas da Colômbia, conhecendo o trabalho desenvolvido no que se refere à Educação Intercultural.

O estágio docência realizado no segundo semestre do ano de 2016, foi uma experiência desafiadora por eu ter sido a primeira indígena a atuar ministrando aula de introdução a Antropologia para a turma de graduação dos diferentes cursos, dentre estes o Serviço Social, foi um momento de adrenalina, porém, soube conduzir de forma equilibrada, trazendo novas abordagens no processo de ensino-aprendizagem. Houve estranhamento por parte de alguns discentes, por outro lado, consegui despertar novos olhares referentes à questão da diversidade cultural e os povos indígenas, na qual nos relatos disseram que gostaram das aulas.

Pude passar pelo processo de apresentação de trabalhos em vários eventos, congressos, seminários em diferentes lugares do Brasil, assim, como em eventos internacionais e publicações de artigos.

Os desencantos foram me deparar com o sistema acadêmico, que é amplo, complexo, rígido, radical, sistemático, competitivo, experimentar esse diálogo assimétrico e, por outro lado, ter uma perspectiva de vislumbrar um diálogo amistoso, porém, nem sempre acontece.

No entanto, observa-se que a Universidade ainda tem muita resistência de proporcionar para o diálogo do outro, do diferente, dos saberes dos indígenas e de outras comunidades tradicionais. Lembro-me de um fato muito tenso e difícil que aconteceu em que alguns docentes do departamento começaram a questionar sobre a entrada dos indígenas e de um item do edital indígena com relação à produção de texto dos teóricos da antropologia para os indígenas, esse momento foi muito tenso e discutido no colegiado, houve debate acirrado com relação ao acesso dos indígenas. Observei que alguns docentes são muito radicais e que apresentam um pensamento eurocêntrico enraizado. O que vêm à memória foi uma fala de um docente *“que os indígenas acadêmicos tinha que dominar os cânones da antropologia”*.

Percebe-se que a Universidade, a antropologia que estuda os indígenas, ainda tem resistência para perceber a essência e ter a flexibilidade de entender a especificidade indígena, há uma assimetria neste espaço e no diálogo que mostra uma discriminação diante a esse caso em questão dos indígenas e, assim, para com a diversidade intercultural. Essa

questão me remete a uma reflexão do pensamento do indígena Daniel Munduruku, o qual em seu texto descreve:

“Ainda que ignorado, negado ou transformado pelos colonizadores – do corpo e da alma - o saber que sempre alimentou nossas tradições se manteve fiel aos princípios fundadores. E isso desnorteou os invasores dos idos de 1500 e continua desnorteando os invasores de nosso tempo que teimam em destruir as tradições originárias que permanecem resistindo, não sem muitas baixas, ao “canto da sereia” do capitalismo selvagem, cujo olhar frio concentra-se na fragilidade humana que é capaz de vender sua dignidade e ancestralidade em troca de um conforto e bem estar ilusórios. E esta resistência permanece viva até nossos dias” (MUNDURUKU, 2009, p. 21-29).

Nota-se que a presença indígena na Universidade provoca um estranhamento, desconforto e incômodo por parte de alguns profissionais, assim, como para os discentes da própria Universidade, estes ainda não estão preparados para receber esses autores e buscar mecanismos que possam viabilizar novas formas de pensar e produzir conhecimentos.

No entanto, diante da situação exposta, um indígena acadêmico do curso de antropologia levantou e falou:

“Temos que estar abertos ao diálogo para construir algo positivo. E que neste olhar os antropólogos que vão à aldeia e estudam os indígenas tinha que ser também conhecedores da língua e dos saberes do mundo indígena. E destacou-se: ‘Os docentes teria que ver a realidade de cada indígena acadêmico que vem de distintos lugares e formação específica de acordo com cada realidade’” (indígena acadêmico).

Foi um momento crucial e pode-se perceber que os profissionais que atuam e defendem a causa indígena e, principalmente, o tema relacionado às ações afirmativas que versam o acesso e a permanência dos indígenas no ensino superior, no caso no espaço da antropologia.

Enquanto coletivo dos indígenas acadêmicos, marcamos presença para dar visibilidade e foi feito um documento dos anseios e reivindicações para fortalecimento das práticas das ações e relações que visa estreitar laços amistosos e amplo, é um gargalo, um desafio constante a ser enfrentado no cotidiano no espaço universitário.

Outra questão de estranhamento é trazer a oralidade e a memória dos interlocutores e dialogar com a teoria antropológica, foi e é um dilema que está sendo filtrado, a meu ver é um desafio, sei da importância dos estudos dos teóricos da antropologia, porém, a tese tem um formato diferente de produção da escrita que parte do pensamento de estudiosos e

peças indígenas, este revela outros modos de pensar o mundo, os distintos saberes, no caso particular os Umutina, quebrando paradigmas existentes, instigando novas reflexões sobre a natureza, o conhecimento, as relações, interações do sujeito e o objeto em diferente contexto.

Outro desencanto foi quando não aceitei a orientação de uma determinada docente, a qual cortou relações comigo e teve uma atitude muito radical, uma postura que não imaginava. Semelhante a essa situação constrangedora aconteceu na Universidade do Suriname com uma docente que disse: *“como que você não sabe inglês, você tem PHD. Eu sei várias línguas”*.

Essas situações foram constrangedoras e mostrou como de fato a academia está enraizada no poder e em um pensamento etnocêntrico, que o conhecimento é dividido em uma caixa e que a mesma torna as pessoas egoístas, sistemáticas, com um pensamento superior dos outros conhecimentos, sem ter a flexibilidade de entender as diferentes realidades das pessoas.

As experiências do doutorado foram um marco em vários aspectos da minha vida pessoal, acadêmica e profissional. Possibilitou mudança de pensamento e, estar aberto ao outro, uma postura holística da realidade dentro e fora a aldeia.

Tive fôlegos e ainda continuo a ter, principalmente por ser indígena e uma mulher de estar nesse espaço, teve a certeza de que tudo que passei me fez tornar mais forte e guerreira. Como dizem as pessoas mais experientes, os guerreiros não abandonam a luta, nem que ele perca, continua lutando sempre. Acredito que assim foi feito, talvez não alcancei a perfeição, porém, segui em frente, pois, a aprendizagem é um processo contínuo em nossa vida.

Passei a conhecer e compreender um pouco do mundo dos wase amplo, encantador, dominador, complexo, e contínuo a fazer. Aprendi a interagir e partilhar aprendizagem em distintas realidades e com pessoas pertencentes aos grupos étnicos. Tudo isso me possibilitou novas redes de contatos e amizades, práticas inovadoras para contribuir no âmbito do trabalho na comunidade indígena. Ser persistente, ter a ousadia e lutar pelos meus objetivos e defender a causa indígena e principalmente jamais deixar a essências das minhas raízes indígenas, de ser uma mulher indígena Balatiponé Umutina.

## Capítulo 2

### **Para além da escolarização e das memórias de outras experiências fora da aldeia**

#### **2.1. Congregação Carmelita de Caridade de Vedruna**

Assim que finalizei o ensino médio em magistério vieram algumas indagações, como: O que vou fazer o próximo ano? Continuar o almejado estudo em uma universidade? Mas como, não tenho condição financeira? Ficarei um tempo na aldeia? Ou sairia para a cidade para trabalhar?

Em meio a essas perguntas eu conheci uma irmã religiosa que me convidou para participar de encontros, retiro e evento da igreja, então, me encantei e fui participar.

As irmãs religiosas eram conhecidas como Irmãs Vedruna, tinham uma casa na cidade de Barra do Bugres, elas trabalhavam e prestavam serviços comunitários e solidários para as pessoas da comunidade nos bairros da cidade, promoviam encontros que visavam despertar e descobrir a vocação da juventude para a vida religiosa.

Nesse contexto de participação de encontros eu me interessei em ter essa experiência e conhecer melhor a vida religiosa. Então, eu aceitei e fui morar com as irmãs na cidade de Barra do Bugres. Acreditava que seria uma forma de conhecer outras realidades, uma oportunidade de continuar os estudos, proporcionaria outras oportunidades melhores do que ficar na aldeia naquele período, assim, como descobrir a minha vocação pessoal. Falei com os meus pais e aceitaram a minha decisão de fazer essa convivência e adquirir novas experiências na minha vida.

No ano 1998 fui morar juntamente com as irmãs Vedruna, éramos doze meninas que estariam estudando e descobrindo a vocação da vida religiosa. Eu era a única indígena no grupo das meninas jovens de diferentes cidades da região. Para mim, seria uma nova experiência a ser compartilhada e, principalmente, a forma de vida totalmente diferente da aldeia.

Fiquei durante três anos convivendo e aprendendo como é a vida religiosa, tendo um mergulho interior comigo mesma, a espiritualidade e a partilha conjunta de convivência

em comunidade junto com as irmãs. Foram dois anos na cidade de Barra do Bugres e um ano na cidade de Belo Horizonte.

Nesta convivência, fazíamos diversas atividades como: estudos bíblicos (estudar a bíblia sagrada), momento de oração individual e coletiva, tinha que seguir os horários para tudo, seguir uma disciplina e pontualidade. Esses momentos estavam divididos em oração, afazeres domésticos e atividades externas na comunidade, que era assistida pelas irmãs Vedruna, chamava-se “São José”.

Havia estudo da congregação sobre a fundadora, que foi a Santa Joaquina de Vedruna Vidal, uma santa espanhola que fundou a Congregação *As Carmelitas de La Caridade*, nasceu em Vic Barcelona/ Espanha, a festividade é no dia 22 de maio.

As atividades desenvolvidas são a educação da juventude e assistência aos enfermos. As irmãs Vedruna dedicam a educação cristã da juventude em escolas e a catequese, assim, ajudam e dão assistência para as pessoas enfermas e a inclusão social nas comunidades do bairro de Barra do Bugres.

Durante a semana tínhamos estudos bíblicos em coletivo, acordávamos pela manhã para fazer a oração individual e coletiva, em seguida íamos fazer os serviços domésticos e, na hora do almoço, ou seja, antes de almoçar fazíamos oração.

Na semana, no período vespertino, ajudava a irmã Letícia no atendimento da pastoral da saúde, havia uma equipe que trabalhava junto com esta mesma irmã que fazia atendimento e consulta de pessoas através da cura energético, que era o tratamento de doenças através de ervas medicinais, florais e a homeopatia.

Tinham muitas pessoas que buscavam a cura através desse método das plantas medicinais. Os atendimentos eram na terça-feira e sexta-feira, havia muitas pessoas para ser atendido, esse era um trabalho que fazia parte da equipe da pastoral da saúde.

Aos fins de semana, no sábado, no período vespertino, havia a catequese das crianças e adolescentes, eu atuava como professora catequista da comunidade “Vila Operária” com os adolescentes que estavam se preparando para o sacramento da eucaristia.

O ensino na catequese era relacionado a conteúdos de iniciação na vida dos cristãos do indivíduo, modos e princípios de regras do bom viver e a partilha coletiva. É uma preparação para seguir os ensinamentos e os sacramentos da vida cristã.

Aos sábados e domingos íamos à missa no período noturno, havia momentos de participação na pastoral da juventude que eram encontros, retiro e tinham entretenimentos.

Nestes eventos, eram abordados diferentes temas sobre a juventude, educação e relações sociais entre outros.

Uma vez por mês, nós jovens vocacionados (jovens que moravam com as irmãs), preparávamos a liturgia da missa de domingo. A liturgia é um ritual, a forma como são conduzidas uma missa, que são a introdução de boas-vindas aos fiéis e comentários do tema que será abordado na leitura, as leituras dos textos evangélicos, salmos, orações, que são a preces individuais e coletivas, os cânticos, então, nós fazíamos as leituras e preces, e o sermão era feito pelo padre, que se refere à homilia. Era o momento de explicar e a socialização da palavra de Deus feita pelo padre sobre as leituras lidas. Assim era conduzida e organizada pelas jovens que moravam na casa das irmãs Vedruna.

Eu também fazia curso de formação bíblica e da catequese, essa formação visava leituras, rodas de círculos para aprofundamento e amadurecimento da fé, da espiritualidade, possibilitava compreender os conteúdos da bíblia, assim, como adequar os estudos para a prática dos afazeres, seja externo e interno, a comunidade das irmãs Vedruna.

## **2.2. Diálogos de Saberes Intercultural Brasil - Suriname**

A presente narrativa trata-se das experiências de Intercâmbio cultural entre a Universidade de Brasília (UNB) e a Anton de Kon Universidade de Suriname (ADEKUVS), que visa uma interação e aproximação de estudos e diálogos nas temáticas socioculturais e linguísticas de povos indígenas e quilombolas, assim como a difusão dos conhecimentos da diversidade cultural, partindo do Projeto “Diálogos de Saberes Interculturais Brasil- Suriname.

Eliane Boroponepa Monzilar, estudante do Curso de Doutorado em Antropologia Social, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/PPGAS/UNB. Bolsista da Capes no “*Projeto Diálogos de Saberes Interculturais Brasil/Suriname*”, no período de março de 2017 a fevereiro de 2018.

Sou uma das primeiras indígenas estudantes da Pós-Graduação do Departamento de Antropologia a participar de um intercâmbio (Doutorado Sanduíche) no Suriname. É um momento histórico na minha vida acadêmica, pessoal, profissional, para a Universidade de Brasília/UNB e para a Universidade Anton de Kom, assim, como para a minha família e para o povo Umutina.

O intercâmbio busca promover a consolidação, expansão de conhecimento em vários âmbitos, acadêmico, profissional e pessoal, possibilitando um olhar holístico da realidade. Viver em outro país proporciona conhecer diferentes hábitos, diversidades culturais e linguísticas, abre novas perspectivas, auxilia na superação dos desafios que o ambiente apresenta.

Nessa expectativa, a participação do Projeto Diálogos de Saberes Intercultural Brasil–Suriname é uma experiência interessante, que possibilita vários conhecimentos e aprendizagem, troca de diferentes saberes culturais, linguísticos, sociais entre outros, assim, é um processo de experiência desafiadora.

Para mim, é uma experiência que me faz arriscar ao desconhecido, é fantástico, pois, a convivência amplia novos saberes e distintas aprendizagens. Então, é hora de se lançar, mas, ao mesmo tempo, cria-se certo receio, enfim, o desconhecido permite conhecer nova realidade e contexto de cada lugar, trilhar caminhos que levam a diferentes diversidades culturais e linguísticas, bem como ser protagonista da sua própria história.

Sendo assim, faço o relato das experiências, convivências de aprendizagem e desafios durante o período do intercâmbio (Doutorado Sanduíche) na cidade de Paramaribo/Suriname. Ressaltando as atividades realizadas, as vivências pessoais, contatos na universidade e atividades de campo desenvolvido durante o período da realização do intercâmbio nas comunidades indígenas e maroons.

Suriname é um país que está localizado no norte da América do Sul, a sua capital é Paramaribo. Faz fronteira a leste com a Guiana Francesa, ao oeste a Guiana Inglesa, ao Sul, pelo Brasil e ao norte, está o oceano Atlântico. Está distribuído em dez Distritos sendo eles: Brokopondo, Commewijne, Coronie, Marowijne, Nickerie, Para, Paramaribo, Saramacca, Sipaliwini e Wanica.

A minha impressão referente ao país de Suriname, a princípio foi fantástica e ao mesmo tempo, um estranhamento pela diversidade sociocultural e linguística que permeiam em diversos grupos étnicos que compõem a sociedade Surinamesa, dentre elas: hinduísmo, africanos, javaneses, chineses, os indígenas e outros.

Observa-se uma diversidade de culturas de diversos grupos étnicos que envolvem: o artesanato, a gastronomia, a mitologia, religião, turismo e danças tradicionais.

É um país multicultural e multiétnico com várias línguas. A língua oficial é o holandês, mas, o Sranantongo (surinames) é a língua que todas as etnias falam. Além disso, tem a língua Javanesa, Chinês, Lokono, Kalinã, Saramacan, Ndjuka, Inglês e mais outras

línguas. A religiosidade do país do Suriname predominante é o cristianismo, hinduísmo, islamismo, afro-americanas e outras religiões.

Os indígenas no Suriname são compostos por grupos étnicos Kalinã (Carib), Lokono (Arowak), Trio e Wayana. A população indígena é de aproximadamente 20.333, que corresponde a 3,8% da população do Suriname, estão localizados em região/distrito: Para, Wanica, Commewijne, Nickerie, Saramacca, Marowijne e Silpaliwine.

A experiência intercultural é um momento ímpar que vislumbra a concepção holística de diferentes realidades, visa valorizar os patrimônios epistemológicos culturais e linguísticos dos povos originários e comunidades tradicionais.

No entanto, é pertinente refletir sob a concepção de cultura que, segundo Damatta (1981), a cultura na perspectiva da antropologia é um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classifica, estudam e modificam o mundo e a si mesmo. Nesse sentido antropológico, a cultura, compreende um conjunto de regras, a maneira de viver de um determinado grupo, comunidade, sociedade e país, que estabelece como o mundo pode e deve ser organizado.

Entretanto, a diversidade de cultura possibilita compreender as diferenças entre as pessoas e as sociedades em seus diferentes âmbitos e relações que cada povo percorre no percurso da sua história.

Conforme Damattam destaca-se que *“a cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos”* (1986, p.121). Nessa perspectiva, a convivência na diversidade cultural, sem dúvida, será e está sendo uma experiência marcante e relevante.

Para Laraia (2001), é um sistema cultural que está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para amenizar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Então, ao vivenciar experiências em realidades distintas em outro país, outro contexto diferente do nosso, permite desenvolver e instigar novos olhares e ação, o que pode contribuir com o crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

De acordo com o autor, é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. *“Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir”* (LARAIA, 2001, p. 52).



Nesta perspectiva, o processo do intercâmbio cultural permite ampliar horizontes e aguçar modos de pensar e agir diante da realidade, gera muitas expectativas novas, assim, como surge desse processo, os desafios e obstáculos que devem ser enfrentados ao longo da vivência. Proporciona aprendizagem em diversos contextos culturais, tradições e línguas, possibilita comparação de realidade distintas visando à valorização e o fortalecimento da diversidade cultural e linguística do ambiente na qual está inserida, assim, como a capacidade de reorganizar a vida, promovendo o crescimento local e global.

A viagem para o Suriname transcorreu muito bem, apesar do transtorno que envolvia a passagem do retorno, que segundo a assistente da empresa Gol, teria que ter a passagem do retorno para o Brasil, pois, senão não tinha como prosseguir a viagem, enfim, o professor Rudi resolveu, comprando a passagem.

Chegar ao Suriname foi algo inusitado, uma sensação de bem-estar, porém, ao mesmo tempo, tão estranho de estar num país totalmente diferente e contexto de diversidade cultural e linguística, oposto da minha realidade. Tive uma excelente recepção pela família da estudante Cilyn de France, que me acolheu e me hospedou durante algumas semanas em sua residência.

O primeiro choque refere-se à questão relacionada ao idioma Inglês e Holandês, visto que as pessoas são falantes de três ou mais línguas, enfim, se constituiu num desafio a ser superado.

A professora Telma Kotzebue contribuiu muito nesse processo de apresentação e introdução junto às pessoas da Universidade Anton de Kom, auxiliando na tradução da língua, ajudando, explicando e passando informações sobre o lugar, as questões culturais, entre outras. A professora foi referência e me apresentou ao Reitor de Anton de Kom Universiteit Van Suriname o Dr. Jack Menke e a Co-supervisora Dra. Renata de Bies. Estive com o Reitor o Jack Menke, a conversa foi muito boa, uma pessoa simpática, flexível e aberta às questões da diversidade. Contextualizei sobre o intercâmbio e das atividades do projeto de pesquisa referente à educação escolar indígena.

Na reunião, a princípio o Dr. Menke e a decana Dra. Renata disseram que não receberam o projeto, ou seja, algo que falasse das atividades a ser desenvolvidas aqui junto a Universidade. Entretanto, após a explanação do Projeto do Intercâmbio Cultural, na sequência, mostrei os documentos referentes aos acordos firmados entre as universidades e, por fim, entreguei uma cópia para ele, enfim, foi muito bom e importante estar e conhecer

o meio acadêmico da referida universidade. A partir desse encontro ficaram de fazer um cronograma das atividades para começar a realizá-las.

O plano de trabalho das atividades a serem realizadas durante o Intercâmbio em Suriname (2017), enfatizando que pode ser flexível devido às circunstâncias dos estudos, foi organizado da seguinte forma: Treinamento em inglês (oral e escrito), atividade de campo na comunidade Indígena Powaka, participar e colaborar em atividades acadêmicas como: encontros, palestras, seminários e outros, rodas de diálogos, abordando os seguintes temas: Introdução da História do Brasil/ síntese, Educação Escolar Indígena, A diversidade cultural e linguística dos povos indígenas, A região de Mato Grosso e os povos Indígenas/ Formação de Professores Indígenas, Povo Umutina, Os Indígenas na Universidade/ ações afirmativas e o Projeto Diálogos de Saberes Interulturais Brasil / Suriname, atividade de campo Comunidade Pikin Slee do grupo étnico os Marrons (Quilombolas), atividade de campo na Comunidade Indígena Galibi, atividade de campo na Comunidade Indígena Bigiston e Pierre Kondre, Atividades em Centro Cultural Brasil/ Suriname: participação das aulas de ensino Português para estrangeiros, escrita da tese e aula de Português.

Uma experiência de convivência em comunidades indígenas do Suriname como parte da pesquisa, foi facilitada pela Association of Indigenous Village Leaders in Suriname (VIDS) e, com a articulação do Reitor da Universidade, Dr. Jack Menke. Essa atividade de campo deverá compor parte da pesquisa *Aprender o conhecimento a partir da convivência: uma etnografia indígena da educação e da escola Umutina* da estudante. Contemplando as seguintes atividades: observação das atividades escolares de comunidades indígenas do Suriname, com destaque para a descrição dos processos de aprendizagem formal e processo de aprendizagens tradicionais.

Além das atividades programadas, foram realizados encontros com os docentes que abordaram os seguintes temas que se refere ao Suriname. Participação das aulas do curso de sociologia da Prof<sup>ª</sup> Dr. Kirtie, junto com os estudantes que estavam fazendo pesquisa de trabalho para o curso sobre: a diversidade de religião em Suriname, estudo de religião, Religião, Política e Movimentos Sociais. A Prof<sup>ª</sup> Dr. Kirtie fez a socialização sobre Diversidade de Religião em Suriname, Diversas religiões: Cristianismo, Hinduísmo, Mulçumano e outras.

Encontro com o Dr. Jack Menke, que fez a abordagem sobre Raça, Etnicidade e Demografia no Suriname. A Prof<sup>ª</sup> Dr. Andréia, sobre a Demografia do País Suriname e

estudo da demografia dos diferentes grupos étnicos, enfatizando informações ao crescimento das comunidades Marrons e comunidades indígenas.

Com relação à proficiência da língua inglesa, processos de aprendizagens formais e informais, as aulas de inglês ocorreram na Universidade Anton de Kom, todos os dias da semana, somente uma hora de aula, ministrada pela profa. Dra. Renata de Bies/ Prof. K. Baynath.

Para mim, o estudo de inglês foi um desafio, devido ser leiga em relação a esta língua, porém, as aprendizagens a partir das aulas foram dando resultando positivo, apesar de ser um processo lento e contínuo, mas, foi caminhando e me esforcei nos estudos na medida do possível.

No início das aulas, a professora fez um teste para verificar o nível de conhecimento referente ao inglês, eu particularmente não entendi nada, pois, para mim era tudo novo, uma realidade totalmente diferente de interagir e adaptar a essa diversidade de línguas, sendo uma estrangeira em outro país.

A Profa. Dra. Renata, pela expressão, demonstrou preocupação principalmente pela falta do domínio do inglês, gostaria de ajudar, mas, não tinha tempo de dar as aulas para iniciantes devido ao cargo que ocupa como decana na faculdade. No entanto, foram levantadas algumas questões sobre a preparação dos estudantes, principalmente referente à língua inglesa, que teria que pensar em uma preparação mais eficaz.

Diante deste contexto, eu particularmente expliquei a minha situação, o meu caso, pois, cada caso é específico, principalmente como sucedeu o processo da minha participação neste intercâmbio. Que essa experiência era nova e desafiante, tanto para mim, enquanto estudante, que venho de outro contexto de realidade, assim como para os professores integrantes do referido projeto da Universidade Anton de Kom, de saber lidar com esse processo, sendo que é a primeira experiência de estudantes brasileiros em Suriname.

Que “eu” aceitei o desafio de mergulhar neste intercâmbio consciente dos desafios, principalmente nesse quesito da língua, que apesar dos obstáculos estava disposta a aprender e enfrentar esse desafio.

Nesse contexto, me senti como “um peixe fora da água”, fora da realidade, totalmente diferente, porém, com um olhar que me permitiu mergulhar em outras águas. Fez-me refletir esses mundos, viver a vida é algo a ser desvendado ou simplesmente viver.

Vivemos uma sociedade que implica uma relação e interação, que há normas a serem seguidas, as leis, as formalidades, a burocracia do sistema vigente, o sistema acadêmico e, neste contexto, vejo que é pertinente quebrar paradigmas.

Quero ter o conhecimento, mas jamais ausentar-me da essência das minhas raízes, me reporto a uma reflexão de Freire “*Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre*” (1987, p.39). Nesse sentido, acredito que a aprendizagem é um processo contínuo e que aprender o inglês é o processo que vai moldando na convivência do cotidiano.

As atividades acadêmicas desenvolvidas na Universidade referente ao ensino foram relatadas acima, sobre as atividades da aula de inglês, encontros com alguns professores abordando temas referentes: a História de Suriname, a Diversidade cultural, social e linguística, as religiões, a Demografia da população dos grupos étnicos, articulação com instituição indígena para visitar e conhecer as comunidades indígenas e comunidades maroons.

A relação de interação está se dando em um processo lento e contínuo, pois, pensei que íamos ter um momento de apresentação para os estudantes da universidade para contextualizar sobre o projeto, até então, não houve esse momento, apenas encontro com alguns professores que foram importantes e interagindo com diferentes temas sobre o Suriname.

Referente à atividade de apresentar a cultura brasileira para os surinameses, a princípio, não houve uma atividade específica. Mas, posteriormente foi organizado pela equipe do Suribraz junto com a Universidade para realizar um evento com objetivo de socializar, apresentar o projeto e mostrar a cultura brasileira, o evento foi realizado no mês de setembro. Organizamos materiais para socializar os vários aspectos da diversidade cultural do Brasil, tendo como tema “*A diversidade cultural Brasil/Suriname*”.

Nas relações de interação e conhecendo as pessoas, na apresentação, sempre fazia uma contextualização da cultura do Brasil, enfatizando a minha realidade e contexto da comunidade indígena.

O que me chamou a atenção foi à diversidade de línguas que são faladas no país, sendo que a língua oficial é o Holandês. No entanto, no cotidiano, as pessoas falam a língua holandesa, o inglês, o sranantongo, outras línguas, além das línguas nativas das comunidades indígenas e marrons que vivem no interior da cidade de Paramaribo.

Então, apesar da colonização dos holandeses, dos conflitos que tiveram, as pessoas conseguiram resistir e manter as línguas nativas e, conseqüentemente, ter essa diversidade de línguas fluentes no cotidiano das pessoas que vivem em Suriname dos diferentes grupos.

Tive a oportunidade de conhecer e vivenciar na comunidade indígena Galibi as danças tradicionais, a referida comunidade fica na divisa da Guiana Francesa, conhecer o modo de viver e interagir ao ambiente numa comunidade de Maroons em Peki Slee e Asidohopo e participar de um ritual religioso na comunidade Timbut Dadi Utomo Islam dos Javaneses, foi uma excelente recepção, apesar da língua, pude me comunicar e interagir neste ritual com as mulheres javanesas.

As atividades de campo me proporcionaram conhecimentos e vivências de experiências em comunidades indígenas: Powaka, Galibi, Bigiston, Pierre Kondre, Kwalasamutu, Redi Doti, Apoera, Nickerie river (Post Utrecht e Cupido) e Cassipora com articulação da Organização de Líderes das aldeias Indígenas do Suriname (VIDS) e uma comunidade dos Marrons Pikin Slee com a equipe de Tropenbos Suriname, Gusi e Asidohopo.

Foram experiências magníficas de aprendizagem, troca de experiências e conhecimentos de estar em diferentes realidades, apesar de essas comunidades falarem diversas línguas, como o inglês, o sranantongo e a língua nativa, consegui me comunicar e interagir.

### **2.2.1. Diversidade Cultural e Linguística em Suriname**



Fotografia 4: Palácio do Governo do Suriname

As minhas impressões referentes ao Suriname, como citado no começo, é muito interessante, fantástico e ao mesmo tempo foi inusitado pelas diversidades culturais, sociais, linguísticas e a religiosidade que permeiam em diversos grupos étnicos que compõem a sociedade Surinamesa, dentre elas: hinduísmo, africanos, javaneses, chineses, os indígenas e outros.

O país Suriname está distribuído em dez Distritos sendo eles: Paramaribo a capital, Brokopondo, Commewijne, Coronie, Marowijne, Nickerie, Para, Saramacca, Sipaliwini e Wanica.

Observa-se as diversidades de culturas dos grupos étnicos que compõem a sociedade surinamesa, que envolve o artesanato, a gastronomia, a mitologia, religião, turismo e danças tradicionais.

A religiosidade do país do Suriname é predominada pelo: cristianismo, hinduísmo, islamismo e outros. Na oportunidade, participei de um ritual religioso na comunidade Timbut Dadi Utomo Islam dos Javaneses foi uma excelente recepção, apesar da língua, pude comunicar e interagir neste ritual com as mulheres javanesas. Foi a convite do amigo Charles, este é jornalista e foi uma pessoa que intermediou para conhecer vários lugares do Suriname e apresentou-me para os indígenas.

A diversidade de línguas que são faladas no país foi algo que chamou a atenção, sendo que a língua oficial é o Holandês. No entanto, no dia a dia as pessoas falam a língua holandesa, o inglês, o sranantongo, outras línguas, além das línguas nativas das comunidades indígenas e marrons que vivem no interior da cidade.

Apesar do contexto da colonização dos holandeses, dos conflitos que tiveram, as pessoas conseguiram resistir e manter as línguas nativas e, conseqüentemente, ter essa diversidade de línguas fluentes no cotidiano das pessoas que vivem em Suriname dos diferentes grupos.

Conheci lugares e vivenciei experiências em comunidades indígenas: Powaka, Galibi, Bigiston e Pierre Kondre Kwalasamutu, Redi Doti, Apoera, Nickerie river (Post Utrecht e Cupido), Cassipora e comunidades dos Marrons Pekin Slee, Gusi e Asidonhopo, que fica a margem do Suriname River (Rio Suriname). Essas atividades de campo nas comunidades foram com articulação da Organização Indígenas do Suriname (VIDS) e com a equipe de Tropenbos Suriname.

Na comunidade indígena Galibi, participei da reunião da comunidade indígena e, em sequência, da festa tradicional, junto com as mulheres e os homens interagi dançando a dança tradicional sambura e maraca, foi uma tarde de interação e entretenimento.



Fotografia 5: Dança Sambura

Na comunidade Maroons Pikin Slee conheci o modo de viver e as suas relações com o ambiente, eles vivem de forma tradicional. Foram experiências magníficas de

aprendizagem, troca de experiências e conhecimentos de estar em diferentes realidades, ressalto que não foi fácil, porém, neste percurso encontrei pessoas que intermediaram para estar em distintos espaços, diante dessa várias línguas das comunidades, houve uma aproximação e permissão para ir além, ir o encontro do outro, e assim, consegui interagir e dialogar de forma recíproca e amistosa.



### 2.2.2. Comunidade Powaka



Fotografia 6: Casa tradicional Comunidade indígena Powaka

A primeira viagem a campo foi à ida à comunidade Indígena Powaka, a convite da Organização de Líderes das aldeias Indígenas no Suriname (VIDS). Foi uma experiência muito interessante, a primeira vez em contato com os indígenas do Suriname e de conhecer a comunidade. O evento foi uma reunião que a VIDS foi apresentar e sistematizar o findar de um projeto relacionado à questão do manejo/sustentabilidade/ mapeamento do território indígena.

Foram trabalhos de estudos e pesquisas feitos pelos próprios indígenas, incluindo seis comunidades do Distrito. Fui com o senhor Max Ooft, que é membro dessa organização, ele entende o português.

Fomos conversando sobre o Projeto da VIDS, o trabalho que desenvolve junto às comunidades indígenas. Sr. Max disse que as comunidades indígenas não têm apoio do governo de Suriname e que vivem de acordo com o seu próprio governo (modo tradicional das comunidades indígenas). Disse ainda que o governo não reconhece os indígenas enquanto “Povos Indígenas”, não reconhece os seus Direitos ao Território, a Educação e a Saúde.

No que tange à questão da educação, o ensino é assistido pelo governo, à educação formal (universal), é ensinado na língua oficial, que é o holandês nas comunidades

indígenas. Diante do diálogo com Max deparei-me com um sistema de ensino em que o debate sobre a educação escolar indígena está ausente naquele contexto indígena.

A Organização tem a sua forma de autogoverno tradicional. A missão da VIDS é fortalecer as autoridades tradicionais indígenas e lideranças, obter o reconhecimento legal dos direitos indígenas a terra e outros direitos, buscando maior independência e cooperação regional entre aldeias indígenas e regiões e aumento da participação na vida política e social.

O VIDS presta apoio às atividades destinadas a preservação cultural e educação cultural em aldeias indígenas. A organização de líderes de aldeia indígena no Suriname (VIDS) foi fundada em setembro de 1992, pela necessidade de reforçar a autoridade tradicional dos indígenas.

A autoridade tradicional composta por chefes que são denominados de Kapitein e Basja, escolhidos pela comunidade da aldeia ou nomeado, os procedimentos pode ser diferente em cada aldeia. Têm aldeias organizadas a nível regional em várias regiões do Suriname. A população indígena em Suriname é menor, chega aproximadamente a 3% da população no país.

Contextualizei sobre a questão dos povos indígenas no Brasil e especificamente da região de Mato Grosso, os avanços positivos e os negativos, principalmente os desafios que os indígenas estão enfrentando diante do governo local, estadual e federal.

Chegando à comunidade estavam todos reunidos numa casa tradicional “*Multicultureel Centrum*”. Observei há uma casa tradicional com estilo de uma oca, feita de palha da região local, essa casa é onde reúnem para realizar eventos e reunião. Tinha bastantes pessoas entre homens e mulheres. Não vi nenhuma criança circulando no local.

Foi apresentada para a Diretora da VIDS que é a Loreen Jubithana, ela deu boas-vindas e convidou a sentar e ficar à vontade.

A minha impressão foi muito boa, por estar na comunidade indígena conhecendo outra realidade, porém, um pouco perdida, a reunião seria em holandês. Não entendi muita coisa, mas, pelos gestos e expressão consegui compreender algumas coisas, sobre a exposição do projeto que foram realizados pelos próprios indígenas em seus territórios.

A Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla, uma antropóloga, estava presente e auxiliou explicando sobre o trabalho que foi desenvolvido pelos indígenas em suas respectivas comunidades.

Uma das lideranças disse: “*para nós indígenas o território é tudo que está em cima da terra... o que está abaixo é muito mais, é tudo aquilo que é invisível*”. Outra liderança

destacou sobre: *“A importância do coletivo entre os indígenas. Nós temos que viver em coletivo, pois, só assim seremos reconhecidos pelo governo, o coletivo é importante, estar e viver em conjunto. O governo quer que passem a viver igual ao branco, individual, mas, temos que estar juntos”*.



Fotografia 7: Reunião comunidade Powaka



Fotografia 8: Socialização do Projeto - 2017

Conheci algumas mulheres do povo Lokono, apesar do desafio da língua, deu para comunicar. O que achei interessante é que foram os próprios indígenas que realizaram esse trabalho, foram a campo em seus territórios para marcar os pontos, os lugares de caça, da pesca, das plantas tradicionais, são eles que conhecem o seu território. Para esse trabalho, os indígenas passaram por um processo de formação para desenvolver essa pesquisa nos seus territórios, no caso o antropólogo não vai a campo, somente auxilia em algumas partes, são os indígenas que foram realizar o trabalho.

Na realização desse trabalho, a organização contou com apoio e financiamento de instituição de um país estrangeiro.

Assim que se encerrou a reunião foi servida a comida tradicional da comunidade indígena. Experimentei a comida e a bebida tradicional, achei gostosa e diferente. Os nomes das comidas são *“pepre watra”*, é um caldo com peixe e temperos e muita pimenta, a comida deles é muito apimentada. Duku é um alimento feito de mandioca, fica com formato de um bolo é enrolado numa folha de banana (folha típica da região).

As bebidas são feitas de mandioca, uma das bebidas era fermentada e a preparação feita de mandioca. A bebida que é fermentada passa por um processo de fermentação que demora entre três ou mais dias para ficar no ponto, ou seja, fermentada, também foram servidos sucos que são preparados pelas frutas nativas da região.



Fotografia 9: Comida Tradicional Pepre watra



Fotografia 10: Bebida Tradicional- Cassiri

Ressalto, foi uma experiência fantástica o primeiro contato com uma comunidade indígena, espero que possa ter outras oportunidades de conhecer e interagir com os indígenas das comunidades, para compartilhar e trocar experiências constituindo um processo de aprendizagem.



Fotografia 11: Mulheres Indígenas



Fotografia 12: Degustando a comida e bebida

### 2.2.3. Comunidade Maroons (Quilombolas) Pikin Slee

Nesta comunidade, realizou-se uma atividade de campo junto com a equipe de Tropenbos Suriname, juntamente com o Prof. Dr. Rudi Van Kantén, ele me apresentou para as pessoas da equipe que iriam juntos na viagem. Partimos da Universidade Anton de Kom às 7:30 horas da manhã com destino a comunidade Pikin Slee, são chamados de “*Maroons*” (quilombolas).

Foram no total de 12 pessoas para a viagem, sendo quatro da equipe de Tropenbos, um dos EE.VV, um da Guiana e quatro pessoas que estão fazendo uma produção de vídeo e mais duas completaram a equipe.

A visita foi de dois dias, são três horas por estrada de ônibus, seguindo por duas horas de viagem de barco no rio Suriname até a comunidade Pikin Slee.

Um breve resumo sobre o Projeto desenvolvido por Tropenbos Suriname é o Centro para Investigação Agrícola em Suriname (Celos), pretende realizar o projeto com as pessoas de Pikin Slee, de maio de 2017 – dezembro de 2018, com financiamento do + Programa AGAC, PNUD.

O projeto visa o Mapeamento participativo, a avaliação de serviço do ecossistema, e resistência contra a mudança climática na comunidade Pikin Slee (Quilombolas). O projeto vai abordar as autoridades tradicionais e a população da aldeia de Pikin Slee, área superior Suriname rio. Para engajar no projeto de forma participativa realiza uma avaliação de vulnerabilidade, feita pela comunidade. O mapa dimensional participativo digitalizado. Uma avaliação multidisciplinar será realizada, reunindo informações sobre a história, o sócioeconômico e solos, vegetação e práticas agrícolas, incluindo práticas de base florestal.

Com base em métodos de pontuação e prioridades, discussões de grupos foram definidas para que pudessem ser tomadas medidas para melhorar o sistema de coivara agrícola, a fim de aumentar a resistência contra as mudanças climáticas e para gerar renda sustentável. Isso inclui produtos florestais não madeireiros. Um plano de trabalho foi preparado e implementado no campo durante um período de sete meses.

Ainda, as informações foram compiladas em um relatório e os resultados do projeto foram discutidas com as pessoas locais, líderes tradicionais e com decisões políticas, incluindo funcionário do governo. Um extrato do relatório também foi disponibilizado para ser usado em relatórios nacionais, a fim de aumentar a compreensão da realidade local e considerar isso na tomada de decisões.

Essa viagem foi superinteressante, fui conhecer uma comunidade dos Maroons no país do Suriname. No caminho, fui observando a paisagem da estrada, era asfaltada, tinha casas, comunidades que moram na margem da estrada.

Perguntei para o professor Rudi Van Kanten a respeito do comércio de venda de madeira, disse que o comércio de madeira era legalizado. O referido Professor disse que há uma grande quantidade de bichos (caça) e que as pessoas caçam para o consumo como também para vender os animais, existem várias espécies de animais silvestres.

Ao chegar à margem do Rio Suriname, vi uma grande quantidade de barcos, muitas pessoas chegando e partindo nesse meio de transporte para as comunidades, ouvi as pessoas conversando em diferentes línguas como: o holandês, inglês, sranantongo, uma diversidade de pessoas e línguas.



Fotografia 13: Transporte de Barco



Fotografia 14: Embarcando no barco

Desse modo, embarcamos em dois barcos para a comunidade, o transporte é enorme e cumprido, feito de madeira, bem diferente do que eu conheço. Os tipos de motores utilizados são o “30, 40 e 50”, são grandes. Seguimos a viagem de barco, uma paisagem espetacular do rio, das matas, a floresta uma obra encantadora da natureza. O Rio Suriname é largo e muito profundo, há lugares de correntezas, pedras e pequenas queda de cachoeira.

Uma viagem excelente e radical. Adorei muito, porém, com muita adrenalina, vale a pena mergulhar neste ambiente com formas diferentes de viver as questões culturais, ambientais e linguísticas. Esse tipo de experiência me fascina muito, apesar das pessoas que foram não falarem o português e não entender o inglês valeu muito, deu para nos comunicarmos, claro que não foram 100%, mas, houve a comunicação.

Ao longo da viagem do rio, nota-se que há várias comunidades que habitam a margem, o único meio de transporte para essas comunidades é o barco e o motor. Há lugares de turismo, como pousadas a margem do rio.

As pessoas pertencentes a essa comunidade fazem roças às margens do rio. Observei várias plantações de mandioca e banana, que estavam mais visíveis, outras espécies de plantas não foram possíveis verificar.

A viagem de campo destina-se a dar uma visão da área que tem trabalhado no projeto de planejamento participativo do uso da terra. Oferece uma oportunidade para visitar uma das áreas no interior do Suriname, uma combinação de paisagem natural e

cultural, sendo habitada pela tribo Saamaka. Obter uma visão sobre os aspectos da região do Alto Suriname, combinando a caminhada na floresta e visitando os povos locais e o seu modo de vida. As pessoas da comunidade marrons falam a língua nativa que é o “*salamako*”.



Fotografia 15: A viagem de barco



Fotografia 16: O rio Suriname

A primeira parada foi em uma comunidade denominada Jaw Jaw. A equipe foi recebida pelo chefe da aldeia. Nesta comunidade caminhamos para conhecer o interior da aldeia, em seguida foi servido o almoço. A comida típica do local foi o arroz misturado com alguns temperos verdes e com pimenta, peixe típico do rio, estava saboroso a comida.

Nesta comunidade tem aproximadamente 500 pessoas, as casas são bem próximas uma da outra, um estilo diferente, feito de madeira e telha tipo Eternit, observou-se que utilizam a palha da palmeira específica do local. Vi várias mulheres, muitas crianças pequenas. As mulheres fizeram exposição dos artesanatos feitos por elas, havia um pano colorido desenhado com vários detalhes, que elas utilizam como roupa e podem ser uma saia ou blusa, pode ser usado de várias formas.

Seguimos a viagem para a comunidade Pikin Slee, chegando lá fomos hospedados em uma casa de estilo tradicional da comunidade. Em seguida, fizemos uma caminhada, fomos recebidos pelo chefe da comunidade, logo após teve a reunião de apresentação e contextualização do trabalho que está sendo desenvolvido junto a essa comunidade.



Fotografia 17: Caminhada no interior da comunidade Pikin Slee

Gostei muito de conhecer essa comunidade, a forma que eles vivem e como interagem ao meio ambiente, se constituem num lugar turístico, eles recebem os turistas de vários lugares.



Fotografia 18: Encontro com o Chefe Maroons



Fotografia 19: Criança Maroons – 2017

#### **2.2.4. Comunidade Indígena Galibi**





Fotografia 20: Comunidade Galibi

Entre os dias 28, 29, 30 de abril e 01 de maio de dois mil e dezessete teve uma atividade de campo na comunidade indígena Galibi. A comunidade Galibi está localizada na região costeira entre o Rio Marowijne e o Oceano Atlântico, divisa com Guiana Francesa.

Fui com um dos membros da Organização Indígena das lideranças das comunidades indígenas do Suriname (VIDS), o Prof. Max Ooft e duas lideranças que são Chefes/kapitein da comunidade Indígena Powaka, a senhora Gladys Kabelejodi e o Giorgio Awankaroe, e um adolescente, no total foram cinco pessoas. Essa viagem à comunidade Galibi foi uma atividade de campo, uma forma de conhecer este povo e participar do evento da comunidade *“reunião/ avaliação e promoção da equipe do ‘Kapitein’ (chefe) da Organização Indígena”*.

Sáímos às 7h40 da manhã, seguimos viagem ao destino da cidade de Albina e posteriormente para a comunidade Galibi. O Max foi me buscar em casa, depois fomos pegar as lideranças que estavam esperando no ponto próximo a ponte que vai ao Distrito de Commewijne.

O trajeto da viagem na estrada foi feito de carro e foram duas horas até chegar a Albina, continuando a viagem de barco pelo Rio Marowijne, que durou em torno de uma hora e quinze minutos para se chegar à comunidade indígena.

Durante o trajeto, pude observar algumas casas e comunidades que estão próximos a estrada. Havia muitas matas, árvores enormes, algumas roças de plantações de banana, mandioca e outros, além de muitos pés de palmitos.

O Max falou do evento que será realizado no sábado na comunidade sobre “*a reunião de avaliação dos chefes/kapitein*” e, principalmente, do chefe/Kapitein, o Ricardo Pane, onde a comunidade iria reunir e fazer uma atividade de festa tradicional. A comunidade estava preparando para o evento, pois, no sábado a equipe do governo estaria presente no evento.

A comunidade Galibi tem em torno de 700 pessoas, sendo duas comunidades. Falantes das seguintes línguas: Kalinã (língua nativa), sranantongo, Netherlandês, inglês, sendo que algumas pessoas falam francês por estar na divisa do país. As pessoas da comunidade têm uma aproximação e influência com a cidade.



Fotografia 21: Barco transporte para a aldeia



Fotografia 22: Rio Marowjne - 2017

Tem a sua forma e maneira de autogoverno que são liderados pelos Kapitein (chefes), das comunidades indígenas, sua forma tradicional de agir e pensar é baseado no coletivo, ou seja, com a participação das pessoas de cada região/ de cada comunidade.

Max apresentou-me para o chefe, Pane, e para os seus parentes, os quais me desejaram boas-vindas.

Saímos do porto de Albina às 15h00 da tarde, estava chovendo e seguimos de barco rumo à comunidade. Nossa! Uma sensação inexplicável, muito boa, sentir esse ar puro, o rio, as ondas, olhar essa imensidão do rio que segue, parece ser infinito, é muito bom. Fui observando a beleza desse universo, eu estava mergulhando em outro rio, em outros mares.

O barco que fomos era muito grande e cumprido, sendo dois barcos e com motor 40 e 50, havia no barco cerca de quinze pessoas, as malas e as compras. As pessoas iam

conversando na língua nativa, não consegui identificar em que línguas falavam, mas, um dos chefes interagiu e começamos a conversar em espanhol. Em determinados momentos o Max fazia a tradução da conversa.

Chegamos à comunidade Galibi em torno das 16h00 da tarde. Nossa! Quando vi e desci do barco, foi uma sensação maravilhosa, me senti energizada, feliz, estava precisando do contato com a natureza, mas, ao mesmo tempo com receio.

É um lugar muito bonito, as paisagens, vários pés de coqueiros, uma praia linda. Eles moram à margem do Rio Marowijne, uma área com muitas matas, as casas são distantes uma das outras e são feitas de madeira, alvenaria, telhas, Eternit e alguns barracões feitos de palhas (matéria-prima do local), tem energia, mas, somente durante a noite que funciona com o gerador (motor).



Fotografia 23: Aldeia Galibi



Fotografia 24: Casa do Kapitein Pane

Tivemos uma boa recepção, fomos hospedados em um alojamento que recebem turistas em um dos quartos ficamos eu e kapitein Gladys, tomamos banho e, em seguida, fomos almoçar na casa do kapitein Ricardo Pane, conheci a família dele que foram simpáticos e legais, nos recebendo com almoço, sendo uma comida tradicional dos indígenas como: arroz sem sal, peixe e carne de caça (bicho do mato) cozido com temperos e beiju (um tipo de beiju que tem um nome específico na língua). A comida tradicional estava muito gostosa.

No dia seguinte, fomos conhecer algumas casas e lugares da comunidade e em seguida, preparar para a participação do evento que seria realizado. A reunião iniciou-se no período da tarde, dando abertura com o ritual conduzido pelo Xamã da comunidade e, em sequência, com as falas dos chefes/kapitein das aldeias que estavam presentes no evento. Cada chefe fez as suas considerações, desejando boas-vindas e ressaltando a importância da atividade para todos da comunidade. A reunião era sobre “Reunião dos

*chefes das comunidades indígenas – uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Indígena”.*



Fotografia 25: Autoridades locais-2017



Fotografia 26: Salão do evento da comunidade

Em seguida, teria uma confraternização tradicional para todos. Observei que no início havia poucas pessoas no salão, depois foram chegando várias outras pessoas, eram mais os adultos: homens, mulheres e os anciões que estavam presentes, não havia a presença dos jovens e somente algumas crianças. A reunião foi na língua nativa da comunidade. Os membros da comunidade também expressaram e fizeram a avaliação dos trabalhos que o chefe vem desenvolvendo junto à comunidade.

Assim que finalizou a reunião deu início à confraternização e atividades como a dança e a músicas tradicionais. Reuniram-se a frente homens e mulheres para cantar na língua e utilizando o instrumento indígena tradicional, Maraká. Dessa forma, iniciou com o cântico na língua e, em seguida, começaram a dançar, achei interessante que os adultos, homens e mulheres são muitos animados.

Eu participei da dança, me interagi junto com as pessoas que estavam dançando, eu gostei muito, me senti bem e acolhida, principalmente por estar ao meio e vivenciar esse momento, foi uma experiência fantástica.



Fotografia 27: Participação da dança tradicional Fotografia 28: Cantando Música com Maraká

Foram duas danças e duas músicas são: Sambura e Maraká. A dança tem todo uma performance, uma forma de movimento com o corpo. As pessoas que estavam presentes eram super animadas, gostei de ver, principalmente os anciões.

No entanto, para mim foi uma experiência ímpar, de interação e compartilhar conhecimentos e práticas culturais, apesar da língua, pode comunicar e interagir com os indígenas e participar da atividade cultural, que foi a dança tradicional.

A comunidade Galibi é muito bonita, é uma região grande, composta por duas comunidades. Há muitas famílias e a população está em torno de oitocentas pessoas. Existem problemas na comunidade, mas, apesar disso, procuram realizar festas para alegrar e brincar de forma agradável. Um lugar que é frequentado por vários turistas. Já tem uma influência próxima com a cidade e com as pessoas não indígenas.

Há na comunidade muitas plantas frutíferas como: pé de coco, caju, mangueira, entre outros, assim, como pequenas roças próximas às casas, plantam a banana, a mandioca e outros, em algumas casas existem a criação de galinhas e patos.

Existem muitos animais silvestres nas matas, ou seja, as pessoas da comunidade praticam a caça.

Na aldeia tem uma casa onde expõem vários artesanatos feitos pelas mulheres, elas comercializam para os visitantes que vêm à aldeia como: colares, pulseiras, brincos, cerâmicas, artes feitas de madeiras, entre outros.

No centro da comunidade está o prédio da escola, a igreja, o casarão, que é realizado o evento e um campo de futebol. Observa-se que os indígenas daquela comunidade gostam da prática de jogar futebol.

Referente à educação, informaram que funcionam as séries iniciais na escola da comunidade, pois, há um prédio escolar, onde as crianças estudam. Tem um professor indígena da própria comunidade e um professor da cidade, vem todos os dias trabalhar na escola. O ensino é ministrado na língua holandesa. E para continuar os estudos subsequentes os alunos jovens vão estudar na cidade próxima, Albina, vão todos os dias de barco.

O chefe Pane veio conversar, perguntou o que eu estava achando da comunidade. Disse para o Chefe que eu gostei muito de conhecer a comunidade, o lugar, as pessoas, a cultura e participar da dança tradicional. E agradei pela ótima recepção e hospedagem por ele e pela sua família. Apesar do entrave da língua, acredito que houve a comunicação e interação.



Fotografia 29: Xamã e o Kapitein Pane



Fotografia 30: Dança Sambura

O que me chamou a atenção e é muito interessante foi à questão da língua, os indígenas da comunidade são falantes de quatro línguas que são: Kalinã (língua nativa) sranantongo, holandês e inglês, além de algumas pessoas falarem o francês, por estar na divisa do país, Guiana Francesa.

Enfim, essa experiência me fez muito bem, senti renovada em conhecer o diferente, mas, ao mesmo tempo, ressoa estranho devido à língua que não entendo, é um desafio a ser superado, porém, por outro lado, é algo enriquecedor de compartilhar conhecimento, interagir ao participar da dança tradicional, de conhecer como vivem como são essas diversidades culturais e linguísticas dos grupos étnicos.

### 2.2.5. Comunidade Indígena Bigiston e Pierre Kondre



Fotografia 31: Comunidade Bigistorn



Fotografia 32: Comunidade Pierre Kondre

Nos dias 01 e 02 de julho de 2017 estive em campo na comunidade indígena Bigiston e Pierre Kondre. Tive a oportunidade de conhecer a comunidade indígena, a convite do senhor Max, que trabalha na Organização dos Povos Indígenas do Suriname (VIDS). A atividade nessas duas comunidades foi uma reunião com os indígenas para a apresentação sobre *“O julgamento da Corte Interamericana, em Bigiston no sábado e em Pierre Kondre no domingo”*.

Seguimos pela estrada de carro, a viagem durou cerca de duas horas até chegar a Albina, em seguida, fomos de barco, em torno de 45 minutos para chegar à comunidade indígena Bigiston, a qual está localizada na região costeira entre o Rio Marowijne e divisa com Guiana Francesa.

Durante a viagem, o Max foi falando sobre a atividade que iria acontecer nas duas comunidades, uma reunião para informar sobre *“O julgamento da Corte Interamericana e sobre a comissão dos indígenas das comunidades composto pelos chefes”*. Essa comissão está composta por indígenas que estão discutindo e articulando junto ao governo surinamês sobre *“Direitos territoriais dos povos indígenas”*.

Essa comissão tem como finalidade articular questões políticas junto ao governo referente aos Direitos dos Povos Indígenas, enfatizando o Direito a Terra/ Território e passar informações das atividades que é desenvolvida pela VIDS.

O Max disse que a Organização tem um bom diálogo com o governo, porém, as ações não são executadas na prática por parte do governo, só fica no discurso. Essa comissão está articulando para entregar um documento de reivindicação sobre essa questão para o governo.

O Max apresentou-me para o Kapitein da comunidade e os demais indígenas que foram juntos no barco, foi muito bom conhecer estes grupos étnicos, os chefes das duas comunidades, eles desejaram boas-vindas.

Na viagem, fui observando e contemplando a imensidão do rio, as matas a margem, uma paisagem da natureza muito linda. Chegando à aldeia fomos recebidos pelo irmão do Kapitein, em seguida pelos demais indígenas, foi ótimo a recepção, é um lugar muito bonito.



Fotografia 33: A viagem de Barco



Fotografia 34: Aldeia Bigiston

Em seguidam fomos hospedados em uma casa de alvenaria, específica para os visitantes, assim eu e outra indígena ficamos num quarto e os demais ficaram em outro espaço, e nesta tem um salão que vai ser realizado a reunião.

Nessa comunidade se fala a língua nativa, o sranantongo, o inglês e também o francês, por estar na divisa do país Guiana Francesa. Eles estão próximos e mantêm interação com os indígenas do país vizinho.

Apesar da língua que é falada pelos indígenas, pode-se comunicar de uma forma recíproca, me senti acolhida, compreendi em vários momentos quando conversei com eles o que falavam, mas, tiveram momentos que não compreendia, é um desafio a ser superado. Foi uma experiência ímpar de conhecer e interagir com os indígenas dessa comunidade.

Em seguida, foi servido o almoço com a comida tradicional dos indígenas. A comida era beiju (mais duro) e a carne de caça (paca) cozido com temperos e principalmente a pimenta, eu gostei muito.





Fotografia 35: Comida tradicional



Fotografia 36: Saboreando a comida

A partir das 14h00 iniciou-se a reunião sobre: Informação da Comissão dos indígenas que estão discutindo questões políticas com o governo, principalmente a questão referente aos Direitos Territoriais para os indígenas e as atividades que estão sendo desenvolvidas pela Organização Indígena – VIDS.

Os chefes/ Kapitein fizeram as suas considerações referentes à atividade que está sendo realizada, em sequência fomos apresentados para os kapitein e para as pessoas da comunidade que estavam presentes na reunião.

Achei interessante na comunidade à presença das mulheres, de crianças e adolescentes na reunião, não tinham muitas pessoas, mas, a maioria eram as mulheres. As crianças estavam prestando atenção nas falas dos chefes, foi algo que me chamou atenção e me encantei de ver as crianças.

A comunidade de Bigiston é muito bonita, fica a margem do Rio Marowijne, uma paisagem fascinante. No dia seguinte, fomos caminhar conhecer a comunidade, o indígena que nos acompanhou, irmão do kapitein foi contando e mostrando o que tem na comunidade.

Ele disse que a comunidade está com um projeto de revitalizar as embarcações tradicionais (canoa), nos mostrou uma que o chefe está fazendo, é um dos objetivos da comunidade. Fomos visitar umas famílias Maroons que vivem de forma tradicional nas proximidades, juntos com os indígenas.

Estivemos conhecendo o prédio da escola que tem na comunidade e as residências das professoras que ministram aulas para as crianças. Não tem professores indígenas da comunidade, são professores que vêm da cidade e mora na comunidade para dar aulas para

as crianças. As crianças que moram do lado da Guiana Francesa vêm nesta escola para estudar.

A educação escolar funciona na comunidade e começa no primeiro ano até o sexto ano para as crianças. O ensino é na língua holandesa. Os demais estudantes adolescentes e jovens vão à cidade de Albina para estudar.



Fotografia 37: Prédio da escola em Bigiston -2017    Fotografia 38: Museu diversas artes -2017

Há um museu que tem diversas artes/artesanatos, estes feitos por eles, homens e mulheres, são confeccionados com semente, madeiras e cerâmicas. São colares, pulseiras, brincos feitos de sementes nativas e de miçangas, banco de madeira, objetos feitos de cerâmica, muito lindas as artes.

A população está em torno de 100 a 200 pessoas, nesta comunidade há uma mistura de indígenas e os marrons, há uma convivência constante entre esses grupos que compartilham um mesmo espaço. Apesar das diferenças e divergências entre esses dois grupos, procuram viver e conviver de forma harmoniosa.

Cada família tem sua plantação, eles plantam diversos tipos de alimentos são: mandioca, cana, amendoim, banana e outros. No quintal da casa das famílias tem diversas plantas e frutas como: manga, caju, coqueiro, bem como frutas nativas.

Vi a famosa “*Big Storm*” que, por esse motivo, tem o nome da comunidade que significa “Pedra Grande” tem um significado cosmológico para os indígenas. Tem uma relação de espiritualidade forte para este povo.



Fotografia 39: Mulheres e crianças da aldeia Bigiston

Depois, retornamos para a Albina de barco com o objetivo de ir à outra comunidade Pierre Kondre, para realizar a reunião e passar as informações referentes à questão dos Direitos Territoriais e o trabalho que a VIDS vem desenvolvendo junto às comunidades indígenas.

A comunidade Pierre Kondre fica localizada próxima cidade de Albina. Já tem estrada com asfalto, é rápido o acesso. As casas dos indígenas são distantes umas das outras, fazem plantações de roças. A população está em torno de 300 pessoas que moram na comunidade segundo informação de um líder da localidade.



Fotografia 40: Comunidade Indígena Pierre Kondre

A reunião iniciou às 16h00 da tarde com a fala do Kapitein, em seguida o Max nos apresentou para o chefe e para as pessoas que estavam presentes na reunião, o Kapitein desejou boas-vindas.



Fotografia 41: Discurso do Kapitein-2017



Fotografia 42: Salão de Reunião-2017

Observei na reunião que havia presença de homens, mulheres e de algumas crianças. O que me chamou a atenção foi à presença e participação das mulheres e das crianças que estavam atentos nas falas dos chefes. É interessante desde cedo que a criança já esteja inserida no meio social numa reunião.

A reunião terminou às 7h00 da noite, assim que finalizou, nos despedimos dos chefes e agradei pela recepção e pela hospedagem cordial.

Enfim, foi uma experiência que me mostra o valor das diversidades de culturas, de conhecer e interagir com os indígenas, de diferentes formas de comunicar, seja através de expressões, de gestos, de oralidade, acreditar que a comunicação se dá por diferentes formas. Senti bem e energizada para enfrentar os desafios da academia e, que compartilhar experiências é estar aberto ao conhecimento e a aprendizagem de diferentes culturas.



Fotografia 43: Participação das mulheres na reunião Aldeia Pierre Kondre

### 2.2.6. Comunidade Indígena Kwamalasamutu



Fotografia 44: Vista aérea da Comunidade Kwamalasamutu

Entre os dias 03 a 05 de agosto de 2017, fui numa atividade de campo com o prof. Rudi Van Kanten juntamente com a sua equipe da Tropenbos, na comunidade Kwamalasamutu, que está localizada no sul do Suriname, divisa com o Brasil, essa atividade visa conhecer e estreitar relações e ter uma experiência com a comunidade indígena do grupo étnico Tryo.

Com a articulação do professor foi possível ir à comunidade indígena Kwamalasamutu, estava com grande expectativa, deu certo, ele confirmou a viagem e

passou as informações referentes às atividades a serem realizadas na comunidade indígena. A atividade é uma consulta com os indígenas, tem como objetivo a troca de informações sobre estudos relacionados às estratégias nacionais de Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas (REDD).

Nesse sentido, contextualizou a referida atividade relacionado à NIMOS- REDD+ é o organismo de coordenação do programa REDD+ é responsável pelo desenvolvimento de uma estratégia nacional de REDD+ para Suriname. Este é um processo participativo, onde é necessária a informação dos vários grupos incluindo os povos indígenas e tribais. Este processo é uma atividade em longo prazo, pode haver mudanças gradualmente.

Neste contexto, há um grupo de consultores do Uruguai trabalhando em nome da NIMOS- REDD+, e Tropenbos Suriname se aproximaram para coordenar a parte relativa a comunidades indígenas e tribais. Para Tropenbos Suriname, isto significa que juntamente com os facilitadores das comunidades realiza uma série de consultas em diferentes comunidades.

Perspectivas da comunidade são cruciais para o desenvolvimento de uma estratégia nacional que está em favor a ter em conta os riscos que cobrem. É importante que os diferentes grupos comunitários estejam presentes: homens e mulheres, jovens e velhos, porque cada um pode dar-lhes a contribuição. Estes são passados através de Tropenbos Suriname e com a ajuda dos facilitadores locais.

Além disso, a pesquisa também realizada por membros da equipe Tropenbos na aldeia para reunião e informações detalhadas. As atividades têm como objetivo a troca de informações sobre os estudos relacionados estratégias nacional de REDD. A coleta de informações a partir das perspectivas dos residentes locais. Vários temas são relevantes para as estratégias nacionais incluindo: Como eles veem o futuro da região; os pontos relevantes de desmatamento e degradação florestal estão na área; qual é o contexto social e ambiental da região; quais são os principais riscos e benefícios potenciais para a comunidade quando se trata de ações de REDD.

No dia 03 de agosto de 2017, quinta-feira, partimos rumo à comunidade Kwamalasamutu, é uma aldeia distante e o acesso é somente de avião (bimotor), está localizado no sul de Suriname divisa com o Brasil. Segui ao aeroporto Gum Air Zorg & Hop- Gum Air NV – aeroporto Doekhieweg 03, a viagem estava marcada para sair as 8:30 horas da manhã. Cheguei as 7h30 da manhã, fui de táxi, ao chegar ao aeroporto veio um rapaz me recepcionar e perguntando para onde iria, ele foi bem simpático dando

informação e levando-me num outro portão que seria o embarque para a comunidade e ele conversou em português.

Encontrei com a Bindia que faz parte da equipe de Tropenbos, ficou mais fácil e ficamos esperando outros da equipe chegar. Eu estava numa grande expectativa e ansiosa pela viagem, pois, seria a minha primeira viagem de avião pequeno e na comunidade que me interessei muito em conhecer e estava realizando o meu desejo. Uma viagem fantástica e emocionante de ir a essa comunidade e também uma forma de praticar o inglês, enfim, com certeza será de grande aprendizagem.

Assim, chegaram todos da equipe e o prof. Rudi, o qual me apresentou as outras pessoas. A equipe foi composta por nove pessoas, sendo o prof. Rudi e cinco pessoas da equipe Tropenbos, Sara Svensson (PMU- observador) assistente, eu, Eliane, e um indígena da comunidade, em seguida, teve a pesagem de cada pessoa, as malas e as outras bagagens. Entramos na sala vip e ficamos esperando, pois, estavam fazendo os últimos preparos para o embarque.

Fiquei dialogando com o Rudi sobre a experiência de aprendizagem do intercâmbio de diferentes culturas, os desafios e principalmente o meu interesse de conviver numa comunidade indígena. A foto a seguir mostra a equipe da expedição da viagem de campo na comunidade indígena.



Fotografia 45: Equipe da viagem na aldeia Kwamalasamutu



O embarque foi às 9h00 da manhã, a viagem durou aproximadamente uma hora e trinta minutos (1h30) de Paramaribo a comunidade Kwamalasamutu que fica ao sul do país. Durante a viagem de avião fui contemplando as paisagens, a imensidão das matas, das florestas olhando de cima, como são as belezas do universo, é um mistério. Agradei a Haipuku (Deus) por estar ali, por vivenciar essa experiência de aprendizagem agradável e desagradável, dilemas e superação, uma experiência ímpar na minha vida. E pensando positivo, que tudo iria dar certo de passar uma temporada em uma comunidade indígena. É muito linda e ao mesmo tempo inusitada a viagem de avião pequeno.

Chegamos à aldeia, o avião pousou no campo de aviação às 10h30 da manhã. Na sede da aldeia havia muitas pessoas, homens, mulheres e crianças para ver quem estava chegando. Fomos recepcionados por um indígena, que é o professor na comunidade, o Pildas Tawadi, desejou boas-vindas a todos nós. Em seguida, caminhamos uma longa distância até o alojamento, onde iríamos ficar hospedados, assim, que todos se acomodaram nos levou para apresentar as lideranças da aldeia, que é o Kapitein.

Chegar à aldeia foi uma sensação muito boa, senti-me bem, lembrei-me da minha aldeia, mas, ao mesmo tempo um receio de como seria a comunicação, porém, com pensamento positivo. A primeira impressão da aldeia é muito linda, as pessoas são simpáticas e legais. E ainda, a questão da língua, pois, todos são falantes da língua nativa Tryo, algumas pessoas falam o inglês, o holandês e o sranantongo, foi muito interessante essa experiência.

Quando chegamos estava acontecendo uma reunião na comunidade com o Kapitein e demais indígenas num casarão, assim que terminou foi apresentado cada membro da equipe de Tropenbos, o prof. Rudi passou a informação referente à atividade que seria realizada durante esses dias juntamente com a participação das pessoas da comunidade. O Kapitein desejou boas-vindas a todos, este falava na língua nativa Tryo e o Pildas fazia a tradução em holandês e em inglês para a equipe.

Nesse intervalo, houve um movimento entre os homens, uma correria e com espingarda nas mãos indo na direção da mata e, em sequência, uma voz no alto falante dando aviso à comunidade, era avisando de uma caçada de bicho do mato (queixada/porco).

Algo que chamou a minha atenção é uma casa tradicional feita de palha específica que tem na região, era muito grande, tinha o formato de um círculo, nesta casa tinha um som que instalaram um alto falante que dava os avisos para todos da comunidade, por ter casas distantes umas das outras. E por meio desse alto falante eles dão os avisos para todos.



Fotografia 46: Casa Tradicional em Kwamalasamutu

Em seguida, o facilitador indígena Pildas foi mostrar o rio onde íamos banhar e informou sobre a comunidade, depois retornamos para o almoço e o descanso.

No período vespertino, ficamos aguardando as pessoas da comunidade chegar para começar a reunião, às 14h00 . A reunião se iniciou com a fala dos chefes/kapitein, logo foi feita novamente a apresentação da equipe, em sequência a exposição do trabalho que a Tropenbos foi realizar na comunidade indígena. Esteve presente para compor a mesa o Kapitein e mais três pessoas lideranças da comunidade, assim, como os demais membros da comunidade, num total de 15 pessoas, a maioria homens, somente duas mulheres, mas, todos participaram.

A reunião seguiu com a explicação do prof. Rudi sobre a atividade, enfatizando os fazeres e cultivo que tem na comunidade Kwamalasamutu. Havia um indígena para a tradução da língua nativa tryo para o holandês ou inglês, assim, se sucedeu a reunião.

A Lisa Best, membro da equipe Tropenbos, conduziu a atividade falando em holandês/inglês, em seguida, o indígena fazia a tradução na língua nativa tryo para os participantes. Essa atividade se deu em forma de roda diálogo, foram falando e destacando o que tem na comunidade referente à base de alimentação e a Elisa ia escrevendo no cartaz.



Fotografia 47: Reunião com os indígenas Tryo

A população está em torno de 1.200 pessoas na comunidade Kwamalasamutu. Na aldeia tem a plantação mandioca, conhecida nesta região de cassava, deste faz uma bebida tradicional o cassiri, batata deste fazem o doce de batata, inhame, ananás, mamão, maracujá, cana, caju, milho, pimenta, abóbora e melancia. Vegetal como: banana, amendoim; Liba – água potável, rio, peixe; medicinas/ ervas – madeira, frutas da florestas, castanha do Brasil; caça/ selvagem; lenha.

Fazem bebida tradicional “*cassiri*” que é feito de cassava, tem frutas que eles plantam, há muita água, o rio é próximo à aldeia. Tem muitos peixes e caça, estes são alimentos que eles consomem no dia a dia. A caça e a pesca são principal alimentação desses indígenas.

Falaram dos problemas que enfrentaram na comunidade como, por exemplo, na época da chuva, tem muita água e chega faltar alimentos. Os indígenas fazem plantação, mas às vezes falta e necessitam de alimentos.

Outra atividade que foi realizada em cartaz sobre: o que a comunidade espera para melhorar a vida das pessoas da comunidade. Seguiu-se com as seguintes questões norteadoras para o debate: E como é a floresta em 10 -15 anos pela comunidade? O que eles tinham antes? E agora na atualidade? E no futuro? São resolvidos os problemas atuais? O que vai ser importantes fontes de alimentos no futuro? A reunião se encerrou com o término dessa atividade.

No dia 04 de agosto de 2017, sexta-feira o segundo dia na comunidade, como é muito bom estar e conhecer a aldeia e as pessoas, os indígenas foram legais e tivemos uma boa recepção. A aldeia é muito bonita e eu estava na expectativa que essa experiência seria relevante durante a nossa estadia.

Ao amanhecer, fui eu, Sara e a Bindia num pequeno córrego tomar banho, para chegar até o córrego tem que caminhar uns 15 minutos, uma boa caminhada. A água estava fria, porém, muito bom para despertar. Após o retorno do rio, foi servido o café, chá e pão para todos.

Em seguida, fomos para a casa tradicional onde são realizados os eventos da comunidade Kwamalasamutu, ficamos esperando para começar a reunião, pois, os indígenas estavam na igreja orando, estava tendo uma atividade evangélica, assim, que terminou vieram todos na casa tradicional para tomar o café da manhã e em sequência iniciar a atividade as 10h00, seguida com uma oração na língua nativa.

O indígena Ainejas Koepoeroe me apresentou ao indígena Keeng que trabalha na Instituição Amazon Conservation. Ele fala o português, morou muito tempo no Brasil, ele fez a tradução da reunião para mim. Foi muito bom conhecer e interagir, conversamos bastante contou um pouco da comunidade, em seguida falei sobre a minha experiência em Suriname.

A atividade deu-se da mesma forma com intérprete fazendo a tradução da língua tryo para o holandês ou inglês, o indígena Keeng me ajudou fazendo a tradução em português. Então, começou falando como as instituições trabalham na comunidade, essa atividade foi dividido em dois grupos de homens e mulheres.

A atividade em questão era para descrever a informação sobre o contexto ambiental e social da comunidade para verificar quais os serviços e produtos da floresta são importantes para as pessoas da comunidade, para saber o que mudou o que está disponível e as suas causas. Os grupos irá destacar o que fazem na aldeia e o que tem na comunidade. Assim, enfatizar sobre os recursos naturais que utilizam como: madeira, peixe, vegetais e outros. Os grupos podem apresentar por escrito ou desenhar para facilitar a compreensão.



Fotografia 48: Trabalho de grupo-mulheres Tryo

O indígena relatou que a população é de 1.400 pessoas, a maioria das pessoas é evangélica. São as mulheres que sabem como plantam, elas cuidam e cultivam os alimentos. O homem só caça para obter alimentos, enquanto são as mulheres dedicam para a plantação e o cultivo da roça, ressaltou que na aldeia tem lugares bons para plantar.

No período da manhã, teve muitas pessoas na reunião discutindo e participando da atividade em grupo, houve a participação de mulheres, jovens, adolescentes e anciões na elaboração da atividade de grupo. O que chamou a minha atenção foi o envolvimento das mulheres na elaboração da atividade.

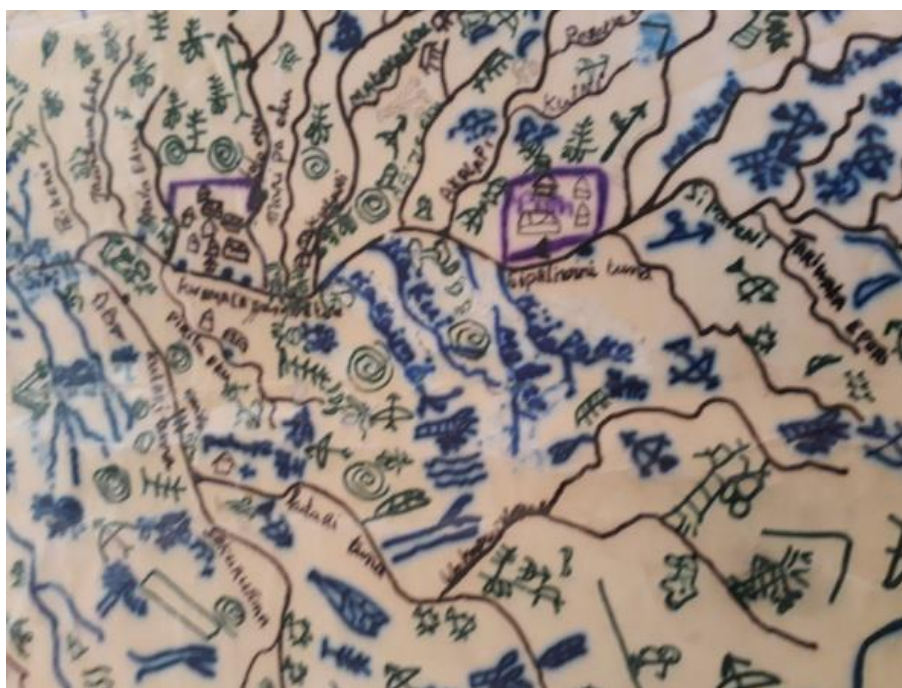
Em seguida foi feita a apresentação para a plenária dos trabalhos em grupo. Sendo, assim, o grupo dos homens e das mulheres fizeram a explicação da atividade, através de ilustrações. Nesse intervalo, fiquei tirando fotos e conversando com alguns indígenas foi super legal. Um indígena que é o xamã da comunidade mostrou-me uma apostila contendo ilustrações e escritos na língua e em sequência estava ensinando algumas palavras na língua tryo como: Marakupi – palmeira para sol, Koi – buriti, Nono Kurano – terra boa para plantar, Iperi – igarapé, Tipite – roça, Ikutupe – poço/lago, Tiponopinpe – história, Kuriya – jabuti, Tuha – castanha, Siminate – cipó, Wane Pata – lugar de mel, Anotato – pista de pouso, Wesan matoponpe – ponte de guerra, Pau – ilha, Pai – anta, Masiwe – tamanduá, Ariwe – jacaré, Sarawaru – tartaruga, Ponyeke – porco, Ooko – mutun, Kiyapoko – tucano, Maripa – inajá.

Entretanto, apesar da diversidade linguística, eu consegui me comunicar com as pessoas, com os anciões, eles estavam ensinando essas palavras na língua Tryo, um momento mágico, gostei muito de interagir com os indígenas os quais aproximei e conversei, foi ótimo.

No almoço, foi servida a comida tradicional dos indígenas que tem o nome “Pepe watra”, este estava uma delícia.

No período vespertino, após o almoço houve a continuidade das atividades. Essa atividade foi à discussão sobre os potenciais riscos e os benefícios para a comunidade. E obter informações sobre o risco e os benefícios das soluções da proposta na vida da comunidade. Os benefícios – ganhos (turismo) encorajamento de diferentes atividades. A floresta é importante para todos nós vivermos. Durabilidade, risco: desequilíbrio, os preços dos alimentos são caros.

Uma mulher indígena estava falando na língua Tryo. Particularmente não entendi o que ela disse, mas, achei importante a sua participação, principalmente por ser a única que estava presente no período da tarde. Mostraram os mapas que foram feitos pelos próprios indígenas, é muito interessante o trabalho de mapeamento dos lugares do território.



Fotografia 49: Mapa elaborado pelos próprios indígenas do território

A outra atividade foi fazer levantamento, as pesquisas foram conduzidas por dois membros da equipe de Tropenbos na forma de entrevista nas casas das famílias. A reunião terminou às 16h00.

Após o término da reunião fomos para o alojamento e ficou um tempo livre para conhecer a comunidade. Próximo ao alojamento tem uma casa e fui visita-la, lá estava uma senhora indígena preparando a massa de mandioca. Conversei com ela e, em seguida, chamou a sua filha para conversar, a filha dela fala o português. Estivemos conversando, foi muito boa essa interação, o nome dela era Lianda e a mãe dela se chama Serira, são pessoas legais. A Lianda sabe falar em português e estudou em Macapá, agora está na aldeia. A sua mãe é falante somente da língua nativa, mas, consegui, pela expressão, pelo gesto comunicar com ela. Ela estava trabalhando no preparo da mandioca, estava descascando e espremendo a massa para posteriormente fazer o beiju e a bebida cassiri. Em seguida, a Lianda convidou-me para tomar banho no rio que tem próximo a aldeia.

Nossa! Foi muito bom estar interagindo e tomar banho no rio. Havia algumas crianças tomando banho e pulando no rio, na maior algazarra, muito felizes. As crianças indígenas desde pequena já sabem e domina a arte de nadar e gostam de banhar no rio, elas estavam pulando no rio, conversando entre elas na língua, na maior alegria e interagindo ao meio que vivem, aprendem a partir da convivência do dia a dia.

Ficamos banhando e fiquei observando o movimento das crianças que estavam banhando e brincando no rio, sabe, a simplicidade de viver em liberdade, na alegria, o sorriso das crianças e a maioria eram as meninas, as crianças indígenas são bonitas.



Figura 50: Crianças Tryo banhando

O rio é muito bonito e extenso, tem lugares que são fundos, é nesse rio que eles pescam, retornamos para o alojamento, tirei fotos com as crianças, enfim, gostei muito de estar ali e interagindo.

Ao entardecer, retornei na casa da Serira, ela estava descascando mandioca e as suas filhas ajudando a Lianda descascando mandioca e a outra lavando a mandioca, então, fui ajudar lavar a mandioca. Lembrei-me muito da minha casa, da família, quando fazíamos o preparo da farinha. Observei que eram as filhas, as meninas estavam ajudando a mãe nesse trabalho do preparo da mandioca, desde pequena as filhas e os filhos ajudam os pais nos afazeres, fiquei ajudando-a e conversando.



Fotografia 51: Preparação da cassava

No final de tarde, neste dia, havia movimentos de pessoas, os jovens, adolescentes jogando vôlei numa quadra que fizeram de areia, os homens jogando a bola no campo de futebol próximo a casa que estavam alojados e as crianças jogando bola e brincando na maior alegria.

As mulheres indígenas mostraram os artesanatos que são confeccionados por elas para as meninas da equipe de Tropenbos que compraram lindas peças de colares, brinco e pulseira feitos de sementes nativas e de miçangas.

Depois, assisti ao jogo de futebol no campo e tirei lindas fotos da paisagem da aldeia, em seguida, estive conversando com um senhor indígena, ele estava trabalhando trançando a palha para cobrir a sua casa. Nesta comunidade, encontrei quatro pessoas que



falam o português, há indígenas que tem parente no Brasil, e como é fronteira Brasil/Suriname, transitam constantemente, pois, tem Tryo na parte do território brasileiro, eles têm parentes e mantêm contato no Brasil, porém, a maioria das pessoas é falante da língua nativa, que é Tryo, algumas pessoas falam o holandês, o inglês e sranantongo.

No dia 05 de agosto de 2017, sábado, no período da manhã, a atividade realizada foi à caminhada para conhecer a aldeia e a escola e o período vespertino retornou para Paramaribo. O indígena Pildas Tawadi foi o facilitador de mostrar a aldeia e falar sobre a mesma, ele falava ora em holandês, ora em inglês, particularmente entendi pouca coisa, mas, pode observar e entender o contexto da comunidade.

A comunidade Kwalasamutu é uma aldeia muito linda, e extensa, está localizada a sul do Suriname, são grupos étnicos Tryo. Na aldeia há uma escola, a escola é muito bonita, a sua estrutura feita de alvenaria. Tem três professores que atuam na escola, dois são indígenas e um não indígena que mora na comunidade. Tem muitas crianças que estuda, o ensino é conduzindo na língua holandesa. Observei que na comunidade tem muitas crianças.



Fotografia 52: Prédio da escola na aldeia indígena Tryo

As moradias são umas distantes das outras, as casas são feitas de madeiras, palhas específica da região. Os indígenas trabalham muito no cultivo e na preparação da mandioca. Em toda casa havia instrumento do preparo da mandioca, encontramos em uma casa uma senhora fazendo o beiju num tacho enorme no fogo de lenha.

Plantam diversos alimentos como a mandioca, banana, ananás e diversas frutas frutíferas ao redor dos quintais, como manga, caju, laranja, frutas nativas da região e outros. Tem criação de galinha. Passamos por uma casa que a mulher indígena estava fazendo rede de algodão. A informação que tive é que são quatro instituições que realiza o trabalho na comunidade é: Medical mission (medische Lending), Amazon Conservation Tean (ACT), Conservation International (CI), Baphsks Cemeente (Inglesia).

A caminhada foi ótima, conhecemos a comunidade, para mim, foi uma experiência única, de aprendizagem, gostei muito de estar na aldeia Kwamalasamutu e conviver parte do cotidiano. Permitiu-me conhecer parte da cultura, o modo de viver e a interação ao ambiente do dia a dia, assim, como os aspectos positivos e negativos, visto que o acesso à comunidade é difícil, é somente de avião bimotor para ter acesso e quando é época da chuva o avião não faz o pouso.

Apesar da língua, consegui me comunicar com as pessoas, senti-me feliz em casa pela boa recepção, essa convivência me fez bem, trouxe uma energia positiva, o contato com a natureza, boas vibrações para enfrentar os desafios, principalmente da academia.

Ressalto a importância de deixar-se permitir para interagir com o outro, lançar e superar os desafios, ir ao encontro do outro. A diversidade de línguas nos faz diferente, e é essencial para as relações, mas, que emerge possibilidade de várias formas de comunicar e interagir em diferente contexto. Assim, é a vida um processo contínuo de aprendizagem. Agradeço a Haipuku pelo dom da vida e por este momento que é um marco em minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

Retornamos para o posto do campo de aviação, em seguida, foi feito o processo de pesagem de cada pessoa e das malas e ficamos aguardando o avião chegar. Agradeço ao prof. Rudi e a sua equipe pela oportunidade de ir junto, pois, só assim, foi possível estreitar o diálogo e articular para manter rede de interação futuro com os indígenas.

Sáímos da comunidade às 13h00 da tarde, tiramos uma foto oficial da equipe e nos despedimos das pessoas, logo, partimos rumo a Paramaribo.

### **2.2.7. 7º Conferência dos Povos Indígenas do Suriname**

Entre os dias 25 a 28 de agosto de 2017, realizou-se na comunidade Indígena Redi Doti–District-Para/Paramaribo, a 7ª Conferência dos Povos Indígenas do Suriname, organizada pela já mencionada referida VIDS. Trata-se de um encontro que reuniu os indígenas dos seguintes *districts*: Para, Wanica, Commewijne, Nickerie, Saramacca, Maroweny e Sipaliwine. A conferência teve como objetivo uma reunião dos líderes das aldeias para realizar uma avaliação dos trabalhos, definir estratégias para o próximo período e eleger um novo Conselho – que, baseado na representação geográfica, se reúne a cada quatro anos. O evento contou com a presença de 100 a 190 participantes indígenas, dos grupos étnicos Lokono, Kalinã, Lokono/Kalinã, Trio e Wayana.

O debate realizado teve como temas norteadores a socialização dos projetos, as atividades desenvolvidas pela VIDS, o funcionamento e gerenciamento da organização e as problemáticas existentes nas aldeias. Procurou-se, pontuar soluções, bem como avaliar e planejar os trabalhos posteriores e a eleição da diretoria.

Fui convidada para o evento por Lorien Jubithana, coordenadora da VIDS. Ao chegar ao escritório da organização, na Rua Gemenelansweg 18, fui recebida por uma indígena que trabalha na Organização. Havia outros indígenas sentados. Recebi boas-vindas e me disseram para aguardar, pois, a saída para a aldeia seria às 12h00.

Eu estava radiante com a expectativa, mas, ao mesmo tempo, com receio; ficava imaginando como seria essa experiência, pois, se tratava de indígenas falantes de várias línguas, as línguas nativas, o inglês, o holandês e o sranantongo. Então, respirei fundo e pensei comigo mesma: *“seja como for, vou encarar e tentar me comunicar com os indígenas; interagir e deixar fluir, mantendo o pensamento positivo”*.

Saímos de Paramaribo, de fato, às 12h00, de microônibus. A viagem para a comunidade Redi Doti /Distrito de Pará durou duas horas e meia. Chegamos, portanto, à comunidade indígena pontualmente às 14h30. A recepção da comunidade foi ótima, quando chegamos já havia vários indígenas sentados esperando as demais delegações das outras aldeias. Fiquei observando o movimento das pessoas, ainda com um pouco de receio, mas, deixei fluir, afinal, *“o que tiver de ser, será”*, repeti para mim mesma. Enquanto isso me apresentou para alguns indígenas. Algumas pessoas eu já conhecia; fui cumprimentá-las. As pessoas iam chegando e falando em diversas línguas, ora em inglês, ora em holandês e em sranantongo.

Quanto a mim, às vezes, compreendia o que falavam e, às vezes, não entendia nada. Mantive, de qualquer forma, a expectativa positiva que, de algum modo, a comunicação

avançaria. Assim que chegaram as delegações, a comunidade fez a recepção. Em seguida, foi servido o almoço para todos e os indígenas foram para os alojamentos. Fiquei junto a algumas pessoas da equipe da VIDS, que foram para o alojamento próximo ao rio em um local muito bonito. Foi feito, então, os credenciamentos e entrega das camisetas e kits dos materiais para os participantes do evento.

A abertura da Conferência dos povos indígenas do Suriname teve início às 20h00 da noite, na casa tradicional da comunidade. A coordenadora Lorien Jubithana desejou boas-vindas para todos os participantes indígenas presentes, ao que se seguiu um ritual indígena. O salão estava lotado.



Fotografia 53: Abertura Conferência dos Indígenas -2017

Houve a apresentação dos representantes e autoridades locais das comunidades indígenas: kapitein e os basja das comunidades das regiões Oeste/Oost, Leste/Nickerie, Wayambo/Saramacca, Marowijne, Para e sul-Trio e Wayana. Depois, foi apresentada a equipe da VIDS, composta por Lorien Jubithana, Max, Thea Ramalho, Joyce Hicilio, Sandra Archiro Jeffrey, Josse Artist, Janet Landburg e Pauline France.

A coordenadora Lorien me chamou para que eu me apresentasse, dizendo de onde sou e a atividade que estou desenvolvendo em Suriname. Apresentei-me àquele salão lotado, dizendo meu nome, disse que era indígena do povo Umutina, estudante de doutorado em Antropologia Social e que era professora na minha comunidade, e estando

participando de um Intercâmbio Cultural entre estudantes indígenas e quilombolas. O objetivo seria conhecer e interagir com as diversidades culturais e linguísticas das comunidades, principalmente as indígenas. E que estava muito feliz de estar no evento, conhecendo e interagindo com os diferentes povos indígenas. Salientei que essa troca de experiências e de conhecimento é muito importante. Desejaram-me boas-vindas e senti-me acolhida por eles. Fiz a apresentação em português, traduzida pelo Max para a língua sranantongo. Refleti para mim, realmente foi um momento marcante estar ali. Senti-me energizada. Apesar das diferentes línguas, estava ali, aberta, para conhecer e interagir da melhor forma possível, que a comunicação iria fluir naturalmente.

Em seguida, as autoridades das comunidades indígenas que estavam à mesa fizeram as considerações referentes à conferência e aos trabalhos da VIDS. Foi entregue a programação e feita a leitura; foram dadas informações das atividades que seriam desenvolvidas durante a conferência. Conheci alguns indígenas do sul do Suriname da comunidade de Apetina; alguns falam um pouco de português e foi muito interessante conversar com eles.

As atividades do dia 26 de agosto iniciaram-se com boas-vindas e com a cerimônia do ritual dos indígenas Tryo. Em sequência, Lorien Jubithana, coordenadora da VIDS, fez a sistematização e deu as informações da programação da conferência. Cada Kapitein (chefe tradicional da comunidade) discursou sobre a importância dos assuntos em discussão e trabalhos desenvolvidos pela organização indígena, bem como sobre as atividades construídas em conjunto e a serem debatidas na conferência. Dentre eles, discursaram o kapitein Lelis da Comunidade Redi Doti, kapitein Pane da comunidade Galibi, Kapitein da comunidade Apetina sul do Suriname, Kapitein Reshoede wakusa da comunidade Kwalasamutu sul do Suriname.

A equipe da Organização fez a exposição dos projetos que são desenvolvidos nas comunidades indígenas, assim como as atividades e a situação organizacional da VIDS.



Fotografia 54: Socialização do Trabalho da VIDS – 2017

Após essa explanação, iniciou-se o trabalho em grupo por região: Wayambo/Saramacca, Para, Marowijne, Oeste/Apoera, Wayana/Trio, Trio/Kwamalasamutu. Foram formados oito grupos para discutir sobre as problemáticas existentes e apontar soluções para a comunidade. Assim que finalizaram os trabalhos em conjunto, os grupos foram para a plenária com o objetivo de abordar algumas temáticas, dentre as quais destaco: problemáticas e soluções para as comunidades, projeto de turismo, a natureza, educação e a cultura.

No intervalo da atividade, conversei com o kapitein Aines Japanalu da comunidade Apetina, que falou da sua comunidade, que fica ao sul do Suriname. Alguns dos indígenas de lá são falantes de português. Japanalu demonstrou simpatia e interesse quando falei sobre a minha comunidade Umutina e ressaltar a importância do intercâmbio cultural. Para mim, foi uma experiência ímpar vivenciar esse momento de interação e diálogo com diferentes indígenas, aproximar e conseguir comunicar em contexto tão diverso. Diferentemente do que eu temia, tive facilidade nas abordagens e a comunicação fluiu.



Fotografia 55: Kapitein Wayana – Sul do Suriname – 2017

O kapitein Pane fez um discurso referente às apresentações dos trabalhos, momento em que destacou a importância da conferência que estava sendo realizada, referiu-se a um evento onde se reúnem as autoridades locais e tradicionais, como os kapitein, basja e os assistentes das autoridades. Nesse sentido, todos discutem as problemáticas e apontam alternativas, fazem avaliação dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos nas comunidades, bem como elaboram o planejamento do trabalho subsequente.

Na sequência, foi feita a apresentação do histórico da Organização, de como é o seu funcionamento, suas atividades, os projetos desenvolvidos pela VIDS, as mobilizações e lutas. Disso, destaco que a VIDS é uma Organização das autoridades locais tradicionais das comunidades Indígenas do Suriname e tem uma articulação política no âmbito nacional e internacional. A missão da VIDS é fortalecer a autoridade indígena tradicional e liderança indígena, obtendo reconhecimento legal de direitos de terra nativa e outros, cooperação regional entre aldeias e regiões indígenas e maior participação em processos de política social.

O kapitein Lewis David, da comunidade Apoera, e o kapitein Leys da comunidade Rodi Doti também fizeram considerações referentes ao trabalho da organização indígena. Outro tema do trabalho em grupo foi sobre a avaliação do período entre 2012 – 2017 da Organização. Houve discussão enfatizando o funcionamento e gerenciamento da VIDS e o

seu envolvimento em locais das aldeias. Tal foi apresentado por meio de cartazes para a plenária.



Fotografia 56: Trabalho em Grupo – 2017



Fotografia 57: Trabalho em Grupo – 2017

O evento contou como já mencionado acima, com a presença de cerca de 190 indígenas representantes das comunidades, dentre os quais também havia mulheres e jovens, além de homens e anciões. A conferência foi uma oportunidade para se debater sobre temáticas de crescimento e situações pertinentes às comunidades, fazer uma avaliação da organização, bem como planejamento dos trabalhos e também a eleição da nova diretoria da organização para que conduzam de forma sustentável e democrática. Destaco a participação das mulheres que fazem parte da autoridade local. Elas são poucas, porém, tem uma participação ativa, havendo inclusive algumas mulheres que são kapitein e basja de suas comunidades.

Conversando com o Max, da equipe da organização, ele me perguntou o que eu estava achando do evento. Disse que estava gostando, buscando compreender o contexto da discussão. Ressaltei que, de fato, às vezes não entendia os diferentes indígenas falarem em diversas línguas, entretanto, o encontro estava me proporcionando intensa aprendizagem, troca de experiência e interação com os indígenas presentes.

Max esclareceu-me sobre a discussão e a proposta da conferência, que se encontra a cada quatro anos para discutir problemas das comunidades, avaliar os trabalhos e projetos desenvolvidos, elaborar o planejamento para continuar as ações e ainda fazer a eleição de nova comissão da diretoria de organização.

A coordenadora Lorien, por sua vez, perguntou-me se estava gostando do evento. Repeti que sim, apesar da diversidade linguística, estava, afinal, entendendo algo do contexto da conferência e interagindo com os indígenas presentes.



Conheci e conversei com diversos indígenas, entre eles os Kapitein e os Basja; trocamos contatos. Para mim, foi muito bom conhecer essas lideranças e, principalmente, parte do contexto e da realidade da organização desses indígenas. O kapitein Romeo Pierre, da comunidade Pierre Kondre - Albina District Marowijne, foi bastante simpático. Ele me falou da sua comunidade e me ensinou algumas frases na língua Sranantongo: *Fa joe neng* – qual é o seu nome? *Mi neng na Eliane*, *Fa joe de?* Como vai? *Mi de boeng, Kong wi go njang* (sranantongo) - *Aboeng* (resposta). Eu, por minha vez, também lhe ensinei algumas em português.



Fotografia 58: Kapitein e Basja – Apetina



Fotografia 59: Kapitein – Pierre Kondre

Em suma, foi excepcional a vivência durante esses três dias em que foi realizada a conferência, que proporcionaram aprendizagem, troca de experiência e de conhecimento, num contexto de pluralidade de culturas e línguas. Oportunizou conhecer diferentes realidades e realizar novas experiências, de modo a promover a aproximação e interação com os indígenas de diferentes etnias.

Destaco o fortalecimento da minha trajetória profissional, acadêmica e pessoal, o que contribuiu para me tornar uma pessoa mais preparada para enfrentar as adversidades futuras da vida cotidiana indígena, com segurança e tendo um olhar holístico das diferentes realidades. Ressalto ainda o conhecimento de diferentes culturas, tradições e novas línguas, o que cria a possibilidade de ampliar novas redes de relações.

Toda essa experiência possui importância ímpar para mim, como indígena. Senti-me feliz de interagir e comunicar com indígenas de diferentes lugares do Suriname, uma convivência única com essa diversidade cultural e linguística entre os grupos étnicos.

O intercâmbio é um acontecimento singular na vida acadêmica e produz muitas perspectivas; emerge desse processo, em meio a desafios e obstáculos que devem ser enfrentados ao longo da vivência, sempre vislumbrando novas oportunidades e horizontes. Concluo, assim, destacando que é necessário enfrentar os desafios que a vida proporciona

e estar aberto ao desconhecido, ao outro e manter uma expectativa positiva, a aprendizagem acontecem entre a diversidade na adversidade.

### **2.2.8. Atividade de Campo nas comunidades Maroons: Gunzi e Asidohopo – Marrons região**

A viagem de campo no riacho superior do rio Suriname foi agendada para o dia 28 de agosto a dois de setembro de 2017, a visita de campo incluía a hidro pesquisa na corrente superior do rio Suriname, supervisionado pelo Dr. Rudi Van Els. O cronograma de trabalho hidro pesquisa no alto do rio Suriname: Atividade do dia 28: Partida de Paramaribo às 06h00 de transporte rodoviário patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Partida de Atjoni às 09h30 de transporte de barco, patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a Gunzi. Reunião com autoridade tradicional em Gunzi. Medições hidrelétricas em Felulasi. Pesquisa de desenvolvimento social e sustentável em Gunzi, Tjali Kondre & Nova Aurora.

No dia 29 de setembro houve a seguinte atividade: Partida de Gunzi para Asidohopo às 14h00 horas. Reunião com a Autoridade Tradicional no Asidohopo. Orientação de Asidohopo para Djoemoe.

No dia 30, continuidade da seguinte atividade: Pesquisa de desenvolvimento social e sustentável em Asidohopo e Akisamaw. Medições hidrelétricas em Tapawatra.

No dia 31, a atividade foi: Pesquisa de desenvolvimento social e sustentável em Bendekonde e Godo / Solan. Medições hidrelétricas no Gran Dan.

No dia 01 setembro, a atividade: Pesquisa de desenvolvimento social e sustentável em Dangogo. Medições hidrelétricas em Dangogo e Kasitoo Dan. Partida para Atjoni / Paramaribo às 15: 30h.

A equipe foi composta por membros da Universidade Federal de Brasília (UNB) e da Universidade Anton de Kom do Suriname (ADEKUS) e consiste nos seguintes discípulos: Quatro (4) alunos da Universidade Federal do Brasil, que incluem três (3) alunos que realizam estágio na ADEKUS sobre as tribos Maroon e Indígenas no Suriname e um (1) aluno graduado de Engenharia de Energia com boa experiência na realização de medições de eletricidade; Quatro (4) alunos da ADEKUS, que incluem dois (2) alunos de Mestre em Tecnologia de Energia Renovável (Engenharia Mecânica de Base e Engenharia

Elétrica) e um (1) Estudante Mestre Desenvolvimento Sustentável; O supervisor dos alunos e a coordenação da equipe de pesquisa, Dr. Rudi Van Els.

A delegação ficou por 1 a 2 dias em Gunzi para medições de hidromassagem em corredeiras de Felulasi e pesquisa de campo nas aldeias Gunzi, Tjalikondre e Nova Aurora. A segunda estadia foi em Asidonhopo, a residência do Graman (chefe superior) da tribo Saamakka, para fazer medições de água na queda de Tapawatra e Gran Dan.

A pesquisa foi realizada levando-se em consideração o seguinte quesito: Determinar pontos adequados em Felulasi, Tapawatra e Gran Dan para a instalação de turbinas hidrelétricas, levando em consideração o potencial, os níveis de água e o fluxo ao longo do ano (também são importantes entrevistas com os locais); Demanda de energia e consumo de energia nas famílias; demandas e perfis diários nas aldeias; Analisar, documentar e promover a propriedade tradicional da comunidade em relação à gestão de projetos de energia; Energia de relacionamento e desenvolvimento de sustentabilidade (também da perspectiva da comunidade local).

No final, um relatório integrado será elaborado com recomendações para o fornecimento sustentável de eletricidade 24/7 para as aldeias no riacho superior do rio Suriname, levando em consideração os aspectos sociais para a comunidade local.

Na segunda-feira, dia 28 de agosto de 2017, atividade de campo nas comunidades marrons, saída da Universidade Anton Kom as 7:00 horas da manhã. A viagem de estrada durou 3 horas de carro, durante a viagem passamos pela comunidade dos marrons “*Browsberg*”, assim, chegamos a uma vila chamada “*Atjoni*” para pegar o barco e seguir a viagem para a comunidade Gunsi, aproximadamente 2 horas de viagem pelo rio Suriname.

Chegamos à comunidade entre uma hora a duas horas da tarde, fomos recebidos pelo guia, um dos membros da comunidade, em seguida fomos apresentados e logo em sequência teve a reunião com a autoridade local o kapitein. A comunidade é um lugar lindo, tivemos uma excelente recepção pelas autoridades da comunidade.



Fotografia 60: Chegada em Gunzi

À noite realizou-se o encontro com as autoridades locais da comunidade Gunzi. Teve um ritual de apresentação de cada um da equipe e a explicação da pesquisa que será realizada na comunidade para os kapitein e os basja que são autoridades da comunidade. Estavam em 11 pessoas entre kapitein e os basja e dentre essas autoridades tinha duas mulheres. Cada um fez uma consideração falando do lugar, da comunidade, bem como as problemáticas que enfrentam no lugar, esse diálogo tudo na língua saramacca e tinha um rapaz que fazia a tradução.

No dia 29 de setembro de 2017, na comunidade Gunzi, fomos acompanhar a Celyn a acadêmica do curso de Desenvolvimento Sustentável para coletar dados para sua pesquisa de trabalho informações da comunidade.



Fotografia 61: Conversa com o guia - conhecendo a comunidade

As outras equipes que são da área da engenharia foram coletar dados e marcar os pontos no rio Suriname, essa pesquisa visa coletar informação para que no futuro tenha energia nas comunidades marrons.

Fomos à instalação de água, lugar que foi feito a instalação para fornecer e distribuir a água para as casas das pessoas da comunidade. O guia que nos levou explicou e mostrou a instalação de água, falou dos problemas que tem referente à questão da comunidade. Na comunidade tem 50 casas e aproximadamente 50 famílias, tem uma rádio comunitária dentro da comunidade. Na sequência, o guia passou as informações referente à organização social dos marrons que são organizados da seguinte forma: kapitein e basjas. Na oportunidade, tivemos o encontro com o basja da comunidade Gunzi, o nome do basja é Dennis Sinei.

As famílias marrons são famílias tradicionais. Os trabalhos das mulheres são na roça, o plantio, colheita e preparo de alimentos são realizados em conjunto, de forma que há uma reciprocidade. Os homens trabalham no roçado e fazem à limpeza, o resto do trabalho é da mulher, plantar/colher os alimentos. Na colheita, os filhos ajudam as mães, tanto os meninos quanto as meninas, é uma ajudando a outra, ou seja, trabalho coletivo.

A educação na comunidade tem somente as séries iniciais, e os professores saem da cidade para dar aula na comunidade. As séries seguintes de ensino básico e médio são na cidade. Os adolescentes e jovens, para seguir os estudos, vão para a cidade. Os jovens

Marrons que vive na cidade é pelo fato de continuar o estudo, já os jovens que estão na comunidade são os que desistem da escola.

A partida da comunidade Gunzi foi às 15h30, foram duas horas e trinta minutos de viagem de barco para a comunidade Asidönhopo, a chegada a comunidade maroons Asidönhopo foi às 18h00.



Fotografia 62: Chegada em Asidönhopo

No decorrer da viagem observei que tem muitas comunidades maroons à margem do rio Suriname, havia roça com plantação de banana, mandioca e arroz, o lugar é muito lindo, as matas extensas, o rio é muito espetacular.

A atividade de campo na comunidade maroon Asidönhopo teve uma boa recepção pelas pessoas, em seguida, fomos ao encontro das autoridades locais: o kapitein e o basja, apresentando cada integrante e explicando o motivo da visita da pesquisa de campo. O Kapitein nos recepcionou desejando *“boas-vindas e que está muito feliz por a equipe está aqui”*. Contou uma história de uma *“águia, que abateram uma águia e encontraram um anel nos pés da águia, e neste estava escrito Brasil”*. Ressaltou a importância de aproximação e interação com o Brasil, o nome do Kapitein Mea, em seguida, fomos ao lugar onde é o posto de saúde que atende as pessoas da comunidade.

Nesta comunidade observei que havia muita criança. Obtive as seguintes informações referentes à educação e demais, na comunidade tem somente as séries iniciais

do ensino básico, para dar continuidade ao estudo os jovens vão para a cidade. Em Asidonhopo não tem energia elétrica.

Entre os marrons a “*Kankatry*” significa árvore em português, esta árvore para eles é dono da floresta, o rei da árvore na floresta. Às vezes fazem rituais embaixo dessa árvore. É a crença dos maroons, acreditam que é uma casa do espírito, eles tem medo de cortar a árvore, pois, acreditam que nesta árvore moram os espíritos.

Durante o período de “*Munoe siki*” (menstruação), as meninas ficam isoladas, em sua casa, não podem ficar entre as pessoas, são costumes que fazem parte das comunidades maroons.

Com relação ao casamento nas comunidades maroons, são poligâmicos. O homem pode se casar com várias mulheres. Este tem que dar condições para as mulheres, como construir casa, fazer roça, construir bote, tudo que ela precisa ou necessita, o homem tem que cuidar das mulheres, fazer tudo que elas precisam para viver. O casamento tradicional não é reconhecido pelo governo do Suriname.

A organização política dos maroons é denominada por Gama (grammar), kapiteni (kapitein) e o Basia (basja). O basia é o assistente do kapiteni, o kapiteni é o representante do Gama. O Gama é a pessoa com mais autoridade da comunidade dos maroons Saamakka.

São seis diferentes grupos de marrons em Suriname: Saamaka, Ndyuka, Matawai (esses três grupos fizeram acordo com governo colonial), Aluku ou Boni, Paamaka, Kioink, cada grupo tem sua própria língua específica.

Neste viés, seguem algumas frases e palavras na Língua Saamakka: Mi wai ta se miti – prazer em conhecer; Ufa da u meng – meu nome é .../como se chama; Mi ké wata – quero beber água; Sandi oe yang – comida; Uweki nohe – bom dia; Gan ta ny – obrigado; Oe de noh – boa tarde; Dumí suti – boa noite; Hangi kisi mi – estou com fome; Wata kisi mi – eu quero beber/tomar; Mi kisi wata – eu quero beber água; Mi kisi bier – eu quero beber cerveja; Womi – homem; Mué – mulher; Mmant janyang – café da manhã; So nu hati yanyang – almoço; Neti yang yang – jantar; Guli – engoli; Juba – chuva; Suadé – é isso (confirmação); Bilo – descendo; Opoe – subindo.

Ainda, dia 31 de agosto de 2017, na Comunidade Asidonhopo, fomos juntos com os engenheiros fazer a medição na cachoeira, passamos em uma comunidade onde fica os tios do Endi, um dos integrantes da equipe, pois, ele é do lugar e conhece tudo. Na viagem de barco, fui observando as matas, o rio, às quedas da água, muito bonito o lugar. No decorrer do rio, do lado direito e esquerdo tem pequenas comunidades e roças a margem

do rio Suriname. Na roça tem plantação de arroz, mandioca, banana e cana. Um lugar por onde passamos tinha várias mulheres na roça, elas estavam fazendo a colheita do arroz.

Dia 01 de setembro de 2017 foi o último dia da estadia na comunidade Asidohopo e retorno para Paramaribo, antes de sair foi servido o almoço. A partida foi às 11h00 da manhã. No percurso da volta da viagem de barco passamos por várias comunidades dentre elas são: Kumalu, Kodolaty, Ako Lika, Pingpe, Penpen Santai, Semoisie, Malobi, Dan, Botopasi, Pikin Slee, Dan Paat/ river e Niew Aurora (pequena vila) e outras. E cada uma dessas comunidades tem um porto aonde chegam os barcos, havia pessoas à margem do porto tomando banho, lavando roupas, vasilhas e pescando no rio.



Fotografia 63: Mulher Maroons pescando no rio Suriname



Chegamos ao porto de Atjone às 14h40 da tarde e ficamos aguardando o carro para prosseguir a viagem para Paramaribo, chegamos às 18h00 na Universidade Anton de Kom em Paramaribo.

Essa viagem de campo foi muito interessante à experiência de conhecer parte da história, modos de vida, a cultura, a língua, o acesso para chegar às comunidades, que é somente de barco, os problemas que a comunidade enfrenta no dia a dia, o trabalho das mulheres na colheita do arroz na roça, à margem do rio Suriname. São experiências de entrar no universo do outro, de conhecer e interagir com culturas e línguas diferentes, principalmente com a comunidade maroons. E saber que cada povo tem sua especificidade à forma de organização social, político e a interação com o ambiente na qual convivem.

Agradecer o prof. Rudi Van Els pela oportunidade de levar os estudantes do Brasil nesta atividade de campo. E, por fim, agradecer a Haipuku pela dádiva da vida, por estar vivenciando essa experiência única na minha vida profissional, acadêmica e pessoal é uma aprendizagem e troca de conhecimento. Sei que é um desafio para mim devido à língua, por outro lado está sendo bom enfrentar a adversidade na diversidade.

### **2.2.9. Oficina Binacional Brasil/ Guiana Patrimônios e Culinárias Amazônicas: ensinamentos para o presente e o futuro - Viagem a Caiena – Guiana Francesa**

Eu recebi o convite da Marie Fleury, diretora da Antena do Museu Nacional de História Natural (MNHN) em Caiena, Guiana Francesa e a Esther Kartz, pesquisadora do IRD, ambas são membros da equipe conjunto PALOC IRD/MNHN para participar da oficina binacional Brasil/Guiana Patrimônios alimentários e culinárias amazônicas, ensinamentos para presente e futuro que foi realizado entre os dias 22 a 26 de setembro de 2017 em Caiena, no marco da equipe PALOC e do projeto FOODHERIT (Patrimônios alimentários e gastropolítica) financiado pela agência Nacional da Pesquisa (ANR). A oficina também recebe o apoio da Coletividade Territorial da Guiana, em colaboração com a associação GADEPAM.

Entre os dias 22 e 26 de setembro de 2017, foi realizada na cidade de Cayenne/Franch Guiana o evento Binacional Brasil/Guiana sobre Patrimônio alimentares e culinárias Amazônia lição de presente e futuro. Estiveram presentes lideranças mulheres

indígenas e um indígena das etnias Karipuna/Oiapoque, Umutina/MT, Patamona/RR, kalinã/FG, wayana/FG e mulheres maroons Saramacca/FG.

A discussão do evento, como eixo principal, é a diversidade de comidas tradicionais de cada povo, bem como valorização, degustação e divulgação dos sabores e saberes tradicionais. Teve a apresentação da cultura e comidas tradicionais dos povos presentes no evento na Universidade de Cayenne- Fran Guiana.

O primeiro dia do evento as mulheres indígenas e maroons (quilombolas) fizeram a preparação de comida tradicional. A comida tradicional das mulheres maroons/saramacca tem o nome Afigi (la soup). A comida tradicional dos Karipuna chama-se acoupa, é feito com o pescado amarelo do mar (peixe com escama). As mulheres da etnia Karipuna fizeram a bebida tradicional o Kaxiri/caxixi, os ingredientes e o modo do preparo são: gengibre (1kg), abacaxi (4 abacaxis), caldo de cana (6 litros) e cará roxo (4 kg). Dependendo da quantidade, precisa-se de aproximadamente 15 a 20 litros de caldo de cana. O gengibre tem que ralar, 1 litro de água, meio quilo de açúcar. Levar tudo ao fogo durante 15 minutos. Depois descascar o abacaxi, a casca do abacaxi, colocar numa vasilha e depois cortar em rodela e depois amassar o abacaxi e coloca-se 1 litro de água. O cará roxo tem que cozinhar até ficar mole. Em seguida, faz a mistura, mexendo-as, ou seja, todos os ingredientes são mexidos. Depois, tempera-se até ficar no ponto com caldo de cana e abacaxi. Na sequência, deixar descansar durante três dias e depois coar e tomar. É uma bebida fermentada, uma bebida que é consumida em festas tradicionais e em eventos.

A bebida tradicional dos Teko/Wayana é o caxiri (Oky/Oki), feito de cassava (ulu) e batata doce (napi).

No dia 23 de setembro de 2017, no período da manhã teve a exposição e degustação dos alimentos que as mulheres maroons e indígenas prepararam, essa atividade foi realizada na casa cultural no centro da cidade de Caiena.

Cada participante fez explicação da comida tradicional de suas comunidades, em seguida, foi servido para as pessoas que foram prestigiar saborear a diversidade de comidas. As pessoas gostaram muito de ver e apreciar essas variedades de comidas tradicionais. Foi feita a apresentação da cultura e a comida tradicional do povo Umutina, assim, a apresentação e degustação das culinárias indígenas e marrons foram saboreadas pelas pessoas presente no evento.

No período vespertino, houve a roda de diálogo com os participantes, todos os participantes fizeram comentários do evento e da atividade da exposição e degustação das

comidas. A equipe fizeram consideração e definição sobre o patrimônio, conhecimento que é transmitido de geração em geração que são material ou imaterial, os bens das famílias que são transmitidos de pais para filhos.

Foi abordado sobre o site do IFHAN e como está dividido por categorias de patrimônio que são: saberes, celebração, rituais e lugares, foi enfatizado referente à agricultura tradicional.

No dia 24 de setembro de 2017, durante o período de manhã, fomos visitar a feira do município de Maturi, feira de verduras, onde tem variedade de produtos de verduras e legumes que são cultivados pelos agricultores locais.

No período da tarde teve círculo de diálogos sobre a apresentação e demonstração das comidas tradicionais. A cacique Cleusa Karipuna disse: “*Que foi muito bom de fazer e mostrar a comida indígena*”, ressaltou que foi a primeira vez que fez essa atividade, principalmente fora do país.

O indígena Zelandês da etnia Patamona comentou que aquele evento era um incentivo para mostrar a cultura e a comida tradicional para que cada um possa fazer na sua comunidade e no seu município. Serve de incentivo para buscar parceiros para realizar essa atividade de gastronomia indígena. Ressaltou sobre a festa da “*Damorida*” que acontece em sua comunidade, incentivo da comunidade e dos professores. São 11 povos indígenas em Roraima.

As mulheres maroons/Saramakka estão acostumadas a fazer as apresentações das comidas típicas dos maroons, já participaram de vários festivais. Elas acham que as mulheres da comunidade não valorizam os seus saberes. Querem incentivar as mulheres, sobretudo os jovens da comunidade. Elas moram na cidade, gostaria de ter terra próxima a cidade para incentivar as crianças e jovens para cultivar as plantações.

A indígena Margarita Wayana comentou que foi uma boa iniciativa, indicando que a comida degustada era como se fosse à comida que come com seus pais. Deveria ter outros momentos para mostrar a comida tradicional. Ela tem um restaurante com comida tradicional na sua comunidade e é visitado por turistas.

A Kadi da etnia Kalinã (Guiana Francesa), conhecer outras comidas tradicionais. Ela vai às escolas tanto das aldeias quanto da escola da cidade, levam as comidas tradicionais para os alunos, geralmente as crianças gostam.

No meu caso, enquanto pesquisadora deste trabalho, constatei que o evento é muito importante para se conhecer e aprender outras culturas e as comidas tradicionais de

diferentes povos. Que a atividade foi uma forma de mostrar e divulgar os saberes e sabores das comunidades indígenas e maroons para outras pessoas.

A Iakalela, da etnia Wayana, mora na aldeia Marony, comenta que aquela foi à primeira vez que participou daquele tipo de evento. Gostou muito da atividade. Pretende fazer um restaurante com todas as normas da Guiana. Gostou muito do evento.

No dia 25 de setembro de 2017, teve roda de diálogos sobre Política Pública referente às comidas tradicionais, o palestrante foi o Zelandês Patamona. Iniciou-se fazendo a apresentação dos participantes do evento: Zelandês Patamona (etnia Patamona), Achu (saramacca), Ariana dos Santos (etnia Karipuna) comunidade de Oiapoque, Eliane (etnia Umutina), Yakalela (etnia Wayana) Alto Maroni/ Guiana Francesa, Leticia dos Santos da Silva (etnia Karipuna) comunidade de Oiapoque, Roselis (bióloga) manejo recurso naturais, trabalha com os indígenas do Oiapoque – consultora independente trabalha no Xingu com a etnia Parakana e Xikri, Cleusa Maria dos Santos (etnia Karipuna), cacique da aldeia, parteira, trabalha com ervas medicinais, têm 11 anos de trabalho de cacique na aldeia Ahurã comunidade de Oiapoque, Odete (maroons) saramacca do Maroni, trabalha na Associação de mulheres saramacca com 15 mulheres, faz trabalho mostrando a cultura e a comida tradicional dos maroons, Josefa dos Santos, (etnia Karipuna) oito anos de trabalho como cacique da comunidade Pakapuã é parteira, Kadi/Eleonor (etnia Kalinã) Guiana Francesa, professora aposentada, tem associação, faz trabalho nas escolas mostrando a cultura e a comida tradicional indígena.

A Marie Fleury, formada em Farmácia/Botânica tropical, além de antropóloga, criou uma associação sem fins lucrativos que atende 330 artesãs indígenas e maroons, objetivo valorização dos produtos locais dos indígenas e maroons. Ester Kartz, Antropóloga, trabalhou com vários povos de diversos países dentre esses países o Brasil, viveu cinco anos em Brasília e atuou como professora na Universidade de Brasília- UNB. Vitaini (saramacca) faz parte da associação da Odete. Margarita (etnia Kalinã) comunidade Aiuala Alimapo, fica na boca do rio Maroni, nasceu em Suriname, formou como enfermeira. Flora (etnia Teko/Tupi gurani) faz parte do grupo de dança do Teko, assistente de educação, faz um ano que está na Guiana Francesa. Os Tekos vivem no centro da floresta, eles separaram uns foram para o Oiapoque e outros foram para o rio Maroni. Já tem uma mistura dos índios Wajãpi e os Wayana.

Em seguida iniciou-se a roda de conversa com o Zelandês Patamona mora na Terra Indígena Raposa do Sol, a abordagem foi sobre Experiências Políticas Públicas e comidas

tradicionais. Ele destacou a experiência de sua comunidade referente à alimentação escolar (PNAI – 2001-2003, Programa de aquisição Alimentar- PAA). Os indígenas foram pedir informação para o Estado/Secretaria da Educação. Precisa dar provocações para o Estado, é preciso ter pessoas para acompanhar essas lutas. São 20 famílias cadastradas pela Associação que fornecem os alimentos é banana, macaxeira, limão, coco, melancia, abacaxi, couve, maxixe, abóbora, jenipapo, buriti, milho, cará, batata doce. Esses 20 produtores tem uma roça específica para atender essa demanda da escola. Destacou os desafios da comunidade: que é a produção de carne (gado) e o peixe. Em algumas comunidades o acesso é difícil e a merenda vai somente duas vezes ao ano. A própria comunidade e a escola fazem a sua produção agrícola para atender na escola os alimentos escolar/merenda e mostrar a produção na terra indígena Raposa Serra do sol, vai ser realizada uma feira em outubro/novembro de 2018.

As mulheres indígenas da Guiana falaram das problemáticas da sua realidade, que desde muito tempo tem problemas na educação. Faz 30 anos que tem escola na aldeia, e que só agora tem dois indígenas Wayana na universidade. Tem um professor da etnia Kalinã que atua na parte dos indígenas Wajãpi. São os professores não indígenas que dão aula nas comunidades indígenas. As maiorias dos professores são da França, eles são jovens e não tem experiência. Eles buscam motivos para não dar aula, e os alunos indígenas muitas vezes ficam sem ter aulas.

Contextualizei sobre a experiência referente à educação do Estado de Mato Grosso e o curso de formação de professores indígenas, uma grande conquista de lutas do movimento indígena do Estado.

No período da tarde, dando a continuidade da roda de conversa, as mulheres falaram da culinária Kalinã, uma delas tem o nome “*kaxiripo*” (peixe com tucupi). As pessoas de fora gostam da comida tradicional indígena.

Patamona ressaltou que em Boa Vista a comida conhecida dos indígenas é a “*Damorida*”, é a comida do dia a dia, assim, como o caxiri, a bebida tradicional.

Cada participante comentou sobre qual a impressão que os brancos têm com a comida indígena. As mulheres do Oiapoque disseram que a comida principal é o peixe moqueado (bucane) e o Beiju (são três tipos de beiju feito de goma, massa, massa/goma).

No dia 26 de setembro de 2017, iniciou-se com roda de diálogo, cada participante fez consideração da realidade da sua comunidade. Na comunidade de Margarita, povo

Kalinã, os jovens não querem mais trabalhar na roça. Somente cinco mulheres que faz o cultivo de roças, as mulheres mais velhas, as demais não fazem.

Em sequência, foi feita outra atividade, cada um escrevia algo referente ao encontro das comidas tradicionais ou da cultura para ser apresentado na universidade. Cada participante foi fazer essa atividade individualmente. Depois que terminaram, as participantes foram fazer a leitura numa roda de diálogo, socializando para as demais, sendo uma forma de treinamento para se apresentar na noite no evento, que ocorreu na Universidade. Teve um momento com o professor ensinando técnicas e postura de como se apresentar diante de um público, foi muito interessante as orientações das técnicas para falar em público.

Eu, a autora desta pesquisa, fiz a minha apresentação da seguinte forma:

“Sou Eliane B. Monzilar, do povo Umutina, Estado de Mato Grosso, cidade de Barra do Bugres, Brasil, estudante do curso de Antropologia Social da Universidade de Brasília-UNB. Estou participando de um Intercâmbio Cultural ‘*Diálogos de saberes*’ entre estudantes indígenas e quilombolas da Universidade de Brasília x Universidade de Suriname. O objetivo é conhecer a diversidade social, cultural e linguística dos povos em Suriname. Assim, como mostrar a cultura dos povos indígenas do Brasil, enfatizando os saberes e fazeres culturais do povo Umutina. Destaco a importância do diálogo dos conhecimentos indígenas, a cultura, modo de viver, as comidas tradicionais e o conhecimento da academia para o fortalecimento e valorização da cultura indígena”.

No Brasil há 305 povos indígenas que moram nas cinco regiões do país, falantes de 280 línguas, cada povo tem sua forma de viver e organização nos diversos aspectos sociocultural, ambiental e territorial.

O encontro de culinárias amazônicas é importante para se conhecer e trocar experiências da diversidade de comidas tradicionais que são consumidos por indígenas e os maroons, bem como forma de valorização e divulgação dos saberes e sabores tradicionais indígenas.

O povo Umutina mora no território Umutina e são denominados “*Balatiponé*” que significa “*gente nova*”. Com o contato, o povo Umutina foi proibido de praticar os seus rituais, os costumes, a língua. A cultura Umutina ficou muito tempo “*adormecido*” e invisível diante a sociedade. Nesta conjuntura atual, este povo está no processo de revitalização cultural. Hoje, os jovens e as crianças praticam a dança cultural, o ritual da pesca (timbó), o artesanato, a pintura corporal, a comida tradicional que é o peixe assado,

a carne moqueada e a bebida jolorokwá (xixa) e a língua. O desafio é a língua de aprender e a registrar a língua Umutina.

Destaco a formação de professores indígenas, a qual foi fundamental nesse processo, a partir desse movimento, começa a discussão e o fortalecimento, valorização da cultura Umutina. São trabalhadas e desenvolvidas as práticas culturais do povo Umutina na escola. São os próprios professores indígenas que atuam e fazem a gestão da escola. Temos a semana cultural, que é realizada a festa tradicional. É uma luta constante transitar esses dois conhecimentos tradicionais e o não tradicional, pode-se dizer que é uma forma de resistência.

No período da noite, tive a apresentação sobre a Culinária Amazônica: ensinamentos para o presente e futuro na Universidade de Fran Guiana em Caiena, cada participante falou sobre a sua realidade e as comidas tradicionais indígenas e marrons. Foi uma experiência fantástica, de muita aprendizagem e conhecimento, ampliando fronteiras e construindo redes de interações e relações num contexto de diversidade cultural e linguístico.

#### **2.2.10. Seminário Intercâmbio Cultural na Universidade Anton de Kom**

No mês de setembro de 2017, tiveram várias atividades e encontros que participei, foi superinteressante, fiz algumas viagens conhecendo lugares, pessoas, culturas e aprendendo a cada dia novas descobertas.

No dia 07 de setembro de 2017, quinta-feira, foi realizado o Seminário sobre a Diversidade Cultural do Suriname e do Brasil, teve apresentação com ênfase nos povos indígenas, marrons e quilombolas. Esse evento foi organizado com parceria da Fundação Suribraz e a Universidade Anton de Kom, no auditório da Universidade, onde tiveram várias pessoas, numeroso público de estudantes participando da atividade, houve palestras de estudantes de ambos os países que participaram de um programa de intercâmbio entre Adeskus Universidade de Suriname Anton de Kom e a Universidade de Brasília – UNB.

Após as apresentações, teve um delicioso petisco brasileiro e do Suriname, assim como as bebidas para todos os presentes degustarem.

A abordagem foi sobre a Diversidade Cultural com foco em povos indígenas e quilombolas no Suriname e no Brasil. Esteve presente o prof. Jack Menke, reitor da

Universidade/ Adeskus, a Dra. Renata de Bies, o prof. que coordena o projeto, Rudi Van Els, da UNB e os estudantes brasileiros que são indígenas e quilombolas, Maria Lúcia, Hélio Rodrigues e Eliane B. Monzilar.

As apresentações deram ênfase sobre a educação nos modos de alternância, as comunidades quilombolas, a diferença entre o estudo e novas práticas específicas das comunidades, descrição de elementos culturais dos povos indígenas do Brasil e principalmente a questão cultural do povo Umutina.

E, por fim, responderam às perguntas da plenária presente. As pessoas demonstraram interesse e entusiasmo, pois, tiveram várias perguntas. A participação foi muito boa, percebeu-se que gostaram e houve interesse dos assuntos abordados.

A Fundação Suribraz Academic Network é uma rede de acadêmicos que visa promover cooperação acadêmica entre Suriname e o Brasil. Esse evento foi importante para socializar sobre os elementos culturais quilombolas e indígenas do Brasil e no Suriname, como destacar a importância do Projeto de Intercâmbio Cultural entre os países. Gostei muito, para mim foi uma excelente experiência de compartilhar as questões culturais dos povos indígenas, uma forma de dialogar e trazer os saberes tradicionais dentro da academia, principalmente aqui que é uma universidade restrita, cada qual no seu quadrado, o conhecimento está engessado nas suas caixas. Enfim, foi dado o recado e espero que possa emergir novos olhares e novas epistemologias a partir dessas reflexões.

### **2.2.11. Tour Tapawtra/Awaradam**

Entre os dias 08 a 11 de setembro de 2017, foi realizada uma atividade “*passeio turístico*” na comunidade Tapawtra/ Awaradam. Saímos no dia 08 de setembro, às 7h00 de Paramaribo, a viagem foi de ônibus e de barco para chegar nestas comunidades. Foi aproximadamente de 3 a 4 horas de viagem de ônibus, chegada em Atjonie às 11h00. Em seguida, a viagem de barco, com duração de 4 horas para chegar a Tapawatra. Durante a viagem de barco teve a parada para o almoço, logo continuou a viagem, a chegada foi às 17h00 da tarde.

Essa viagem foi outra experiência interessante em vivenciar com pessoas entre mulheres e homens que falavam mais o holandês. Foi uma oportunidade pra que eu pudesse



praticar o inglês com algumas pessoas falantes da língua, assim, como interagir com as pessoas que estive nesse tour turístico.

Foram num total de 26 pessoas entre homens e mulheres, porém, eram mais mulheres, senhoras, adultas e somente alguns homens. É um novo contexto e, assim, me arrisquei e tentar da melhor forma dialogar e interagir com a turma. Ao chegar, fomos acomodados no alojamento e pernoitamos em Tapawatra. Um lugar muito lindo e tranquilo.

No sábado, dia 09 de setembro, às 9h30 da manhã foi à partida para Waradam. A viagem foi ótima, uma paisagem espetacular da natureza, as matas intensas, o rio, em alguns lugares enormes pedras e queda de pequenas cachoeiras. Senti o ar puro uma sensação de bem-estar e lindo.

A chegada a Waradam foi às 11h30 horas, vivenciar esse momento foi muito bom, um lindo lugar para se concentrar estar em contato com a natureza, tomar banho no rio. Mas, ao mesmo tempo, foi uma adrenalina, teve um momento que todos desceram do barco e os homens empurraram o barco, não havia como passar estava seco e tinha pedras e queda d'água, porém, uma aventura que gostei muito e, de interagir com as pessoas, apesar da língua, o holandês, consegui conversar com eles em inglês, foi divertido e uma radicalidade de muita aprendizagem.

Estávamos em dois barcos, o retorno em Tapawatra foi por volta das 16h00, aonde chegamos às 18h00, pernoitamos em Tapawatra.

No dia 10 de setembro, domingo, fomos visitar montanhas de abacaxi e outros lugares como comunidades Djoemoe, Kumalu e Asidonhopo. A caminhada para ver a plantação de abacaxi durou em torno de 2 horas, foi uma longa caminhada a ser percorrida no trilho das matas e subir uma montanha para ver as plantações de abacaxi (pequenos abacaxis) que está localizado no alto da montanha. Um lugar muito lindo e encantador, mas, por outro lado estava muito quente. Apesar do calor valeu apenas a caminhada na trilha da mata e chegar até a plantação de abacaxi. Tiramos fotos do lugar.

Tive a oportunidade de ir numa festa dos marrons na comunidade Asidonhopo, ver o ritual de dança/músicas tradicionais dos marrons, assim, como a festa não tradicional, muito interessante de conhecer parte da cultura da comunidade marrons. As pessoas são muito animadas, gostam de dançar.

O retorno para Atjonei foram às 11h00 da manhã na segunda-feira, dia 11 de setembro, em seguida, continuando a viagem para Paramaribo, no caminho da viagem teve a parada para a refeição, chegamos a Paramaribo às 20h00.

Enfim, foi uma ótima viagem, gostei muito, conheci lugares lindos e pude praticar o inglês com as pessoas, foi um desafio superado, muito bom, uma aprendizagem contínua.

### **2.2.12. Comunidade Indígena Apoera – Oeste de Suriname**

Entre os dias 14 a 16 de setembro de 2017, estive na comunidade indígena Apoera no oeste de Suriname com a Sandra Arichero Jeffrey. Saímos no dia 14/09/2017, quinta-feira, às 9h30 da manhã de Paramaribo. A Sandra foi à minha casa me buscar, a Malu, em seguida, partiu rumo à aldeia, de carro com a Sandra, sua filha, sobrinha e sua irmã.

A viagem para a Apoera foi de aproximadamente 9 a 10 horas pela estrada de chão, até certo ponto a estrada é asfaltada, depois, chão e muita poeira. A viagem foi superinteressante apesar de ser exausto, foi muito bom, fomos conversando para praticar o inglês, e observando a estrada, a paisagem, os rios e os lugares que passamos. Contemplar essas paisagens é algo muito bom, uma sensação de bem estar, é muito similar à estrada da minha comunidade, e com grande expectativa, pois, é uma comunidade que queria muito conhecer e agora essa oportunidade é fantástica.

Na estrada deparamos com várias paisagens lindas, matas extensas, árvores cumpridas e enormes, pontes e rios dentre eles passamos nos rios: Saramacca River, Tibiti River, Coppename River e Nickeie River. Vimos plantação extensa de laranja, caminhões transportando madeiras, essa região há muitas madeiras que são comercializadas, passamos em alguns lugares que há vilagem/aldeia de indígena como Tibiti que são os Kalinã e comunidades maroons.

Chegamos à comunidade Apoera aproximadamente entre 18h30 e 19h00 horas da noite e fomos à casa da mãe de Sandra. Hospedamos-nos e descansamos devido à viagem que foi longa, um pouco exausto, mas, interessante. Em seguida a Sandra nos levou para conhecer seus familiares e apresentar para o basja Kevin Bronne, apresentou-me para o basja, ele desejou boas-vindas e que ficasse a vontade, pois, o kapitein Carlos Lewis não se encontrava na aldeia estava em Paramaribo. O basja Kevin Bronne é uma liderança jovem da comunidade. Em sequência nos apresentou para os pais do basja Kevin, no outro dia conhecemos os pais do kapitein Carlos Lewis.

Depois, fomos jantar na casa dos tios da Sandra, foram simpáticos, foi uma ótima recepção. A comida estava uma delícia.

No outro dia, Sandra nos mostrou a comunidade Apoera, em seguida fomos conhecer outra comunidade próxima a Washabo. Fomos conhecer a escola da comunidade, um campo de futebol na frente da escola onde reúnem ao fim de semana para jogar bola, e ao lado o lugar da feira onde eles reúnem aos sábados para vender os produtos agrícolas (da roça) o que eles plantam. Essa comunidade tem o kapitein, é o povo Lokono, a população é cerca de 570 pessoas.

Retornamos para a casa dos tios da Sandra, almoçamos, após o almoço, fomos banhar no Corantijn River. Foi muito bom, pode praticar o inglês, as pessoas da comunidade falam o inglês e o sranantongo, falam mais o inglês por ser na divisa com a Guiana Inglesa. Mostrou a comunidade Apoera a escola, o salão cultural, local do posto policial e do posto de bombeiro.

Apoera é uma comunidade diferente das quais visitei, diferente por ser uma comunidade mais urbanizada, com asfalto, movimento de carros e motos a todo o momento, tem um posto de polícia, tem uma estrutura adequada de um bairro de uma cidade, tem energia elétrica, mercados, bares e outros.

Apoera é uma village que fica a leste (West) do Suriname, próximo ao Corantijn River, povo Lokono (Aruak), Districto de Sipaliwini. Tem uma população aproximadamente entre 500 a 700 pessoas. Falantes das línguas sranantongo, inglês, holandês, e a língua nativa, as pessoas falam mais o inglês por esta na divisa da Guiana Inglesa. O kapitein é Carlos Lewis e os basjas: Kevin Bronne, basja Herman Edgar, basja Travis Randial, basja Marlene Welzyn e mais dois basjas.

Observei que em todas as casas as famílias plantam flores no seu quintal, muitas flores lindas foi o que chamou minha atenção. Há diversas frutas frutíferas como manga, caju, coqueiro e outros, assim como tem algumas plantações no quintal de mandioca e banana.

Apoera e Washabo ficam as margens do Corantijn River aproximadamente 3 horas de viagem de barco para a cidade de Nickerie. Tem a escola que conforme informação referente à educação a Sandra disse que o ensino é na língua holandês, tem muitos estudantes que estudam na escola. Os professores são indígenas e não indígena, o basja Kevin Brenne é professor.

Fomos conhecer uma comunidade do povo Tryo que fica próximo a Apoera, e que fica a margem do Corantijn River, são pequeno grupo de famílias Tryo. Ao lado a essa

comunidade tem um lugar de indústria de madeira que comercializa e faz transporte de madeira por estrada e pelo rio.

Enfim, foi outra experiência magnífica que vivenciei e compartilhei com a Sandra e seus tios conhecendo a sua comunidade, apesar de que foi muito rápido, mas gostei muito foi fantástico, é outro contexto, outra realidade de vivência e modos dos indígenas do povo Lokono.

No sábado de manhã, retornamos para Paramaribo de um micro ônibus. Esse micro ônibus faz transporte aos fins de semana (sábado) para a cidade. A viagem de volta foi cansativa, mas, muito bom, são momentos gratificantes de aprendizagem e de superação dos desafios, assim, como de interagir em diferentes contextos de cultura e línguas. Agradeço a Sandra por oportunizar essa viagem, gostei da ótima recepção que tivemos, espero em outra oportunidade voltar e conhecer melhor a comunidade.

Cada experiência é única e importante para entender e amadurecimento de nova concepção da vida profissional, acadêmica e principalmente pessoal. Sei que é um desafio constante a ser superados com encantos e desencantos, tudo é uma aprendizagem contínua e experiência de vida. *“Quando a gente não sabe o que fazer a gente aprender.”*

### **2.2.13. Comunidade Post Utrecht e Cupido**

Entre os dias 20 e 23 de setembro de 2017, estive numa atividade de campo na comunidade indígena a village Post Utrecht, Wageningen/Nickerie River, no leste de Suriname. Foi convidado pelo Giorgio Awankaroe, que faz parte da organização da VIDS (Organização indígena tradicional e liderança indígena do Suriname).

A atividade de campo foi uma reunião com os indígenas sobre *“mapeamento do território”*, onde vivem esses indígenas, foi realizada em duas comunidades, a Post Utrecht e Cupido. Saímos de Paramaribo às 13h00 da tarde de ônibus, a viagem demorou entre 4 e 5 horas de viagem para a cidade Wageningen, leste de Suriname, a estrada é asfaltada muito boa, durante a viagem passamos pela cidade/distrito de Saramacca e Coronie. Fui observando a estrada, os lugares, as paisagens muito bonitas, havia plantações de arroz em um determinado lugar que passamos.

Foi outra experiência vivenciada e que deu tudo certo, uma grande expectativa em conhecer as comunidades indígenas, uma convivência próxima com o Giorgio e uma forma

de praticar o inglês. Chegamos às 6h30 horas da tarde, na cidade de Wageningen. Tinha uma indígena esperando para nos levar para a aldeia. A aldeia fica próximo à cidade é só atravessar do outro lado de barco já está na aldeia, que fica a margem do Nickerie River.

Atravessamos o Nickerie River e chegamos à aldeia, fomos recebidos pela kapitein Marius, uma senhora muito simpática, desejo-me boas-vindas. Em seguida levou para a casa do basja Uma Sambaio onde íamos pernoitar, o basja desejou boas-vindas e mostrou o lugar para arma as nossas redes na varanda da casa dele.

À noite ficamos conversando foi muito interessante, pratiquei o inglês, tentei dialogar com eles, apesar de os indígenas falarem diversas línguas, consegui comunicar com eles. Sabe foi uma experiência boa, senti acolhida, um bem estar da excelente recepção.

No dia seguinte, teve a reunião com os indígenas sobre o mapeamento do território, o objetivo é de os indígenas construírem um mapa do seu território destacando os lugares como os rios, as florestas, onde estão os animais, os peixes entre outros, lugares que faz parte da biodiversidade que eles usufruem no seu território.

Esteve presente na reunião cerca de 25 pessoas, dentre estes, são as mulheres adultas, homens, algumas crianças e adolescentes. O que chamou a minha atenção foi a participação das mulheres, demonstraram ativa e animada na elaboração do trabalho.

Eu ajudei o Giorgio registrando por fotos os trabalhos que estava sendo feito. Algo que me marcou muito foi uma senhora de uns oitenta anos que veio até em mim, desejou boas-vindas e me deu um abraço, nossa sabe aquela simplicidade e acolhimento, me senti bem uma sensação inexplicável, senti acolhida e enfeitamento de comunicar apesar das diferentes línguas, foi muito marcante esse gesto.

A comunidade Post Utrecht, fica a margem do Nickerie River, com uma população aproximadamente 136, são do grupo indígena Lokono, são falantes da língua nativa, holandês, inglês e o sranantongo, as famílias estão em torno de 10 famílias.

As casas são próximas às outras que fica na margem do Nickerie River, são feitas de madeira e coberta de telha e Eternit, tem algumas casas que são de palhas. Observei que nos quintais das casas tem muitas plantas frutíferas.

Com relação à educação formal o basja disse que não tem escola na comunidade, e que as crianças vão todos os dias na cidade Wageningen para estudar, o ensino é na língua holandês. A comunidade é liderada pela kapitein Marius, basja Uma Sambaio, Jonas Bernarch Sabajo e Marciano Sinandan.

A comunidade é um lugar muito bonito e tranquilo, está ao lado da cidade. Os indígenas estão constantemente transitando entre a cidade e a aldeia, visto que é só atravessar de barco já está na aldeia.

No domingo a reunião se deu em outra comunidade, chamado Cupido, na cidade Wageningen, num salão que realiza evento chamado kampung garuda. Esses indígenas vivem na cidade Wageningen aproximadamente em torno de 10 famílias, são do grupo Lokono, uma mistura entre negros e javaneses.

Segundo informação eles não vivem na aldeia, pois, não tem acesso à comunicação e o acesso é muito difícil, por isso vivem na cidade. O kapitein é o Daniel Reginaldo e a basja a Jubithana.

Foi realizada a mesma atividade sobre o mapeamento do território. O Georgio fez a explicação e socialização do trabalho, em seguida, às pessoas presente começaram a discutir e a realizar o trabalho. Nesta comunidade já tinha menor grupos de pessoas em torno de oito participantes, dentre estes somente três mulheres os demais os homens.

Assim que terminou a reunião fomos conhecer a cidade, o bosque onde realizar o evento e depois fomos almoçar. É uma cidade pequena e não tem muito movimento. Retornamos para a aldeia para pegar as malas e dormir na cidade, no outro dia iríamos pegar o ônibus cedo.

Foi uma experiência importante de grande aprendizagem e superação das diversidades linguísticas. Acredito que a língua é importante para comunicar com as pessoas, quando nós permitimos adentrar no mundo do outro as barreiras das línguas são superadas e a comunicação e interação se flui de forma natural, então, consegui ter uma interação e a vivência proporcionou essa experiência fantástica. Viver novas experiências na adversidade nos leva uma visão holística dos mundos, pois, a experiência é uma incógnita.

Sou grata a Giorgio pela paciência, pela troca de experiência e aprendizagem, retornamos às 6h00 da manhã de segunda-feira, dia 23 de outubro de 2017, chegamos às 10h00 em Paramaribo. Encerro agradecendo a Haipuku pela dádiva da vida e por proporcionar essa experiência de aprendizagem e superação.

#### **2.2.14. Baakaboto**

No dia 10 de outubro de 2017, fui num passeio turístico com um grupo de pessoas em Baakaboto que fica aproximadamente duas horas da cidade de Paramaribo/Suriname para conhecer esse lugar chamado Baakaboto. Neste dia foi feriado em Suriname, dia que comemora “*Dia dos Maroons*”, em palmentun tem atividades culturais dos maroons.

Um lugar muito lindo, bom para relaxar, descansar, senti e estar em contato com a natureza. A paisagem é espetacular, muito verde, matas, rio, é o Rio Suriname, quedas de cachoeira, cantos de pássaros e bom para banhar.

Esse momento é interessante, é outra experiência com outras pessoas de diferentes tipos, jovens, adultos entre homens e mulheres. Falantes de várias línguas principalmente o holandês, uma forma de eu superar os desafios e tentar interagir e praticar o inglês com as pessoas em diferentes contextos.

Passamos o dia inteiro, foi ótimo, tomamos banho de rio, tiremos fotos, pratiquei o inglês, almoçamos todos juntos, houve uma boa interação com eles, apesar da diversidade linguística. Tive uma aproximação com duas pessoas que foi a Clinton e a Bea, conversei bastante com eles, foram legais e simpáticos, trocamos contato, ficamos bem próximo um do outro. Essa foi uma vivência diferente de interação no âmbito de lazer.

Uma forma de me lançar e interagir com o outro, e acredito que de certa forma o diálogo fluiu de forma natural e recíproca. Além do mais o lugar proporcionou estar num ambiente em contato com a natureza, me encantou e gostei muito, senti-me energizada para enfrentar os desafios da vida.

A vida proporcionou-me momentos fantásticos, conhecer lugares e pessoas interessantes, é processo da vida entre a diversidade linguística e cultural, é o colorido da rede de relação.

### **2.2.15. Passeio em Arminavallen**

Entre os dias 03 a 05 de novembro de 2017, foi realizado um passeio turístico em Arminavallen e num resort que fica em Franch Guiana, a margem do Marowijne River, fui com um grupo de pessoas que organizam viagens/tour, ou seja, passeio turístico para conhecer lugares e estar em contato com a natureza.

Saímos de Paramaribo às 7h30 da manhã, a viagem durou cerca de 3 horas até a cidade de Albina de micro-ônibus, em seguida, continuou a viagem de barco, cerca de duas

horas da Albina, pois, Arminavallem está localizado no Marowijne River divisa Suriname e Franch Guiana.

A experiência foi fascinante, diferente e muito boa, é um grupo de pessoas adultas dentre estes mulheres e homens, no total estava cerca de vinte seis pessoas, a maioria mulheres, esse grupo falam mais o holandês, são pessoas alegres e extrovertida, gostam de estar em contato com a natureza, então, será uma oportunidade de presenciar e interagir em outro contexto de pessoas, assim, como praticar o inglês, as pessoas são falantes de 3 a 5 línguas.

Durante a viagem fomos observando a paisagem, que é muito linda, as matas, o rio muito extenso, uma obra da natureza. Ficamos hospedados num lugar chamado Achimato-Campou Danny-Plaza, é ótimo o lugar para relaxar e descansar dormiram todos em um barracão em redes.

No dia seguinte, seguimos a viagem para ir a outro lugar onde é uma ilha que já pertence a Guiana Francesa, é um lugar lindo, uma fantástica paisagem espetacular. A viagem de barco durou aproximadamente duas horas, passamos por várias comunidades que moram do lado da Guiana Francesa as margens do Marowijne River são os marrons e passamos por uma cidade chamada Apatou.

Passamos o dia inteiro banhando, curtindo essa beleza da natureza, retornamos para o lugar que estava hospedado, pernoitamos mais uma noite. No outro dia arrumamos as malas e embarcamos no barco rumo a Albina.

Para mim foi muito bom, são experiências que a cada dia me faz superar e lançar ao desconhecido e buscar meios de interação, conseguir comunicar com as pessoas e elas permitiram uma aproximação de conhecer o outro e isso facilitou a interação. Recordo-me de uma passagem que diz *“dizem que as melhores coisas não são planejadas, simplesmente acontecem e é melhor não pressionar o tempo. Porque se alguma coisa deve acontecer, ela vai acontecer de qualquer maneira”*.

Essas experiências têm proporcionado que realmente as coisas, as circunstâncias e situações acontecem na hora e momento em que devem acontecer com naturalidade é mágico, uma sensação inexplicável de positividade e receio, por outro lado a embate e superação.

Chegamos a Paramaribo às 5h00 da tarde, enfim, foi uma excelente viagem de constante aprendizagem. Agradeço a todos, em especial a Sandhia e o Murli, que são legais



e simpáticos e que estão à frente do grupo. “*Só a experiência própria é capaz de tornar sábio o ser humano*” (Sigmund Freud).

### **2.2.16. Viagem a Nickerie – Bigipan**

Entre os dias 2 a 3 de dezembro de 2017, fui com o grupo de pessoas para a cidade de Nickerie, saímos de Paramaribo às 10h00 da manhã de ônibus. A viagem durou em torno de 4 horas.

Nickerie é uma cidade/distrito de Suriname que fica a oeste do país, próximo a Corantyn River, é um lugar lindo. A viagem foi fascinante, outra experiência a ser vivenciada com esse grupo de pessoas que gostam de passear e interagir com lugar natural em meio à natureza.

Durante a viagem passamos por algumas cidades e rios, dentre eles Saramacca e Coronie. Observei que havia muitas plantações de arroz, de coqueiros e vi pela primeira vez pasto/criação de gado, que até então não tinha visto, chegando a Nickerie vi vários gados.

Chegamos a Nickerie em torno de 14h00 horas, fomos nos hospedar em uma casa onde íamos pernoitar e, no dia seguinte, seguir a viagem a Bigipan. Fomos conhecer a cidade de Nickerie de ônibus e em alguns pontos turísticos, dentre eles o Corantyn River, muito lindo e extenso, e atravessando o rio já é a Guiana fica na divisa.

No domingo, a partir da 8h00 da manhã partimos para Bigipan. Bigipan fica ao leste de New Nickerie, encontra-se ao longo dos lagos do oceano, o Bigi Pan é o maior lago. Possui característica única, a reserva natural de pelo menos 135 mil hectares. Está sob a influência do reflexo e do fluxo do mar e é alimentado tanto com água salgada como com água fresca do interior. O resultado é um “*esturiam*” impressionante, onde está repleto de pássaros dentre eles destaca-se os flamingos. O tamanho não penetra primeiro por que a água é pontuada com pedaços de terras semi-submersas. Neste ambiente há grupos de árvores mortas, sobressai acima da superfície da água, um lugar espetacular pela beleza impressionante que a natureza nos proporciona.

Seguimos a viagem de barco, foram dois barcos, em torno de aproximadamente duas horas, durante a viagem pode observar e surpreender com a beleza da natureza, lugar lindo e ao mesmo tempo de adrenalina. Vi muitos pássaros e sauí espécies de macaco, ouvi cantos dos pássaros, é um grande pântano, tem vários peixes. Chegamos a casa, no lago

tem oito casas feitas de madeira no meio do rio, onde as pessoas geralmente ficam para apreciar e contemplar a beleza do lugar.

Ficamos um pouco na casa descansando e tirando fotos, em seguida, fomos de barco ver os pássaros flamengos uma grande quantidade deles caminhando e cantando no grande pântano, algo muito lindo.

Depois fomos ver os pescadores como pescam neste grande lago. Tinha dois pescadores no barco pegando vários peixes, pescam de rede, ou seja, armam a rede de um lado para o outro e depois só vai tirar, pois, dessa forma pegam muitos peixes. Tinha muitos peixes no barco e fora os que estavam dentro de um frizer com gelo no barco. Pode conhecer um pouco desse lugar lindo e turístico onde tem constantemente pessoas visitando turistas de vários lugares.

Retornamos para Nickerie e almoçamos num restaurante, logo seguimos viagem para Paramaribo. Essa experiência de aprendizagem e superação gostei muito, conheci outras pessoas, lugares lindos, pode praticar mais o inglês, superando os desafios. As pessoas desse grupo falam mais o holandês, mas, teve pessoas que falam o inglês e para mim é uma oportunidade de praticar o inglês, são pessoas legais e simpáticos possibilitaram uma abertura para o diálogo.

Acredito que direta ou indiretamente consegui interagir com eles, e isso é muito importante nesse processo de aprendizagem. Reporto-me de um pensamento de Rubens Alves: *“Não diga nada! Nem mesmo a verdade. Há tanta suavidade em nada se dizer. E tudo se entende”*. Faz-me refletir sobre que quando deixamos permiti a olhar o outro e interagir de forma franca e serena nós enfrentamos os desafios de qualquer obstáculo, seja, eles culturais ou linguísticos e são momentos de enfrentamento e interação com outras realidades. Sinto-me grata por tudo que a vida tem me proporcionado e estar nesses lugares natural, me traz mais energias para que possa enfrentar as adversidades.

### **2.2.17. Experiências Interculturais e aprendizado em diferente contexto de culturas**

No contexto do intercâmbio do Projeto de Diálogos de Saberes é pertinente compartilhar os encantos e desencantos em estar em outro país. Viver em Suriname e participar do intercâmbio de Diálogos de Saberes foi muito fascinante e lancei ao desconhecido, ao mesmo tempo tive receio, aprendi a conviver com o novo e enfrentei os

desafios. Foi algo inusitado e ao mesmo tempo interessante de transitar em diferentes universos, é testar limites, é um investimento que apesar de todas as complicações enfrentadas, são aprendizagem e experiências de vida pessoal e profissional.

Esta experiência viabilizou conhecer outras culturas, formas de pensar, de ser e estar no mundo, reconhecendo a valorização da diversidade cultural e linguística. Adaptar à nova realidade é processo que vai moldando no cotidiano da vida, distintos modos de convivência exige muito responsabilidade e novos olhares, instiga a pensar e agir nos diverso aspecto da vida social, cultural e no ambiente na qual está inserido.

Ressalto que o percurso do intercâmbio deu-se em encantos e desencantos, em estar e viver em outro país diferente da minha realidade. O desencanto, o momento da adaptação foi crucial, principalmente pela questão da língua, uns dos obstáculos foi língua inglesa, para mim tornou-se complexo a pronunciar determinadas palavras. Nesse contexto aconteceu uma situação constrangedora na Universidade do Suriname com uma docente linguística que iria acompanhar e ministrar as aulas de inglês disse: *“como que você não sabe inglês, você tem PHD. Eu sei várias línguas”*. Nesse momento observa-se a atuação de profissionais que não dispõe para uma abertura para o outro e nem para a diversidade cultural. Diante dessa situação acreditei que são processos e desafios que foram sendo superados partindo dos estudos das aulas me esforcei o máximo fazendo o curso online em site e das práticas do cotidiano com as pessoas. A expectativa positiva consiste nas superações que vai sendo conduzida no transcorrer da vivência e com o tempo.

Outra situação constrangedora em relação ao visto da permanência em Suriname, a princípio obteve por trinta dias, em seguida, por noventa dias, até ter informação como conduzir essa situação, foi um processo muito burocrático e desgastante.

Observei por se constituir numa experiência nova com os estudantes do Brasil, a Universidade de Suriname não soube conduzir essa questão da permanência. Somente a partir de uma reunião com o Reitor Jack Menke, professores e nós estudantes indígenas e quilombolas, foi feito os encaminhamentos como proceder sobre essa questão do visto e a questão pedagógicas de atividades a serem desenvolvidas na Universidade. Nesse sentido, ficou designada uma pessoa do departamento de relações exterior da universidade para resolver a questão da permanência para os estudantes e um assistente para auxiliar na elaboração do cronograma de atividade a ser executada.

Diante dessa reunião as coisas começaram em passos lentos a encaminhar de forma positiva, vale ressaltar a articulação dos professores Rudi e Regina que coordena o Projeto de Intercâmbio da Universidade de Brasília.

Poderia ter encontros e atividades com os estudantes da universidade para que pudesse ter mais interação entre os estudantes brasileiros e surinamese, foi algo que deixou a desejar.

O encanto do Intercâmbio Diálogo de Saberes Intercultural se deu em vários contextos no que tange à recepção e interações com as pessoas da universidade, o reitor e seus assistentes que nos auxiliaram, fomos bem recebidos, assim, como os professores que estiveram mais próximo nos acompanhando durante esse intercâmbio, tive um bom relacionamento.

Viabilizou a conhecer e vivenciar experiências dos modos e saberes das comunidades indígenas Powaka, Galibi, Bigiston, Pierre Kondre, Kwalasamutu, Redi Doti, Apoera, Nickerie river (Post Utrecht e Cupido) e Cassipora, assim, como participar das danças tradicionais indígenas sambura e maraká. Proporcionou ainda conhecimentos junto às comunidades Maroons, presenciar em *in loco* o modo de viver e interagir ao ambiente, a diversidade sociocultural e linguística dos grupos étnicos do Suriname.

Conhecer todos os grupos indígenas e maroons com suas peculiaridades e modos de interações com o meio ambiente. A participação de um ritual religioso na comunidade Timbut Dadi Utomo Islam dos Javanese, foi uma vivência gratificante, uma excelente recepção, apesar da língua, pode comunicar e interagir neste ritual com as mulheres javanesas.

Tive a oportunidade de conhecer diferentes lugares, povos e suas culturas. Uma pessoa que foi fundamental na articulação e mediador foi o jornalista Charles Chang que escreve para um jornal do Suriname sobre eventos relacionados a questões culturais e que me apresentou as lideranças indígenas e convidava para ir a várias atividades e eventos culturais que eram realizadas.

O seminário de apresentação sobre a diversidade cultural entre Brasil/ Suriname que foi realizado no auditório da Universidade Anton de Kom, com finalidade da socialização do projeto diálogos de saberes, dando ênfase aos aspectos culturais e educacionais dos grupos quilombolas e indígenas dos referidos estudantes intercambistas.

Neste sentido, como já destacado acima as experiências em diversas situações e contextos, possibilitaram a aprendizagem, conhecimentos linguísticos e culturais,

valorização pessoal e uma visão ampla de diferentes realidades, apesar das várias línguas que tem nas comunidades consegui comunicar e interagir de forma recíproca.

Sinto feliz e missão cumprida por viver essa experiência do intercâmbio durante esses doze meses, por ter a oportunidade de vivenciar esse estranhamento que com certeza foi o amadurecimento na vida profissional, acadêmica e pessoal. Durante esses meses aprendi muito e estou aprendendo, tenho certeza que continuarei aprendendo, apesar dos desafios que foi enfrentado e superado a cada dia, a aprendizagem é um processo contínuo.

Ressalto que o projeto Diálogo de Saberes Intercultural foi experiências relevantes na minha formação enquanto profissional da área da educação, acadêmica e especialmente na vida pessoal, foi convivência marcante que ficará na minha memória e compartilhar esse momento único com outras pessoas que visa pensar e agir um novo olhar dessa diversidade de culturas e línguas dos grupos étnicos que lutam para garantir e valorizar os seus saberes no mundo globalizado.

Conheci a realidade de diferentes aldeias indígenas a forma de organização tradicional, as conquistas, os gargalos e lutas que os povos de outro país enfrentam para garantir os seus direitos. E que as lutas são iguais, a luta constante do direito de viver, direito a terra, a educação, a saúde e a uma boa qualidade de vida, diante a esse sistema capitalista que vai adentrando as comunidades indígenas.

Considero que me tornei mais fortalecida diante do novo, de saber lidar com a diferente forma de pensar e agir, melhorou a capacidade de comunicação em inglês e continuo me esforçando, acredito que a aprendizagem é contínua, possibilitou uma reflexão do meu país, da minha comunidade da aldeia, da universidade na qual estudo e melhorei a relacionar com outras pessoas.

Como sugestão para o projeto diálogos de saberes para estreitar e consolidar as interações deve ter atividade na universidade de interação entre os estudantes brasileiros e os surinameses, grupo de estudos que viabiliza uma relação mais próxima e amistosa. Que a Universidade possa dar mais apoio nas visitas para as comunidades.

Mostrou-me o valor da diversidade de culturas, de conhecer e interagir com indígenas de diferentes formas e de comunicar-se seja por meio de expressões, de gestos ou de oralidade. Acredito que a comunicação indígena dá-se de diferentes formas, senti-me bem e energizada para enfrentar os desafios da academia e considero que compartilhar experiências é estar aberto ao conhecimento e à aprendizagem de diferentes culturas.

Ao término do intercâmbio foram produzidos os seguintes materiais como: o vídeo com sistematização das atividades de campo realizadas nas comunidades marrons e indígenas, através de fotos, assim, como atividade realizada na Universidade Anton de Kom, dois artigos sobre: Intercâmbio de Saberes: Relatos de experiência e conhecimento, num contexto de pluralidade de culturas e línguas na Conferência dos Povos Indígenas do Suriname e o outro sobre: Diálogos de Saberes: um relato de experiência intercultural.

Publicação nos Anais do Resumo (trabalho científico): *Interculturalidade de Saberes: Relatos de experiência e conhecimento, num contexto de pluralidade de culturas e línguas* Anais do Fórum de Educação e Diversidade, Tangará da Serra/Mato Grosso, Brasil, 07-10 Novembro 2017, Núcleo de Atividades Estudos e Pesquisa sobre Educação, Ambiente e Diversidade, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, da estudante-bolsista de Doutorado Eliane Boroponepa Monzilar.

Publicação de matéria no Jornal do Suriname sobre o intercâmbio intercultural Brasil – Suriname, como parte das ações do Projeto Diálogos de Saberes Interculturais Brasil – Suriname.

Um livro de fotos (book livro) sistematizando através de fotos as atividades que foram realizadas no evento e nas comunidades Indígenas e Maroons. Estes foram entrega para o Kapitein da comunidade Kwamalasamutu e para a VIDS (Organização Indígena).

Apresentação da Experiência do Intercâmbio na Universidade Anton de Kom, realizado dia 28 de fevereiro de 2017.

Matéria no Jornal DWT sobre: Experiência e Projeto do Intercâmbio Intercultural.

Apresentação e socialização da Experiência do Intercâmbio para os estudantes e professores da Escola de Educação Indígena “Jula Pará”, na Aldeia Umutina, município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso/ Brasil.

Pretendo no futuro fazer um livro sobre esses relatos de experiências desse intercâmbio.

Seguem algumas fotos das atividades de campo que foram realizadas durante o Intercâmbio nas comunidades maroons e indígenas.



Fotografia 64: Encontro na Comunidade Powaka -2017



Fotografia 65: Comida e bebida tradicional



Fotografia 66: Comunidade Galibi – Xamã e Kapitein



Fotografia 67: Dança Sambura





Fotografia 68: Comunidade Bigiston Mulheres e crianças



Fotografia 69: Comunidade Pierre Kondre



Fotografia 70: Comunidade Kwalasamutu - Roça



Fotografia 71: Casa Tradicional - Tryo



Fotografia 72: Comunidade Alalapadu



Fotografia 73: Campo de aviação em Alalapadu



Fotografia 74: Pintura da etnia Tryo sul do Suriname



Fotografia 75: Evento dos Povos Indígenas de Suriname 2017



Fotografia 76: Dia dos Povos Indígenas, 9 de agosto



Fotografia 77: Conferência dos Povos Indígenas



Fotografia 78: Equipe da VIDS



Fotografia 79: Basjas



Fotografia 80: Grammar Asongo da comunidade sul do Suriname





Fotografia 81: Acesso a comunidade Maroons – Suriname River



Fotografia 82: Comunidade Gunsí



Fotografia 83: Comunidade Asidohopo



Fotografia 84: A viagem de barco para a comunidade Gunsí e Asidohopo



Fotografia 85: Religião Javanesa



Fotografia 86: Evento no Centro Cultural Brasil/Suriname – Autores Surinameses



Fotografia 87: Religião Católica – missa dos brasileiros



Fotografia 88: Reunião de planejamento das atividades do Intercâmbio



Fotografia 89: Centro da cidade de Paramaribo



Fotografia 90: Equipe do Suribraz

### **2.3. A viagem em Colômbia – Intercâmbio Intercultural com os Indígenas**

Entre os dias 13 a 30 de outubro de 2018, foi realizada uma viagem para a Colômbia. A viagem faz parte das atividades do Projeto Terra como Princípio Educativo, que está composto por professores da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat, Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, professores indígenas, fomentado e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

O objetivo da proposta em curso é de realizar um intercâmbio intercultural com os indígenas colombianos, assim, com a Licenciatura Pedagogia de La Madre Tierra da Universidade de Antioquia-Colômbia.

Estiveram presentes os seguintes professores, nesta empreitada desta viagem, foram: Marinez Cargnin Stieler, Hellen Cristina de Souza (professoras aposentadas da Unemat), Mariuce Campos de Moraes (professora da UFMT), Priscila Waldow (professora da Unemat), Eliane B. Monzilar, Eneida Kupudonepá e Osvaldo Corezomaé (professores indígena, atuam na escola Jula Paré, pertencente do povo Umutina), deslocaram para a cidade de Medellín-Colômbia no dia 13 de outubro de 2018, no sábado, permaneceram lá por mais duas semanas, conhecendo e interagindo em distintos lugares e contextos com os indígenas colombianos.

Fomos recebidos na Universidade de Cauca, Universidade Misak, Universidade de Antioquia e a Universidade Autônoma Intercultural Indígena. Participamos do Encontro Zonal, na cidade de Toribio, numa comunidade indígena como parte da atividade da Licenciatura Pedagogia de La Madre Tierra, I Foro Nacional de Sistema Indígenas de Salud Propia e Intercultural promovida pela Universidade de Antioquia, assim, como várias reuniões com lideranças indígenas, professores universitários e acadêmicos indígenas.

No entanto, podemos destacar que o resultado foi muito positivo, dentre este podemos citar o fortalecimento da rede de professores pesquisadores do Brasil e a Colômbia, o fortalecimento e a valorização das discussões do currículo próprio da educação escolar indígena.

Vou discorrer sobre a minha sensação da viagem que denominarei de “*expedição trilhando fronteira*”, assim, como descrever as atividades que participamos em diversos lugares, principalmente com os indígenas. Foi uma viagem fantástica, outra experiência a ser compartilhada e vivenciada em outro país, conhecer realidades dos indígenas colombianos, uma ótima expectativa. Lançar aos novos desafios que será partindo das diferentes culturas, ambientes, modo de ser, pensar e principalmente a questão da língua que é o espanhol, uma forma de praticar o espanhol.

Assim, diferente da experiência em Suriname, que é a língua holandesa e o inglês, na Colômbia é o espanhol, mais fácil, ou seja, teria facilidade de compreensão e também estávamos com um grupo de pessoas conhecidas e isso facilitaria muito. Nesta expectativa dessa expedição que é um intercambio cultural vai proporcionar conhecer e pensar a

educação escolar indígena em outros currículos e conviver com as diversidades culturais e linguísticas.

Para facilitar a consolidação das atividades à coordenação do Programa do Departamento da Antioquia elaborou um cronograma para a realização do plano de trabalho que segue:

Dia/ Mês	Atividades	Lugar
13/10	Viagem Brasil-Medellín-Colômbia	
14/10	Conversa com Professores da Faculdade de Educação Professora Zaida Sierra	Universidade Antioquia, Medellín.
15/10	Viagem Medellín-Cauca	
16/10	Visita à comunidade indígena Misak  Visita a Universidade Indígena Intercultural – UAIIN	Resguardo de Guambia (Cauca)  Popayan
17/10	Reunião com a equipe docente do Departamento de Estudos Intercultural e encontro com o cabildo indígena universitário	Popayan
18 a 23/10	Encontro Zonal de Licenciatura em Pedagogia de La Madre Tierra	Toribio
24/10	Encontro com professores	Medellín
25 a 26/10	I Foro Nacional – Sistema Indígena de Salud Propia e Intercultural – SISPI: Tejiendo desde la Sabiduría Ancestral, una Cultura	Medellín



	Saludable com los Pueblos Indígenas	
26/10	Retorno dos professores do Brasil: Mariuce Campos de Moraes Osvaldo Corezomaé Monzilar	Medellín
27/10	Encontro e encerramento das atividades com a Licenciatura em Pedagogia de La Madre Tierra	Medellín
30/10	Retorno ao Brasil dos professores: Hellen Cristina de Souza Marinez Cargin Steler Priscila Waldow Eliane Boroponepa Monzilar Eneida Kupudonepá	Medellín(Colômbia)- Brasil

A expedição pra Colômbia do intercâmbio cultural foi marcada por vários momentos bons, de aprendizagens e de desafios. Fez-me pensar em vários contextos diferentes que tive a oportunidade de conviver, diversas experiências de vida que contribuíram muito neste processo de ensino aprendizagem pessoal, acadêmico e profissional.

A referida expedição iniciou-se com o deslocamento no dia 13 de outubro de 2018 da cidade de Brasília, destino Medellín – Colômbia. Primeiro, fui até ao aeroporto de São Paulo para pegar outro voo e, assim, encontrar com as outras professoras da equipe que vieram de Cuiabá.

Com a equipe completa, seguimos para outro aeroporto de Congonhas/São Paulo para o embarque internacional. Todas com aquela expectativa e empolgadas para a

expedição de conhecer o novo, como será, uma experiência que vai deslanchar a partir da interação e a convivência.

Nesta empolgação, aconteceu um imprevisto ao embarcar no voo com uma professora da equipe a Eneida, não pode embarcar por motivo da vacina que estava no período de incubação, foi muito constrangedor para todos nós, foi lamentável deixar uma pessoa da equipe e continuar a viagem.

Depois, foram feitos os encaminhamentos do retorno e do embarque para outra semana da professora Eneida e do encontro com ela na cidade de Cauca, a professora Marinez ficou com ela para resolver essa situação.

Então eu, Hellen, Priscila e Osvaldo seguiram a viagem, foi muito ruim, porém, por outro lado resolvido a situação, assim, seguimos, o avião partiu em destino de Medellín, a duração foi em torno de nove horas para chegar a Medellín-Colômbia.

Em Medellín tivemos uma ótima recepção pela professora Zayda Sierra, eu e Osvaldo ficamos hospedados na casa dela, foi tão amável em nos recepcionar, as outras professoras foram hospedar em um hostel.

No dia seguinte, dia 14 de outubro foi um momento de acolhida, apresentação da equipe dos professores, troca de informação referente à cidade de Medellín, a cultura local e dos povos indígenas da Colômbia, as questões dos climas e outros.

Tivemos uma roda de diálogos com os professores da Faculdade de educação a senhora Zaida Sierra e o senhor Hernandez. Eles compartilharam e socializaram sobre aspectos culturais, sociais, educacionais e climáticos, assim, mostrando através dos mapas as localizações dos diferentes lugares de Colômbia. Na oportunidade nós a equipe dos professores socializamos esses aspectos referente ao Brasil e especificamente do estado de Mato Grosso, onde todos moram nesta região.

A professora Zayda nos levou para uma caminhada ao Parque Florestal de Medellín na serra. Um lugar muito lindo na serra, onde havia uma visão ampla de toda cidade, momento muito mágico de descontração, conhecimento e diálogos no que tange ao intercâmbio, a importância dessa troca de saberes entre os indígenas, a universidade, o contato e as parcerias de rede entre as pessoas e as instituições.

No dia 15 de outubro de 2018, o deslocamento da viagem foi da cidade de Medellín para Cauca, foram quilômetros e mais quilômetros percorridos em torno de aproximadamente dezoito horas de estrada viajando de ônibus entre as montanhas. O percurso foi entre as montanhas, passamos pela cordilheira dos Andes Central. Nossa! Foi

fantástica, algo mágico, uma sensação estranha ao observar a paisagem linda e ao mesmo tempo aquele precipício, sabe uma mistura de beleza e abismo e cada vez mais o ônibus seguindo os vales mais altos da montanha. Enfim, chegamos, foi cansativa, mas valeu muito contemplar essa formosura da natureza.

No dia 16 de outubro de 2018, teve a vista na comunidade indígena Misak, o lugar chamado “*Resguardo de Guambia*” (Departamento de Cauca), município de Silvia-Colômbia.

Os docentes indígenas Misak fizeram a apresentação do projeto de educação que realizam baseado na Autonomia e Identidade, no que tange a educação bilíngue, princípio principal do currículo projeto pedagógico autônomo. Foi uma roda de diálogos que os Misak fizeram a exposição, assim, nós também socializamos a nossa experiência do Brasil e no final foi entregue o DVD sobre as práticas inovadoras pedagógicas que a escola Jula Pará participou e ganhou o prêmio e o meu livro sobre: Território Umutina: Vivências e Sustentabilidade.



Fotografia 91: Encontros com os professores indígenas Misak

O Projeto Educativo Misak está concentrado nestes pilares que são: Território, Uso e Costumes, Cosmovisão, Autonomia. E dentre eles estão interligados os quatro elementos: Terra, Sol, Água, Ar. Eles são origem da água.

Esses quatro pilares que norteiam a ação educativa tem os seus princípios que se concentra:

Território	Cosmovisão
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Natureza</li> <li>-Memória</li> <li>-Soberania</li> <li>-Cuidar da mãe natureza</li> <li>-A natureza nos ensina</li> <li>-Conhecimento da medicina tradicional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Espiritualidade</li> <li>-Saberes</li> <li>-Medicina própria</li> <li>-Língua e pensamento</li> <li>-Conhecimento-sítios sagrado</li> <li>-Língua namunuã</li> <li>-A escola se ensina em bilíngue: língua nativa e o espanhol</li> <li>-Tem que ir no lugar reconhecer os lugares sagrados, as plantas</li> </ul>
Usos e Costumes	Autonomia
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Família</li> <li>-Organização</li> <li>-Trabalho</li> <li>-Interculturalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Direito e Dever</li> <li>-Administração</li> <li>-Autoridade</li> <li>-Identidade</li> <li>-Formas de vestir</li> <li>* <i>“Se queremos ser autônomo temos que ter uma identidade”</i>. (indígena Misak, 2018)</li> <li>* <i>“Valorizamos o que fazemos. Constrói e reconstrói a identidade”</i>. (indígena Misak, 2018)</li> </ul>

Para os indígenas Misak, tudo está conectado. Assim, como a autoridade trazendo a espiritualidade, reconhecem os diferentes saberes, a natureza pensa e tem vida. Na concepção desses indígenas a identidade é uma bandeira política.

Nesse sentido, é importante fazer algumas indagações, como fortalecer essa identidade para os povos indígenas? Vencer os desafios dos folclores indígenas? Outra questão é a água, a que se cuidar da água, a água é para todos.

Os Misak desenvolvem e produzem o processo de trabalho de investigação que são os diferentes projetos: Produção de Tucha (um tipo de peixe), a piscicultura, de gado, ovinos, de galinha, porco da índia, de abelhas-apicultura, minhocário-humus, reciclagem e horta. Produzem produtos naturais orgânicos como plantação de tomate, orégano, cebolinha, uvas e outros.

Na exposição, o indígena Misak, destacou a seguinte frase que chamou a minha atenção “*nós também podemos*”. Entre os Misak é um trabalho cooperativo. Eles realizam intercâmbio de troca de produtos e eventos gastronômicos.

Esta experiência pedagógica está em percurso cerca de trinta e três anos a partir da visão dos Misak. No ano de 85 começam a pensar sobre a inovação do pensamento e o fazer a educação Misak, nessa perspectiva nasce à maneira do pensamento Misak.

Para os indígenas Misak, o instrumento da universidade é socializar a partir do pensamento local. A escola pode reconstruir a partir do nosso pensamento, tem que saber aplicar. Todavia, tínhamos a nossa tecnologia.

O indígena Misak destacou “*O pensamento indígena é coletivo*”. Nesse sentido estes indígenas tentam manejar de uma forma tranquila e consciente, para os Misak é um processo que pode atingir vários anos. É um processo de projeto de vida, temos pensamento próprio, pensar como Misak e agir para um bem coletivo.

Essa partilha de experiências entre os indígenas foi fascinante e impressionante de conhecer a Instituição Educativa Agropecuário Misak e a Universidade Misak, os processos de ações educativas que esses indígenas partilham e desenvolvem numa perspectiva de saberes do pensamento Misak.

No dia 17 de outubro de 2018, teve três momentos interessantes de compartilhar experiências e aprendizagem. Primeiro foi à reunião com a equipe do Departamento de Estudos Interculturais, encontro com o cabildo indígenas universitários e, por fim, a visita na Universidade Indígena Intercultural-UAIIN, o lugar foi na cidade de Popayan.

No período matutino reuniu-se com a equipe docente do Departamento de Estudos Intercultural na Universidade de Cauca-Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, cujo tema abordado foi a Educação Intercultural, curso de Programa de Formação de Professores Indígenas, enfatizando, currículos, pensamentos, povos indígenas, movimento sociais, sociedade e diversidades culturais.

Foi feita as apresentações de cada um que estava presente dos professores da universidade e a nossa equipe de professores brasileiros.

Marta Medonça, professora de biologia, com doutorado em Antropologia, atua em organização indígena e recurso natural.

Ernesto Fernandes, professor, trabalha a vinte e três anos na educação intercultural, atua na ciência natural, biologia, doutorado em biologia, tem outra maneira de pensar e fazer ciências.

A professora Isabel Castilho, faz quinze anos de trabalho no Programa História da Educação. A Marta Corally professora de línguas indígenas, trabalha com o povo Nasa, aborda a estrutura da língua indígena.

A Rosa Alice professora Linguística, atua em línguas indígenas na Amazônia. A professora Cristina, mestre em Educação, trabalha na Licenciatura Intercultural. Pensar e levar adiante as diversidades de culturas que há aqui que são os indígenas, Palanqueiros (quilombolas) e camponeses.

Depois das apresentações, os professores da universidade fizeram uma exposição das atividades dos trabalhos referente aos processos educativos que versa uma formação que abrange a diversidade e a interculturalidade.

Logo a nossa equipe brasileira socializamos o trabalho que contempla dentro do Projeto Terra como Princípio Educativo e os segmentos que participam e integram que são os quilombolas, sem terra (escolas do campo) e os indígenas. Cada professora a Marinez, Hellen, Mariuce, Priscila fizeram as considerações, em seguida eu e o Osvaldo falamos sobre a Aldeia Umutina-Educação Escolar Umutina: Uma experiência Intercultural, os trabalhos que são desenvolvidos no processo ensino aprendizagem, enfocando as aprendizagens tradicionais e não tradicional na escola da aldeia Umutina foi exposto os artesanatos feitos pelas mulheres Umutina.

Ressalto que no momento da reunião com os professores estava acontecendo o manifesto na rua da cidade próximo a universidade dos estudantes acadêmicos em prol do direito da Educação, havia muitas pessoas na manifestação. Em tempo destaque que eu e o Osvaldo fomos convidados para fazer uma entrevista para falar do intercâmbio cultural, essa matéria iria passar na tv local.

No período vespertino houve o encontro com o Cabildo Indígena Universitário, na universidade de Cauca, o tema em destaque foi à visibilidade da presença indígena na universidade. Foram feitas as apresentações de todos os presentes, os indígenas universitários são: Alejandra Kasamachia, Jamilet Bolanões-indígena Nasa, Adrián Gaizoon, Jhontan Palacios, todos indígenas.

Uma indígena acadêmica fez a contextualização dos trabalhos e da forma de organização que é uma forma política dentro da universidade. Esses acadêmicos atuam ativamente em seus estudos na educação intercultural, trabalham as danças tradicionais.

Explicou o significado de cabildo, uma forma organizativa, estrutura política, faz parte da instituição da comunidade, forma de organização indígena. Espaço de encontro de conhecimento entre os povos indígenas. Há o bastão de autoridade, é um símbolo de autoridade, que é a autoridade tradicional ou xamã autoridade espiritual. Cada ano a uma mudança de autoridade guia espiritual que é chamado de “*refrescamiento*”.

No contexto da universidade estão presentes os indígenas, aproximadamente duzentos e setenta estudantes indígenas.

Segundo a indígena universitária os povos indígenas da Colômbia parte da linha do equilíbrio entre o homem e a mulher. Tratamos e temos um equilíbrio. Neste sentido o empoderamento das mulheres indígenas já é presente. Pois, a luta, a luta é de todos, assim, luta os indígenas. Segue fotos que mostra o encontro entre professores e a diversidades étnicas entre países Brasil e Colômbia.



Fotografia 92: Encontro com os indígenas Universitários

Ao término do encontro seguimos para a visita na Universidade Autônoma Indígena Intercultural-UAIIN, o lugar é na cidade de Popayan.

Fomos recepcionados pelo um indígena professor, em seguida teve uma roda de diálogos que socializaram sobre o processo educativo desde a visão dos indígenas:

-Proteção da Terra – Terra como ser, algo que dá vida.

-Construção de educação alternativa, não foi fácil, mais foram construindo formas pedagógicas a partir da visão indígena.

-Pensar a educação desde a cultura.

Segundo os indígenas, foi em 1978 que começou esse trabalho de Educação, foram às comunidades que foram criando, um processo de ir e vir. Em 2014 o movimento indígena consegue as normas das línguas. Foi através de lutas que conseguiram o marco das leis/normas indígenas, este momento de certificação de treze programas na Universidade.

Nesse sentido, o processo educativo é um direito, mas, para consolidar esses direitos os povos indígenas lutam, mobilizam buscam a resistência na ancestralidade para lutar pelos seus direitos.

Lembrei-me de uma frase que me chamou a atenção da roda de conversa, o indígena expressou “*romper com mente monetária*”, uma questão para pensar enquanto indígena.

Estava acontecendo na Universidade o seguinte evento II Conferencia Internacional em Comunicação Intercultural 2018 – “*Construyendo el Diálogo de Saberes y Haceres desde Abya Yala*”. Neste momento oportuno fomos apresentados para a plenária e desejaram boas-vindas para a equipe do Brasil.

Para mim foi muito interessante conhecer vários povos de diferentes lugares e países e a forma de organização, as lutas desses povos indígenas e assim compartilhar a nossas experiências. Segue foto da Universidade-UAIIN.





Fotografia 92: Universidade Autônoma Indígena Intercultural

Entre os dias 18 a 24 de outubro de 2018, teve o Encontro Zonal da Licenciatura em Pedagogia de La Madre Tierra que foi realizado em Centro de Educacion Capacitacion e Investigacion para El Desarrolla Integral de La Comunidad – CIDIC, na cidade de Toribio.

Participamos juntos das aulas e das atividades com os indígenas acadêmicos do curso da Pedagogia de La Madre Tierra. Os temas abordados foram vários, porém, o eixo principal é o “*Território*” que se constitui em vários âmbitos como são os indígenas como guardião do território, a vida e o manejo da terra, a cosmovisão, saúde, educação, os cultivos das plantas, alimentação a partir das práticas ancestrais, conhecimentos dos Maiores (ancião), inserção dos produtos químicos no cultivo, fragilidades das práticas tradicionais, a química sintética e a química sistêmica.

Neste lugar em Toribio moram os indígenas Nasa, ou seja, tem a comunidade do grupo étnicos, residem entre os vales da montanha, um lugar da paisagem linda, mas, ao mesmo tempo inusitado.

Uma da primeira atividade foi visitar um ancião, saber como manejar o solo a partir das práticas ancestrais. Para ir até ao ancião tivemos que caminhar e subir a montanha, que dizer o percurso foi na montanha, durou em torno de duas horas ou mais. Fomos de carro até certo ponto da estrada, em seguida continuamos a caminhada pelos trilhos.

Seguem algumas fotos que demostram o percurso da caminhada na montanha:



Fotografia 93: Caminhada na montanha



Fotografia 94: Caminhada atravessando o rio

Para mim, foi uma sensação inusitada, ao mesmo tempo uma realização, pois, tinha o desejo de subir uma montanha e ali estava sendo realizado, algo incrível, inexplicável e contagiante. Ficava pensando como pode as pessoas morar naquele lugar? Como é morar entre a montanha? E por outro lado o encantamento da beleza das lindas paisagens a vista.

Após longa caminhada, chegamos ao lugar onde mora o ancião entre risos e cansaço valeu muito, momento de gratidão e aprendizagem. O ancião estava na sua roça carpindo as ervas daninha, logo iniciou a roda de conversa e começou a falar dos seus conhecimentos, o manejo da terra e o bem viver, o cultivo da época para a plantação, terra como fonte de vida, que fornece alimentos para viver.

Enquanto escutávamos o ancião, alguns acadêmicos estavam ajudando na limpeza da pequena roça como carpindo as matas que estava entre as plantações cultivadas entre elas a mandioca, a banana, coca, araiwana e outros.

Olhando essa imensidão do vale da montanha parece que não a vida. Mas há umas diversidades de vidas visível e invisível que estão interagindo diferentes seres vivos, corpos material e imaterial.

Ao retorno, passamos numa comunidade dos indígenas Nasa, estava acontecendo um evento de ações educativas entre os indígenas, houve apresentações culturais, principalmente com as crianças. As crianças apresentaram músicas ao som de flautas, dramatizações, havia artesanatos e comidas típicas para vender, havia muitas pessoas prestigiando a atividade.

No período vespertino, teve a roda de diálogo com os acadêmicos do curso de La Madre Tierra, nesta atividade foi para fazer a socialização da visita da conversa com o ancião. O ancião que visitamos é o senhor Alejandro, tem 82 anos, nasceu em 1936, mora na montanha e cultiva diversas plantações em sua roça.

Foram destacadas a seguintes questões constatadas na visita e nos diálogos: a relação da terra e a vida cotidiana havia vários cultivos de plantações, na terra se cultiva todos os tipos de plantas, a relação com a lua e a plantação, época de plantio como, por exemplo: plantação de maiz (milho) quando a lua esta na fase crescente.

Uma questão para reflexão o que há em nosso solo? Observa-se que havia um pequeno terreno e muita diversidade de espécies como: juká (mandioca), coca, banana, araiwana e outros. Segundo o ancião a plantação da coca tinha em torno de quinze anos.

E, nesta ocasião, abordaram referente à aposentadoria que segundo os indígenas aqui não existe aposentadoria. Em sequência os acadêmicos apresentaram mapas dos seus

respectivos territórios. O acadêmico Marcelo do povo Kamentsã, fez a exposição do mapa e destacando a medicina tradicional na sua comunidade.

A Leidi, do mesmo povo Kamentsã, falou da lacocho – uma ilha e a ciência química é uma forma de conhecimento para explicar o fenômeno da natureza. Essa atividade foi realizada com a professora Carolina relacionada ao solo e o manejo a partir dos cultivos ancestrais.

Os indígenas acadêmicos que participam dessa formação são representantes dos povos: Nasa, Misak e Kamentsã.

Todos os acadêmicos fizeram a sua contextualização do tema em questão, assim, na oportunidade a nossa equipe de professores brasileiros apresentamos referente às nossas experiências de trabalhos e processo de aprendizagem da educação, o projeto do intercâmbio intercultural e parte da história do povo Umutina.

Na experiência e interação com os cursistas do curso de Licenciatura da Pedagogia de La Madre Tierra, tivemos participação das aulas do professor Fernando, fez a socialização das atividades e o tema em pauta foi sobre a Pesquisa e investigação. Nessa perspectiva enfatizou algumas considerações relevantes: a formulação de problema de investigação, articulação de trabalhos comunitários, estes trabalhos está relacionado à investigação, conflitos conhecimentos tradicionais e o conhecimento ocidental.

Conforme a discussão, a investigação parte de uma ação educativa, ação indígena participativa. Nesse sentido a investigação como ação, como estratégias de mudanças no contexto da realidade, parte da observação, construção de compreensão, produção de conhecimento e formação de líderes comunitários, nesse processo terá a participação do sujeito.

Durante a exposição, o professor destacou sobre o processo educativo, que está ligado aos trabalhos comunitários da comunidade. Em sequência uma reflexão sobre o processo formativo das comunidades, neste intuito foi organizado a caracterização com as falas dos indígenas, ficando da seguinte forma:

I-Observação – Vivência do que se sabe

II-Vozes dos maiores – antecedentes teóricos e investigação, fontes orais e escritos, formulação do problema, desenhar a proposta pedagógica, desenvolver e implementar.

III-Analisar o resultado na comunidade, avaliação do processo e o desenho da proposta.

Em seguida, cada cursista socializaram o projeto de investigação que estão em processo em suas comunidades, ressaltando as temáticas, as problemáticas e os desafios, segue um panorama das atividades: O indígena do povo Nasa explanou da sua realidade, são 17 autoridades entre os grupo Nasa, a comunidade prática sua língua, há um sistema de educação intercultural, são 204 famílias. O estudo em questão processo de análise de pessoas entre as crianças, jovens e os maiores. As problemáticas são uso excessivo de produtos tóxicos, falta de diálogo das famílias, comunidade e autoridade, consumo de bebidas alcoólicas, violências nas famílias, presença religiosa na comunidade, conflitos sociais na comunidade, as políticas estatais são fortes. Por outro ressaltou “*somos Nasa temos a nossa cultura, a identidade*”. Continuando destacou a seguinte frase “*Queremos ser autônomo, mas, estamos num sistema de capital*”. A tecnologia está presente, é muito forte na comunidade. O desafio é como conversar com a comunidade? A identidade é uma interligação de vários elementos. Os maiores tem outra maneira de pensar.

O indígena Misak destacou sobre a investigação da identidade, nessa perspectiva a pergunta central é qual a identidade que se espera? O que estamos entendendo sobre a identidade?

A indígena do povo Nasa trabalha na revitalização da cultura, referindo o diálogos com os maiores, preocupação com os mais velhos, cuidado com a nossa mãe terra. A tulpa é um lugar sagrado. Esse trabalho visa o fortalecimento das práticas culturais. A tecnologia influência na cultura. Para a indígena Nasa a educação parte da família para compartilhar com outras famílias.

A outra indígena abordou essas questões da sua comunidade, conversando com os maiores da comunidade, processos de inculturação, língua materna. Acrescentou: “*a identidade está marcada pela família*”.

O indígena Kamentsã fez as seguintes considerações da sua comunidade, umas das grandes problemáticas e a autonomia e poder, em 2006 teve a divisão na comunidade, antigamente eram 3 autoridades, poder, competição, conflito entre autoridade são pequenos grupos políticos, cada grupo tem seu pensamento. A proposta de trabalho, o trabalho unir as 3 autoridades através da medicina.

Em seguida, a outra indígena do povo Nasa abordou da sua comunidade referente as problemáticas: situação familiares, violência, impacto ambiental, cuidado das práticas culturais, normas que tem que seguir, a água como elemento da vida. Procuram respeitar, ou seja, há um respeito muito forte da terra.

E, por fim, o indígena Misak fez a seguinte ponderação referente à sua comunidade, “Olhar a história e a cosmovisão, pois, somos filhos da terra e da água”. As problemáticas que enfrentam são da terra, os conflitos territoriais, contaminação ambiental. Território e ambiente é eixo principal, pois, a busca pela terra e a sua proteção, a água como base fundamental. Os Misak tem a concepção do território, é o lugar que configura as práticas de saberes coletivo.

Os acadêmicos fizeram a socialização das problemáticas que enfrentam em suas comunidades sendo assim destacaram: o cultivo de araiwana em grande escola, os jovens consomem a bebida alcoólica, cultivo ilícito está em resguardo indígena. Nas falas dos acadêmicos observa-se uma preocupação referente o cultivo ilícito de araiwana. Mediante a explanação ficou algumas pontos norteadores para os cursistas refletir. Quais princípios enquanto povo Nasa? Pensar seu processo, sua família? Conversar com as famílias? Essas questões os cursistas tem que pensar o ser de cada grupo étnico.

A professora Mariuce fez algumas considerações conforme o assunto em questão, primeiro fazer a formulação da problemática, ou seja, identificar a temática da investigação, logo buscar solução. Nesse sentido, pontuou contribuir na discussão como: Qual é o objeto da pesquisa/ investigação; Perda de valor – tensão- valores culturais; Justiça – problema global; Princípio de ética e valores; Solução- sempre dentro de um limite – parcial – situação – limite; Pensar que possa compreender a situação; Ação na realidade. Essas pontuações são para que todos possam pensar o contexto, haja vista que essas situações circulem na comunidade e instiga enquanto sujeito da pesquisa.

No período vespertino foi feita a apresentação do nosso grupo Terra como Princípio Educativo, cada uma de nós fizemos a contextualização das atividades dos projetos que são desenvolvidos com professores não indígenas e os professores dos seguintes segmentos indígenas, quilombolas e assentados. Essa proposta do trabalho visa articular conhecimento global e local com objetivo em comum que é a luta e permanência na terra, assim, socializamos referente às experiências da educação escolar dos indígenas Umutina. Momento de interação com os indígenas do curso da Pedagogia de La Madre Tierra segue fotos que demonstra esses diálogos:



Fotografia 95: Roda de diálogos com os indígenas



Fotografia 96: Ritual indígena

Entre os dias 25 e 26 de outubro de 2018, participamos do *evento I Foro Nacional Sistema Indígena de Salud Propia e Intercultural-SISPI: Tejeindo desde la Sabiduria Ancestral, uma Cultura Saludable com los Pueblos Indígenas*, o lugar foi em Teatro ADIDA, na cidade de Medellín-Colômbia, organizado pela Organização Indígena de Antioquia.

O tema em pauta estava relacionado ao sistema de saúde própria e interculturalidade, assim, como enfatizando a transformação e a importância das plantas, a

importância do território e os lugares sagrado, a coleção e processamento de plantas medicinais.

Neste evento havia muitos indígenas de várias regiões da Colômbia, entre eles jovens, mulheres, homens, anciãos, anciãs indígenas, detentores dos conhecimentos da ancestralidade.

Houve mesa redonda que estavam presente médico e ancião tradicional fazendo as considerações relevantes da questão da saúde e os saberes indígenas, fortalecimento espiritual e a sabedoria ancestral, políticas de saúde própria e o conhecimento da sociedade ocidental, momento de ritual indígena, apresentação das comunidades que já estão trabalhando partilhando as experiências e grupos de trabalhos que foram debates e apresentação de diferentes subtemas, como a soberania alimentar, política de saúde indígena, questão de gênero e outros, e a exposição de artesanatos indígenas.

Teve uma excelente palestra do indígena Abadio, sobre os saberes ancestrais e a Pedagogia de La Madre Tierra, este indígena é um grande intelectual, é o primeiro formado em doutorado na Colômbia.

No dia 26 de outubro de 2018, teve o encontro com os docentes da Universidade de Antioquia que trabalham e atuam juntos com os indígenas na Licenciatura em Pedagogia de La Madre Tierra.

Primeiro foi feita a apresentação de todos os docentes presentes, o professor Miguel, acompanha o estudo de madre tierra em etnomatemática, fez algumas consideração desse trabalho como a língua, o que se faz brota semente, grupo indígena Embera e Kuna, a sabedoria pintada com diversidade colorias. Fez uma referencia do corpo como território, trás uma abordagem do trabalho que fazem e recorre ao território, em mapas, perguntas que são direcionadas a história individual de vida como de onde vem? Sua história? Ver os elementos do território como a água como fonte de vida, o solo e outros. Destacou-se a interação das distintas culturas, temos que ir pela raiz, nesse sentido finalizou que *“compreensão da história desde os ancestrais. Para os indígenas o conhecimento como espiral”*.

A professora Virginia trabalha com as crianças, o tema central sobre a *“Vida”* e com essa temática conecta com a relação com nós mesmo e com os territórios, as cartografias, medição do rio/quebrada, registro de períodos de chuvas, bosques nativos ou desnaturalizado, sítio sagrado, compostagem, plantas, saúde e comida, essa perspectiva é em pensar o coletivo e o individual.



A professora Marta é antropóloga e faz o doutorado, chegou à licenciatura do curso de Pedagogia de La Madre Tierra faz dois anos, trabalha com o tema “*Autonomia*”, questões norteadoras: Como constrói a autonomia? Pensar a autonomia na prática? Acompanha sete mulheres do programa madre tierra, destacou essa frase “*a tradição se constrói e destrói*”.

A outra professora socializou sobre a Pedagogia de La Madre Tierra, a madre tierra é um tecido que vamos tecendo no processo cotidiano e coletivo. São quarenta professores que atuam na licenciatura do curso com diversos conhecimentos. Tem indígena que atuam como mestre na universidade e ha um conselho de anciões.

Após as exposições dos professores da universidade, em sequência a nossa equipe de professores indígenas e não indígenas brasileiros fizeram uma breve apresentação do lugar de onde viemos e os trabalhos que desenvolvem, assim, como o projeto em curso denominado “*Terra como Principio Educativo*”, este é um projeto que comporta os segmentos indígenas, quilombolas e assentados que tem princípio comum, que é a luta pela terra, pelo território em suas comunidades e a educação que valorize os diferentes saberes tradicionais.

E, por fim, foi entregue o livro que foi lançado do coletivo “*Terra como Principio Educativo*”, agradecemos e firmou as parcerias, diálogos e fortalecimento de rede. Em seguida, tiramos uma foto oficial, segue abaixo:



Fotografia 97: Professores do curso de Licenciatura indígena da Colômbia

Por fim, finalizei a expedição da viagem, retornei ao Brasil dia 30 de outubro de 2018, deslocamento Medellín-Colômbia para Brasília-Brasil. Voltar para casa uma sensação de gratidão por compartilhar distintas experiências e conhecer lugares, pessoas, culturas em vários espaços/lugares da Colômbia com os indígenas expandindo conhecimento e aprendendo diferentes saberes da ancestralidade dos povos indígenas.

Algo que ficou marcante é conhecer a realidade dos indígenas e ver que apesar de todas as frentes ameaçadoras do modernismo, esses indígenas têm sua própria organização tradicional e que lutam em busca dos seus direitos tendo como base a sua própria pedagogia de pensar, organizar e agir no mundo buscando o bem viver, a partir dos saberes da ancestralidade. Algo semelhante em comum com os indígenas brasileiros é a luta contínua pela terra, pelo território, é imprescindível para manter nossos saberes, pois, tudo está conectado.

Esta expedição proporcionou-me conhecer os exitosos programas de Pedagogia de La Madre Tierra da Universidade de Antioquia dirigida e inspirada pelo líder indígena Abadio Green e o modelo educacional de etnoeducacional em Cauca, ressalto o apoio incondicional da prestigiada professora e pesquisadora aposentada da universidade de Antioquia, a Zaida Sierra, e também sua amiga pelo apoio, troca de diálogo e partilha a professora Julieta Zurita da experiência boliviana.

Algo que marcou muito foi a seguinte frase “*a vida é um espiral... aprender e desaprender.*” (sabias palavras do maior povo Nasa). Faz refletir em várias questões, seja no âmbito pessoal, profissional e acadêmico em distintos contextos pelas experiências de convivências que tive a honra de estar em diferentes culturas indígenas.

Nessa perspectiva constata-se para os indígenas como proferiu o maior Nasa a vida é um espiral, diferentemente do mundo ocidental que vê o mundo, os acontecimentos de forma linear, o tempo não é uma linearidade, mas, sim um espiral, na vida aprende e desaprende constantemente neste contexto do pensamento do maior. Cada sociedade indígena vai tecendo esse espiral de acordo com sua especificidade desde os saberes da ancestralidade.

Esse pensamento do maior povo vai instigar ver outros mundos, ampliar a minha visão do mundo indígena, constatei que a minha vida é constituída de ciclos que inicia e se findar a cada tempo e espaço, principalmente em diferentes lugares e diversidades na qual circulei e tive a honra de conviver, partilhar e aprender.

Em suma, como mencionado acima, referente à expedição da viagem para Colômbia, essa experiência do intercâmbio cultural, de conhecer lugares e cultura do povo indígena Misak, apresentação dos trabalhos da escola Jula Pará na Universidade de Cauca, seguindo onde os ventos me levam entre as montanhas conhecendo e aprendendo saberes do povo Nasa em Toribio, as sábias palavras do o maior, a troca de experiências entre os acadêmicos Nasa, Misak, Kamentsã e Umutina, o foro nacional sistema indígena de saúde própria e intercultural, o diálogo com os docentes do programa da licenciatura da Pedagogia de La Madre Tierra, roda de diálogo com o indígena Kunatule Abadio Green, “*o mundo necessita acordar e abraçar. Não se trata de aprender, tem que ter auto estima*”.

Ressalto a gratidão à equipe do coletivo da terra como princípio educativo, as pessoas maravilhosas que conheci, o grupo de professores da viagem, aos docentes da universidade de Antioquia e a universidade Autônoma Indígena Intercultural, a Zaida Sierra pela calorosa recepção, os indígenas acadêmicos do curso por compartilhar as experiências relacionada à educação intercultural indígena, a sabedoria ancestral e a vida do bem viver, foi fantástico esses diálogos de saberes que possa estreitar e interagir as redes para fortalecimento e valorização dos nossos saberes ancestrais.

Essas experiências dos indígenas da Colômbia será uma inspiração de modelo para que possamos pensar e seguir de acordo com a especificidade da realidade do povo Umutina, que possamos agregar novas experiências dentro do processo da educação escolar e da filosofia da escola Jula Pará que assemelha nesta perspectiva da valorização e fortalecimentos das práticas tradicionais.

No dia 28 de outubro de 2018, foi concedida uma entrevista com o indígena Kunatule Abadio Green. Na oportunidade tivemos um encontro com o indígena Kunatule Abadio Green, o primeiro indígena doutor da Colômbia.

Com grande satisfação houve um momento de diálogos que aconteceu de forma natural, sem nenhuma formalidade, foi mágico e emocionante. Falou da sua trajetória pessoal, formação educativa, a pedagogia da Madre Tierra e outras informações das experiências e a organização indígena.

Algo interessante que chamou a atenção foi essa frase “*O mundo necessitar acordar e abraçar. Não se trata de aprender, tem que tem autoestima*”. Vou elencar alguns pontos da sua fala: Formação dos docentes, valorização da cultura, metodologia como conhecimento de vida, a importância da palavra, prioridade da oralidade, calendário indígena, significado da vida, falar da intraculturalidade.

O indígena ressaltou os seguintes autores como o Paulo Freire e o Leonardo Boff que são intelectuais que nos inspira e faz refletir outras lentes do contexto da realidade. Na sequência enfatizou as questões que é à base de tudo como: Quem somos? De onde viemos? Relação com outras culturas? Que é o ventre? Origem do povo?

A partir dessas reflexões que fazem as experiências com os acadêmicos indígenas, são fundamentais para a prática da sabedoria, é na meditação que se conhece a origem da pessoa.

Abadio fez a seguinte ponderação no que tange o gênero feminino, “*as mulheres tem uma matriz*”. “*O filho está ligado pelo cordão umbilical de sua mãe*”. Nessa perspectiva, assemelha a terra, como uma mãe, ou seja, a “*Madre Tierra*”, e os filhos são os seres humanos que estão ligados pelo cordão umbilical. Portanto, temos uma ligação que nós dependemos dela, fornece alimentos para a sobrevivência.

Nesse sentido, o indígena marca expressamente o tempo espiral, circular na cosmovisão indígena, que tudo está conectado, é “*o coração é o centro*”, porém, acrescentou que “*a racionalidade não deixa nós vê*”.

É pertinente a sua provocação quando aborda para refletir nesta nossa realidade sobre a racionalidade e o coração. Por fim, ressalta que a sabedoria, tem que crê e sentir, e só quem sente se pode curar.

## Capítulo 3

### Panorama Histórico e Etnográfico do Povo Umutina

#### 3.1. Aspectos Históricos

Schultz (1962) em suas informações etnográficas indica que as primeiras notícias que refere aos indígenas Umutina parece ser as de Ricardo Franco de Almeida Serra, em “Extracto de descrição geografia da Provincia de Mato Grosso”, feita em 1797, sendo:

“O pequeno rio Cabaçal, também aurífero, entra no Paraguay pela mesma margem de oeste, três léguas inferiormente a foz do Sepotuba. Neste último rio vive a nação de índios barbados, mansa e valente, assim chamada por ser a única nação deste districto que, tendo copiosas barbas se distinguem das outras nações”.

Baseando-se em dados, aparentemente pouco precisos, obtidos do Arquivo da Directoria de Índios em Cuiabá, Karl Von Den Steinen, escreve em seu famoso livro: *Uniter den Naturvolkern Zentral-Brasiliens* às laudas 549 e 551:

*“Barbados. Somente uma aldeia na vertente da serra dos Parecis, acima das nascentes do rio Vermelho, afluente do rio Paraguai. Na região deste vagueiam mesmo até o rio Paraguai. Milho, mandioca, bananas, cará, utensílios de pedra e de cerne. Não tem criação de gado ou indústria. Não vivem em guerra com outras tribos. Fogem dos brasileiros, porém, são traidores, pois por duas vezes atacaram viajantes entre Diamantino e Vila Maria” (SCHULTZ 1962, p.75).*

Em 1875-76 Severiano da Fonseca, em sua Viagem ao redor do Brasil diz: “Os rios dos Barbados e o Barbadinho receberam estes nomes, devido à existência em suas margens, destes índios que se fazem notar, entre outros, pelo uso de barbas” (Schultz, 1962, p.75).

Segundo relatos dos atuais Umutina para Schultz, eles afirmavam frequentemente que antigamente moravam nas margens do rio Kêpó (Sepotuba), afluente do médio rio Paraguai, onde havia muitas aldeias, praticava a caça, a pesca e extensos roçados. Com a invasão dos wase em seu território, subiram ao rio Paraguai, fugindo dos ataques dos wase, muitas vezes eram forçadamente deslocados de suas terras repentinamente que nem podiam

levar os seus bens tampouco as mudas de suas roças. Consequentemente, localizaram suas aldeias na foz e nas margens do rio (Helatino-pó-páre) Bugres, afluentes do alto rio Paraguai. Novamente esses indígenas foram confrontados pelos wase que começaram a invadir suas matas em busca da raiz de ipecacuanha (planta que conhecida como poaia e que servia de medicamento para certas doenças). Nesta ocasião aconteceram conflitos intenso de sangrentas lutas entre os indígenas e os invasores.

A informação etnográfica de Schultz (1962) aponta que o avô de Jukuepa contava a este que os Umutina moravam em três aldeias, na margem esquerda do rio dos Bugres, distante de sua foz. Seu domínio era limitado pelos rios Jaúcoára, Paraguai e Bugres.

No entanto, esses dados assemelham conforme informação de Augusto Leverger, 1862, pp. 290/91, Roteiro da Navegação do rio Paraguay desde a foz do rio Sepotuba até a do rio S. Lourenço, Rio de Janeiro, 1862. (apud Schultz, 1962, p.76):

“... 3 léguas mais abaixo, entra pela margem direita, um riacho de canoa a que alguns chamam Rio Branco, outro Rio dos Bugres ou do Barbados e também de Tapirapoan.

Nas cabeceiras deste riacho, está o aldeamento dos Índios Barbados. Seu número anda por 400. Sustentam-se de caça, da pesca, dos frutos espontâneos do sólo e de milho, mandioca, batata e carás que plantam, cultivando a terra com instrumentos feitos de pedra, e madeira de cerne. Vivem em paz com as outras nações indígenas. Posto que pouco distantes das nossas povoações, nunca tiveram nem procuraram ter relações conosco. Descem às vezes até a margem do Paraguai. Tem sucedido atacarem canoas que iam do Diamantino para Vila Maria, e se não nos hostilizam mais frequentemente é de medo das nossas armas” (SCHULTZ, 1962, p.76).

De acordo com as informações obtidas por Schultz, pode-se considerar que os Umutina, em tempos históricos vieram do médio rio Paraguai, das imediações do rio Sepotuba, daí deslocaram no século passado, subindo pelo rio Paraguai, cedendo à pressão do não indígena. Há uma possibilidade, em tempos remotos, dos Umutina terem morado ao noroeste do rio Paraguai, perto das nascentes do rio Guaporé, talvez nos rios Barbados e Barbadinho, afluentes daquele rio, pois, nos mitos mostram claramente que a bacia do rio Paraguai é a terra de sua origem, como pode verificar, Haipuku ancestral divino, considerado o criador dos homens, ao indicar a terra aos seus filhos.

Neste viés, Telles (1995) destaca que

“Além destas notícias referentes aos Umutina, poucas informações a mais foram registradas. Sabe-se que pelo menos, desde fins do século XIX já ocupavam a área compreendida entre os rios Bugres e o Paraguai. Supõe-

se, além disso, ser a bacia do Paraguai o ponto de referencia máxima destes índios, desde épocas imemoriais, a julgar-se pela presença constante deste rio em seus relatos e lendas”. (TELLES, 1995, p.15)

Ainda, sobre a temática, Schultz destaca em sua etnografia, que

“Hoje os remanescentes Umutina ocupam a faixa de terras que lhes é reservada por Lei Federal, entre os rios dos Bugres e Paraguai, administrada pelo Serviço de Proteção aos Índios, com um ótimo posto instalado a duas léguas da localidade de Barra do rio do Bugres, denominado ‘Fraternidade Indígena’”. (SCHULTZ, 1962, p.77).

Em seu estudo, Telles (1995) constata que os indígenas eram conhecidos pelos não índios como *barbados*, pelo fato do uso de barbas e cavanhaques, os indígenas Umutina não tinha uma relação amistosa com o wase, constantemente havia conflitos entre ambos, decorrente desses acontecimentos deslocavam rumo ao alto Paraguai.

Os Umutina dominavam o território que compreendia a região dos rios Sepotuba, Bugres e Paraguai, onde praticavam a caça e a pesca. Com a chegada dos não indígenas ao Mato Grosso, acabaram perdendo essa liberdade, causando conflitos e morte de ambas as partes. Neste período em que a política do governo era exterminar os indígenas e a expandir a exploração no interior da região, principalmente pela poaia e a seringa, começam confrontos e conflitos constante entre os indígenas e o não indígenas.

Huare (2015) em sua pesquisa trás a seguinte informação com o surgimento do município de Barra do Bugres-MT, e o valor altíssimo da poaia na época, aumentou o interesse econômico desse produto que era comercializada para a Europa, esse contexto contribuíram para que “*os seringueiros adentrassem o último reduto, incentivando, inclusive, os comerciantes a patrocinaem grupo de chacina contra os Umutina*”. (HUARE, 2015, p.19)

Pode-se notar que historicamente as relações entre os Umutina e a sociedade brasileira foram marcadas por uma relação assimétrica, principalmente no que tange a ocupação territorial e a exploração econômica. Nesse sentido, Corezomae (2017) em sua pesquisa pondera que

“A história do município de Barra do Bugres, da qual a etnia faz parte, está intimamente ligada à exploração e ao comercio desse valioso vegetal à época em que “as barcas” partiam da cidade de São Luiz de Cáceres, subindo o rio Paraguai até chegar à cidade de Barra do Bugres” (COREZOMAE, 2017, p.13).

Ainda, observa-se que:

“As informações históricas são quase unânimes de descrever os índios Umutina como aguerridos, defendendo com muitas garras as suas terras contra o invasor neobrasileiro. Mas tudo indica que, em tempos remotos, recebiam em paz o estrangeiro. Pode-se concluir que as lutas tiveram a máxima intensidade aproximadamente há cinquenta anos, ocasião em que as matas do alto Paraguai se tornam alvo de interesse econômico devido à ipecacuanha, diamantes, ouro e a caça abundante” (SCHULTZ, 1962, p. 77-79).

Segundo o padre Salesiano Nicolau Baclarioti, em 1898 (OPAN, s.d), era a intenção do Governo do Mato Grosso organizar uma expedição de extermínio contra esses indígenas dado à resistência que opunham à penetração de não indígenas às suas terras. Foi somente após um ano da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), 1911, que se consolidou o contato com o povo Umutina, 1912.

Nos dados etnográficos de Schultz, este apresenta que o contato dos indígenas foi realizado em diversas etapas:

“Primeiro iniciou em 1911, quando então Coronel Rondon mandou instalar um posto de atração. Em seguida, o paulistano Helmano dos Santos Mascarenha conseguiu a pacificação, que se pode chamar de definitiva, sendo, conforme consta dos relatórios, o primeiro a entrar numa aldeia Umutina” (SCHULTZ, 1962, p. 85).

Informações relatam que a chamada “*Saudação Agressiva*”, ritual de recepção e cumprimentos praticados pelos Umutina, contribuiu para as desavenças entre os wase que desconheciam esse hábito.

Schultz (1962) descreve esse fato que presenciou quando esteve no Posto Fraternidade Indígena em 1943:

“Pararam a uma distância de uns trinta metros. Levantaram o arco pesado em posição de atirar, retesando-o com a flecha apontada para nós. Batiam no solo com os pés, soltando um grito pavoroso. Em seguida ouviu-se estalar da corda do arco, sem que a flecha partisse. Novamente, os três índios saltaram, ora para frente, ora para os lados, pararam e a mesma ameaça com arco e flecha se repetiu. Ficaram parados bem a nossa frente, a um três metros. Arcos retesados, flechas nas cordas, que a cada momento podiam partir em vôo mortífero, e novamente o estalar surdo da corda, sem que a flecha, segura entre o indicador e polegar, se movesse” (SCHULTZ, 1962, p.81).

Em sua visita na aldeia da mata dos Umutina, Max Schimidt (1942), presenciou esse fato que discorre da seguinte forma:

“Os homens, brandindo nas mãos flechas e arcos e gritando em voz alta, acorreram turbulentamente e sapatearam então durante muito tempo, perto de nós para um lado e para o outro, dirigindo continuamente as pontas das



suas flechas para as nossas caras, tremendo em todo corpo convulsivamente, e proferindo sons articulados” (Relatório da Expedição Bienal a Mato Grosso, 1942).

Essa ação era uma forma de recepção que os guerreiros Umutina praticavam para receber os estrangeiros, mas, ao fazerem eram recebidos com confrontos de armas e agressões pelos wase que adentravam em seus territórios.

Monzilar e Monzilar (2006) obtiveram relatos do antigo chefe do posto do SPI senhor Adão Táxi, nascido em 1933, pertencente à família do Sr. Epifânio, esteve na frente da expedição na época do contato do povo Umutina, as relações com os Umutina não foi fácil. Adão falou que naquela época, foi muito difícil o contato, principalmente por causa da língua e os índios eram muitos “*bravos*”, resistiram.

O processo do “*contato*”, essa situação nebulosa aconteceu durante alguns anos e a estratégia usada pelos wase foi fazer o plantio de roças na margem esquerda do rio Bugres, para atrair os indígenas. Enquanto não era chegada a hora da colheita, eles colocavam na roça ou no caminho alimentos industrializados como o arroz, açúcar, sal, feijão, além de ferramentas como enxada, faca, facão e outros para oferecer aos indígenas. Ficavam de longe observando os indígenas se aproximando para pegar os objetos, foram várias vezes que ocorreu essa forma de aproximação com os Umutina. Um dos primeiros indígenas que vieram se juntar a eles foram os índios chamados Kupo e Apo que os ajudaram a aproximar dos outros indígenas.

O não indígena que fez o primeiro contato foi Severiano Godofredo de Albuquerque, era o chefe da expedição, mas, quem passou a dar continuidade do processo foi o Epifânio Ribeiro Táxi, com seu irmão Benedito Ribeiro Táxi e outros, sendo doze homens no total. (entrevista realizada em setembro de 2005).

Segundo relato de Adão Táxi (Monzilar e Monzilar, 2006), o contato decorreu a pedido dos poaeiros, que disseram ao Cândido Rondon tomasse providências, os indígenas estavam matando o não indígena na região. Esse diálogo teria ocorrido quando Cândido Marechal Mariano Rondon passava pela região para a construção de um ramal da linha telegráfica em Afonso, hoje cidade São Afonso.

O primeiro contato do SPI com os Umutina aconteceu no Posto Velho, à primeira aldeia que reuniu os indígenas. Ficaram ali de um a dois anos, à margem esquerda do rio Bugres. Em seguida deslocaram para outro lugar mais longe chamado “*Humaitá*”, pois, lá já era distante da cidade e ficava a margem do rio Paraguai, e era mais alto. Lá os Umutina

foram viver junto com os wase, aderiram à vida cotidiana, trabalharam na roça e aprenderam a serem bons trabalhadores e a viver conforme os modos dos wase.

Max Schmidt (1942) em sua expedição de viagem ao interior de Mato Grosso registrou informações referentes aos Umutina, na oportunidade esteve entre os indígenas, em “*Resultados da minha Expedição Biental a Mato Grosso*”, descreve o seu percurso da expedição entre os indígenas, “*que chegou à Barra do Rio dos Bugres, pequena aldeia, que se tem nos últimos tempos avançado muito, principalmente por causa da exportação a poaia*” (Relatório da Expedição Biental a Mato Grosso, 1942, p.265). Obteve ajuda e apoio para o seu projeto de expedição de um comerciante do local, chamado Otávio, este arrumou um companheiro para acompanhar, e logo seguiram para o posto chamado Humaitá onde habitavam os indígenas para apresentar ao chefe o Otaviano, a sua viagem prosseguiu por água.

No Humaitá, foi bem recebido pelo senhor Otaviano, na qual deu todo o suporte e apoio durante a sua estadia na aldeia. A maior parte dos indígenas, conhecidos como Barbado, ocupados no posto, estavam domiciliados perto da roça, mais ou menos distante ao meio do posto. Ele pode ficar no meio dos indígenas, morando com alguns em um grande rancho, na ocasião estudou melhor a língua dos Barbados, até então desconhecida, esteve entre os indígenas do posto e na aldeia dos Barbados do Mato como eram conhecidos.

“O posto Humaitá foi fundado há alguns anos pelo Serviço de Proteção aos Índios para proteger e civilizar os índios Barbados ou Umutina, como eles se chamam a si mesmo, somente com suma paciência alcançaram pouco a pouco contatos mais amigáveis com eles, viviam ainda havia pouco tempos em excessiva hostilidade com os seringueiros. É digno de admiração o fato de conseguirem os empregados da Proteção aos Índios, depois de trabalho penoso, pouco a pouco visitar os Umutina de modo pacífico na sua própria aldeia, enquanto esses índios estavam ainda aborrecidíssimo por causa das violências sofridas por eles em tempos passados, violências de que muitas vezes também se vingaram” (SCHMIDT, 1942, p. 266).

Conforme Monzilar (2012), o processo de relação dos Umutina e a sociedade nacional se deram em várias etapas. O início se deu quando Marechal Rondon mandou instalar um posto de atração em 1911. A partir do contato, houve conflitos entre os indígenas e não indígenas, em seguida, as lastimáveis epidemias de sarampo, tuberculose e pneumonia fizeram órfãs principalmente as crianças e atingindo os velhos, matando-os. A permanência dessas relações contribuíram para a perda da população e de traços culturais

particulares. Como pode verificar a informação que Schultz (1962, p.85), a respeito da primeira mortandade causada por epidemia de doenças, trata o relatório do SPI, datado de 1920, R. An (Mato Grosso) às fls. 22 a 25:

“Temos que lastima a perda de 1/3 da população desta aldeia que contava umas 300 almas, quando restam unicamente duzentos convalescentes, com aspectos de cadáveres e não dos valentes que pacifiquei. Com que pesar ouvi Boepá falar, momentos depois de sua mulher Paurpé expirar nos braços do bororo Kutipi Bacureus: ‘De que nos serve tanta farinha e roupa se morremos todos de moléstias que vocês nos passaram. Agora que todos nós morremos, você que diz ser nosso amigo, porque não nos cura? E éramos impotentes para debelar o mal’” (SCHULTZ, 1962, p.85).

Nesse sentido, o Schmidt (1942) também constata que *“poude-se também levar uma quantidade de órfãos da aldeia para posto, quando a epidemia de gripe, grassando então geralmente entre os índios de Mato Grosso, reduziu também muito os Umutina”* (SCHMIDT, 1942, p. 266).

Diante desse contexto, os Umutina se tornaram vulneráveis e frágeis, e com o tempo foram aderindo ao Posto do SPI, os indígenas que sobreviveram restou submeter e passaram a viver aos modos de um regime com normas e proibições, principalmente no que tange aos modos tradicionais indígenas ao falarem a língua e a praticar os seus rituais. *“Primeiramente foram seduzidos pelos alimentos presenteados e somente mais tarde perceberem o quanto foram caros aqueles presentes que lhes custaram à liberdade de ser Umutina”* (MONZILAR; MONZILAR, 2006, p.15).

Em sua etnografia Schultz (1962) resume a trajetória do contato dos Umutina da seguinte forma:

“O resultado do contato com os neobrasileiros foi para os Umutina nefasto, como o é para a maioria das tribos indígenas. Na primeira fase foi à guerra e destruição pelas balas dos neobrasileiros; na segunda, após a pacificação, a introdução de enfermidades para eles mortíferas, que os dizimaram, quebrando-lhes o ânimo para viver e se defender” (SCHULTZ, 1962, p.88).

O autor destaca ainda que os remanescentes, em sua maior parte órfãos, educado no Posto Fraternidade Indígena, se tornaram trabalhadores pacíficos e dedicados, tendo, no entanto, esquecido totalmente a cultura e as tradições de seus passados, isso na concepção do pesquisador.

O contato e o convívio, conforme afirma Monzilar (2012), os Umutina passaram a assimilar e socializar a cultura dos wace, a viver em um regime bastante distinto do cotidiano da maloca e por imposição do chefe de posto, Otaviano Calmon, sob ameaças,

pressão e castigos, foram proibidos de falarem sua língua materna e de realizarem suas festas e rituais. Trouxeram doenças, fortes epidemias de sarampo, tuberculose e pneumonia que causaram muitas mortes, principalmente entre as crianças e velhos, além de deixarem jovens solteiros enfermos.

“Enquanto os Umutina da mata, chamados independentes resguardavam na medida do possível, seus costumes e tradições, preservando hábitos com as vestimentas, alimentação, moradia, formas de produção, já os índios do PI conhecidos como da aldeia, adaptavam-se aos modus vivendi, da sociedade majoritária, estes vestiam, falavam e trabalhavam como o não indígena” (TELLES, 1995, p. 18).

Conforme relatos de Schultz (1962),

“antigos moradores afirmavam que havia cerca de mil índios, mas para o autor era uma estimativa exagerada, talvez pelo fato de receio que esses índios inspiravam aos neobrasileiros. Informações históricas estimavam em quatrocentas almas. E as informações contida nos relatórios do Serviço de Proteção ao Índio, serviço Federal, calculava-se cerca de trezentos, após, uma grave epidemia, reduziu-os a pouco mais de uma centena” (SCHULTZ, 1962, p. 98).

Em 1943, o autor, em sua expedição encontrou apenas vinte e três indígenas Umutina, que viviam independentes na mata. Destacou que além destes, havia uns cinquenta no Posto “*Fraternidade Indígena*”, lá educado, órfão de pai e mãe, em consequência da epidemia.

Nesse sentido, Ramos e Monzilar (2016) salientam que:

“refere-se que naquele ano, sua população caiu para 300; em 1919, uma epidemia de sarampo reduziu-os a 200; em 1923 eram 120; em 1945 eram 23; dois anos depois, epidemia de coqueluche e broncopneumonia deixam apenas 15 Umutina, em 1970, Darcy Ribeiro declarou-os extintos” (RAMOS; MONZILAR, 2016, p. 218).

Na década de 1980, a população do Posto Indígena Umutina era de 77 pessoas, sendo 36 Umutina descendentes de órfãos recolhido pela sede do posto e de alguns Umutina independentes. Os demais eram mestiços, entre Paresi, Kayabi e Nambikwara que foram trazidos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>1</sup>.

Em torno dos anos 30, conforme Telles (1995), “*com a próxima extinção do grupo, o SPI, preocupado com a terra e para garantir casamento para seus órfãos e continuidade*

---

<sup>1</sup> Recenseamento realizado por A. J. Jesus (Relatório nº 09/Posto Indígena umutina – FUNAI, 1980).

*para o PI foi buscar em Utiarity os Pareci e alguns Nambiquaras que ali residiam*" (TELLES, 1995, p.18).

Essa ação do referido órgão ocasionou um choque cultural entre os grupos étnicos, como a autora destaca “essa atitude culminou em grandes problemas entre os grupos, inclusive com os Umutina que não haviam aderido ao Posto Fraternidade Indígena” (TELLES, 1995, p. 18).

Segundo Arruda, em seu estudo “*Construções Discursivas - A indianidade Umutina sob as lentes do etnólogo do SPI Harald Schultz*”, aborda que o pesquisador do SPI tinha como certo a extinção do índio “*em estado puro*” a partir do momento em que este ia morar em um aldeamento montado pelo órgão de proteção.

De acordo com Monzilar (2012), ao analisar os fatos que ocorreram na história dos Umutina, da lastimável tragédia do contato com a sociedade colonizadora, o povo Umutina conquistou grande avanço, teve sabedoria e estratégias para sobreviver. Hoje a população vem aumentando, totalizando cerca de 480 pessoas. Este aumento é significativo para um povo que no passado teve o registro de ter chegado a apenas 23 pessoas. É relevante enfatizar que essas pessoas tiveram papel imprescindível no processo histórico para a continuidade de novas gerações dos Umutina.

Nos últimos anos, conforme o censo (2012) realizado na aldeia ocorreu um significativo aumento demográfico entre os Umutina. A população atual é de 480 pessoas<sup>2</sup>, sendo a maioria jovem e crianças. Esses dados têm uma relevância significativa, a população da aldeia Umutina está aumentando, devido aos casamentos entre as etnias de jovens que estão construindo famílias, porém, apesar da violência histórica do contato que foram submetidos pela política avassaladora do governo, nesta conjuntura atual mostra outro percurso que estão trilhando e reorganizando o seu modo de viver, a partir dos saberes da ancestralidade que está entrelaçado na bravura e coragem dos Umutina.

### **3.2. Relação com outras etnias**

*“Os Umutina do Posto Indígena vivem em contato constante e direto com algumas famílias Pareci e Nambiquara, seus vizinhos naquele posto”* (SCHULT, 1962, p.88). Foi

---

<sup>2</sup> De acordo com levantamento realizado pelo Prof. Jairton Kupudonepá, em conjunto com estudante do Ensino Médio da Escola Jula Paré, na aldeia Umutina, em 2012.

nesse período que a política do governo federal, via SPI trouxe para o território Umutina famílias de outros grupos étnicos. Contam os mais velhos que os primeiros povos que vieram residir no território Umutina foram os Paresí e os Nambikwara que os wase trouxeram para morar aqui com os Umutina.

Como mencionado por Telles (1995), na década de 30, o SPI preocupado com o território e com a garantia da continuidade dos indígenas que perderam os pais nessa situação desastrosa das doenças, foram buscar na aldeia Utiarity, jovens Paresí e alguns Nambikwara para residirem no referido posto.

As pessoas não indígenas que estavam à frente da expedição do Marechal Cândido Rondon trouxeram uma geração de jovens Paresí e Nambikwara. Os mais velhos dizem que há duas versões sobre a vinda desses indígenas, que era uma forma de ajudar a assegurar o território dos Umutina, visto que na época, os Umutina tinham poucas pessoas; outra versão é que esses indígenas foram trazidos como forma de castigo, quando faziam algo errado, era transferido da sua aldeia para outra aldeia para serem reeducados. No entanto, foram essas intenções que visava à situação favorável e desfavorável, como assegurar e proteger o território Umutina e deportar indígenas que deveriam sofrer punições, os quais eram deslocados da sua respectiva aldeia, e outras camufladas.

Ramos e Monzilar (2016) discorrem que

“consideram os agentes do estado transferiram para esses aldeamentos membros de outros grupos indígenas, promovendo condições para que os sobreviventes Umutina pudessem se reproduzir, se não culturalmente, ao menos biologicamente, foram várias as intenções contidas nessas transferências, uma declaradas, outra não, assegurar a defesa da área indígena, estimular os intercassamentos, civilizar os Umutina, prover mão de obra para manter o posto, deportar indígenas que tivessem cometido alguma falta, e talvez a mais fundamental e menos admitida, livrar o caminho para o desenvolvimento do interior do país”.

Os anciões dessa época diziam que foi um grande choque cultural que desestruturou a forma de vida desses grupos étnicos, ocasionando conflitos entre os índios e não indígena. Os Paresí não se adaptaram a viver num lugar fora de sua origem e muitas vezes alguns fugiam para regressar a sua terra, sendo perseguidos pelos os funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Alguns Paresí e Nambikwara ficaram no território e tentaram viver e conviver juntos com os Umutina, dentre os quais podemos citar: Antônio Paresi, Pedro, Valdemar, Emiliano, Floriano, Tomé, Isabel, Jorge, Ana, Alaide, Alice, Rita, Joventina, Maria entre outros.

Houve um período muito tenso, confrontos, resistências, os indígenas que aqui vieram não queriam de forma nenhuma se misturar. Essas gerações de jovens que passaram a residir no território Umutina se casaram entre eles e formaram famílias. Dona Carminda Monzilar, descendente de Paresi, seus pais são Paresi e Nambikwara, mora na aldeia Umutina, a qual relatou que *“Os Paresi não queria misturar, eles diziam os nossos filhos tem que casar com os nossos parentes mesmo. Eles não aceitavam, mas, não teve jeito e tiveram que aceitar. Eles queriam que casasse com os Paresi”*, nesse sentido, ao longo dos tempos aconteceram casamentos interétnicos, posteriormente uma elevação entre indígenas e não indígenas.

É pertinente enfatizar que essas famílias Paresi e Nambikwara contribuíram muito neste processo histórico cultural e territorial junto com os Umutina ao longo dos tempos, posteriormente, vieram outros povos para a atual região da aldeia. Conforme Telles (1995), *“o posto chegou a acolher uma média de seis ou sete representantes de diferentes grupos étnicos”*, (TELLES, 1995, p.19), nesta mesma direção, Tan Huare (2015) informa que *“habitavam nesta aldeia os Umutina, Paresi, Nambiquara e em menor número outras etnias que coabitaram naquela aldeia”* (TAN HUARE, 2015, p. 23). A partir dessa convivência, foram organizando uma nova comunidade com normas e leis distante da realidade dos grupos, porém, algo comum entre si, acontecendo e promovendo casamentos entre os grupos étnicos.

“Os Umutina não tinham noção de que a proibição da língua traria consequências irreversíveis no futuro. Quanto aos índios Paresi e Nambiquara continuaram a falar suas respectivas línguas somente entre os adultos, mas, a língua não era ensinada aos filhos, a língua falada com os filhos era o português” (TAN HUARE, 2015, p. 23).

Diante desse cenário de diversas etnias, pode-se deduzir que foram convivências entrelaçadas de diversidade e adversidade e, conseqüentemente, emerge uma nova geração descendente de respectivos povos, no entanto, Monzilar (2018), obteve-se relato desse período de Edna Monzilar que a tensão cultural se intensificou quando os Paresi chegaram para residir na aldeia, o que ocasionou discussão e conflitos, causando impacto tanto na comunidade quanto na escola, devido à questão do ensinamento dos aspectos culturais das diversas etnias presentes na aldeia. A professora Maria Alice relata que os anciões da época, tanto Paresi e Umutina que estiveram presente nesse enfrentamento da discussão referente à cultura de ensinar para as crianças, destaca os seguintes nomes: Kazacaru, Jula Paré, ambos Umutina e os senhores Pedrinho e Antônio Paresi.

“Foram realizadas várias reuniões na comunidade, o povo teria que entrar em consenso. Ao final, a comunidade decidiu que, a partir daquele momento, os que morassem e nascessem ali, seria considerado Umutina, afinal era a cultura Umutina que estava mais ameaçada. Também tradicionalmente aquele era o lugar de origem do povo Umutina, que constituía a maioria étnica na aldeia. E esse processo de pactuação quanto à autodenominação e afirmação cultural passou-se a chamar de Unificação dos Umutina” (MONZILAR, 2018, p.37).

Nessa mesma direção, Corezomaé (2017), menciona que *“a política adotada pelo povo todos os indivíduos se assumem e se identificam como Balatiponé-Umutina, de modo que a cultura e a língua indígena de referência são a Umutina, sendo, um dos motivos da adoção dessa política reside ao território de origem do povo Umutina”*.

Ramos e Monzilar (2016) elucidam essa situação da seguinte maneira:

“Num processo complexo, longo e ainda em curso, esses indígenas escolarizados foram convencendo os demais grupos a abrir mãos de transmitir seu pertencimento étnico aos próprios filhos em prol dos Umutina, ou seja, todos os filhos nascidos na Terra Indígena Umutina, independente de quem seja os pais, são Umutina. Por exemplo. Filhos de pai Paresi e mãe Umutina são Umutina, filhos de mãe nambiquara e pai Umutina são Umutina e assim por diante. E mais, a prole de qualquer casal de qualquer das etnias residentes na terra indígena Umutina, ou seja, os filhos de quaisquer combinações interétnicas, como, por exemplo, Kaiabi e Bororo é também Umutina” (p. 219).

Portanto, pelas informações obtidas, observa-se que foi um período muito complexo e delicado, mas, a partir desses momentos dialógicos entre os indígenas foi possível entrar em consenso e amenizar os confrontos no que tange aos saberes da ancestralidade. Nesse sentido, as lideranças, os anciões da época tiveram um papel importante, sabendo proceder com sabedoria esse processo de convivência entre os grupos étnicos.

A aldeia Umutina é uma aldeia multiétnica, convivem vários povos: Paresi, Nambikwara, Bororo, Bakairi, Manoke (Irantxe), Kayabi, Terena, Umutina e Chiquitano, porém, todos se reconhecem como Balatiponé-Umutina. Além disso, há um grande número de casamentos entre indígenas e não indígenas.

### **Origem da Vida – Ancestralidade Umutina**

Vou contar a narrativa do povo Umutina a partir da origem da vida. Começa assim, antigamente:



“Haipuku (Deus) vivia sozinho no mundo e para sua companhia, foi fazer vários experimentos. Primeiro então, ele juntou bacava do campo, fruta macho e fruta fêmea, vai juntando, juntando e juntando e deixa ali. À noite Haipuku, fica assustado com conversas e, quando vai verificar, as frutas tinham virado gente. Haipuku fica muito alegre, satisfeito com os companheiros.

Haipuku foi experimentar fruta de figueira de folha larga, juntou, juntou até dar um comprimento, deixando ali de lado. À noite, ouviu conversa de gente e foi ver, a fruta de figueira da folha larga tinha virado gente. Então ele já tinha muita gente. Experimentou novamente juntar fruta da bacava do mato, juntou, juntou e saiu gente de cabelo comprido, dois homens e duas mulheres, dois casais.

Para aumentar mais pessoas experimentou com mel de tatá. Saiu um casal com a cabeça pelada. Haipuku já tinha bastante povo, muito povo, criou barriga de perna por dois lados, ficou apavorado e procurou um pé de figueira, então racharam as pernas e nasceram quatro crianças, dois meninos e duas meninas. As crianças não quiseram ir com ele pra sua casa.

Haipuku mandou fazer um ametá para as meninas e um arco para os meninos, aos dois civilizados. A menina civilizada não ajeitou com o ametá e o menino civilizado não ajeitou com o arco. Eles não quiseram ir com ele acompanhar na sua casa. Então, o menino e a menina indígena ajeitou com o ametá e o arco.

Haipuku falou para eles morarem com ele, em sua casa, mas eles não quiseram ir. Então, Haipuku disse: “Para onde vocês vão?”. Eles disseram: “os civilizados, para a direção do Rio Paraguai, para baixo e as crianças indígenas, em direção ao Rio Bugre para cima”. Assim surgiu a origem da vida do povo Umutina, Haipuku fez esses experimentos com frutas de bacava e a fruta da figueira, e assim criou companheiros para ele no mundo”.

Essa narrativa é contada pelas pessoas mais velhas da aldeia e está registrada nos relatos que Schultz (1962) escreveu sobre o povo. Schultz foi um etnógrafo que passou um período na aldeia e obteve essa informação com um ancião da época.

Hoje essa narrativa é contada para as crianças e para os jovens, como originou a vida para o povo Umutina.

Ao contarem o mesmo mito de origem, os Umutina, filhos de casamentos interétnicos e dos não indígenas constroem um novo laço identitário, recriando uma origem comum com os sobreviventes Umutina. Esses laços concretizam também, a partir dos processos de territorialização, um espaço comum permitindo a reorganização da identidade desde o território.

Podem ser destacadas nesta narrativa, questões importantes relacionadas ao contexto da história do contato do povo Umutina como: o espaço geográfico que situa a história no território atual informa os rios Paraguai e Bugres o mesmo que cerca o atual território Umutina; A organização social dos Umutina; a espiritualidade indígena e a

origem da vida que se relacionam a diferentes espécies e variedades vegetais nativas, mel e o corpo do ancestral; a relação com o não indígena e os indígenas.

### 3.3 Entre Silêncio e Palavras dos Indígenas Umutina

Durante os anos 1943, 1944 e 1945 o pesquisador Harald Schultz esteve entre os grupos Umutina resistentes, permaneceu oito meses de convivências entre eles na última aldeia existente no alto rio Laripô (Paraguai). Na expedição realizada, Schultz coletou e anotou importantes observações etnográficas e dados no que tange a língua Umutina, a espiritualidade, os modos de vida, assim, assistiu ao extermínio do povo que outrora eram numerosos e conhecidos como invencíveis.

Schultz (1952) em *“Vocabulário dos Índios Umutina”* registrou que em 1943, *“viviam vinte e três índios Umutina na última aldeia existente no alto rio Paraguai, localizada no norte de Mato Grosso, Brasil, a uns cinquenta quilômetros do pequeno lugar de Barra do rio dos Bugres”* (p. 82).

O autor descreve que durante sua última estadia, esse número reduziu para quinze almas, devido a uma violenta epidemia de coqueluche e bronco-pneumonia. E acrescenta: *“Também este agora não existe mais. Alguns morreram, os restantes sobreviventes foram recolhidos para o posto “Fraternidade Indígena”, dirigido pelo ‘Serviço de Proteção aos Índios’, deixando o modo de vida na mata em troca de certa segurança”* (SCHULTZ, 1952, p. 82).

Neste lugar, conhecido como posto indígena Fraternidade, segundo o pesquisador em questão, vivia cerca de:

“setenta índios Umutina civilizados, juntamente com os indígenas Paresi e Nambiquara. A maioria destes índios Umutina desconhece a antiga cultura da tribo. Eles foram tirados da mata, órfãos, por consequências de uma trágica epidemia que reduziu a grande parte da população indígena de sul e norte de Mato Grosso, alguns anos após a pacificação do Umutina em 1913. Estes órfãos foram educados pelos funcionários daquele posto indígena” (SCHULTZ, 1952, p. 82).

Nesse sentido, constata-se nitidamente a morte física e cultural dos guerreiros Umutina que resistiram até o último suspiro de vida. Resistência à civilização, que faz indagar *“que civilização é essa?”*. A partir desse fato complexo, os sobreviventes e

resistentes Umutina passam a operar outras formas de vida que vai se moldar entre silêncio e palavras.

Schultz reafirma no que refere à área do território onde

“Os Umutina viviam antigamente na margem direita do rio Paraguai, aproximadamente entre os rios Sepotuba e Bugres, estendia-se desde aquelas região até o rio Cuiabá. Seus vizinhos teriam sido Bororo da Campanha e os Bororo Orientais, os Guató do Médio rio Paraguai e os Paresi e Nambiquara ao norte, com os últimos parecem ter tido relação hostil” (SCHULTZ, 1952, p. 82).

Os anciões Umutina contaram para o pesquisador, em suas histórias, que conheciam uma tribo chamada Habuse, de quem aprenderam seus cânticos e danças, entretanto, o autor não conseguiu averiguar este grupo. Em sua pesquisa referente ao conjunto de palavra Umutina, encontrou algumas semelhanças, e idênticas, do grupo étnico Bororo, porém, seus costumes divergem totalmente.

Os Umutina são indígenas da mata e mantinha uma relação com a floresta, entre os arvoredos e sempre próximo de rios, agricultores,

“cultivavam principalmente o milho, a mandioca, cara, feijão-fava e miúdo, banana, melancias, pimenta, algodão, urucu e alguns outros” [...] caçadores, à caça em seu território na época foi muito prejudicada pela entrada de caçadores profissionais neobrasileiros, que matavam os animais para aproveitar somente os couros, [...] e pescadores, [...] A pesca continua ser de grande importância, desconheciam o preparo de armadilha, barragens ou redes grande. Para a pesca de rio utilizavam o arco e a flecha, em cujo manejo são mestre. Nos numerosos lagos piscoso pescam com o cipó timbó de seiva saponífera. [...] A base da alimentação principal consistia em milho, que transformavam em pães, beijus, mingaus, milho assado ou cozido e chicha não fermentada. Na mata coletavam frutos, tubérculos, cogumelos e mel de abelhas silvestre” (SCHULTZ, 1952, p. 83).

Segundo o autor, eles não sabiam fabricar canoa e navegar, atravessavam o rio pouco fundo a pé. A aldeia dos Umutina na época em que Schultz fez a sua expedição era assim, da seguinte forma de três a cinco xipá (casa), estavam localizadas nas matas, em lugar alto e seco e próximo de água limpa e fresca.

No que refere aos adornos e vestimentas entre os homens e mulheres o autor constatou-se que

“As mulheres Umutina usavam o cabelo cortado rente, cobrindo suas nádegas com uma saia tubular de tecido de algodão, fiado manualmente e fabricado em tear vertical muito primitivo. Os adornos principais que as mulheres usavam são colares de dentes de macaco e conchas fluviais e de cabelo humano. Os homens tem o cabelo comprido, que prendem em nó no alto da cabeça enrolando com uma faixa de algodão,

ligeiramente parecida com um turbante pequeno, usavam e preferiam os colares de dente de onças. Os mais novos perfuravam o lábio inferior, introduzindo um objeto proveniente do caule de uma pequena museacea, conhecido como tembetá. Este enfeite era renovado com breve intervalo, pois, se decompõe. Homens e mulheres são perfurados os lóbulos das orelhas, logo após o nascimento, dos quais prendem volumosos feixes de enfeites de penas coloridas de aves, suspenso por anéis de coco de tucum. Na parte superior dos braços usavam colados o distintivo tribal de penas do peito de mutum, cujas hastes são afixadas numa camada de resina” (SCHULTZ, 1952, p. 83).

As mulheres Umutina deixavam os cabelos crescerem para que os homens os cortassem. Com os cabelos das mulheres, confeccionavam os colares para o uso masculino. As mulheres e crianças andavam muito ornamentadas. Tanto as mulheres quanto as meninas jovens tinham o corpo despido somente da cintura para cima, coberto por muitos colares de dentes de animais e grandes brincos de pena coloridas.

Segundo o autor, entre os indígenas Umutina não consumiam bebidas com fermentação e desconheciam o fumo, sejam para fumar ou como rapé, detestava os seus usos, não constatou outros narcóticos entre eles.

Schultz (1952) ressalta que

“Os Umutina viviam em grupos nucleares em três casas comuns. Os moradores femininos de cada casa são parentes consanguíneos. Quando os homens se casam passam a morar na casa de sua esposa. Na maior casa havia quatro gerações reunidas no mesmo teto. Casa e roçado são de propriedade da mulher. Em caso de viuvez, contraindo novas núpcias, o índio deixa a casa de sua esposa falecida, os filhos do casal permanecem com a família da índia falecida, sendo educado e mantida pela mesma” (p. 83).

Durante o período que esteve o pesquisador não observou chefes entre os indígenas Umutina. *“Afirmaram que obedeciam a um chefe somente em tempos de guerra. Normalmente os grupos de famílias pareciam, ou melhor, orientados por uma índia velha. Ao lado desta, no maior grupo familiar, havia um índio respeitado e cuja opinião era venerada”* (SCHULTZ, 1952, p. 84). Observou também que entre os grupos dos Umutina resistentes *“não havia mais médicos feiticeiros que parecem ter sido considerados maus na maioria das vezes. Quando se tornavam uma ameaça ao grupo, eram eliminados, conforme as histórias que os índios contavam a respeito”* (SCHULTZ, 1952, p. 84).

O pesquisador obteve informações no que tange:

“a medicina indígena, na qual se baseia no conhecimento de certo número de ervas medicinais, dentre essas de comprovada eficiência a casca de

quina, usado em casos febris e na cura da malária. Temem diversos espíritos que lhes transmitem doenças e evitam o consumo da carne de capivara e paca, pois, acreditavam que a sombra desses roedores lhes causa ataque e câimbras. Presenciou uma situação que amarraram os membros trêmulos de um índio com a doença de Parkinson e tentaram cura-lo com exorcismos” (SCHULTZ, 1952, p. 84).

Com relação aos mitos, Schultz (1952) registrou várias narrativas que se pode destacar:

“A figura de Haipuku, um ancestral de cujas ‘barriga das pernas rachadas’, nasceu um casal de índios Umutina e outro de índio Habusé. Assim, o mito de mini (sol) e hari (lua) são companheiros cujas aventuras narram com espírito de humor. Destacam mini como inteligente, às vezes mau, e hari como imprudente, que procura imitar as peripécias de seu companheiro sol, vindo a falecer, vitimado pela sua incapacidade. Mini recolhe a lua morta, enrolando seus despojos numa esteira de palha que coloca de lado. Depois de algum tempo passado a lua ressuscita. A esteira de palha mencionada repetidas vezes nos mitos dos índios Umutina atribuem o poder de fazer ressuscitar os mortos. Para ele trata-se da mesma esteira de palha da palmeira buriti que os índios usavam para assento, cama e mortalha. Não cedem a estranhos. Trata-se de um objeto de importância religiosa. As esteiras são confeccionadas somente da palha usada nas indumentárias das danças rituais da festa mortuária, o autor encontrou uma casa escondido na mata onde guardavam as esteiras novas” (SCHULTZ, 1952, p. 84).

Como mencionado, o autor descreveu os mitos coletadas pelo seu informante principal, o indígena Kupo que explica outros elementos que compõe a cosmovisão dos Umutina, como os surgimentos dos rios, dos peixes, de diversos animais, dos produtos da lavoura e das doenças.

Os Umutina, em tempos passados, tinham e ainda tem um modo específico de pensar e perceber o mundo e mantém uma relação entre o natural e o sobrenatural, de forma que a espiritualidade esteja entrelaçada às práticas de rituais que acreditam e age, Schultz descreve a espiritualidade da seguinte forma:

“Os Umutina acreditam na vida da alma depois da morte. A alma se incarna em animais, como preferencia aves, mas, também em mamíferos e até como a onça. Sendo assim, em suas casas vivem diversas aves, jaburus, mutuns, jacus, gaviões e arara, que conforme explicam são portadores das almas de parentes falecidos. Estas aves são enterradas com os modos cerimônias dos índios, porém, em menor escala. O índio morto é enrolado numa esteira de palha e enterrado na própria casa. Os parentes dormem encima da sepultura. Por ocasião da morte de uma criança mataram uma arara vermelha, que juntaram a sepultura. Não abandonam facilmente casas onde há sepultura. Forçados a isto, entre outros motivos

o de acompanhar seus novos roçados cada vez mais distantes, transformam tais casas em cemitérios. Mantem a cobertura de palha em boas condições e abrem uma fossa e vala ao redor para evitar que as enxurradas possam molestar os mortos. Durante algum tempo cuidam destes cemitérios, até que suas moradas se distanciam cada vez mais” (SCHULTZ, 1952, p. 85).

No período em que Schultz esteve entre os Umutina ainda realizavam o grande ritual, cerca de 1945, momento em que foi a última visita com eles, como pode-se verificar em:

*“Acontecia no começo da estação chuvosa, por ocasião do milho verde, começavam a preparar uma grande festa mortuária denominada “adoê” e que durava de cinco a seis semanas, consistindo de dezoito danças rituais”. Derrubavam um trecho de mata e preparavam um terreiro de uns 25x35 metros. Construam uma casa de palha, chamada ‘zari’, dedicado a ‘acolher os espíritos dos antepassados convidados’, preparavam as indumentárias de dança nesta casa, era proibido para as mulheres. Na proximidade oposta origina uma nova casa de morada. Outros grupos de famílias que participam da festa mudam suas casas para perto do terreiro de danças chamado ‘bododó’. Só participavam das danças rituais os índios que assistiram os funerais de um parente no último ciclo anual. Durante os festejos os protagonistas das danças representam ou incarnam um ou vários espíritos de parentes simultaneamente. Cada dança tinha um nome. As canções, as indumentárias e coreografias variam sempre. Para o preparo das indumentárias usavam a palha da palmeira ‘buriti’. Algumas danças eram oferecidas aos espíritos protetores da caça, pesca, lavoura e outros que veneravam como ancestrais. “Havia um chefe responsável pelos os rituais, que recebiam após o ritual a palha de buriti com a qual mandava preparar esteiras de palhas pelas mulheres de sua família” (SCHULTZ, 1952, p. 85).*

Os Umutina manifestavam a sua religiosidade marcada por um ritual chamado “adoê”, como mencionado acima, era conhecido como culto aos mortos e começava durante a época chuvosa e, por motivo da colheita do Humataká, estes duravam algumas semanas, entre cinco a seis semanas. Schultz, em sua pesquisa *“Vocabulário dos Índios Umutina”* descreve que o ritual consiste em dezoito danças rituais, porém, em *“Informações Etnográficas sobre os Umutina”*, descreve que o ritual constituía de dezessete danças o de duração variada e com os seguintes nomes:

1. Mixinosê, Mixinotó ou Mixino Pupuná (Velho da esteira, ou esteira velha);
2. Manixuarê, dança com flautas sagradas e caça da anta;
3. Bakuré, dança sobre as esteiras;
4. Yúri (subcerimonial do Bakuré);
5. Katamã, martim- pescador (subcerimonial do Bakuré);

6. Akakôna, dança guerreira (subcerimonial do Bakuré);
7. Hatóri, dança com máscaras grandes;
8. Atilákakáno, carregando estandartes com símbolos de peixes;
9. Húpzê, os irreverentes cágados;
10. Jekirinó, as andorinhas;
11. Lórunó, dança com máscaras de cabelo;
12. Hapuyána, dança com aros de palha;
13. Yatáribú, cerimônia com canto e estribilho;
14. Batóri, com máscara de rede de pescar sobre o rosto e flagelo de feixe de talo de buriti;
15. Arixinó, dança com símbolos, disco de palha, representando caça;
16. Yupuriká, dança com as flautas Zarínimbukwá;
17. Boiká, dança do arco. (SCHULTZ, 1962, p.258)

### **3.4. História da Educação Escolar Indígena e Educação Indígena no Mato Grosso-MT**

Cada sociedade tem sua concepção de mundo, os povos indígenas têm os seus próprios processos educativos, que ocorrem coletivamente, por meio de difusão de conhecimentos tradicionais, conforme os valores e regras sociais estabelecidas por todos os grupos étnicos.

Desde muito antes da introdução da escola, os povos indígenas vêm elaborando, ao longo de sua história, complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural<sup>3</sup>.

Nesse sentido, podemos constatar que os indígenas possuem desde o princípio os sistemas educativos próprios, que são os conhecimentos que resultam da prática e da observação, um processo que consolida na convivência do interior do seio familiar e se estende ao grupo e ao coletivo de uma comunidade. Como exemplo, um relato que me foi contado por minha tia Carminda, desde pequena a criança masculina acompanha seus pais na roça, na pescaria, na caçada, aprende a confeccionar o arco e a flecha, diversos adornos e indumentárias, as histórias, os mitos, a pintura corporal e outros, aprende e começa a se

---

<sup>3</sup> Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI, 1988, p.23.

preparar para a vida, através da convivência entre pais, avós, tios e os mais velhos. A criança feminina ficava em casa para ajudar a mãe nos afazeres domésticos como limpar a casa, preparar alimentos, aprender a confeccionar as artes plumárias e os trançados, a pintura corporal, plantar e coletar alimentos da roça e tantas outras atividades necessárias que vão preparando e moldando para a vida adulta. Como se observa nos dizeres abaixo,

*O aprendizado-ensino do indivíduo indígena dura toda a vida, pois, mesmo havendo especialistas em determinadas modalidades, os conhecimentos são compartilhados por todos. Aprende-se o que é necessário para manter a cultura, a organização social, econômica e política do povo. Enfim, todos os conhecimentos que foram transmitidos de geração a geração e que são importantes para a sobrevivência da comunidade, enquanto povo culturalmente diferenciado. Munduruku explica que “o uso dos sentidos atribui sentido às ações: a leitura das pegadas dos animais, o voo dos pássaros, os sons do vento nas árvores, o crepitar do fogo, as vozes da floresta em suas diferentes manifestações” (MUNDURUKU, 2010, p.55).*

Ainda para o escritor indígena brasileiro Daniel Munduruku (2010, p.39),

*a educação indígena é um sistema perfeito de educação, pois trabalha a formação integral do ser humano, nos seus aspectos físico, mental e espiritual, como uma teia que se liga o tempo inteiro, um fio com o outro, formando uma rede enorme. De outro modo, a educação escolar oficial traz os conhecimentos compartimentados, por meio de disciplinas, formando especialistas apenas em determinadas áreas do conhecimento<sup>4</sup>.*

Por outro lado, pode-se considerar que há dois contextos, a Educação Indígena a Educação Escolar Indígena, que é consequência de uma relação assimétrica entre os povos indígenas e a sociedade não indígena no decorrer dos tempos históricos. Num dado período do processo histórico mostra-se uma educação cuja finalidade é o genocídio físico, cultural e linguístico, que perpassa por distintos momentos, e por outro, tem-se uma reconstrução e protagonismo dos povos indígenas no contexto da política educacional.

Portanto, a educação indígena está relacionada com o aprendizado e valores do cotidiano do universo indígena, o qual aprende no âmbito familiar e no meio social, assim, toda a comunidade é responsável para que as crianças tornem-se pessoas maduras e sábias. A transmissão dos saberes está entrelaçada nas práticas dos rituais de uma festa tradicional, da dança, da pintura corporal, da caça, da pesca, no preparo da comida que são o haré, jukuputu, jukupariká e a bebida jolorokwá, nas rodas de conversas com os anciões, na

---

<sup>4</sup> COREZOMAE, Marcio Monzilar. Em sua pesquisa de dissertação sobre Mataré Pitukwá Makewá: Narrativa Mítica e (re) Significação Entre o Povo Indígena Balatiponé-Umutina. 2018. p.22



história, nos mitos, na confecção da arte plumária e dos trançados e várias outras atividades que são pertencentes, que é o modo de ser e viver.

A educação escolar indígena tem a ver com os processos de transmissão, produção dos conhecimentos indígenas e o não indígena, visa à recuperação das memórias históricas dos povos indígenas que foram excluídos e tornados invisíveis pela sociedade, reconhecimento dos povos indígenas, da diversidade cultural, a valorização das línguas, afirmação e reafirmação da identidade dos grupos étnicos.

Para Souza,

[...] o modo de apropriar-se da escola permitiria aos povos indígenas a construção de um projeto de educação intercultural a partir de si mesmos, (...) a interculturalidade vivida é maior que a resposta pedagógica, a questão multicultural (construída nos programas e currículos influenciados pela implantação da escola intercultural, bilíngue, específica e diferenciada) (SOUZA, 2010, p.16).

A autora ainda afirma que, paradoxalmente, os processos indígenas de ressignificação positiva dos processos de escolarização não anulam ou minimizam o caráter conflituoso da relação colonial que os instituiu (SOUZA, 2010, p.16).

Nesse sentido, apresento um breve relato do percurso da educação escolar indígena em Mato Grosso. *“Em 1898 os padres Salesianos se estabelecem em Mato Grosso a pedido do governador do Estado e fundam uma escola junto aos Bororós. Trata-se da iniciativa de escolarização em aldeias indígenas em Mato Grosso.*

*Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e a Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto nº 8.072) vinculado ao Ministério da Agricultura.*

*Entre os anos 1910 a 1966, a ênfase das atividades escolares centra-se na profissionalização indígena. Forma soldados, vaqueiros, agricultores, radio-telegrafistas, etc.*

*Em 1957 a Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho OIT, (acatada pelo Brasil em 1966), propõe medidas para as populações indígenas adquirirem educação em pé de igualdade com a comunidade nacional.*

*Em 1967, é a Criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O Ato Adicional n. 1 reafirma a incorporação do silvícola à comunhão nacional.*

No ano 1972 a portaria 75/72 da FUNAI assume como oficial o modelo de educação bilíngue proposto pelo Summer Institute of Linguistics – SIL. Em 1973, a Lei 6001 (Estatuto do Índio) garante a alfabetização.

Em 1988 a Constituição Federal reconhece “os direitos indígenas à organização, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos sobre as terras que ocupam”, modifica-se a matriz integracionista e se propõe a educação na língua materna e valorização cultural<sup>5</sup>.

Aconteceu em Mato Grosso entre os anos 1995/1996, contextos Contemporâneos, os seguintes eventos:

*Criação do Conselho de Educação Escolar Indígena;*

*Lei complementar 49/98 – Art.106/107 – LOPEB;*

*1º Programa de formação de professores indígenas (Projetos: Tucum, Xingu e Mebengôkre) – Realizações de políticas indigenistas no estado de Mato Grosso;*

*Em 1997, o 1º Congresso de Professores indígenas de Mato Grosso, em Tangará da Serra; 1ª Conferência Ameríndia e Congresso de Professores Indígenas do Brasil.*

*Em 1998, as primeiras publicações de livros: “Urucum, Jenipapo e Giz e Ameríndia: Tecendo os caminhos da educação escolar indígena”.*

*Em 1998/2000, criação da Comissão interinstitucional para elaborar os cursos de Licenciaturas interculturais.*

*Em 2001, inaugura a primeira Turma do Projeto de 3º Grau indígena na UNEMAT.*

*Nos anos 2006/2007/2009, realização do 1º concurso público para professores indígenas; Conferência Estadual da Educação Escolar Indígena; Criação do PROJETO PROIND na UFMT – atendimento na formação de bacharelados aos estudantes indígenas em vários cursos.*

*Em 2017, criação da FAIND – Faculdade Intercultural Indígena”<sup>6</sup>.*

*Em 2019, cria o Mestrado Profissional Ensino em contexto Intercultural Indígena, ofertada pela Unemat.*

Nesse contexto, o processo de aquisição da educação escolar teve início há muito tempo, percorrendo por vários caminhos e situações no decorrer dos anos, porém, aqui o enfoque principal da minha pesquisa é a fase do ciclo da educação escolar entre os Umutina

---

<sup>5</sup> Ver: ( SECCHI, 2002).

<sup>6</sup> ÂNGELO, Francisca Novantino Pinto de. *Educação Escolar entre os Povos Indígenas de Mato Grosso: Cinco casos, cinco estudos*. Pesquisa tese de doutorado. Fonte: SEDUC/UMENAT/2015. 2018, p.41.

desde a época do SPI, seguida pela assistência da Funai e, principalmente, a década de 1990 é o novo marco da reconstrução e uma nova perspectiva de educação que emerge entre os Umutina, no Território Indígena Umutina, na Aldeia Umutina que visa o reconhecimento, a valorização e fortalecimento cultural, que está amparado na Constituição Federal de 1988. *“A ideia de integração firmou-se na política indigenista brasileira até recentemente, persistindo em sua essência, desde o período colonial até o final dos anos 80, quando um novo marco se constrói com a promulgação da Constituição Federal de 1988”* (RCNEI, 1998, p.26). Ainda,

“A escola não é apenas o espaço de aprendizagem, mas, também de convivência com novos costumes, comportamentos, posturas, repassados de formas variadas e opressivas, marcando a posição de superioridade por parte da cultura ocidental, considerada como civilizada. Assim, como nas escolas missionárias o idioma nativo era proibido, nas escolas do SPI também era condenado o uso de línguas indígenas e outras práticas culturais. A criança era castigada quando desobedecia a regra de comportamento. Em alguns casos os prédios escolares seguiam o estilo arquitetônico dos quartéis da época. Em outros, os índios foram obrigados a modificar as suas habitações tradicionais, trocando-as por casas de alvenaria, no estilo de uma vila militar, como nos Umutina, Bororo de Meruri e Paresi em Utiariti”<sup>7</sup> (ÂNGELO, 2005, p. 46-47).

Portanto, com um novo cenário da conjuntura da política nacional, o marco legal de abertura e relação dos povos indígenas e a sociedade nacional, há uma ruptura com *“uma tradição de quase cinco séculos de política integracionista, ela reconhece aos índios o direito à prática de suas formas culturais próprias. O Título VIII Da Ordem Social contém um capítulo denominado ‘Dos índios’, onde se diz que ‘são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições’”* (RCNEI, 1988, p.31).

O artigo 205 determina que: *“A educação, direitos de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”* (Projeto Político Pedagógico, 2012, p.5).

Neste viés, o artigo 210 da Constituição Federal de 1988 também diz que:

O Artigo 210 assegura às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngue em suas escolas.

---

<sup>7</sup> ÂNGELO, Francisca Navantino Pinto de. Pesquisa de Dissertação sobre *O processo de inclusão das escolas indígena no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena*. 2005. p. 46-47.

O Artigo 215 define como dever do Estado a proteção das manifestações culturais indígenas. A escola constitui, assim, instrumento de valorização dos saberes e processos próprios de produção e recriação de cultura, que devem ser a base para o conhecimento dos valores” (RCNEI,1988, p.32).

Os artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB de 1996, tratam especificamente da educação escolar indígena, em seu Título VIII – Das Disposições Gerais, Artigo. 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

- I- Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a afirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;
- II- Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias (LDB, 1996, p.38).

O artigo 79 da LDB determina que a União apoiará financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programa integrado de ensino e pesquisa, incluídos nos Planos Nacionais de Educação e os quais terão os seguintes objetivos:

- I- Fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;
- II- Manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;
- III- Desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;
- IV- Elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (LDB, 1996, p.38).

No âmbito internacional, a Convenção 169 de 1989,

“chamada “Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes”, que assegura o direito dos povos indígena na sua autonomia e processos de organização. O ponto fundamental desta Convenção é reconhecer que cabe aos povos indígenas decidir quais são suas prioridades em matéria de desenvolvimento e que eles têm o direito de participar dos planos e programas governamentais que os afetem” (RCNEI,1988, p.35).

Os incisos I e II do artigo 243 da Constituição do Estado de Mato Grosso assim determina: As unidades escolares criadas pelas comunidades indígenas serão reconhecidas pelo poder Público;

- A política de ensino no Estado será fixada pelas próprias comunidades, cabendo ao Poder Público sua garantia e implementação.

O artigo 106, incisos I e II da Lei Complementar Nº 49 (Estado de Mato Grosso) afirma, a Educação Indígena tem como objetivos:

- I- Proporcionar aos índios, sua comunidade e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a afirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências.
- II- Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais indígenas e não indígenas.

Quando se trata de povos indígenas, é preciso considerar o direito à diversidade cultural que se coloca como exigência uma educação diferenciada e intercultural, conforme determina o artigo da Resolução 201/04 CEE/MT, “A Educação Escolar Indígena constitui-se em uma modalidade de educação regular, com características específicas, diferenciadas com as normas e ordenamentos jurídicos próprios. Voltada a plena valorização cultural e afirmação e linguística das sociedades indígenas” (PPP, 2012, p.6).

Ainda, salienta que.

“A partir da década de 1990, criou-se um novo cenário que encaminhou as escolas indígenas de Mato Grosso a novos desafios. As comunidades e lideranças indígenas passaram a reivindicar escolas com professores indígenas. Rejeitaram o papel alienador e de dominação da escola tradicional e propuseram uma perspectiva de transformação dessa instituição em instrumento de defesa e de preparo para enfrentar os desafios da convivência com a sociedade ocidental. Os povos indígenas começaram a redefinir o papel da escola, o seu espaço social na aldeia” (ÂNGELO, 2005, p. 49).

Contudo, com esses aparatos legais conquistados com muita resiliência dos povos indígenas, foram possíveis esses novos autores vislumbrar e organizar uma educação escolar que abrange as necessidades e expectativas no que refere à valorização e fortalecimentos das práticas culturais e a reafirmação da identidade étnica das respectivas comunidades indígenas.

Nessa perspectiva indígena, constata-se que:

“A escola indígena é um espaço de interlocução entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os conhecimentos científicos da sociedade envolvente. Portanto, investe-se em uma escola e uma educação multicultural, plurilíngue e multiétnica alicerçada na medicina, arte, história, geografia, economia, política, religião e maneiras de pensar dos próprios povos indígenas. Por isso, sendo específica, é conduzida e gerenciada pelos próprios índios, de acordo com os seus projetos de futuro” (COREZOMAE, 2018, p. 25).

Assim sendo, nessa conjuntura atual,

“as escolas indígenas de Mato Grosso têm com principais protagonistas os seus professores e respectivas comunidades. Trata-se de um novo perfil de escola indígena em processo de consolidação e que, portanto, precisa ser acompanhada pelo poder público e pelas instituições de apoio, sejam elas de âmbito interno ou externo. Essa convergência de esforços dos professores, das comunidades indígenas, do poder público e das instituições de apoio (Universidades, ONGs, etc) aponta para a possibilidade de um novo passo no fortalecimento das escolas indígenas. Uma escola em que todos possam ser os “autores principais”, os protagonistas do seu processo de formação”<sup>8</sup> (OCEEI, 2013, p.15).

Nessa perspectiva, entre os Umutina, a escola é um espaço de referência nas relações interculturais, percebem que neste espaço oportuniza a produção da cultura e o intercâmbio de conhecimentos entre os diferentes saberes.

A ressignificação da escola pelo povo é recente e se apoia na garantia dos dispositivos legais da Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Para os Umutina, o espaço da educação escolar é importante, embora se tenha claro que a escola tem aspectos positivos: a escola respeitosa, libertadora e promotora da autonomia indígena e negativos: a escola etnocêntrica, integracionista e promotora de dependências.

No caso Umutina, colocada a serviço da diversidade cultural e protagonizada pelos próprios indígenas, a escola se torna um espaço fundamental de interação e revitalização de tudo que ficou adormecido no passado com relação às práticas culturais e sociais particulares dos Umutina.

E os professores, a comunidade Umutina o que pensam sobre a escola no território?

A professora Amajunepá fez o seguinte relato no dia 29 de março de 2018:

“a escola na aldeia foi muito bom e importante, foi uma conquista muito grande para o povo Umutina, principalmente para nós que estudava na cidade, a dificuldade era grande, a escola na aldeia ficou melhor, está na porta de casa, hoje o jovem não encontra tanta dificuldade pra estudar”.

Prosseguindo os relatos dos indígenas professores, a professora Boroponepa faz a seguinte ponderação, no dia 28 de março de 2018:

“A escola aqui dentro do nosso território tem pra mim, e acredito para todos que enfrentaram a dificuldade de ter que sair da aldeia passar dificuldade na cidade, enfrentar vários obstáculos. Hoje é uma conquista, muito grande, principalmente, pelo fato de hoje você vê as nossas crianças tendo a oportunidade de estudar aqui. Eu tenho 2 filhos, um de 16 anos e um de 10 anos, assim, fico imaginando se não tivesse a escola aqui dentro, apesar de ter acontecido algumas mudanças de melhoria,

---

<sup>8</sup> Orientações Curriculares Educação Escolar Indígena – Secretaria de Estado de Educação-Seduc. 2013, p. 15

mais, o nosso caminho continua sendo o mesmo na época da cheia continua sendo o mesmo jeito, o rio enche, então, eu acredito que as mesmas dificuldades eles estariam enfrentando pra ir e vir, não somente da escola mais de outras coisas que acontece na cidade.

Hoje ter a escola na aldeia é muito importante pra nós, pelo fato de nós somos ricos, nós temos o saberes indígenas, trabalhamos a disciplina de práticas agroecológicas que é ensinado os nossos alunos a mexer com a terra, as práticas culturas para ensinar os nossos alunos a desenvolver várias coisas aqui na nossa aldeia, a língua materna, é considerado uma língua morta, mas, no meu ponto de ver a gente continua lutando, talvez não vá voltar o que os nossos antepassados tiveram. Podemos não falar fluentemente nossa língua, mas, temos que conhecer e contar a nossa história do povo Umutina, as pessoas olham com discriminalização, porque não conhecem.

Eu não aprendi muita coisa por ter estudado fora, depois, retornei e estudei durante 2 anos, neste período aprendi algumas coisas, no decorrer do tempo venho aprendendo cada vez. Hoje ver os nossos alunos escrevendo uma frase na língua Umutina, saber escrever os nomes dos animais, dos pássaros várias coisas agente fica muito feliz. Vê-os tendo essa oportunidade de aprender sobre a nossa cultura, então, só não vai aprender aquele que não tiver interesse, embora, observa-se em alguns o desinteresse, não são de todos.

A escola fortaleceu muito a questão da nossa cultura em relação à dança, a pintura, as histórias, conhecer o próprio lugar onde mora. Os alunos que saíram da escola Jula Pará e estão na Universidade vão saber contar história do seu povo.

Quando saio pra fazer palestra, apresentar trabalho, eu conto essa história acham que o povo umutina não fala língua porque não querem, teve um processo histórico que fez com que não falamos fluentemente a nossa língua. Os alunos tem que saber dessas histórias como aconteceu no passado e defender futuramente quando terminarem o ensino médio e sair para cidade e cursar uma faculdade” (Roda de conversa, 28/03/2018).

A indígena, professora Tan Huare, nessa mesma percepção continuou relatando:

“Tudo na comunidade desde o início gira em torno da escola, porque trabalham juntos. A escola busca a comunidade pra dentro dela, e não a escola vai para a comunidade, a meu ver sempre teve uma relação boa com a comunidade.

Observa que não a muita reclamação da escola, dos professores não estar trabalhando bem, dos alunos, vê que tem pontos positivos, mais positivos do que negativos, porque talvez se fosse uma escola ruim ou não tivesse boa a pessoa da comunidade iria falar, porém, não ouve fala dos pontos negativos.

Os professores tem ajudado a comunidade em algumas dificuldades, nos conhecimentos, em determinado assunto, nas reuniões, projetos relação à saúde, os professores estão pra auxiliar, orientar as pessoas da comunidade. A escola é a referência da comunidade, eu penso que a escola é muito boa aqui pra comunidade” (Roda de conversa, 04/04/2018).

O indígena, professor Kupodonepá, em seu relatou assim expressou:

“Na escola trabalha esses dois meios o ocidental e a nossa vivência, a nossa cultura, a nossa aprendizagem, então, percebe-se que mudou o ensino e mudou pra melhor, acredito que era isso que a comunidade esperava. Hoje continua nesse caminho fortalecendo essa metodologia buscando e inovando para dar todo suporte aos nossos estudantes, pra que possam conhecer o nosso passado e os processos que os antepassados viveram. Acredito que está dando certo, o caminho percorrido está tendo resultados positivos, sempre com os pés no chão, pra isso temos que estudar e pesquisar. Sabemos que precisa melhorar, mas estamos no caminho certo” (Roda de conversa, 27/03/2018).

Esses relatos, dos professores da Escola de Educação Indígena Jula Pará, apresentam-se diferentes missões para a escola indígena, que se pode ressaltar a valorização e o fortalecimento da cultura, a reconquista e a reconstrução das práticas linguísticas e culturais adormecidas por motivo do contato e a preparação para o convívio com a realidade interna e externa a aldeia, passa ser reconhecida como um lugar que preza o convívio de diferentes saberes, na qual se expande a língua, a música, a pintura corporal, a dança, presença dos anciões, medicina tradicional e outros.

“No entanto, todas sugerem um movimento no sentido de apropriar-se de novos conhecimentos e de reinterpretá-los e incorporá-los, ora individual, ora coletivamente, no cotidiano social, econômico, político e cultural das aldeias. A escola desejada é dotada das condições financeira, estruturais e pessoais necessárias para fomentar adequadamente o processo pedagógico de todos os indígenas e de suas comunidades. Assim, concebida a instituição escolar torna-se um instrumento de conquista de autonomia e de afirmação dos povos indígenas”<sup>9</sup> (OCEEI, 2013, p.19).

Ressalto que os diferentes povos indígenas expressam concepções diferentes no que refere à instituição escolar, segundo a especificidade da realidade de cada comunidade. Portanto, essa é uma experiência específica que os professores da aldeia Umutina vem trabalhando a partir da concepção do povo Umutina, reconstruindo os saberes tradicionais da ancestralidade que visa à valorização e o fortalecimento.

Nesse sentido vale ressaltar o pensamento do indígena Munduruku, o qual explica:

*[...] sobre a educação indígena é muito concreta, mas é ao mesmo tempo mágica. Ela se realiza em distintos espaços sociais que nos lembram de sempre que não pode haver distinção entre o concreto dos afazeres*

---

<sup>9</sup> *Orientações Curriculares da Educação Escolar Indígena* – Secretaria de Estado de Educação-Seduc. 2013, p. 19.



*e aprendizados e a mágica da própria existência que se “concretiza” pelos sonhos e pela busca da harmonia cotidiana<sup>10</sup>.*

### **3.5. A oralidade da educação indígena Umutina – Aprender Conhecimento**

Vou contar uma narrativa que me interessa muito com relação à questão da “Educação Indígena no Contexto Umutina”, a partir do meu olhar, dos meus conhecimentos, da vivência e a convivência com a minha comunidade e também pelos relatos dos meus pais, das minhas irmãs, dos parentes que me contaram.

Desde o princípio, a forma de educar, transmitir o conhecimento do povo Umutina sempre foi a partir da convivência, onde os filhos obtêm os conhecimentos, os saberes, através da convivência em famílias, entre pai, mãe, avó, avô, os irmãos, irmãs, tios, tias e principalmente em coletivo, através de exemplo e de observação.

Ressalto que a aprendizagem se dá através da convivência, a criança aprender a trabalhar, a praticar os conhecimentos acompanhando seus pais, o menino em determinado afazeres como na roça, na pescaria e na caça, já a menina nos afazeres que está relacionado à questão doméstica. A presença dos mais velhos, dos pais, dos avós é imprescindível neste processo, principalmente no contexto coletivo.

Desde pequena a criança aprende os saberes estando no meio social coletivo, ao participar da dança, ao ver o pai preparando a tinta para pintar o corpo e fazendo a pintura corporal, ao confeccionar os trançados, o arco e a flecha, manusear e a realizar diversas artes do povo. A criança ao ver seus pais ou pessoas mais velhas, ela vai ter habilidade diante determinado artesanato que está sendo desenvolvido seja o trançado, o arco, a flecha, o pilão, é nesse meio que a criança vai aprender e a valorizar.

Os meus pais diziam que a criança, o jovem aprendem esse conhecimento e eu vivenciei essa aprendizagem que me foi repassado do coletivo através do exemplo e principalmente na oralidade.

Lembro-me que o meu pai dizia que os pais dele contavam como que antigamente eles viviam de uma forma muito harmoniosa, praticavam a sua cultura, a criança estava sendo preparada para aprender as práticas culturais. Ele ia junto com o pai dele para a roça,

---

<sup>10</sup>MUNDURUKU, Daniel. Educação Indígena: Do Corpo, Da Mente e do Espírito. *Revista Múltiplas Leituras*, v.2, n. 1, p. 21-29, jan. / jun. 2009.

na caçada e na pesca. Esse conhecimento sempre foi repassado dos avós para seus netos, dos pais para seus filhos e assim por diante. Desde a infância, os pais ensinavam e ensinam seus filhos a arte do saber da vida, do cotidiano e na convivência. No âmbito da escola do wase, segundo o meu pai ressaltou, que neste período que estudou, era um estudo (ensino) muito rígido, porém, aprendia bastante, ele aprendeu muita coisa, estudou até a 4º série, que se chamava primário.

A família tem como missão de passar esse saber para seus filhos para que possa estar aprendendo e cultivando na convivência do dia a dia.

A minha tia Carminda me relatou como era essa relação entre pais e filhos, eram muito rígidos, os seus filhos acompanhavam para que pudessem estar aprendendo. O pai ensinava o filho e a mãe ensinava a filha no afazer doméstico. Na época da colheita, na roça, todos iam juntos, homens, mulheres e crianças para fazer a colheita.

Ela continuava contando que aquela época eles eram muito felizes, porque não tinha energia. Eles brincavam no período de lua cheia, ficava a noite brincando de roda, sentavam com os mais velhos ao redor da fogueira, os velhos contavam a histórias, os mitos e como viviam. Era a maior algazarra e alegria, os meninos e meninas estavam constantemente juntos se interagindo tanto na brincadeira como nos afazeres.

A forma de aprendizagem do conhecimento do povo Umutina, é uma aprendizagem que envolve todo um ritual, uma preparação para que aquela criança possa estar no meio, possa estar aprendendo junto com os mais velhos, na observação, que ela possa estar cultivando isso na medida do seu crescimento, seja na fase da adolescência, na juventude e adulto. Assim, os meus avós passaram o conhecimento para os meus pais, os meus pais nos passaram na convivência e pela a oralidade.

Reporto-me a um relato que me foi contado pela minha tia Carminda, sobre a primeira infância e a transmissão de aprendizagem numa determinada época, e como ela vê esse processo agora no presente.

Então ela disse:

“Nós brincava quando tinha a lua, brincava de roubar bandeira, de roda, ficava cantando altas horas à noite, os pais sentava na frente da casa e contava histórias, as brincadeiras eram no dia de lua cheia, ficava claro, a lua era nossa energia de antigamente. O divertimento era a festa, o pai e a mãe levavam as meninas nas festas, quando queria vir embora trazia todos juntos. A festa era somente na lamparina, vela, fazia fogueira, era bem animado. Era no violão, sanfona, pandeiro, bombo, gaze era o instrumento de festa que dançavam, os guris tocava esse instrumentos”(Carminda Monzilar, 06/11/2015).

Ela continuava contando que a família trabalhava na roça e desde pequenas as crianças acompanhavam os seus pais na roça. Durante a semana, após saírem da escola iam para a roça e iam pescar. Tinha só o final de semana para se divertir. Os meninos iam para a roça carpir e plantar. As meninas ficavam em casa para ajudar a mãe nos afazeres de casa. Quando era época da colheita, todos iam ajudar tanto menino e menina.

Nesse contexto, para os Umutina, o trabalho que as crianças acompanhavam os pais fazem parte do aprendizado, algo positivo na construção do saber, do conhecimento da vida para a vida. Eles aprendiam todo o manejo de lidar com a roça, a escolha do lugar, a roçada, o plantio e a colheita.

As crianças respeitavam os pais, quando mandavam fazer algo, tinha que ser feito, se não fizessem, eram punidos com castigos, muito rígidos. As crianças com doze anos já sabiam trabalhar, seguiam a regra que os pais davam.

Ainda, conforme a minha tia Carmina (06/11/2015), a criação da criança era bem diferente. Não havia tecnologia como hoje, houve mudança no comportamento das meninas e dos meninos, antes as crianças faziam leituras e, ainda que permaneçam os valores familiares de respeito e obediência, alguns jovens se rebelam com os pais.

Para minha tia isso acontece devido à televisão e o celular, que influencia esse comportamento. Ela percebeu essa mudança de comportamento quando esteve na escola durante a semana cultural, foi feita uma oficina para ensinar os estudantes adolescentes a confeccionar o cesto. Notou-se o pouco interesse de alguns, que só ficavam no celular, e ficou muito amuada diante do comportamento desses adolescentes. Houve, por outro lado, os que ficaram atentos e aprenderam, ensinou o cesto quadrado e redondo feito de buriti.

Para o senhor Adilson, (28/01/2015), hoje a situação é muito complexa com a chegada da tecnologia à aldeia, principalmente o meio de comunicação, o celular, tem observado que os jovens ficam encantados e deixando muitas vezes de conversar com os mais velhos. Esse instrumento comunicativo tem duas questões para refletir, tem a sua vantagem, que é positiva, e por outro lado, tem prejudicado, é negativo, porém, a juventude gosta.

A ameaça a essa concepção de educação de se aprender a conhecer, começa a partir do contato com os wase (branco) cuja proposta era assimilar os indígenas aos modos, hábitos e regime da sociedade envolvente, principalmente a ler e a escrever, ou seja, uma educação avassaladora.

### 3.6. História da Escola Otaviano Calmon no Território Indígena Umutina

A história da escola e da educação escolar na aldeia Umutina passa por vários ciclos em diferentes épocas e contexto que está interligando num processo de conflitos, lutas, resistências e o bem viver. Para princípio de abordagem, é pertinente refletir e contextualizar as seguintes questões, quais tais, porque, quando e como surgiu a escola do wase (homem branco) no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina.

A escola do “baripo wace” (homem branco) foi construída pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na aldeia Umutina, e inaugurada em 26 de maio de 1943. Até hoje está registrado no azulejo da escola, a construção do prédio da escola foi com material de alvenaria fabricados na própria aldeia e foram feitas com mão de obra indígena, os mesmos aprenderam com o não indígena, chefiado pelos funcionários antigos que trabalhavam no SPI.

Portanto, está funcionando há 75 anos, na época, a política do governo era uma educação que baseava em “*integrar os índios*” a comunhão nacional, essa era a finalidade do processo escolar, assim, como formar mão de obra para atuar nas frentes de trabalho do referido órgão e para aprender tudo ou quase tudo, principalmente à língua portuguesa era o que interessava para os funcionários do antigo SPI, uma maneira de dialogar com os Umutina.

Todos sabem que era um processo que resultava no extermínio físico e cultural dos indígenas, sem falar da perda da liberdade que os mesmos tinham, começava a imposição dos não indígena e do governo, esse era o objetivo . A educação escolar era feita por religiosos e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio, tanto os religiosos quanto os funcionários não tinham graduação e nem conheciam nada sobre os indígenas.

O primeiro professor foi o senhor Antônio de Nascimento e o Otaviano Calmon, este era o chefe do Posto na época do SPI, por isso que a escola recebeu esse nome em homenagem a esse chefe que estava na aldeia.

A escola surgiu da necessidade da comunicação entre os Umutina, com os funcionários do SPI, com a sociedade dos wase e os outros indígenas que aqui chegaram, para isso tinham que aprender a ler e a escrever tudo em português, além disso, a escola serviu para evangelização dos indígenas, essa era a finalidade dessa escola.

Esse contexto contribuiu para que os saberes Umutina mantivessem “*adormecidos*” por um determinado tempo, sendo assim, os Umutina passaram a viver com a imposição desta sociedade deixando de lado sua cultura, não porque eles quisessem, mas, porque foram obrigados. Não existiam forças para manter os saberes, pois, além das doenças, veio à repreensão por parte dos chefes de Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Estes não permitiam a falar a língua, a praticar os rituais, introduziram as vestimentas e proibiram o modo tradicional, deixando de viver as suas culturas, suas vidas, para viver outra cultura imposta, tinham que obedecer, caso contrário eram castigado e até torturado pelo funcionário do SPI.

Neste período, a escola ofertava a primeira até a quarta série do ensino fundamental, o chamado “Primário”, em regime multiseriado. Antes era o professor não indígena que trabalhava com os indígenas, ou pessoa sem nenhuma formação, vinha da cidade para lecionar para os alunos, ensinava a ler e a escrever. O funcionamento da escola era muito instável, devido os professores não permanecer e não acostumavam ao ritmo da aldeia, então, as aulas duravam entre dois a três meses por ano, trazendo muita dificuldade, devido a esse motivo os indígenas que estudavam não terminavam a série iniciada, e quando chegava outro professor o estudante tinha que começar tudo de novo.

A política da educação ofertada da época visava a “*integração dos índios a comunidade nacional*”, como já mencionado acima, uma educação que versa a adaptar a outra cultura dos wase e retirando aspectos milenares dos Umutina, portanto, eram reprimidos severamente ao falar a língua, ao praticar os rituais e os costumes, eram ensinados apenas conteúdo fora da realidade indígena, português, matemática e outras disciplinas.

Tan Huare (2006), em sua pesquisa, obteve-se relato do senhor Adão Ribeiro Taxi, filho do funcionário que esteve à frente do Serviço de Proteção ao Índio o Epifânio Ribeiro Taxi que a primeira escola foi construída em 1943, e o primeiro professor foi o Antônio de Nascimento que dava aula para os indígenas e para filhos do chefe do posto o não indígena. O indígena Antônio Apodonepá foi um estudante da época que vivenciou esse processo a princípio destaca-se em seu relato:

“Aquele professor era bom. Ele queria ensinar nós para aprender jogar bola, pediu para um carpinteiro fazer a bola. O chefe do posto o Calmon foi tão rígido dizendo para não fazer, que isso não vai trazer o que comer para a casa, e sim, primeiro ensinar a trabalhar com a foice e roçar. Todos

trabalhavam, até as meninas carpavam. Foi assim, que todos nós aprendemos a trabalhar” (TAN HUARE, 2006).

Durante esse período na escola trabalharam vários professores antigos não indígenas, ao conversar com algumas pessoas da comunidade recordam desses nomes entre eles são: Abgail, Antonia, Olinda Borobó Taques, Violeta, Mirtes, Ivan Gadelha, Neuzinha, Lucy, Enedina, e posteriormente o Benedito, Iraci, Marilsa e Fatima. Diante de alguns relatos dos indígenas que vivenciaram esses distintos contextos, mais adiante terão relatos dando destaque a três professores não indígena falando das suas concepções e sua forma de trabalho, a Olinda, o Benedito e a Iraci.

Para Tan Huare (2006), constata-se que não havia respeito à educação própria dos indígenas que ali viviam, foi a partir da escola que começa a repreensão. O Otaviano Calmon era o chefe do posto, o qual era conhecido como “encarregado”, a sua administração foi marcada, devido ser um homem severo e rígido, ele quem mandava na escola e nos professores. Proibiu os indígenas que ali conviviam, os Paresi, Nambikwara e Umutina para não falar a língua materna. Ele dizia com imposição *“vocês não pode falar na língua, vocês tem que aprender a nossa, e não nós aprender as suas”*. Quando percebia os indígenas falando cada um em sua língua, eram punidos duramente. A punição era fazer os indígenas trabalharem o dobro, além, daqueles cumpridos e davam sova.

Segundo as pessoas mais velhas me disseram, a educação que ensinava na escola era uma aprendizagem muito radical. O ensinamento era tanto para o menino e menina num mesmo espaço, a cadeira e mesa era feito de madeira onde sentava duas ou três pessoas tudo em fila, o professor era o detentor da verdade, os estudantes não podia olhar de lado, só à frente, para o professor e só ele ou ela que falava, ao estudante cabia só à obediência, caso contrário era castigado.

Nesse período, as minhas irmãs vivenciaram esse processo da “palmatória”. Os alunos tinham que decorar fazer e memorizar as operações (conta), a tabuada, caso não soubesse responder era castigado com a “palmatória”, se ficava com dó do colega e batia de vagar o professor fazia devolver com outra palmatória e este teria que ser, mas forte, caso contrário batia de novo. Meu pai todos os dias tomava tabuada de multiplicação das minhas irmãs, das quatro horas da madrugada até às cinco da manhã, porque isso ia se cobrado na escola e ele não queria que elas tomassem palmatória dos colegas.

Então, os alunos indígenas tinham que memorizar aprender e aprender, por que se eles não soubessem a tabuada ou responder determinadas questões, passava por esse

castigo à “palmatória” ou ficava de joelho na frente dos outros alunos, com os joelhos na pedra ou milho. Lembro-me que a minha irmã mais velha contava que elas tinham que acordar de madrugada para estudar, o meu pai tomava as lições, a tabuada delas, além de estudar, elas ajudava em casa com a limpeza, cuidar e dar comida pra as criações, socar arroz, pegar água para beber do rio e depois ir para a aula.

Ela continuou contando que a escola era para ensinar a aprender a ler e escrever, essa época o estudo era muito rígido, os alunos aprendiam na opressão por medo dos professores e também pelos pais, como no caso das minhas irmãs, ela conta que meu pai cobrava muito delas porque ele queria que elas estudassem, fizessem uma faculdade, porque isso era a vontade dele, tanto ele quanto a nossa mãe não tiveram oportunidade na época que era jovem.

Essa escola imposta pela sociedade foi frequentada pelas minhas irmãs, os meus primos, os jovens dessa geração. Eles e elas vivenciaram e passaram por essa educação que visava uma aprendizagem forçada baseada em castigo de “palmatoria”.

Há uma passagem interessante e que me faz refletir, trata-se da fala do meu pai que disse: *“que nesse período, no período quando estudei, estudei até 4º série, que na época dizia ginásio, era um estudo bem rígido na qual aprendia bastante, fazia e aprendi diferente de hoje, fiz o primário aprendi muita coisa, mais forte que o ensino de hoje, que são ensinados na escola”*.

Penso que a educação de assimilação para que os indígenas aprendessem a ler e escrever e a viver como os wase, numa escola muito radical, que visava aprendizagem através da pressão. As pessoas que passaram por isso, contam como que foi essa repreensão para aprender, ressaltam que caso não aprendesse sofreria a repressão tipo a “palmatória”, ajoelhar nas pedras ou milho.

Neste contexto, observa-se que o relacionamento dos professores e dos estudantes estava centralizado através do autoritarismo, onde quem mandava na sala de aula era o professor, e este subordinado às regras do chefe do posto. Esse período, marcado por tempestades, conflitos, repreensão, mas, havia uma grande sabedoria dos indígenas que emergiram a resistência de luta. No entanto, neste período, não havia diálogo com os Umutina com relação à cultura. A cultura, por um determinado período, esteve “adormecida”, mas, expirada não.

O chefe do Posto e os funcionários do SPI comandavam tudo com “*mão de ferro*”, a ordem deveria ser mantida a qualquer preço, essa realidade manteve até por volta da década de 80.

Com a extinção do Serviço e Proteção ao Índio a escola da aldeia passou a ser mantida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), passa a seguir o sistema das escolas urbanas e seguindo a política do referido órgão. Somente a partir de 1982, a escola começou a funcionar normalmente com os seguintes professores: Benedito, Iraci, Marilsa e Fátima.

Além deste citado acima, Huare (2010) em sua pesquisa aponta mais um nome de um professor não indígena da época, a partir de 1982, o Paula Jacinto, e acrescenta a Iraci, estes eram contratados pela Funai.

A escola sempre funcionou em regime multiseriado. A princípio, a escola Otaviano Calmon não era reconhecida. Conforme o Projeto Política Pedagógica, primeira versão (2000), foi a partir de 1986 que começaram os processos e as negociações para fazer o trâmite burocrático do reconhecimento da escola na aldeia. Esse fato ocorreu devido às necessidades encontradas com as documentações dos estudantes, principalmente, os que iriam estudar a 5ª série na cidade. E, no ano seguinte, foi reconhecida em 1987 pelo município de Barra do Bugres, Mato Grosso, a escola “Otaviano Calmon”.

Já no Projeto Político Pedagógico, versão de 2002 e Huare (2010), constata-se que a referida escola Municipal “Otaviano Calmon” da aldeia Umutina foi criada e reconhecida pela lei Municipal Nº 651/83, em 20 de setembro de 1983, pelo município de Barra do Bugres.

Posteriormente, houve a chegada da professora Iraci (não indígena) que começou o diálogo com o ancião Jula Paré, para ensinar a dançar e a contar a história do povo Umutina. De acordo com o relato da minha irmã, antes da chegada da professora Iraci (não indígena) tinha um professor chamado Benedito (não indígena), com a sua saída, a professora Iraci (não indígena) chega à aldeia entre os anos 87 a 90, no entanto, antes não tinha nada de festa cultural do povo Umutina, então, ela começou a trazer os mais velhos para a escola para ensinar a cultura. Dentre esses, chegou a levar a nossa avó Kazacaru (anciã Umutina) para ensinar as crianças e posteriormente foi o senhor Jula Paré (ancião Umutina).

Essa professora não indígena ficou um período na aldeia e depois foi embora, a mesma deu início a abordar e falar da cultura Umutina, chamando e levando para a sala de aula essa duas pessoas fundamentais na cultura. Naquele momento a cultura estava como se fosse uma semente preste a germinar, só precisava de água para nascer novamente, a



demanda dos estudantes só ia aumentando, e essa professora não estava dando conta de dar aula, precisava de outro profissional. A partir desse momento começa a entrar o próprio indígena para lecionar, o Filadelfo foi o primeiro indígena a atuar e trabalhar na aldeia e conseqüentemente expandiu essa discussão referente à cultura com a comunidade ganhando, mas força e trazendo os pais para a escola dando início a outra linha de concepção desafiadora junto à comunidade.

Vale registrar conforme conversa com algumas pessoas da aldeia, as quais falaram de alguns nomes de indígenas que atuaram como professores dando aulas para os adultos, durante um período, não foi possível obter dados exatos, mas, achei pertinente registrar essa informação nesse processo de escolarização, dentre estes podemos citar os seguintes nomes o Adailton Kupodonepá, Ivanildes Baconepá, Jurandir Calomezoré e o Francisco de Oliveira Neto. Estes eram indígenas residentes na aldeia Umutina, que direta ou indiretamente fizeram parte desse processo do ensino aprendizagem da aldeia Umutina.

O ano 1988, o indígena Filadelfo de Oliveira Neto, desta comunidade começou atuar como professor em sala de aula nesta escola da aldeia. Primeiro iniciou como auxiliar da professora Iraci, que estava durante esse período trabalhando com os alunos do pré-escolar e conseqüentemente assumiu como professor no referido ano com aumento de demanda como já mencionei acima.

Com o aumento de número de estudantes, a Maria Alice de Souza Cupudunepá, foi procurada pelo chefe do posto da época e pelo secretário municipal de educação por três vezes, no início não aceitou (...), mas em outro momento, devido os alunos só aumentava e novamente fui procurada pelo secretário de educação que desta vez fez reunião com a comunidade e pediu perante a mesma para que ela aceitasse esse desafio (PPP 2002). Em 1989, começou atuar como professora e assumindo uma sala de aula na escola. Em 1992 aconteceu o 1º concurso público para professores do município (PPP 2002). Ambos fizeram o concurso de professores pelo município de Barra do Bugres na época, foram aprovados e em seguida foram efetivados. Neste período estava presente à senhora Terezinha Gonzaga da Rocha, funcionária contratada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) que também atuava como professora.

Diante desse contexto, começa a suscitar mudanças com o ingresso desses dois professores, Filadelfo de Oliveira Neto e Maria Alice de Souza Cupudunepá, moradores da aldeia, sendo os primeiros indígenas a lecionar na escola Otaviano Calmon. Neste período a escola passou a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e as demandas

de estudantes passaram a aumentar a cada ano (PPP 2012, p. 9). Sendo um indígena e uma não indígena, casada com um indígena Umutina, porém, moradores da aldeia Umutina.

Saíram na década de 80 os primeiros alunos indígenas da aldeia em busca de estudo de 5º a 8º série e 2º Grau, o Ensino Médio que era considerado profissionalizante (magistério, contabilidade, propedêutico e administração) na cidade de Barra do Bugres e Cuiabá, porque havia na aldeia apenas as séries iniciais, o estudante que terminasse a quarta série ou parava ou ia estudar fora da aldeia na cidade tudo por conta própria, naquela época não tinha ajuda de nada e nem bolsa de estudo como foi no caso da minha irmã. Ela saiu no ano de 1985 e meu pai que arcava com tudo, pois, ela foi morar na cidade Cuiabá na casa de parente, era muito difícil nessa época.

Com o passar dos anos a saída dos alunos para a cidade só foi aumentando. Então surgiram muitas preocupações, os adolescentes poderiam seguir outros caminhos, desvalorizando os costumes e tradições que estavam sendo revitalizadas.

Posteriormente nos anos 1996 a 1997, surge o Projeto Tucum, este era um curso para formação em nível de magistério, cuja proposta era a realização da formação de indígenas para atuarem como professor nas suas respectivas aldeias, incluído principalmente o trabalho referente à cultura indígena. Neste contexto estavam em processo de formação no Projeto Tucum o Jovail Amajunepá e Luizinho Ariabô para atuarem como futuros professores, porém, ajudava como auxiliares e na falta dos professores davam aulas.

Nesta ocasião, já havia indígenas concluídos os estudos e habilitados para dar aulas, sendo a Edna Monzilar, Osvaldo Corezomaé Monzilar e a Eliane B. Monzilar, Marcio Monzilar Corezomaé estudaram no ensino regular, fizeram a formação em nível de magistério e o Jairton Kupodonepá com formação de nível superior em matemática (curso de matemática parcelada), Dulciéia Tan Huare com formação em linguagem naquele momento esses professores atuavam em uma escola municipal num pequeno povoado chamado Fernandópolis outros na cidade como a professora Dulcinéia. Devido à falta de vagas na escola da aldeia Umutina esses professores acima citados ora substituíam os professores na aldeia ou lecionavam na comunidade rural próximo ou distante a cidade, são pertencentes da aldeia.

O quadro dos profissionais que trabalhavam na escola Indígena Municipal “Otaviano Calmon” era composto por professores Filadelfo de Oliveira Neto e Maria Alie Cupodonepá, a merendeira era Neuza Manepá Ipaqueri, pertencente à comunidade, era

concurada pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres e os estudantes Umutina residente na aldeia.

Conforme a primeira versão preliminar do Projeto Político Pedagógico, o qual descreve referente a estrutura física da escola Indígena Municipal “Otaviano Calmon”, foi feita a construção do prédio de alvenaria, os materiais usados foram tijolos, portas, janelas e as telhas, esses materiais foram fabricados na aldeia e a construída pelos próprios indígenas com a orientação dos funcionários do SPI. Nas paredes, existem duas poesias e uma pintura que retrata os índios Umutina e a chegada do Rondon, feita pelo Sr. Joaquim Bezerra de Mello, tudo na visão do wase. Essas escritas e a pintura são consideradas patrimônio histórico da comunidade indígena Umutina. A estrutura física do prédio continua a mesma, sendo trocado somente o telhado e a pintura da escola é reformada todos os anos, mas as partes históricas são intocáveis.

O prédio da escola é composto por uma sala grande, onde funcionava a 1º, 2º, 3º e 4º série, duas sala pequena onde funcionava o pré-escolar e outra onde ficava o material didático e funcionava como sala dos professores, foi utilizada para fazer as aulas de reforço e fonte de pesquisa dos estudantes que estudavam na cidade de Barra do Bugres. Havia uma sala que serviu de depósito para a merenda escolar, a cozinha, o banheiro, um depósito de ferramentas e duas áreas. O material permanente desde o tempo que a Funai atuava na educação indígena era um armário e um baú de madeira.

No entanto, depois que a escola passou a ser assistida pelo o município de Barra do Bugres, conseguiram os seguintes materiais permanentes: uma geladeira, uma televisão de 20 polegadas, um vídeo cassete, um armário de aço, duas prateleiras de aço, um armário de madeira, um fogão industrial, um freezer, um mimeógrafo, três quadros negros, uma mesa para professor, carteiras universitárias, uma mesa para TV e vídeo e utensílios para cozinha. Assim, como materiais agrícolas para trabalhar na horta como: enxadas, enxada, rastelo, carriola, pá, cavadeira, regadores, baldes e uma caixa d’água. Material de consumo era fornecido pela Prefeitura Municipal, inclusive a merenda escolar. Na sala de laboratório de informática, os computadores foram doados pelo PROINFO (Programa de Informática).

A escola Municipal Otaviano Calmon funcionava durante a semana de 2º a 6º feira nos períodos matutino e vespertino. A carga horária mensal é de 160 horas, já que a escola funciona em dois períodos.

Estes professores citados acima começam atuar em sala de aula com os estudantes, começou a pauta e a abordagem da construção preliminar do projeto político pedagógico

da escola indígena municipal Otaviano Calmon. Nesta primeira preliminar da versão do projeto de 2000, consta-se referente ao calendário escolar:

O calendário é diferente do calendário do Município. A semana pedagógica acontece no início de fevereiro e para não precisarmos repor as aulas, reunimos com a comunidade e elaboramos o nosso calendário de acordo com a necessidade. A divisão dos estudantes foi realizada por séries, assim, sendo: 1º e 2º série formam o turno vespertino, 3º e 4º série formam o turno matutino, o pré-escolar são os alunos abaixo de 5 anos de idade. Neste ano teve no pré-escolar 8 alunos, 1º série 12 alunos, 2º série 12 alunos, 3º série 11 alunos e 4º série 8 alunos, totalizando 51 alunos que estudaram neste ano na escola da aldeia.

Os documentos usados pelos professores da escola eram o diário de classe, caderno de planejamento diário, onde registravam os conteúdos e a frequência dos alunos. Além disso, iniciaram trabalhando com a ficha descritiva, com a qual os estudantes eram avaliados. A certidão de nascimento era um documento exigido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC. Esse caderno onde faziam os registros era um documento que os professores desta escola realizavam, pois, não recebiam o Diário de Classe no início do ano. Portanto, tudo que acontecia na escola deveria ser anotado no caderno de planejamento. E com isso a secretaria já estava dando a oportunidade para eles elaborarem o próprio diário.

Segue, por exemplo, o Calendário escolar/2000 realizado pelos professores da escola.

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Férias	Inícios das aulas	Aula	Aula e 1 semana de Festa	Aula	Aula

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Férias de 17 a 31	Aula	Aula	Aula	Aula	Encerramento das aulas

Fonte: PPP da escola - 2000

Na primeira versão preliminar do Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Municipal “Otaviano Calmon”, em 2000, consta-se as finalidades da Escola na aldeia. Em primeiro lugar a escola serve para ensinar os alunos a ler, escrever e valorizar o meio em que vivem, respeitando a sabedoria daqueles que tem mais experiências. As crianças são

conscientizadas através da escola de que é necessário evoluir, mas não se deixar levar pelo individualismo, porque a força maior, ainda é a união entre o povo.

A diferença da escola indígena para a escola do não índio é grande. A escola não indígena tem direção e os professores recebem o calendário, livros e grade curricular. Porque está garantida no estatuto daquela escola o que deve ser cumprido ou não. Também não valorizam as diferenças culturais dos seus alunos como, por exemplo: negros, índios, brancos e as festas culturais não são específicos aos seus participantes. As disciplinas são ministradas separadamente, cada uma com horário determinado. É possível observar que nas escolas dos wase (não índio) as pessoas não tem liberdade de expressão ativa, para poder tomar decisões, em relação a sua escola, pois, a sociedade de modo geral é muito dispersa e as questões sociais são precárias, o modo de vida é diferente daquele que vive na aldeia.

A escola Umutina é conduzida pela comunidade da aldeia, de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios. Isto se refere tanto ao currículo quanto aos modos de administrá-la. Inclui liberdade de decisão quanto ao calendário, materiais pedagógicos, aos objetivos, aos conteúdos e aos espaços de utilização.

Os pais acompanham seus filhos na participação da escola, dão suas opiniões quando a escola precisa de substituição de professores, elaboração de calendário e material pedagógico. A comunidade participa juntamente com os professores nas orientações dos alunos que estudam na cidade, participam das organizações das festas tradicionais, dos mutirões e incentiva os professores a fazerem cursos de capacitação, a escola para os Umutina tornou um elemento fundamental para o povo, a comunidade e a escola sempre estão juntos em toda tomada de decisão referente a escola e a comunidade.

A participação da escola em relação a terra é importante para as pessoas da comunidade seja conscientizadas juntamente com os professores, para que venham ajudar a fazer vigilância das divisas da terra indígena para que não venha a acontecer invasão dentro da mesma. Os professores estão trabalhando juntamente com os agentes de saúde dando melhores orientações para a comunidade. A população Umutina deve ser educada para ter uma boa saúde, prevenindo-se contra vício de fumo, alcoolismo, doenças transmissíveis, prevenções de cárie, verminose, higiene e preservação ao meio ambiente. Através da escola mostramos a necessidade de preservação e valorização do meio ambiente, pois tudo que temos vem da terra, dos rios, dos córregos, o ar que respiramos, pois, em nosso entorno já não existe, nas matas só plantação de cana, soja e criação de

gado, temos que usufruir da terra de maneira sustentável, é isso que procuramos fazer e passar para nossos alunos e comunidade e também porque moramos bem próximo da cidade, já até editaram um livro falando sobre isso.

Com a ajuda da comunidade, a escola vem trabalhando ativamente na ressignificação da cultura indígena. A dança, o artesanato, as pinturas corporais, comidas típicas, histórias indígenas, mitos, lendas, idioma, lugares sagrado do povo, residentes na aldeia que ainda falam a língua materna. Através desse trabalho, a escola busca incentivar os pais para ajudar a revitalizar o idioma, já que a comunidade escolar é bastante mestiçada. Até o presente momento temos a participação de pessoas que foram alfabetizadas nessa escola, e que fazem parte do conselho indígena local e alguns são professores.

Ainda tem-se um número de 80 estudantes que continuam seus estudos na cidade, devido à escola da aldeia ter ensino somente até a 4ª série. Os estudantes que vão para a cidade não têm enfrentado muitas dificuldades no que diz respeito à alfabetização feita na aldeia, por isso consideramos esse resultado satisfatório.

Ainda no PPP estava incluída a construção do currículo da primeira etapa do ensino fundamental (1ª a 4ª série), que contemplava as seguintes disciplinas desenvolvidas com os estudantes: Línguas, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Educação Artística e Educação Física, sendo que cada disciplina havia uma finalidade relacionado com conteúdos e temas central de acordo com a realidade local, tendo como temas abordados a Água, Terra, Doenças e Culturas.

Assim, como mencionado e exposto acima, essa foi à primeira versão preliminar da construção da PPP em 2000, para as séries iniciais (1ª a 4ª) da escola Indígena Municipal “Otaviano Calmon”, que foi expandindo e incorporando no processo das atividades que foram desenvolvidas nesta escola, e conseqüentemente foi se aprimorando no decorrer dos anos. Nos anos subsequentes, o PPP vai sendo configurado incluindo novas formas, outros elementos que norteará o processo de ensino aprendizagem, agregando valores socioculturais nesta construção da educação escolar indígena. Mas adiante contextualizarei a elaboração do PPP da escola de educação indígena Jula Pará.

A partir dos anos 1990, a comunidade Umutina inicia o diálogo referente à cultura na escola e busca pelos seus direitos, entretanto enfrentaram conflitos entre si sobre que cultura ensinar para as crianças. Os professores intermediaram a discussão, fomentando e incentivando através de diálogos, conversando com os anciões, o cacique e a comunidade, diante de várias reuniões em conjunto idealizaram e deram corpo a um pacto universal

dentro do território indígena Umutina, com o objetivo de fortalecer a cultura dos Umutina e trazer de volta usos e costumes dos nossos antepassados que foram proibidos de praticar a cultura. Portanto, esse fato tornou-se um marco histórico da política interna do povo Balatiponé-Umutina, na aldeia Umutina.

A partir daquele momento os que morassem e nascessem ali, seriam considerados Umutina. Esse processo de pactuação quanto à autodenominação e afirmação cultural passou-se a chamar de Unificação dos Umutina. As lideranças tiveram um papel fundamental, sabendo conduzir com sabedoria esse processo de convivência, uma vez que a muita miscigenação de povos a partir de então todos se autodenomina Umutina Balatiponé.

Esse acontecimento foi um marco da história Umutina, momento importante para a autoafirmação da identidade dos Umutina enquanto povo, cuja cultura estava adormecida e, após acordo firmado, pôde revitalizar processos culturais que estavam na memória dos anciões e que foram fundamentais para a sobrevivência cultural do povo.

A princípio, os anciões não queriam contar, resistiram, eles lembravam de todo o processo que vivenciaram no passado assombroso. Apesar do temor deles, diante de várias rodas de conversas, começaram a interação com os anciões, os professores e os jovens e estreitar esses laços de discussão foi muito importante para todos. Os saberes culturais começaram a fluir e serem ensinados pelos anciões da época, que são detentores do conhecimento. Eles foram para a escola ensinar a língua materna, contar as histórias, os mitos, a confecção de artesanatos, a dança dentre outros. Este processo foi fundamental para o povo se reorganizar e reafirmar a sua identidade cultural.

A cultura passa a ter um foco importante na discussão dentro da comunidade, com as lideranças, o cacique, as pessoas mais velhas passam a ter outra visão em relação à questão da educação do povo Umutina.

O contexto é diferente do ensino da escola, é para que os alunos tenham o conhecimento universal, isso é diferente de ensinar a decorar, preparar as crianças e os jovens para aprender e para acessar a ingressar na universidade como também o conhecimento tradicional dos Umutina, prepará-los para viver na aldeia, conhecendo a sua história, sua origem, os processos pelo qual nosso povo passou e percorreu a cultura e ter uma sustentabilidade no seu território, ter orgulho de se um Umutina Balatiponé defender seus direito conhecer esse outro mundo que nos cerca, não esquecendo os seus valores, sua

identidade. No entanto, o objetivo do marco histórico é a autoafirmação da identidade Umutina.

A concepção de educação para mim, pesquisadora, umutina, parte da convivência entre as pessoas que circulam no seio familiar e a interação coletiva nos diferentes lugares.

Diferentemente da educação da sociedade ocidental que foi imposta aos indígenas Umutina de forma avassaladora, coibiram de falar a língua materna e a praticar os rituais. Hoje os Umutina não são fluentes em sua língua porque não querem falar, mas, por um processo histórico de opressão como já mencionado acima.

A partir de novo discurso, o povo Umutina consolida algo que traz uma visão indígena, dentro desse espaço da escola, juntos, professores e comunidade, utilizam como forma de renovação e reconstrução, se no passado remoto esse espaço foi de morte, hoje com os saberes da ancestralidade podemos tornar uma nova vida e que a palavra de ordem é “revitalização ou (re) existência”, como nosso antepassado vivia não vai ser igual, mas reconstruir a nossa história e torná-la viva, essa é a nossa meta, nosso objetivo.

A educação é um instrumento que nos faz pensar em dois universos, considera-se que é positivo, está sendo positivo, mas, que de certa forma foi e é alienadora de saberes, nesta conjuntura atual do olhar do povo Umutina está sendo positivo que visa à revitalização, valorização e fortalecimento da cultura.

O povo Umutina traz para a escola uma concepção indígena que fomenta o diálogo do fortalecimento das práticas culturais, contar a história, está escrevendo, registrando, sendo protagonista transitando esses dois universos: o indígena e o não indígena são diferentes, mas que é pertinente vislumbrar novas possibilidades de diálogo, de pensar e agir.

A história deve ser contada e recontada, a partir do ser indígena das memórias e registrar como forma de valorização e fortalecimento cultural. Enquanto indígena sei que são universo desafiador, mas que é possível transitar esses mundos, me instigar a ter um olhar holístico e crítico da realidade, porém, é um desafio constante no mundo que nós vivemos a sociedade de maneira geral.

Nesse sentido é pertinente ponderar os acontecimentos de forma para compreender os processos e os aspectos positivos e negativos referente ao contexto educacional e escolar dos Umutina. Como essas narrativas foram debruçando no decorrer dos anos e assim como os indígenas Umutina foram encarando e moldando no cotidiano e principalmente no processo de transmissão de saberes.



### 3.7. Percepção da escola e do ensino da professora Olinda na época do SPI

Para ter um panorama do ensino da escola na época do SPI, a partir de um olhar de uma professora não indígena, em sua entrevista para o trabalho de Huare (2010) enfatiza da seguinte maneira:

“Aquele tempo era bom, porque tinha ordem e progresso. Antes de entrar pra sala de aula, os alunos eram obrigados a formarem fila. Em seguida, cantar o hino nacional, o modelo de ensino daquela época era mais fácil. Porque o professor não tinha tanto trabalho, apenas copiava o que estava no livro didático e passava para o aluno copiar e decora”.

Esta se chama Olinda, não indígena, atuou como professora nesta escola, no Território Indígena que na época era conhecido e tinha o nome de Posto Fraternidade, aproximadamente entre 1953, esposa do senhor Adão de Taxi, este foi um dos chefes do Posto, ambos eram funcionários deste órgão do estado e como funcionária deste, atuou como professora durante cinco anos.

Conforme o relato acima, se observa que o pensamento do ensino da época era apenas reproduzir o que estava nos livros didáticos, esse “*era bom*”, estava camuflado no intuito de apenas repassar para que os indígenas fossem cidadão obediente e seguir a normas, caso não seguia sofria punições decoravam os conteúdos, o professor era o centro do saber, sem perceber e preocupar com a realidade do aluno.

Diante do exposto, consta-se que a princípio o órgão responsável do estado pela escola era o SPI, e a política era de integrar os indígenas aos modos da sociedade ocidental. A educação visava incorporar nova forma de vida, deixando de praticar os modos tradicionais dos indígenas, reprimindo o modo de falar a língua, o ritual e os costumes, eram ensinados conteúdos totalmente fora da realidade indígena.

Neste sentido, Huare menciona que “*Com a extinção deste, a educação indígena passa a ser responsabilidade da Funai. E os funcionários que pertenciam ao SPI, passam a serem funcionários do ministério da agricultura*” (HUARE, 2010, p. 25).

### 3.8. A necessidade da Escola

Assim que se iniciaram as reuniões e discussões para a construção da escola indígena na aldeia e principalmente as primeiras versões preliminar da elaboração do PPP da escola, teve como base as seguintes questões para pensar, discutir e responder em coletivo para ter embasamento e consolidar a proposta do projeto da escola que a comunidade almejava.

Primeiro, porque a necessidade da escola? Por que a educação escolar é necessária? O que é uma escola realmente Indígena? Quais os conhecimentos que a escola deve transmitir para que ela seja realmente indígena voltada para as necessidades da comunidade? Histórico do Povo? Quem são as etnias que compõem a população do Posto Indígena Umutina e onde viveram e como vivem agora? Qual é a forma de educação tradicional, a educação que já existia antes dos brancos chegarem? Forma de Avaliação? Como deve ser o calendário escolar indígena? Quem deve dirigir coordenar, a escola indígena? Quais as formas de participação das secretarias estadual, municipal e do governo federal nas escolas indígenas? Qual a ajuda que outras entidades e organização indígena podem dar?

Ressalto que essas informações foram coletadas no arquivo morto, e não consta no atual PPP da escola, porém, acredito que é relevante trazer para averiguar e registrar a percepção que foram sendo formatada ao longo dessa trajetória com relação à escola, irei fazer a descrição dos resultados das perguntas para construção da escola indígena Umutina, que foram as respostas do coletivo entre estudantes, professores, pais e demais pessoas da comunidade, assim, segue.

A Necessidade da Escola e por que a educação escolar é necessária? Para aprender a competir com o wase e para que os indígenas aprendam cada vez mais. É necessária porque o indígena precisa e deve acompanhar a evolução do dia a dia dos não indígena. Hoje em dia sobrevivem apenas aqueles que têm instrução e aquele que conhece os seus direitos e deveres como cidadão, através dela vamos conhecer o mundo. A educação escolar é um direito de todos os brasileiros de aprender a ler e escrever e não ser um analfabeto.

É necessária porque enfrentamos dificuldade para estudar na cidade de Barra do Bugres na época das enchentes para atravessar o rio, e quando regressam para a aldeia, chegam tarde, muitas vezes saem sem almoço, o transporte que é o ônibus que muitas vezes quebra e por esse motivo nós alunos faltamos as nossas aulas.

É uma escola que as crianças vão aprender além dos conteúdos que o currículo escolar oferece, irão incrementar e concretizar a educação ensinada pelos pais em casa, a educação tradicional da cultura.

A comunidade indígena Umutina não tem uma escola de 1º Grau, na aldeia existe apenas a escola que atende do Pré-escolar até a 4ª série. Os alunos terminam a 4ª série são obrigados a se deslocar dessa aldeia para continuar o seu estudo na cidade de Barra do Bugres, já teve naufrágios de barcos na época das enchentes do rio Paraguai onde vários alunos já perderam seus materiais didáticos. É uma situação que preocupa a comunidade, esses alunos correm riscos de vida, sem contar que já houve acidente de veículos que transportava alunos para estudar na cidade. Através da escola muitas portas se abrem, como a do conhecimento, para que possamos assim compreender melhor o mundo que nos rodeia. Faz conhecer nossos direitos e nossos deveres, mas, acima de tudo nos tornam verdadeiros seres humanos e cidadãos conscientes.

O que é uma escola realmente Indígena? É uma escola que possa ter um calendário e uma metodologia diferenciada. Ensinará aos índios os seus costumes e sua cultura e reconstruir as suas origens perdidos a muito tempo dos Umutina, assim, como dos outros grupos étnicos que se integram em nosso meio. Nós estamos nas vésperas do novo milênio e ao findar deste século queremos uma escola sofisticada, moderna e qualificada para atender as necessidades das crianças, adolescentes e pais que desejam continuar os estudos. É através da escola que podemos descobrir e transmitir todo conhecimento de um povo e podemos contribuir por uma educação digna para os nossos filhos e ajuda-los a enfrentar toda essa era do computador, máquinas e valores totalmente modernos, que futuramente estarão em todas as partes do mundo.

A escola indígena é onde o indígena é o elemento principal, onde tenha grande participação, tanto no processo de formação da escola, do calendário próprio, a metodologia, conteúdo voltado conforme a necessidade indígena, que possa aplicar sua ciência e cultura bem como outros conhecimentos, que o indígena continue sendo indígena e ao mesmo tempo aprendendo o que a escola tradicional oferece. É quando não há professor wase e a escola passa a funcionar só com os indígenas.

Quais os conhecimentos que a escola deve transmitir para que ela seja realmente indígena voltada para as necessidades da comunidade? Os conhecimentos devem ser ensinados de acordo com a realidade da comunidade de maneira unificada já que todos que vivem aqui se consideram Umutina. Deve transmitir todo conhecimento do nosso próprio povo, deve ser ensinada nossa cultura e tradição, sem deixar de fora o conhecimento do homem não indígena, onde estará trabalhando na preparação dos alunos que deverão ser especialista em diferentes áreas como veterinário, bioquímico, advogado e mais

professores. Através de livros, histórias e através de debates voltado ao determinado assunto.

Os conhecimentos devem ser ensinados pelos mais velhos e pelos professores que estiverem presentes na escola, deve transmitir a nossa língua a nossa história para que nossos filhos seja conhecedores de tudo isso.

Histórico do Povo? Quem são as etnias que compõem a população do Posto Indígena Umutina, onde viveram e como vivem agora? Somos povos indígenas de várias etnias, nesta aldeia formamos oito etnias, sendo que todos se consideram Umutina sem deixar de pertencer a sua etnia de origem. Cada povo que migrou para esta terra tem sua história.

Os Bakairi vieram do Posto Indígena “Simões Lopes” (Pakuera) município de Paranatinga e da região de Nobres. Bakairi/Terena vieram do Posto “Simões Lopes”, município de Paranatinga. Os Kaiabi vieram de “Simões Lopes” – município de Paranatinga e da região de Nobres da antiga aldeia “José Bezerra Dantas”. Os Paresi vieram da Missão Anchieta, da aldeia Utiariti. Os Bororo vieram da aldeia Tadarimana (município de Rondonópolis) e Perigara (município de Barão de Melgaço). Os Nambikwara vieram da Missão de Diamantino. Os Irantxe vieram da aldeia Cravari, município de Brasnorte.

Quem são os Umutina - Os Umutina vieram da divisa do Brasil com a Bolívia e habitavam na região que compreendia entre o rio Sepetuba e o vale do rio Paraguai em Mato Grosso. Atualmente todos os Umutina moram no Posto Indígena Umutina, embora outras etnias vivem neste Posto, todos são considerados os Umutina.

A maioria das etnias que migraram aqui é da etnia Paresi, vindo do médio norte do Estado, devido muitas dificuldades que eles enfrentavam com o contato foram transferidos. E os Umutina na época do contato estavam em risco de extinção por isso na época do Rondon, ele achou por bem transferi os Paresi e a transferência deles também foi favorável por ser um grupo étnico mais perto que se assemelhava com a cultura dos Umutina e que poderia contribuir na comunidade dos Umutina através do casamento interétnico.

Qual é a forma de educação tradicional, a Educação que já existia antes dos wase chegarem? A educação tradicional sempre foi transmitida de geração para geração. Isso quer dizer, através da linguagem, dos cantos, das danças, trabalho na roça, através das confecções de artesanatos de barro e palhas. As formas de aprendizagem são ensinadas através da oralidade, observação e a convivência coletiva.

A forma de Avaliação através de pesquisas, trabalhos em grupos, redação, prova oral, o comportamento, a participação, a organização dos cadernos e provas bimestrais. O

professor deve avaliar o aluno por meio da participação, criatividade, interesse, comportamento, trabalhar em grupo e individual e acompanhar o aprendizado.

Como deve ser o calendário escolar indígena? Diferenciada com horários de acordo com a realidade dessa população. Poderia ser pelo método modular. Deve ser totalmente diferente dos wase, tem que ser um calendário original da aldeia, de acordo com os nossos costumes. O calendário deve ser voltado para a necessidade da comunidade desde que venha cumprir uma carga horária de 200 dias letivos. Que desse mais tempo para que os filhos pudessem ajudar seus pais. Na época de plantação ou colheita, então as aulas devem ser paralisadas por um período de tempo ou se é preciso uma preparação para fazer festas ou qualquer outro evento indígena.

Quem deve dirigir coordenar, a escola indígena? Os dirigentes da escola devem ser os próprios professores indígenas, como a coordenação, porque são conhecedores da sua comunidade fica mais fácil de saber se o estudante está ou não aprendendo, o controle do estudante indígena pelo próprio indígena e mais facilitado porque se conhecem seus problemas e necessidades. Os professores e membros indígenas e algumas pessoas com formação voltada para a educação indígena.

Quais as formas de participação das secretarias estadual, municipal e do governo federal nas escolas indígenas? Devem participar na construção da escola, de salas de aulas, no pagamento dos professores, formação de professores seja através de cursos ou bolsas de estudo em universidades, construção de quadras de esportes, na manutenção, através de materiais didáticos e materiais permanentes como: carteiras, armário, quadro, mesa etc, contratação de preferência funcionários indígenas, apoio em pesquisas e projetos. Eles podem ajudar de várias formas, basta ter força de vontade da parte deles para conseguir esses materiais.

Qual a ajuda que outras entidades e organização indígena podem dar? Podem dar apoio em projetos, obras e pesquisas que podem ser tanto na área de línguas, meio ambiente e revitalização cultural. Ajudar na elaboração de projetos, auxiliar e entrada dos estudantes que já terminaram o 2º grau para Universidade para que o estudante indígena possa continuar seus estudos. A Unemat deve ajudar a trazer professores de inglês, espanhol e ajudar os que estão terminando os estudos a fazer a faculdade e ajudar as necessidades da comunidade.

No entanto, esse resultado foi importante para nortear e desmembrar as discussões da proposta da escola dentro da aldeia, a necessidade que os Umutina expuseram os seus

anseios, as dificuldades, como pensavam que a escola pudesse funcionar a partir da percepção dos indígenas, trazendo o ensino dos costumes dos ancestrais que muito tempo ficou adormecido devido a um processo de opressão com os não indígenas, percebe-se que pra eles a importância de saber os conhecimentos ocidental. De fato, esses processos foram tendo desdobramento que posteriormente conquistassem e viesse à tona realidade a construção da escola na aldeia Umutina.

### **3.9. O ensino da escola Otaviano Calmon na Aldeia Umutina**

Aqui vou discorrer sobre o ensino na escola no período em que o professor Benedito, não indígena, assim, como os outros professores que atuaram na aldeia Umutina, a partir dos olhares dos professores indígenas, em rodas de conversas realizadas na escola Jula Paré, na aldeia Umutina no mês de abril de 2018. Os relatos dos professores retrata o ensino aprendizagem que vivenciaram quando foram estudantes da referida escola.

O Jairton kupodonepá é formado na área da matemática, concluiu em 1999, estudou na aldeia no final da década de 80, 87 e 89, a antiga primária, estudou dois anos com o professor chamado Benedito de Paula Jacinto, na época, era período militar. O estudo na ocasião era formar pessoas em militares, tudo tinha uma regra que tinha que cumprir, era severo, tinha o castigo, tinha a palmatória que era uma forma de impor a lei. Nessa época tiveram alguns alunos que aprenderam e teve muitos que acabaram desistindo devido a essa regra, era muito ruim.

Na época, o total era cerca de 15 a 20 alunos na escola, era multiseriado, possivelmente havia mais homens, a faixa etária entre 10 a 12 anos. Sempre tinha a tabuada, em seu relato, Kupodonepá disse:

“que eu não tinha dificuldade, mais os colegas que tinha dificuldades quando erravam recebia palmatória e quando fazia alguma coisa. Por exemplo: sair para o recreio, o sino tocava e demorasse pra entrar passava dois a três minutos, ficava de castigo, já mandava direto para ir ficar de pé por um bom tempo, se ficasse de risadinha ou tirando sarro, ele não gostava, sempre tinha aquele que ficava rindo dos outros, ele pegava e batia no joelho e canela” (KUPODONEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

E acrescentou destacando:

“Não tinha merendeira contratada, mas, tinha merenda que era feito por cada mãe de família em suas casas, cada dia era feito em uma casa pelas mães. Os alunos ficavam em fila na sala de aula, sentado em um banco que cabia todos os alunos juntos. As disciplinas era matemática, português, história e estudos sociais que estudavam. Com relação à cultura nesse período nunca foi trabalhado, começou no final dos anos 90 a trabalhar a cultura, na época da professora Iraci”. (KUPODONEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

Ducinéia Tan Huare, formada em Licenciatura em Letras, mestrado em Linguística, na Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat. O período que estudou na escola Otaviano Calmon era o nome anterior à escola Jula Paré, estudou a 3º série na época. A Funai era responsável pela escola, os professores recebiam o salário pela Funai nessa época, tudo era interligado tanto à saúde e a educação, era da responsabilidade da Funai. Os professores que vinham dar aula na aldeia eram professores não indígenas, isso acontecia em todo o território brasileiro onde tinha as escolas indígenas, por que não havia professores indígenas formados nessa época.

Em seu relato, ela fala de outro professor, assim:

“estudei com o professor Jacinto que eu estranhei um pouco, porque nesse período eles usavam a palmatória, então, os alunos que não sabia a tabuada, principalmente a tabuada que ele tomava todos os dias a tabuada, quem não sabia, ele passava em carteira em carteira falando quantos é 2 x 1, 2x 2, então, quando o aluno não acertava ele pegava essa palmatoria”.

A palmatória era feita com um pedaço de madeira com a ponta redonda, ia certinho na palma da mão e doía muito. Os alunos tinha muito medo dessa palmatória, porque doía, uma forma forçada para que os alunos pudessem estudar um estudo com muito medo, aqueles que tinham muita dificuldade sempre levavam a palmatória. Era um sistema tradicional rígido, mas, segundo informação da Ducineia, já estava acabando esse sistema da palmatória, o ano foi mais o menos em 1980.

A professora relatou, com relação às disciplinas que,

“As disciplinas eram português, matemática, história, geografia, era o básico do primário, mas, em nenhum momento falava do estudo sobre a cultura do povo, não ensinava a língua e não tinha nenhuma festividade indígena. Era uma mistura tinha tanto meninos quantos as meninas, eram bastante, estudavam todos juntos no período da manhã”. (TAN HUARE, Roda de conversa, abril, 2018).

Ela continuou contando que foi estudar na aldeia do seu pai pertence à etnia Bakairi, no município de Paranatinga, na aldeia Pakuera, da etnia Bakairi, o sistema era o mesmo,

porém, não tinha a palmatória. Havia uma diferença nesta aldeia, nessa época já tinha os professores bilíngues eram indígenas, contratados pela Funai, para ajudar os professores não indígenas pra fazer a interpretação da língua, a etnia falava a língua. Eles passaram a serem os professores, nessa época nenhum professor não indígena não parava na aldeia, era semelhante na aldeia Umutina, eles iam embora e não voltavam mais e quem assumia a sala de aula eram os professores indígenas. Ressaltou que foi na convivência da comunidade aprendeu a cultura do povo Bakairi e a falar a língua. Na comunidade dos Bakairi eram os próprios indígenas que faziam o trabalho referente à cultura, as festividades, as danças eram ensinadas pelos mais velhos, aprendia na comunidade e não na escola.

Rosinei Amajunepá tem a formação na área de ciências sociais e educação escolar indígena, estudou na UNEMAT, na Faculdade Indígena Intercultural, tem 39 anos, está atuando como professora na Educação Infantil pelo município de Barra do Bugres.

Na época que o professor Benedito trabalhou na escola da aldeia, era muito rígido, raramente tinha aula. Estudou na primeira a segunda série, nesse período que estudou eram mais as meninas do que os meninos. Ela ressalva dizendo

“quando o aluno não sabia, principalmente matemática ele batia com palmatória na gente, pra gente poder estudar e estudar mais pra não ficar apanhando na mão com palmatória. Quando os alunos não sabiam principalmente a tabuada ou faziam coisas erradas ele colocava de castigo, que era ficar de joelho no milho ou pedra na frente de todos na lousa ou era palmatória na mão, praticamente maltratavam os alunos”. (AMAJUNEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018)

Na época do professor Benedito não se estudava nada sobre a cultura, era mais o conhecimento do não indígena, ressaltou, “*Havia disciplina como geografia, história, português, e o que marcou, mas era matemática, porque quando você não sabia a tabuada ele batia, e isso fica na memória da gente*”. (AMAJUNEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018)

Alessandra Corezomaé Boroponepá formada na área de ciências sociais, pela Faculdade Indígena Intercultural, no ano de 2016. Atualmente trabalha na escola de Educação Indígena Jula Paré, com turma multiseriada (terceiro quarto e quinto ano).

Alessandra fala do ensino aprendizagem da escola, dos professores, durante o período que estudou na aldeia,

“era uma turma multiseriada, eram professoras não indígenas, a Tereza Gonzaga, Iraci Ferreira e posteriormente com os professores Alice e o



Filadelfo. Naquela época com as professoras não indígena não tinha aula regular, poucas aulas devido que o não indígena vinha pra aldeia, não acostumavam acabavam indo embora, e não aprendia nada da nossa cultura”. (BOROPONEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

Continuou relatando o seguinte,

“A partir da entrada da professora Alice e o professor Filadelfo começou a estudar normal, como ter as aulas todos os dias, e iniciou o trabalho referente à nossa cultura, aconteceu cerca dos anos 80 a 90. Assim, terminou o estudo quarto ano e como na aldeia não tinha mais continuidade dos estudos, quem quisesse dar continuidade nos estudos teriam que ir para a cidade” (BOROPONEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

Oswaldo Corezomaé Monzilar da etnia Umutina, a sua formação foi no 3º Grau Indígena, licenciatura em Ciências da Matemática e da Natureza, realizada em Barra do Bugres, especialização em Educação Escolar Indígena. Atualmente está atuando na escola Jula Paré, trabalhando no ensino fundamental e ensino médio na área de matemática.

Estudou na escola Otaviano Calmon, na aldeia Umutina, durante as séries iniciais, quando terminou a 4º série foi para Cuiabá continuar o estudo, pelo fato na aldeia ter até a antiga 4º série.

O professor Corezomae relatou sua experiência durante o ensino escolar na aldeia: *“Foi entre os anos 80 e 81, o que me marcou na minha vida foi à professora Antônia, era uma irmã, depois veio o professor Benedito, tinha uma enfermeira que atuou como professora não lembro o nome”*. O professor que recorda também até hoje é o Benedito, pelo fato ter mais idade, ele conseguiu formar uma turma, e nessa turma estava o COREZOMAÉ.

“Teve vários professores que vieram dar aula na aldeia, devido às dificuldades, não tinha energia, água encanada, ficava somente um a dois meses, acostumados com a cidade, retornavam, deixando as aulas e os alunos, diante dessa situação os alunos iam perdendo e o tempo passando. Essa época a educação não era voltada para os indígenas, mas, uma educação voltada para os conhecimentos dos não índios. Para os brancos o índio não era “civilizado” essa palavra é constrangida de dizer. Os indígenas tem a maneira de ver o mundo como a língua, à religião, costumes, tradições, alimentos, a cosmologia, uma visão totalmente diferente que sobreviveu até hoje. Esses saberes do povo foram negados, não reconheceram, tiveram uma visão distorcida de cada povo, ainda até hoje prevalece” (COREZOMAE, Roda de conversa, abril, 2018).

A política do governo era acabar com os indígenas e inseri-los numa única sociedade. A educação e o ensino tiveram a proposta da formação do indígena em outra

pessoa, deixando sua religiosidade, a língua, enfim, perdendo sua identidade completamente e, para isso, era preciso aprender o discurso da leitura e a escrita.

O professor Corezomae, ressaltou sua experiência continuando assim,

“Eram ensinadas quatro disciplinas a língua portuguesa, matemática, artes, ciências, geografia. Entre essas era obrigado a aprender a ler, a escrever e a matemática, saber a tabuada. Naquela época o chefe do posto que representava a Funai, era muito severo, não deixava o aluno faltar, caso faltasse ia em busca dos pais pra saber, o motivo da falta do aluno. Os pais eram chamados atenção, assim, como os alunos dentro da sala de aula” (COREZOMAE, Roda de conversa, abril, 2018).

Ainda continua ressaltando que

“A educação da época estava concentrada em castigo, neste período, não ficava mais sentado no milho, na pedra de joelho, mas, ficava de costa na parede por quinze minutos sem virar, caso não cumprisse tinha a palmatória que batia na mão ou nas costas. A palmatória funcionava na área da matemática, por exemplo: o professor avisava estuda amanhã nós vamos tomar a tabuada de cinco e seis, o aluno se preparava em casa, chegava naquele dia de tomar a tabuada, quando o aluno não acertava, levava três palmatória daquele que havia acertado, não podia recuar a mão e nem bater devagar, senão voltava também pra o aluno. Tanto menino como menina, era bem severo aprendia ou desistia. Era uma madeira cumprida, uma ripa cumprida e no final quase tipo um bolo” (COREZOMAE, Roda de conversa, abril, 2018).

A princípio, as aulas eram ministradas no período matutino, com o tempo foi mudando, sendo organizado da seguinte forma: as crianças pequenas que estudavam o “Pré” (como era chamado) no período matutino, e as crianças maiores no período vespertino. A escola era multiseriada não havia separação, a 1ª série a 4ª série todos juntos, sentavam de dois ou três, naquelas cadeiras antigas que era feito de madeira pra estudar, eram mais meninos do que as meninas. Os estudantes não podiam olhar para trás, caso o professor percebesse já jogava borracha ou lápis, para que este virasse pra frente. No entanto, essa educação barrou muitos conhecimentos de vários indígenas que estudavam, tiveram dificuldade de aprender e tiveram receio de escola.

Valdevino Amajunepá, formado na área de linguagem pela Unemat, professor na escola Jula Pará. Estudou um período na antiga escola que chamava Otaviano Calmon, aproximadamente na década de 80, depois ele foi para a cidade continuar os seus estudos, mas, neste período entrou de greve, retornou para a aldeia. Em sequência, estudou durante

quatro anos na cidade, retornando novamente para a aldeia, finalizou o ensino médio, fazendo trajeto da aldeia à cidade e vice-versa.

Eram professores não indígenas que vinham da cidade, davam aulas um mês ou dois meses, retornavam para a cidade antes do término do ano letivo, não conheciam a realidade do povo Umutina. Antes as disciplinas curriculares normais que estudavam, não havia a valorização da cultura, dos costumes, o conhecimento do povo indígena, não tinha essas informações.

O professor Valdevino relata sua experiência de ensino assim,

“Estudei com o professor Benedito era bem rígido, da herança militar, a gente só apanhava, só batia na escola era assim, era bem sistemático, bem rígido. Eu peguei a época da palmatória, de castigo, eu nunca fiquei de castigo, mas, eu via os meninos mais grande que não sabia fazer as coisas, eles ficavam lá de castigo na pedrinha, no milho, atrás da porta, esse era o castigo do professor Benedito”.

Nessa época, não tinha liberdade de expressão indígena, das práticas culturais do povo indígena Umutina, a escola era a herança militar, para assimilar e fazer a integração do povo indígena na sociedade nacional, dizimar culturalmente, essa era a função da escola e dos professores, esse era o pensamento.

Laelcio Amajunepá tem 39 anos, formado em Ciências Sociais pela Unemat, especialização em Educação Escolar Indígena pela Unemat em 2009. O professor disse que tem pouca lembrança do professor Benedito, mas, lembra-se dos professores Iraci, Alice e o Filadelfo. Naquela época, os alunos estudavam com sete anos, faziam o chamado “pré”, ele estudou com a professora Alice aos sete anos de idade.

O professor Laelcio Amajunepá relatou:

“Naquela época o ensino era bem complicado, a dificuldade era por ser uma professora para atender uma turma de multiseriado durante o período vespertino. Quando estudei o pré era a professora Alice, no período da manhã, na antiga farmácia havia uma sala. E no período da tarde estudava com a professora Iraci. O ensino seguia o padrão das escolas não indígenas, ainda não existia nada com relação aos nossos direitos indígenas” (AMAJUNEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

O professor destacou em seu relato essa passagem,

“Foi na época da professora Iraci que iniciou atividades de trazer os anciões na escola para ensinar as danças indígenas, assim, vieram os anciões o senhor Jula Paré, dona Neuza e a finada Kazacaru. Eles

ensinaram alguns passos da dança, os alunos ensaiaram e cantaram. Quando dona Neusa e Jula dançava, os alunos ficavam rindo, a professora ficava nervosa e brava. Depois, foram apresentação na Barra, a apresentação tradicional, começaram a fazer a saia, mas antes não tinha nada” (Amajunepá, Roda de conversa, abril, 2018).

Edna Monzilar, graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2005, pós-graduação em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Indígena Intercultural, em 2009, no município de Barra do Bugres. Desde a infância estudou na escola Otaviano Calmon, na 1º série até a 4º série. Em 1985 foi para a cidade de Cuiabá para continuar os estudos.

A professora Monzilar fez o seguinte relato da sua experiência:

“Quando estudei na escola Otaviano Calmon o ensino era tradicional. Lembro dos professores Antônia e Benedito, estes davam aula e eram não indígenas. As disciplinas que estudava o português, matemática, Educação Física, história, geografia, ciências, não tinha nenhuma disciplina que abordasse a questão indígena principalmente do povo Umutina. Era no tempo que havia a palmatória, principalmente quem não sabia a tabuada recebia palmatória, então, tinha que decorar se não quisesse apanhar”. (MONZILAR, Roda de conversa, abril, 2018).

Maria Alice de Souza Cupudunepá, nascida em Minas Gerais, formou no magistério indígena (projeto de formação de professores indígenas de Mato Grosso-Projeto TUCUM), em seguida ingressou na Faculdade Intercultural (3º Grau Indígena) Universidade de Estado de Mato Grosso (UNEMAT), concluiu o curso de licenciatura de Línguas, Artes e Literatura, em 2005. Fez pós-graduação em Educação Escolar Indígena. A vida escolar dela não foi tão fácil, tendo em vista que eram época da ditadura militar, muitas regras impostas, faziam parte daquele momento, na verdade não tinha liberdade de expressão.

O ensino na escola Otaviano Calmon, tinha como o objetivo ensinar os alunos a ler, escrever e falar a língua Portuguesa, além de catequizar na religião católica, segundo os anciões, o sistema da época era para facilitar entendimento entre os indígenas e os funcionários do SPI.

As atividades eram desenvolvidas de acordo com a época, sem se preocupar com as tradições, costumes e rituais do povo, proibindo o indígena de expressar seu sentimento cultural, seja ele através de suas vestimentas ou da alimentação tradicional. Naquela época, nesta escola era usada a palmatória para punir o aluno, que consideravam desobedientes e até mesmo aquele que não conseguia acompanhar o conteúdo ministrado.

A filosofia da escola Otaviano Calmon só começou a mudar na década de 80, com os últimos professores da Funai que passaram por ela, a partir daí assumem a escola com uma nova visão, desta forma o ano letivo passa ser concluído dentro do ano civil.

A professora marca as mudanças que foram sucedidas neste percurso escolar da aldeia, assim, *“No final dos anos 80 e início da década de 90, professores indígenas assumem a referida escola acima citada, com uma nova metodologia de ensino voltado para realidade do povo Umutina”*.

### **3.10. Escola de Educação Indígena Jula Pará**

A escola de Educação Indígena Jula Pará emergiu a partir do novo ciclo de lutas, conquistas e desafios, principalmente no âmbito em que o contexto dos direitos humanos e sociais, é pautado pelo reconhecimento e valorização da diversidade cultural, sociopolíticas e linguísticas para os povos indígenas.

Vou discorrer esse processo, como aconteceu durante esse percurso do trajeto da construção da escola, assim, como a educação escolar entre os Umutina, trazendo um panorama dos pontos positivos e negativos, entre as lutas, batalhas, entrave e os desafios enfrentados e os que estão em curso.

A princípio, a escola da aldeia ofertava somente as séries iniciais, ou seja, de 1º a 4º série do ensino fundamental, para continuar os estudos os estudantes tinha duas alternativas, paravam de estudar ou ir estudar nas escolas públicas da cidade de Barra do Bugres que fica aproximadamente ha 15 km da aldeia. Os anos foram passando e conseqüentemente foram aumentando o número de estudantes que deslocavam para continuar o estudo na cidade.

Os estudantes enfrentavam várias dificuldades, assim, como já exposto à narrativa do percurso escolar que vivenciei essas experiências entre idas e vindas da aldeia a cidade, assim, a situação era a falta de transporte, falta de financeiro para comprar os materiais escolares que eram exigidos, no período da enchente corriam risco de emborcar com a canoa na travessia do rio, as más companhias, o preconceito, a discriminação, ausências das famílias e, principalmente, distanciava cada vez mais dos saberes e costumes tradicionais.

Diante dessa problemática da situação os pais e a comunidade de modo geral, passaram a ter preocupações do que pudesse vir acontecer com essa juventude que estavam estudando na cidade, perceberam que era boa a continuidade nos estudos, mas por outro lado, os jovens poderiam seguir outros caminhos desagradáveis. Nesse contexto, começaram a realizar várias reuniões, encontros e a discutir junto com comunidade, professores que atuavam na época, lideranças, cacique e com a participação da assessoria pedagógica, ou seja, a Secretaria do Estado (Seduc) e a Secretária do Município de Barra do Bugres, abordando a importância da criação e implementação da escola e da escolarização que abrange de 5º a 8º série do ensino fundamental e posteriormente o ensino médio na aldeia.

Como a demanda dos estudantes tornou-se cada vez maior e as dificuldades para manter os alunos nas escolas da cidade também foram aumentando, a comunidade começou a reivindicar a implantação da 5º a 8º série. Outra justificativa para a implantação é que o número de professores na aldeia também aumentou. Houve os professores que tiveram a formação no nível de magistério pelo Projeto Tucum o Luizinho Ariabo Quezo, Alice Kupudunepá, Jovail Amajunepá e Filadelfo de Oliveira Neto. E no ano 2001 teve início o curso de nível superior indígena o Projeto de Formação de Professores Indígenas de nível superior onde ingressaram os professores Filadelfo de Oliveira Neto, Luizinho Ariabo Quezo, Jovail Amajunepá Maria Alice Kupudunepá, Marcio Monzilar, Eneida Kupodonepá, Osvaldo Corezomaé Monzilar, Clicia Tan Huare, Eliane Boroponepa Monzilar e Edna Monzilar. Os professores Jairton Kupodonepá, Ducineia Tan Huare e Silvinho Amajunepá tiveram formação na Universidade de Mato Grosso (Unemat) em cursos regulares (Projeto Político Pedagógico, 2012, p.10).

Conforme relatos de alguns membros da comunidade foram várias reuniões e discussão sobre a escola, uns concordavam, outros discordavam, houve resistência por algumas pessoas, principalmente pelos os estudantes. Segundo eles temiam pela falta de assistência do Estado, assim, havia certo receio pelo fato que os professores estavam no processo de formação em curso superior, naquele momento não tinha tanto respaldo pelos professores do local.

Nesse sentido, Huare (2010) destaca em sua pesquisa que no início houve resistência por parte de alguns alunos, pais e profissionais da educação porque temiam a precariedade da assistência do Estado e os professores estarem em formação a nível superior. Alguns lecionando na aldeia e outros nas fazendas.

Contudo, embasado perante a demanda da comunidade e diante dos fatores exposto acima, a comunidade após várias reuniões entram em consenso, juntamente com o sistema municipal e a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso consegue consolidar a criação da escola almejada pelos Umutina, a partir deste começa os tramites e processo da criação da escola no sistema educacional, entre os anos de 2001 a 2003. E, por fim, consolida no ano 2003, a princípio foram de 5º a 8º série do ensino fundamental, sendo atendida pela Secretaria de Educação do município de Barra do Bugres, no ano seguinte inicia-se a oferta do Ensino Médio, sendo extensão da Escola de 1º e 2º Grau “Júlio Muller” da cidade.

No Projeto Politico Pedagógico (2012) da escola constata-se a necessidade de implantar o ensino fundamental e médio fundamenta-se no fato de que dificilmente se encontra nas cidades elementos conhecedores da cultura e da língua indígena, compromissados com a causa indígena, que possa acompanhar e entender as crianças e jovens que estão entrando na escola. Outro motivo é que processo educativo deve ser assumido por cada povo. A comunidade e os estudantes indígenas Umutina desta escola que terminaram a 8º série manifestaram o desejo de continuarem os estudos aqui mesmo na aldeia, como forma de zelar pela preservação da própria cultura e ampliar o seu conhecimento, permanecendo na aldeia. E, ainda, pelas dificuldades no período das enchentes.

É importante ressaltar que paralelo a essa situação, que estava acontecendo na aldeia, já havia pessoas que moravam na aldeia com formação para atuar como professores e por falta de vagas na aldeia, foram atuar como professores em distintos lugares em fazendas e comunidades não indígenas, estes ficavam distante da cidade. Eram os professores Jairton Kupodonepa, Osvaldo Corezomaé Monzilar, Edna Monzilar, Eliane Boroponepa Monzilar fizeram a formação em magistério em escola pública da cidade, o Jairton já tinha a formação em nível superior em Licenciatura em Matemática realizada na Unemat (curso parceladas), a Dulcineia Tan Huare a formação em Licenciatura em Letra também pela Unemat, e atuava na escola da cidade.

Esses professores ficavam o mês inteiro trabalhando nestas comunidades não indígenas, somente vinham para a cidade no dia do pagamento e aproveitavam para ir para a aldeia rever seus familiares e depois voltavam para a comunidade na qual cada um trabalhava. Foram os primeiros professores indígenas a trabalhar e ter experiências com os não indígenas das comunidades que ficava em torna de 30 ou 80 km da cidade de Barra do

Bugres. Eles retornam para a aldeia somente depois de alguns anos, assim, que concretiza a escola para atuar e contribuir no processo de ensino aprendizagem na sua própria comunidade indígena.

Nesse processo de construção da escola na aldeia outro fato marcante foi a formação desses profissionais indígenas que iriam atuar nesta escola da aldeia Umutina. Quem eram esses professores? Já eram formados? Qual o perfil do professor? Estaria priorizando as pessoas da referida aldeia, visto, como já mencionado acima já havia pessoas com formação para atuar como professor, porém, a necessidade da continuidade da formação em nível do ensino superior.

Aconteceu no município de Barra do Bugres, o primeiro vestibular indígena na Universidade do Estado de Mato Grosso Unemat – MT, no ano 2001, o curso de Graduação Específico e Diferenciado, intitulado “*Projeto 3ª Grau Indígena - Formação de Professores Indígenas*”. Visava à formação específica para indígenas professores que tivesse terminado o ensino médio para atuar em suas comunidades. Neste contexto, a comunidade Umutina em reunião assinou a carta da permissão para os interessados participar do vestibular indígena, na oportunidade conseguiu serem aprovados dez professores, entre os ingressos vale ressaltar a participação das mulheres da aldeia Umutina que foram: Eneida Kupodonepá, Clicia Tan Huare, Eliane Boroponepa Monzilar, Edna Monzilar, Maria Alice Kupudunepá, e os homens que foram o Filadelfo de Oliveira Neto, Luizinho Ariabo Quezo, Marcio Monzilar Corezomaé, Osvaldo Corezomaé Monzilar e Jovail Amajunepá.

Conforme o PPP (2012) o prédio da escola da aldeia Umutina foi construída pelo Programa Fundescola do MEC, no ano de 2002. A condição física da escola comporta duas salas de aula, uma para secretaria, uma cozinha, um banheiro masculino e um feminino, uma sala de professores com banheiro. As paredes externas e internas são de alvenaria e a cobertura com telhas de barro. Porém, a escola está sendo ampliada com três salas de aula, diretoria, 2 banheiros, sendo masculino e feminino, uma cozinha, um refeitório, um laboratório de informática.

No ano subsequente, em 2003, após o término da construção do prédio escolar, inicia-se o novo percurso educacional entre os Umutina na aldeia, as ofertas a princípio foram de 5º a 8º série do ensino fundamental, sendo assistida pela secretaria de educação do município de Barra do Bugres, como já mencionado anteriormente, sendo extensão da Escola de 1º e 2º Grau “Júlio Muller”, ofertando o Ensino Médio na aldeia.



Com essa conquista já em curso, os estudantes que estudavam na cidade retornam para a aldeia, assim, tendo potencialidade de realizar um trabalho voltado à realidade do povo a partir do pensamento indígena Umutina. Os indígenas que trabalhavam fora, nesse contexto retornam para a aldeia para atuar como professores e darem aulas para esses estudantes, proporcionando um ensino que versa a nossa realidade indígena como as práticas culturais e o conhecimento da escola não indígena, contribuindo no processo ensino aprendizagem em sua própria comunidade.

No entanto, importante destacar que foi algo novo para com os estudantes que estavam já acostumados com o ensino da cidade, para os professores que estavam em formação no curso superior, aos pais e a comunidade. No início, esses professores tiveram que enfrentar o dilema, pois, havia muitas resistências por parte de algumas pessoas da comunidade, dos pais, principalmente dos estudantes e até dos outros profissionais da educação que já havia muito tempo trabalhando na aldeia, não acreditavam nas competências dos professores, que eram novos e estavam em processo de formação no curso superior, havia receio, desconfiavam que o ensino fosse debilitado.

Alguns estudantes foram sensíveis e receberam de forma positiva, outros tiveram reação contrária não aceitação, isso era visível nos olhares e em certas atitudes. Os professores enfrentaram resistências dos estudantes, principalmente, aqueles que estudavam o ensino médio na cidade.

Foi um momento muito difícil, porém, esses professores souberam enfrentar de forma responsável e comprometida perante a comunidade Umutina. Foram através de várias reuniões, tendo firmeza, mostrando o seu trabalho no dia a dia, nas aulas, trabalhos feitos em coletivos em passos lentos e construindo laços e apoio juntamente com as lideranças e cacique que estava à frente na época. As mudanças foram acontecendo ao perceber as ações dos trabalhos que estavam sendo desenvolvida na escola e aos pouco começaram a compreender esse novo processo de ensino e a acreditar na atuação dos professores, estes foram guerreiros de enfrentar e se dispor a trabalhar árdua missão que é a arte da educação escolar.

Neste decorrido do ano de 2003 conseguimos mudar o nome Otaviano Calmon para a escola Jula Pará em homenagem ainda em vida a um ancião que muito contribuiu para a revitalização da cultura Umutina o senhor Jula Pará (Huare, 2010, p. 29). Este fato foi um marco neste processo, pela primeira vez conseguiu-se homenagear uma pessoa em vida,

geralmente as homenagens acontecem quando a pessoa morre, portanto, esse foi um diferencial nesta construção.

Em 2004, dando a continuidade na implantação da educação escolar, inicia-se as aulas do ensino médio na aldeia, sendo uma extensão da escola estadual de 1º e 2º grau Júlio Muller de Barra do Bugres.

De acordo com o PPP (2012) a Escola Estadual de Educação Indígena “Jula Pará”, situada no Território Indígena Umutina, na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres-MT, foi criada no dia 24 de junho de 2005, pelo decreto nº 6.013, publicado no Diário Oficial do dia 24 de junho de 2005, página 21 a 22. O nome Jula Pará foi à homenagem a um ancião que contribuiu e foi uma referência em cultura, línguas e conhecimentos tradicionais do povo Umutina.

A referida escola Jula Pará passa funcionar no âmbito da esfera municipal pela Secretaria Municipal de Barra do Bugres, dando assistência desde a educação infantil, a 1º ao 5º ano e o Estado pela Secretaria de Estado de Educação- MT, assumindo o ensino de 6º a 9º a nova nomenclatura do ensino fundamental (5º a 8º série), o ensino médio e posteriormente Educação de Jovens e Adultos (EJA), havendo demanda da comunidade indígena.

Os profissionais da educação que compõem e trabalham na escola são os professores, diretor, coordenação pedagógica, técnico administrativo, instrutor de informática, bibliotecário, merendeiras e auxiliares de limpeza, conta-se com o apoio administrativo do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), são somente indígenas pertencentes à aldeia do povo Umutina. A gestão da escola é conduzida pelo próprio indígena, assim, em coletivo organizam e elaboram o Projeto Político Pedagógico que é um instrumento com objetivo de nortear o ensino aprendizagem na educação escolar em vários aspectos conforme a realidade social, cultural, linguística, econômica e ambiental da comunidade.

A primeira versão preliminar do PPP se iniciou no ano 2000 e conseqüentemente foram aprimorando e consolidando a cada ano, tendo a participação efetiva dos pais, estudantes, professores e a comunidade, e por fim, a última versão foi aprovada por unanimidade no ano 2012. Sendo que a cada cinco anos reformulados e colocando em prática no espaço do ambiente escolar.

O ensino aprendizagem será efetivado baseado nas diretrizes básica da educação escolar indígena, de modo que os estudantes aprendem o conhecimento correspondente nos

currículos que contempla a língua portuguesa, matemática, geografia, História, Ciências, Química, Física, Sociologia, Ensino Religioso, principalmente o que refere ao contexto da realidade indígena, a cultura na sua totalidade, a artes, a língua materna, as narrativas tradicionais, história oral, calendário de festa, os alimentos tradicionais, canções, remédios, rezas, pinturas corporais, história do contato, a demarcação da terra, o patrimônio material e imaterial, o artesanato, as frutas do mato, a fauna e a flora, o manejo da roça, o uso e conservação dos recursos naturais. (...) e o calendário escolar é feito dentro da nossa realidade (PPP, 2012, p. 3- 4; 10).

A escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará, atende os indígenas residentes na aldeia Umutina, na época descrita no PPP em 2012, contava-se com 76 estudantes matriculados, sem contar com estudantes que haviam concluídos a 5º série casaram e construíram famílias deixando de concluir os estudos. O funcionamento da escola baseia da seguinte maneira: a organização das salas de aula é por turma e realiza o ensino fundamental de 6º a 9º (5º a 8º série), o ensino médio e a modalidade do Eja, no período matutino, vespertino e noturno, tendo a duração de quatro horas.

É importante destacar com o passar dos anos que as pessoas perceberam a importância dos estudos, principalmente com a escola na aldeia, seria uma oportunidade de continuar os estudos e uma necessidade de concluir o ensino médio, assim, vislumbravam o ensino superior, nesta expectativa, muitas pessoas da comunidade retornaram a estudar, assim, os estudantes que estudavam na cidade o ensino médio retornam para estudar na escola da aldeia. Foi um ponto positivo, o ensino voltado ao contexto dos saberes ancestral e a realidade local, assim, como o ensino básico do conhecimento ocidental.

A partir de 24 de junho de 2008, começou a nova construção da ampliação do prédio da escola de Educação Indígena Jula Pará, que vai dar melhor condição adequada para todos os estudantes e a equipe escolar.

A escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará, conforme consta no PPP (2012), tem como filosofia atender as demandas e necessidades, criar condições para que o povo indígena Umutina continue lutando pela sobrevivência étnica, social e cultural proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida, através de ações na área de educação, buscando alternativas para a geração de renda familiar, com aproveitamento dos recursos existente na terra indígena.

Entretanto, nessa trajetória escolar da aldeia Umutina, como já citado acima, os professores indígenas tiveram a formação em nível superior na Unemat de Barra do Bugres durante cinco anos de estudos, que eram realizados em períodos de férias entre o mês de janeiro e julho, nos demais meses esses professores atuava em suas comunidades e desenvolviam as atividades de pesquisar referente aos estudos acadêmicos, que denominava a etapa intermediária que visava um diálogo com os mais velhos, lideranças e estudantes, onde havia envolvimento de todos. Em 2005 esses indígenas acadêmicos defendem seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), em várias áreas de conhecimentos ofertada pelo referido curso como: Línguas, Artes e Literatura, Ciências Matemática e da Natureza e Ciências Sociais.

Em julho do decorrente ano acontece à formatura do curso do “3º Grau Indígena”, os indígenas formandos preparam para o grande cerimonial de entrega dos certificados em Licenciados em diversas áreas e aptos para atuar como professores da educação. Foram um momento marco e magnífico para todos nós professores indígenas representantes de várias etnias do Estado e de outras regiões do Brasil. Nesta cerimônia foram apresentadas diversas danças tradicionais dos acadêmicos que estavam concluindo esse ciclo, assim, como tiveram discursos das autoridades municipais, estadual e lideranças indígenas presente, foi realizado esse evento da formatura na capital do Estado, Cuiabá, no Hotel Fazenda Mato Grosso.

No ano subsequente, em 2006, acontece no Estado o primeiro concurso específico para os professores indígenas do Estado de Mato Grosso, este foi um fato importante e marco na história do processo de luta da educação escolar dos povos indígenas. Foi realizado o concurso somente para os professores indígenas e os professores da aldeia Umutina se candidataram pra mais uma empreitada. Numa grande expectativa na espera do resultado, em algumas semanas foi publicado no Diário Oficial o resultado do concurso, e por fim, os nomes aprovados dos professores da escola Jula Pará, foi uma grande emoção e conquista para nós que fomos aprovados foram: Clicia Tan Huare, Ducinéia Tan Huare, Edna Monzilar, Eliane Boroponepa Monzilar, Eneida Kupodonepá, Filadelfo de Oliveira Neto, Jairton Kupodonepá, Luizinho Ariabo Quezo, Marcio Monzilar Corezomaé e Osvaldo Corezomaé Monzilar.

Posteriormente, em 2007, os indígenas professores receberam a posse pela Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso, na sede em Cuiabá para a efetivação do cargo de

professor da Rede da Educação do Estado de Mato Grosso, lotado na Escola Estadual de Educação Escolar Indígena Jula Paré, na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres.

Segue o quadro do corpo docente efetivo da Escola de Educação Indígena Jula Paré e sua respectiva formação:

Docentes Indígenas efetivos da Escola de Educação Indígena “Jula Paré”

Docente	Formação
1-Clicia Tan Huare	Licenciatura Ciências Sociais, Especialização Educação Escolar Indígena.
2-Ducineia Tan Huare	Licenciatura em Letras, Especialização Educação Escolar Indígena e mestre em Linguística.
3-Eneida Kupodonepá	Licenciatura Ciências Matemática e da Natureza, Especialização Educação Escolar Indígena.
4-Edna Monzilar	Licenciatura Ciências Sociais, Especialização Educação Escolar Indígena.
5-Eliane Boroponepa Monzilar	Licenciatura em Ciências Sociais, Especialização Educação Escolar Indígena, Mestre em Desenvolvimento e Sustentabilidade Junto aos Povos e Terra Indígena e Doutora em Antropologia Social.
6-Filadelfo de Oliveira Neto	Licenciatura Ciências Matemática e da Natureza, Especialização Educação Escolar Indígena.
7-Jairton Kupodonepá	Licenciatura Matemática, Especialização Educação Escolar Indígena.
8-Luizinho Ariabo Quezo	Licenciatura Línguas, Arte e Literatura, Especialização Educação Escolar Indígena.

9-Marcio Monzilar Corezomaé	Licenciatura Línguas, Artes e Literatura, Especialização Educação Escolar Indígena e mestre em Estudos Literários.
10-Osvaldo Corezomaé Monzilar	Licenciatura Ciências Matemática e da Natureza, Especialização Educação Escolar Indígena.

Fonte: Monzilar - 2018

No entanto, segue os nomes dos docentes que atuam com contratos temporários ora pelo município, ora pelo estado na referida escola, eles concluíram posteriormente a formação em nível superior em curso de Formação de Professores Específicos na Unemat pela Faculdade Indígena Intercultural ou em curso regular como pode constatar:

Docentes que atua com contratos temporários na Escola de Educação Indígena “Jula Pará”

Docentes	Formação
1-Alessandra Corezomaé Boroponépá	Licenciatura Ciências Sociais
2-Cleomar Myahue Tan Huare	Licenciatura Línguas, Artes e Literatura
3-Laelcio Amajunepá	Licenciatura Ciências Sociais
4-Rosiney Amajunepá	Licenciatura Ciências Sociais
5-Rosinete Amajunepá	Licenciatura Ciências Matemática e da Natureza
6-Roseli Ipaquiri Manepá	Pedagogia
7-Silvinho Amajunepá	Licenciatura Plena em Matemática, Especialização Educação Escolar Indígena
8-Valdevino Harison Amajunepá	Licenciatura Línguas, Artes e Literatura, Especialização Educação Escolar Indígena
9-Lennon Ferreira Corezomaé	Licenciatura em Educação Física, Mestre em Educação. Obs: Hoje é concursado na rede pública da Educação do Estado-MT, atuando na escola da cidade.
10-Itaiane Ipaqueri Quezo	Pedagogia

Fonte: Monzilar - 2018

A escola é um espaço de referência política de toda a comunidade Umutina. Nela se discutem os problemas de políticas internas, de rituais culturais e também a importância do conhecimento escolar para o povo Umutina como uma arma de revitalização das práticas dos saberes quase em desuso ou adormecidos.

A partir da escola os professores e comunidade estão desenvolvendo um projeto de revitalização das práticas e costumes tradicionais desenvolvidas por seus ancestrais e vêm ressignificando vários aspectos culturais, como as danças, os resguardos, os rituais, a pintura corporal, a recuperação da memória, a caça, o ritual da pesca do timbó, a preparação das comidas como o haré, jukuputi, kukupariká e a bebida jolorokwá e outros, incentivando e estimulando a falar e praticar os saberes dos Umutina, um processo complexo já que na aldeia vivem famílias descendentes de outros povos indígenas. A língua materna tornou-se matéria obrigatória na escola da aldeia e está sendo ensinada pelos anciões que ainda estão vivos.

A discussão sobre a revitalização das práticas culturais é fundamental para todos os moradores, é produto da compreensão que os saberes estão e estará sendo impregnada para as novas gerações, que serão conhecedores e protagonista da sua história e de seus valores. Conforme Monzilar (2012) a comunidade considera que houve avanço, as juventudes já se pintam, fazendo a pintura corporal e cantam na língua sem nenhum tipo de receio e isso é muito importante. Desde a escola se criam espaços de afirmação das mesmas tradições culturais e se idealiza uma identidade Umutina que ainda que não seja homogênea se estabelece como o mais forte indicador da indianidade do grupo. Esse fato marca o avanço e o empoderamento desses magníficos trabalhos que foram realizados nesse percurso.

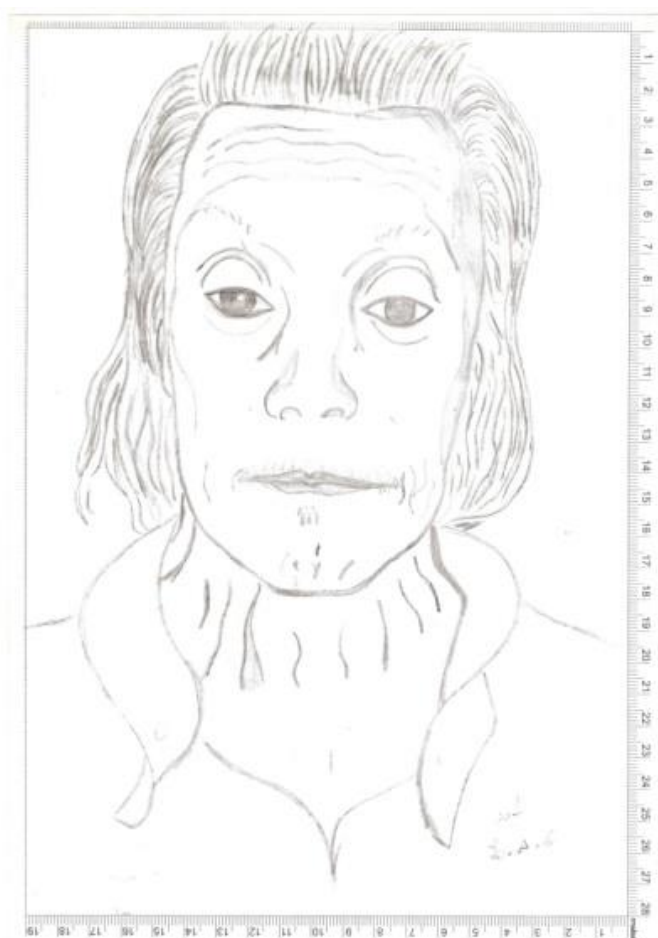
Diante do contexto das mudanças de natureza cultural, social, econômica, educacional e ambiental que sucederam são possíveis que os Umutina veem aspectos positivos e negativos. No entanto esses diferentes povos entraram em consenso para fortalecer a cultura do povo Umutina e garantir o território. Buscaram em conjunto formas de proteção e continuam protegendo os saberes tradicionais e que as mudanças são inevitáveis, e que são parte da busca de alternativa para viver dentro do território e manter viva e fortalecida os costumes e saberes para as novas gerações.

Essas transformações estão relacionadas com os processos formais da educação escolar, sabemos que não foi fácil, teve resistência, mas foram caminhos percorridos e moldados, os Umutina tiveram sabedoria e com isso, as ações consolidando e vislumbrando, apropriando do discurso de revitalização étnica e cultural promovem essa

ruptura e passam a atuar um percurso de movimento mediado a partir da visão indígena no contexto da formação escolar.

A partir do momento que a primeira geração de professores Umutina começa a entrar no curso de formação de professores indígenas emerge outro diálogo e fortalecendo essa temática que já vinha sendo moldado junto com a respectiva comunidade o contexto com relação à Educação e os processos de ensino aprendizagem. Uma educação que visa à revitalização e, principalmente, o fortalecimento da cultura Umutina, a valorização do seu território e afirmação de identidade Umutina.

### 3.10.1. Quem foi Jula Paré



Fonte: Luciano Ariabo

Jula Paré, um homem guerreiro Umutina que contribui muito para a reconstrução dos saberes da ancestralidade dos Umutina.



Schultz em sua informação etnográfica sobre os Umutina apresenta nomes dos Umutina que viviam nas malocas em 1944, entre eles o Jula Pará que viveu com seus familiares aos 15 anos de idade, filho de valentes guerreiros que resistiram até o último fim da vida não aderiram aos modos dos não indígenas o Jukuepa e Kokolotó.

Para Huare (2010) em sua pesquisa aborda que Jula Pará viveu nas aldeias chamada maloca, que era espalhada pelas matas desta região antes do contato. A partir do encontro lastimável com os não indígena, ele foi levado para a atual aldeia indígena Umutina.

Nesse processo de choque cultural, ficou descontente, principalmente pela perda dos seus pais que foram contagiados pelas doenças transmitidas pelos não indígenas, forte epidemias de sarampo, coqueluche e tuberculose, assim, como as demais famílias foram vítimas.

Diante dessa situação constrangedora, sentiu-se inoperante as condições que estava vivenciando, e então, decidiu ir embora, conforme relatos das pessoas da comunidade, ele ficou praticamente vinte anos fora da aldeia. Estava em um lugar de garimpo na cidade de Arenópolis.

Nesse sentido, a autora descreve que o Jula Pará não resistindo à saudade de seus parentes que ficaram ele resolveu voltar à aldeia Umutina onde passou o resto da sua vida. Ao retornar observou e percebeu que seu povo havia perdido muitos de seus costumes inclusive a língua materna, muitos velhos foram mortos durante a sua ausência da aldeia. E comovido com a situação em que se encontrava seu povo, resolve ajudar repassando tudo que ainda guardava em sua memória (HUARE, 2010, p.31).

Conforme Huare (2010), em 1989, Jula Pará iniciou a ensinar as crianças e os jovens a praticar a dança, a usar as vestimentas e musicas tradicionais dos Umutina.

Neste contexto, observa-se que Jula Pará foi essencial neste processo de ensinar as práticas culturais que estava em sua memória, trazer à tona essas lembranças de um passado que era preciso, mas, que muitas vezes tinha resistências, pois, era tocado por emoções alegres e tristes de tudo que viu e conviveu. A princípio, não foi fácil, pois, lembrava de todo os sofrimentos, porém, através de muitas conversas, visitas em sua casa pelos professores da época, alguns jovens, familiares, aos poucos começou a repassar, ou seja, a falar das histórias, dos mitos, a ensinar palavras na língua, a dança entre outros saberes.

Jula Pará morava sozinho em sua casa que era construída de palha e madeira (pau a pique), ele nunca casou e nem teve filhos, porém, todos da aldeia consideravam como parentes, recebiam constantemente visitas em sua casa, das pessoas da comunidade.

No dia 24 de novembro de 2003 o Jula Pará faleceu, segundo as pessoas da comunidade foi de morte natural. Foi um momento melancólico para todos da comunidade, pois, quando um ancião parte para outro mundo, leva consigo seus saberes, porém, deixaste seu legado dos saberes ancestrais que foram ensinados para aqueles que tiveram a oportunidade de viver e conviver e para a novas geração.

Nesse sentido, é importante descrever um acontecimento na vida deste ancião que marcou muito, assim:

Conta-se que, um dia quando era mais jovem, convidou o seu amigo para rançar poaia. Esse amigo ainda é vivo, chama-se Antonio Uapodonepá. Julá Pare morava afastado da aldeia, morava sozinho; criava porcos e galinhas.

Os dois amigos combinaram de sair bem cedo, e Julá esperava o seu parceiro na entrada da mata.

Julá acordou bem cedo, deu comida para os porcos e as galinhas. Esperava que Antonio chegasse e entrasse ali na casa. Foi arrumando as coisas necessárias para o trabalho, pegou o seu cavalo colocou a sela, viu que o companheiro não chegava, resolveu partir.

Entrou no mato adentro e começou a rançar a poaia. O cavalo amarrado na beira de um córrego. E nada do amigo aparecer.

Poiou, poiou....até a tarde, aproximadamente umas três a quatro horas. Vendo que já era tarde, resolveu voltar.

Chegando ao córrego, onde seu cavalo estava, sentiu sede e abaixou para beber água, começou a beber. Neste momento, ouviu grito e uma forte ventania, e o grito continuou mais forte. No entanto, ele não se preocupou, achou que era o seu amigo. Abaixou-se novamente para beber mais água, quando de repente apareceu na sua frente uma figura horrível, vinda em sua direção, pronto para atacá-lo. Mas parecia um grande macaco, às vezes homem, com olhos de fogo, dente de onça, garras enormes, com aproximadamente dois metros de altura. Vindo em sua direção de boca aberta.

Armou sua velha espingarda que sempre negava tiro, dessa vez não negou e atirou em sua boca. O bicho caiu para trás e deu um grito que estrondou a mata.

Pegou o seu cavalo que já estava desesperado. Cortou a corda que estava amarrada no cavalo e partiu disparado, saiu do mato e alcançou o campo, para a sua sorte o bicho não saiu do mato.

Chegou a seu barraco, deu comida para os animais e partiu para a aldeia, enquanto isso o bicho vinha gritando através da mata. Chegou à aldeia avisou o pessoal do ocorrido, já era noite quando ainda próximo à aldeia ouvia seu grito.

No outro dia ele saiu junto com alguns índios e voltou em seu barraco, o bicho tinha ido lá, e foi muita sorte não ter ficado.

Após este acontecimento, jamais voltou à mata. Ele foi para a cidade de Arenápolis, onde passou dezoito anos, só depois voltou para a aldeia. (História da poaia: no território Umutina - Osvaldo Corezomaé MONZILAR, p.6).

Esta história é contada pelos mais velhos da aldeia Umutina, a partir das suas percepções, é muito famosa entre os Umutina, são recontadas e recontadas para os jovens, às crianças e adolescentes. Pode observar que o Jula Pará em sua vida passou por várias situações, que foram experiências de vida marcada em suas memórias, e que em vida pode contribuir com a reconstrução dos saberes da ancestralidade e sendo protagonista da sua história.

### **3.11. O que é ser professor indígena e o papel do professor indígena**

A construção e a reconstrução das práticas do saberes dos Balatiponé-Umutina, o protagonismo e resiliências sob as lentes dos indígenas professores da aldeia Umutina.

#### **3.11.1. Professor Jairton Kupodonepá**

Professor indígena é um membro da família para os estudantes que vai passar os conhecimentos, vivenciar todos os processos de ensino, ensinar e aprender juntos. Um amigo a mais da família, um componente que vai ajudar e direcionar através do conhecimento a vida da criança. O professor indígena é como líder, uma liderança, deve estar junto com a família, com o aluno, participando, é orientando a comunidade.

#### **3.11.2. Professora Ducinéia Tan Huare**

Ser professora indígena é diferente da nossa visão de mundo, pois, nós temos o conhecimento do povo que pertence, sabe a vivência do nosso povo, como viveram e vivem, assim, valoriza o povo. Diferente do professor não indígena, o professor indígena valoriza a terra onde vive os animais, os rios, a natureza, o povo, o conhecimento, as narrativas indígenas. Ser professor indígena com a cultura diferente, um conhecimento indígena e o conhecimento não indígena, ter essa visão voltada pra cultura do povo, um olhar diferente, trazer esses conhecimentos essas práticas pra sala de aula, para que sejam

repassados para as crianças, jovens, ajudar a escrever a história e o conhecimento dos anciãos.

### **3.11.3. Alessandra Corezomaé Boroponepá**

Ser professora indígena hoje em 2018 é um desafio. O desafio do professor é saber usar os dois conhecimentos indígena e o não indígena em favor da aprendizagem dos alunos. Já foram várias conquistas, porém, ainda tem muito a aprender e conquistar.

Como professor indígena, por mais que tivesse concluído o ensino superior, deve continuar estudando pelo fato de trabalhar na aldeia e essa profissão na educação, exige estar sempre atualizando, aprendendo, conhecendo e compartilhar o conhecimento com os alunos.

Hoje a tecnologia está bem forte em várias aldeias, aqui na aldeia Umutina está bem forte, então, tem que saber trabalhar como manusear o computador, celular e fazer pesquisa na internet com os alunos, pois, não é todos que tem acesso a internet, porém, a maioria já tem. Se o professor não atualiza, acaba ficando pra trás dos alunos, porque a tecnologia está muito forte, eles são ágil na tecnologia, por isso, deve estar sempre estudando e aperfeiçoando para trazer o conhecimento para dentro da sala de aula. A professora Boroponepá expressou sua experiência assim,

“ser professor não é só agente ficar lá escrevendo no quadro, isso pra mim, como professora não me dá alegria e às vezes, parece que os alunos já estão tão acostumado a isso que, professora a senhora não vai passar no quadro? Professora o que a senhora vai passar agora no quadro? Sabe! E isso me dá uma agonia parece que se eu não passar determinado conteúdo no quadro, parece que não está bom, eu já gosto mais de levar eles pra fora, pra ver o redor da nossa aldeia, e também gosto de trabalhar com eles, assim, levar para o laboratório pra gente assistir um filme, ou pra mim mesmo fazer um planejamento onde eu possa estar usando o data show, eu acredito assim que pra trabalhar com crianças, tem que trabalhar muito com imagens, mostrando as imagens pra ele, não adianta só eu passar lá no quadro”.

Mostrar através de imagens determinados temas, por exemplo: o bioma, cerrado, pantanal e outros, fazendo essa interação do conteúdo no quadro e usar a tecnologia, os alunos irão aprender, pelo fato de morar na comunidade indígena, ter essa riqueza do ambiente, o aluno pode aprender fora da sala de aula, como dentro da sala de aula. São essa

criatividade e formas que o professor pode estar utilizando pra melhoria do ensino e aprendizagem.

#### **3.11.4. Professora Rosinei Amajunepá**

Ser professora indígena é um desafio muito grande. Professor indígena é bom, mas, ao mesmo tempo não é, é desvalorizado, principalmente pelo governo, o salário e a desvalorização do professor por parte de alguns alunos, porém, há alunos que tem apreços (dão valor) aos professores.

#### **3.11.5. Osvaldo Corezomaé Monzilar**

Ser professor indígena é um desafio, são dois mundos de conhecimento que vive, tem que transportar conhecimento do indígena e não índios, passar para o aluno. É um processo que se dá no dia a dia, ao longo do tempo, está conseguindo passar através dos comportamentos e a interação com a sociedade. O professor não indígena é mais fácil, não vai ensinar o conhecimento indígena para os alunos, somente o conhecimento ocidental, o mundo e a maneira de pensar dos brancos.

É fazer essa ponte do conhecimento dos indígenas que está sobrevivendo até nos dias de hoje, que tem valor, se não tivesse não estaria sobrevivendo da maneira que vive em harmonia entre as pessoas, a natureza, os animais, os peixes, as aves, nesse sentido que transmite esse conhecimento e a valorização. O conhecimento do branco é um instrumento que serve para ser usado, para defender os nossos direitos, recursos, tudo que venha nos beneficiar.

Transmite para que sejam pessoas de bem, que tenham respeito e consigam sobreviver em qualquer lugar. No entanto, em nenhum momento referiu-se que iria preparar o aluno pra ingressar na universidade, mas, prepará-lo pra que sobrevivesse em qualquer lugar como cidadão de bem, porém, a escola superou essa barreira, porque muitos alunos concluíram o ensino médio, formaram, ingressaram para a faculdade na graduação em diversas áreas e na pós-graduação, conseguiram concluir, é um orgulho para a escola e para os professores.

No projeto político pedagógico está assegurado que Jula Pará é uma escola que é diferenciada no sentido de transmitir e ensinar aos alunos até o ensino médio, o conhecimento indígena e o conhecimento não indígena.

### **3.11.6. Professora Maria Alice de Souza Cupudunepá**

Primeiramente deve querer ser professor, saber ensinar e ser humilde para entender que com o aluno também se adquire a aprendizagem. É necessário que esse profissional seja um adepto da educação indígena, ou seja, que detenha conhecimento sobre o assunto.

### **3.11.7. Professora Edna Monzilar**

Ser professora indígena é muito difícil, mas, ao mesmo tempo fácil. Gostar do que faz, torna mais fácil, quando entra a questão financeira torna complicado. Ser professor indígena é ser você, conhecer sua história, estar no meio do povo, conhecer esses dois mundos, o científico e indígena, acreditar na cultura do povo, na cosmologia indígena, vivenciar a vida junto à natureza com a mata, trabalhar na terra, pois, é dela que surge o sustento e protegê-la, porque para os indígenas a terra é a nossa mãe, era assim que os antepassados viveram.

## **3.12. Ensino da Escola de Educação Indígena Jula Pará: Avanços, obstáculos e desafios**

Roda de Conversa com os Indígenas Professores da Escola de Educação Indígena Jula Pará.

A professora Rosinei Amajunepá iniciou o seu relato:

“A escola na aldeia foi muito bom e importante uma conquista para o povo Umutina, foi uma luta muito grande pra conseguir a escola na aldeia. Principalmente para os estudantes que estudava na cidade, tiveram muitas dificuldades. Na nossa comunidade temos várias conquistas, muitos professores indígenas, trabalhando na escola da aldeia, temos vários enfermeiros formados daqui da aldeia e tantos outros que ainda

estão na universidade, e vários que saíram da aldeia pra ajudar outros povos”.

“Alguns jovens não aproveitam a oportunidade que tem na aldeia pra estudar, não querem estudar, preferem ir pra cidade com as famílias, não vê a importância da escola na aldeia. Não se sabe se é por necessidade falta de emprego que algumas pessoas vão ou porque não querem que os filhos estudem na aldeia com professores indígenas. Os alunos que sai pra cidade e retornam para a aldeia continuam com muita dificuldade na aprendizagem. Observa-se ainda que tem pessoas que desvaloriza os professores indígenas. Precisa que as pessoas e o povo valorizam os professores” (RODA DE CONVERSA, 2018).

Segundo a professora Amajunepá, sobre a educação indígena, falam que é diferenciado, mas, está muito longe de ser diferenciado, porque, não tem um sistema próprio de ensino e aprendizagem, ainda segue o sistema não indígena. A professora acredita numa perspectiva se tiver e se for totalmente diferenciado vai melhorar a educação.

Ela faz as seguintes ponderações,

“Os pais precisam participar mais ativamente na educação dos seus filhos, pois, se observa que está semelhante à escola não índio que está educando os filhos. O papel do professor é ensinar e não educar, ensinar o ensino aprendizagem na sala de aula, a educação de pai para filhos vem de casa o respeito”.

Ressalta que alguns pais que vem na escola, vem saber o que está passando, o que o filho está aprendendo. “Na faculdade estuda tudo resumido, faz a formação, não aprende nada na prática só teórico, quando vai à prática é totalmente diferente, encontra dificuldade, então, tem que estar buscando, pesquisando pra poder dar um ensino melhor para os alunos”.

“A realidade na escola é totalmente diferente tem que buscar pesquisar, fazer formação pra poder melhorar o ensino e aprendendo, a cada dia vai aprendendo com os alunos, colegas, professores, as formação continuada que o município fornece para ajuda, buscar conhecimento pra estar ensinando na escola” (RODA DE CONVERSA, 2018).

A professora trabalha com a educação infantil (pré I e II), no ano em 2018, no total são 18 estudantes, são duas turmas multiseriado, somente do pré I esse ano entrou 16 estudantes novos e do pré II só dois estudantes do ano passado. Os estudantes atendidos pelo município devem ter em torno de 58 a 60 alunos.

O professor Laelcio ressaltou que *“Hoje nós tivemos muito avanço não tem nem comparação, apesar que precisa mudar muito ainda na educação nas séries iniciais, precisa ser separado o primeiro e o segundo é junto, a terceira e a quarta é tudo junto”*, pensa que esse é um do motivo que os estudantes encontram dificuldade quando vem pra

o estado, ao 6º ano, vem de um trabalho multiseriado, não é fácil o professor ministrar a sala de aula com três turmas.

“Passamos dificuldades no passado. A realidade de hoje mudou muito, temos a escola na aldeia funcionando em três períodos matutino, vespertino e noturno. Teve avanço muito grande na educação da aldeia, construção do prédio da escola, professores indígenas, os alunos que ingressaram na faculdade. Como diretor, gestor me entristece muito ainda é que as crianças não sabem valorizar, o que eles tem aqui dentro, o avanço, a escola, estar perto de casa, os professores indígenas, tem muitos alunos que falta muito, acabam desistindo, não valorizam, e isso entristece às vezes” (AMAJUNEPÁ, 2018).

Em seguida, continuou o seguinte relato:

“Uma vez tivemos uma reunião em Cuiabá, reunião dos professores, coordenadores e secretários e assessores, somente indígenas uns 300 no hotel. Cada povo levantou e falou das suas dificuldades, fiquei pensando, assim, nossa temos tudo na nossa aldeia, e tem muitos colegas que não tem nem sala de aula, não tem escola, a dificuldade com os alunos, ai que caiu a ficha, falei nossa, e nós reclamando de tantas coisas e nossos colegas que não tem nada, nós estamos em 2018, e nossos parentes não tem nem escola, nem professores formados. Então, você vê que estamos bem adiantados, bem avançados do que outro povo que conheço daqui de Mato Grosso, não sabe de fora” (LAELCIO AMAJUNEPÁ, 2018).

A professora Boroponepá expressa à forma do ensino e os desafios com crianças das séries iniciais:

*“Hoje dou aula pra uma turma multiseriada, do terceiro, quarto e quinto ano, uma turma de 24 alunos, é um desafio de estar com uma turma multiseriada, como disse eu sempre trabalhei com ensino fundamental, o sétimo ano, era só o sétimo ano, oitavo ano, só oitavo ano, primeiro ano, só primeiro ano, então, você esta ali dentro na sala de aula com uma turma onde você tem que fazer três planejamentos e como vai desenvolver esse planejamento com uma turma que é terceiro, quarto e quinto ano, onde o terceiro ele está aprendendo a ler, o quarto ano já está mais avançado, o quinto também, então, é um desafio, acredito hoje, pra mim enquanto professora”* (BOROPONEPÁ, 2018).

A professora Boroponepá disse que orienta os estudantes da importância da valorização do Território Umutina, ressaltando:

“Oriento os alunos em relação tudo o que temos aqui dentro do território referente diversidades de plantas, de animais e aves, os rios. Temos uma estrutura adequada à escola, o posto da saúde, temos várias coisas aqui dentro, que infelizmente, parece que alguns ainda não valorizam tudo isso é conquista nosso, do povo Umutina, e acredito pode-se obter mais na educação, pois, precisamos de melhoria na nossa aldeia, mas, nós já conquistamos várias coisas” (BOROPONEPÁ, abril, 2018).



Na opinião da professora Kupodonepá, destacou-se:

“a maior mudança que teve foi à educação escolar, porque não tem ninguém analfabeto, assim, os professores indígenas estão fazendo a sua parte, tem bastante alunos que estudaram e já concluíram já estão formados, agora depende de cada um, sabe-se que tem alguns que estão estudando, continuaram os estudos, mas, alguns não continuaram” (Eneida Kupodonepá, 2018).

A professora expressou a preocupação e os desafios referentes à juventude indígena Umutina,

“O desafio maior são os nossos jovens, os mais velhos falam que temos que deixar as coisas boas para os jovens. Fico pensando será que os jovens de hoje vão cuidar do que tem aqui? De tudo, da cultura, do território, observa-se pouco jovens que participa da reunião que tem na comunidade, não expressam sua opinião, não fala nada. Se não tiver ninguém pra provocar a reunião, a reunião só fica com quem está falando, o pessoal só ouvindo, as pessoas não opinam muito, são alguns jovens que participam” (ENEIDA KUPODONEPÁ, 2018).

O professor Ariabô fala das dificuldades e desafios a serem enfrentados pela escola e pelos professores:

“Observa-se em alguns alunos a rejeição na questão de aprendizagem da própria cultura. Tem que haver um trabalho para conquistar aquele aluno, pra que venha ter mais interesse de aprender sobre a realidade local. Ainda encontra resistências de alguns pais, que ainda tem o pensamento que o aluno tem que estar na sala de aula, aprender o que é da sociedade envolvente”. Assim, comenta demonstrando esperança “eu sei que um dia, aos poucos a gente vai, tem que ter conversa, já houve várias conversas nas reuniões com os professores, incentivando, falando com os pais, então, claro que isso não vai mudar de um dia pra outro, é com um tempo passando né, claro que daqui mais pra frente a gente sabe que esses alunos vai valorizar mais cedo ou mais tarde, é uma questão somente de tempo, os professores não desanimando, buscando, incentivando, colocar valores no ensino indígenas” (ARIABÔ, 2018).

O indígena professor Corezomaé fez as seguintes considerações em relação às conquistas, as resistências e os desafios atual: *“As conquistas foram à escola, os professores, coordenador pedagógico e o diretor indígena, uns anos atrás a relação com a comunidade era bem ativo a participação, vinha se mantendo positivamente”* (COREZOMAÉ, 2018).

Atualmente, houve mudança percebe-se que a comunidade está recuada, o professor faz uma reflexão *“eu penso, eu não sei se a comunidade está recuada da escola*

*ou a escola está recuada da comunidade, porque aí tem que ter entrosamento entre as duas”.*

Destacou sobre o papel da gestão escolar,

*“se o diretor, o coordenador não for uma pessoa de bom relacionamento com a comunidade, a comunidade não vai aproximar da escola, os gestores tem que dar o sentido da valorização da escola. A comunidade tem que estar presente dar aquele suporte e força. Caso a comunidade não está aproximando, cabe o coordenador, o diretor que estiver na frente manifestar-se e fazer eventos para sensibilizar a presença da comunidade” (COREZOMAE, 2018).*

Ainda,

*“Esse é o desafio da gestão escolar atual, observei a ausência da comunidade no decorrer desse ano. Sabe que é difícil trazer 100 por cento da comunidade e dos pais para a escola, porém, trazendo mais de 50 por cento já é válido e positivo. A escola e principalmente os gestores tem que ter uma boa relação com outros órgãos que tiver dentro da comunidade, com a equipe de saúde, o cacique, as lideranças, tem que estar juntos em todos os sentidos como em eventos e as decisões referente à comunidade, nesse sentido funciona, caso contrário fica estático. A educação deve estar em movimento, não pode achar que está bom, deve procurar algo melhor e novos caminhos” (COREZOMAE, 2018).*

A professora Monzilar, em seu relato, faz a consideração das conquistas, os obstáculos e os desafios alcançados e almejados nesse percurso da educação escolar Umutina.

*“Foram várias conquistas que sucederam nesse processo escolar todas importantes, porém, a maior foi a ressignificação da cultura como a dança, cantos, comidas, artesanatos, pois, estava deixado de lado, desde que os professores indígenas retornaram para aldeia e começaram realizar esse trabalho com os alunos, foram tendo mudanças e avanços”.*

A escola Jula Pará tem a grade curricular que compõe disciplina voltada para cultura, língua materna e os saberes indígenas. O calendário anual letivo inclui atividade cultural como: dança, comida tradicional, competição de arco e flecha entre outras atividades que envolvem o conhecimento da cultura, principalmente o território como a aula de campo onde os estudantes conhecem lugares que os antepassados viveram ao longo do tempo.

A professora continuou o relato assim,

“Atualmente a escola Jula Pará vem junto com os professores, estudantes e a comunidade reafirma a identidade, a cultura do povo Umutina, nesse sentido, os estudantes sabem preparar a tinta de jenipapo para pintar o corpo, pintam sem nenhum receio. Os professores devem estar falando da importância e da valorização do povo. Os estudantes têm que conhecer esses dois universos: conhecimento científico e o conhecimento indígena para não perder suas raízes”.

“A princípio teve muitas dificuldades com relação a alguns estudantes e pais na ressignificação da nossa cultura, muita resistência, foi superado, hoje ainda tem, porém, é muito pouco. Foi um trabalho de formiguinha que teve lá no passado e que continua não deve parar, pois, a cada ano vêm novas crianças, tudo que foi semeado, hoje podemos dizer que deu frutos, não pode parar, dizer que está tudo certo” (MONZILAR, 2018).

Continou o relato abordando os desafios atuais, assim:

“Tem vários desafios a enfrentar, uma delas é conciliar a tecnologia e a cultura, pois, os jovens estão circulando nesse meio tecnológico, tem que lutar para que venha fortalecer o povo, utilizar para registrar a história. A escola vem desenvolvendo trabalho de oficina, encontros e seminário para mostrar para os alunos a importância de viver nesse mundo tecnológico mais não perder a essência de ser indígena. Outra questão refere à falta de produção de material didático do próprio povo, pois, requer recurso, porém, não torna impossível, tudo depende de cada professor” (Monzilar, 2018).

A professora Maria Alice ressalta as conquistas:

*“Implantação da escola dentro da aldeia; Criação da escola; projeto político pedagógico específico e diferenciado; regimento interno; prédio próprio; professores com título de formação superior”.*

Em sequência expressa sobre as dificuldades e desafios a serem enfrentados: *“Continuar mantendo e agregando os conhecimentos tradicionais, de garantir a participação dos jovens, é necessário e implantar algo que chame a atenção deles, que seja cativante”.*

### **Práticas de ensino pedagógicas**

O trabalho de ensino na educação infantil é conduzido da seguinte maneira: no começo do ano é feito o planejamento, onde são planejados todos os conteúdos, os direitos de aprendizagem que será ensinado na sala de aula. São disciplinas do não indígena que

são português, matemática, artes, música, e tem o diferencial que é a língua materna. Na língua materna ensina-se o que se sabe de línguas, o conhecimento da seguinte forma: desenhos de animais e peixes na língua, palavras, o alfabeto Umutina e as vogais.

Na semana cultural, realizada durante o mês de abril, são feitas atividades falando sobre a importância da cultura, da realidade e o modo de ser e viver que tem na aldeia, as festividades, os artesanatos e outros são trabalhados com as crianças.

Neste sentido, Boroponepa relata com emoção sua experiência enquanto professora:

“Hoje é gratificante estar aqui, vivenciando essa experiência junto com nosso povo. Passando o conhecimento pra os alunos e aprendendo, enquanto professora não só ensina, mas, aprende. Oriento de várias formas no sentido que de valorizar os pais, os avós, por que muito enfrenta dificuldade em casa, questão do lado familiar e pessoal da criança, às vezes, pode estar com algum problema na escola como agressivo, desanimado ou faltando aulas. Enquanto professora tem que estar sempre observando as crianças tanto na escola e o familiar”.

A princípio quando os professores indígenas começaram a trabalhar pela secretaria do município, eles seguiam o plano anual, orientação especificando a forma de trabalhar com as crianças nas aulas de matemática, ciências, geografia, história, ciências sociais e o português. Depois, com o tempo, começou a mudar, começou inserindo sobre a realidade indígena, as atividades da cultura, trabalhar a língua materna.

O professor indígena destacou *“Você faz o seu planejamento, na minha aula é importante trabalhar a língua materna, então tem que ser trabalhado, mas logico que você tem que seguir certinho o que eles manda pra você trabalhar com as crianças, por que tem que fazer o planejamento e mandar pra eles, pra a secretária, para vê e estar acompanhando o que está fazendo”*.

Hoje os profissionais que trabalham na educação, na secretaria do município, tem entendimento das especificidades da questão indígena, antes não tinha, agora os profissionais da educação são mais abertos, entendidas, teve mudança durante esse tempo, sendo assim, a os professores continuam realizando os seus trabalhos das práticas culturais. O professor continua dizendo *“antes eu não trabalhava com a língua materna, eu vi que as crianças, elas sabiam, depois com o tempo peguei e comecei a trabalhar com elas, e tinha palavras que elas entendiam, assim, tem que trabalhar diretamente a língua materna*

*com a criança*”. No ponto de vista do referido professor, precisa-se dar a continuidade dos trabalhos com as crianças.

A professora Kupodonepá atua com as turmas do ensino fundamental e médio, fala sobre a prática pedagógica, que está abrangendo às atividades de saberes indígenas relacionados à questão da roça. Quando começou a fazer a primeira roça, algumas coisas não saíram muito boa na plantação.

“Em sequencia fomos visitar senhor Vergilio na roça, levamos os estudantes, ele ensinou como plantar, a lua certa, que dia plantar o jeito de plantar, os espaços, deu uma aula para todos. A roça dele é muito bonita, então, nessa parte está sendo a prática dos saberes. Quando faz confecção de artesanatos com os alunos na sala de aula. Esses artesanatos são ensinados pelas mães dos alunos que sabem, tem alguns alunos que sabem fazer”. A professora expressou algo importante assim, “Igual fico pensando assim, eu não sei fazer artesanatos, as minhas filhas aprendeu tudo no mais educação a fazer abanador, fazer torcer cordinha que nem sei, então, é isso, eles aprenderam na escola, nesse sentido, a escola ajuda muito nessa parte cultural”.

E continuou falando da sua experiência entre os alunos e as mães na produção do artesanato:

“Porque às vezes tem mães que não fazem, igual eu nunca fiz. Ano passado eu fiz colar trançado, eu não sabia, então, eu fiz com os alunos, veio as mães ensinar, vi que alguns alunos já sabia fia né. Tem alguns alunos que sabem alunos que é filho de mãe que faz artesanatos, agora quando não sabe, a gente vê que os pais também não sabe, se não sabe os filhos não vai aprender, mas tem alunos que sabe fazer”.

Os estudantes que sabem, são filhos de pais que fazem os artesanatos, eles repassam para os filhos e aprendem, quando aprendem não esquecem mais, se os pais não fazem, os filhos não vão aprender, ou aprendem na escola nessas aulas práticas.

Corezomaé, que atua com a turma do ensino fundamental e ensino médio, relata sobre a sua experiência enquanto professor e quando esteve a frente como coordenador pedagógico da escola, destaca os avanços, as dificuldade e os desafios na prática de ensino:

“A relação entre os professores é um momento muito bom que interage e se aprende no dia a dia na escola. A escola é um espaço de decisão em conjunto entre os professores e os alunos, durante o seu trabalho de coordenador pedagógico procurou ouvir e consultar os alunos e os professores nas decisões referentes determinada questão”.

E continua assim,

“Caminhar juntos no sentido é necessário para convencer e mostrar aos professores e alunos que é interessante, que vai fortalecer a escola nas questões das práticas pedagógicas, na tecnologia indígena, havia muita resistência por parte dos alunos, por parte de alguns pais e professores sobre a valorização da própria cultura, no entanto, se o professor não interessa os alunos não interessa. Foram essas questões que foi trabalhado e fundamentado pra desenvolver as práticas culturais e agroecológica que vinham sendo realizados dos coordenadores anteriores, conseguiu-se dar continuidade buscando os conhecimentos dos anciões”.

“Na escola não era realizado o trabalho de fazer a roça, cultivar alguma coisa, plantar, e alguns anos recente vem sendo desenvolvida essa prática de preparação da roça. Mostrar aos alunos ao fazer a roça é um conhecimento, conhecimento dos indígenas que deve se transmitir, já que em algumas famílias, nas casas não é passado, mas, a escola esta fazendo esse trabalho e transmitindo pra os alunos. Alguns alunos chegam a casa ficam assistindo, fica no celular, não vai, mas pra a roça com os pais que plantam, colhem, muitos já não tem o conhecimentos da fase da lua que está relacionado com a forma de plantar” (COREZOMAE, 2018).

A mudança para os que nasceram na era da tecnologia, deixa o conhecimento indígena de lado para buscar outro conhecimento não indígena. Essa é uma preocupação de alguns professores que tem receio que venha acontecer futuramente e por esse contexto a escola começou essa iniciativa das atividades práticas dos saberes indígena está inserindo esse conhecimento dentro da sala de aula. Nesse sentido, observa-se mudança de pensamento dos estudantes, dos demais professores, dos pais e da comunidade.

Monzilar reafirmar as atividades das práticas pedagógicas dos saberes que são realizados na escola Jula Paré com os estudantes do ensino fundamental e o médio, assim,

“no currículo escolar tem a área específica que são os saberes e conhecimentos tradicionais que são desenvolvidas a língua materna, dança, cantos, comidas, artesanatos, competição de arco e flecha, os alunos sabem preparar a tinta de jenipapo para pintar o corpo, pintam sem nenhum receio, a aula de campo onde os alunos conhecem lugares do território que os antepassados viveram ao longo do tempo”.

A professora Alice ressalta as atividades que são realizadas pelos professores e os alunos na escola.

“A educação da conjuntura atual desenvolve atividades de valorização do conhecimento tradicional do povo Umutina, de forma que fortaleça a cultura. Atividades de fortalecimento cultural desenvolvidas: tecnologia indígena; língua materna; produção de artesanatos; prática da pesca do timbó garantido no PPP da escola Indígena Jula Paré”.

### **3.13. Atividades Pedagógicas de projetos e programas na Escola de Educação Indígena Jula Pará**

A Escola Estadual de Educação Indígena Jula Pará da Aldeia Umutina foi contemplada com o Programa Mais Educação, teve início no dia 03 de fevereiro de 2014. Primeiro foi realizada uma reunião com a comunidade e o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) para explicar e socializar sobre o Programa Mais Educação, sendo o segundo ano desenvolvendo as atividades com os estudantes do ensino fundamental.

O Programa mais educação foi executado na escola da seguinte forma, o macro campo são Esporte e lazer, a atividade: etnojogos, Agroecologia, a atividade: canteiro sustentável, Acompanhamento pedagógico, a atividade: Campo do Conhecimento e Educação em Direitos Humanos, a atividade: Artes audiovisual e corporal.

As atividades foram realizadas no período matutino, dentro da sala de aula do espaço da escola como também no pátio da mesma, pois, há algumas atividades são práticas. Para cada atividade teve o monitor que desenvolveu os trabalhos todos os dias da semana de segunda-feira a sexta-feira. No total são quatro monitores jovens da comunidade que manifestaram o interesse e a disposição para vivenciar e realizar as atividades.

Foram realizadas as oficinas, círculos de leitura, atividades individuais e em grupo, seminários, palestra de vários temas, apresentação e socialização, produção e interpretação de textos, pesquisas com as famílias, atividades culturais: danças, música indígena, pintura corporal, confecção de artesanatos, mitos, preparação de comidas tradicionais, pinturas de tecidos e telas, dramatização entre outros.

No macro campo, esporte e lazer são os jogos tradicionais, corrida, confecção do arco e a flecha, canoagem, natação, futebol, brincadeiras, cantigas de rodas.

Na agroecologia são realizados o cultivo e manejo da roça / horta escolar, mudas de plantas frutíferas, círculo de diálogo com os mais velhos sobre as práticas tradicionais como plantação de banana, mandioca, abacaxi e outros.

A participação dos estudantes foi de expectativa positiva nas atividades realizadas, buscou-se interesse e desempenho, participaram ativamente nos trabalhos propostos seja individual ou em grupo, expressaram as opiniões de acordo com os temas abordados.

Com relação às demais atividades da escola, buscou-se uma integração e trabalho em conjunto com as disciplinas que os professores ministraram, principalmente quando

encontraram dificuldades que geralmente é na área de língua portuguesa e a matemática. Na reunião pedagógica foram abordados as deficiências e as dificuldades dos estudantes, em seguida, os professores davam sugestão e discutidas em conjuntos e elaborava estratégias para fortalecer o ensino aprendizagem e dar os encaminhamento a ser sanado essa problemática.

Os avanços apresentados pelo programa mais educação é muito importante e significativa e tem trazido melhoria para a escola e para os estudantes. Para a escola é uma grande oportunidade ao ser contemplada, visa o fortalecimento do ensino e aprendizagem e um recurso a mais que irá contribuir na manutenção e aquisição dos materiais pedagógicos e equipamento necessários que a escola precisa. Vale ressaltar a importância de ter uma coordenação específica para dedicar na realização desse programa, bem como os monitores da própria comunidade, uma forma de incentivar o protagonismo juvenil em suas comunidades.

Para os estudantes do ensino fundamental é importante. O programa Mais Educação veio para contribuir e fortalecer o ensino aprendizagem e focar na dificuldade que foram observadas no decorrer das aulas, para melhorar a escrita e a leitura sejam nas diversas áreas do conhecimento, os materiais pedagógicos que foram comprados e disponibilizados para os estudantes na realização das atividades bem como os equipamentos que foram adquiridos.

Um dos pontos positivos foi à participação na Conferência Infância Juvenil pelo Meio Ambiente, etapa estadual com o Projeto: O Sabor das Frutas: O Cultivo das Plantas frutíferas e nativas na Escola Jula Pará. Os estudantes elaboraram em conjunto o projeto e o estudante do Programa Mais Educação representou a escola tendo uma excelente participação.

No primeiro semestre, os estudantes participantes do programa mais educação da escola Jula Pará participou e ganhou o Prêmio das Melhores Práticas do Circuito Mais Educação com o Projeto Boiká Y Ixó, que foi apresentado e realizado em Campinas, São Paulo entre os dias 08 a 10 de abril de 2014, foi à única escola indígena a participar do evento.

Para a Escola Jula Pará é um momento muito importante e histórico um trabalho construído e elaborado em conjunto com a equipe escolar: gestão, coordenadores, pais, anciões, professores e estudantes.



Teve intercâmbio Cultural com escola pública e particular da cidade vizinha e da região, onde houve círculo de conversa, apresentação cultural de danças tradicionais do povo Umutina, exposição de artesanato, lazer e entretenimento. Esses intercâmbios são fundamentais para divulgação e socialização dos conhecimentos e a convivências do cotidiano do povo Umutina, uma forma para que conheça, valoriza e respeita a diversidade dos povos que existe no território brasileiro.

A aceitação por parte da comunidade escolar tem sido positiva, principalmente que é um recurso a mais que a escola estará recebendo para complementar e fortalecer o ensino e aprendizagem dos estudantes. Temos feitos reunião com os pais explicando e socializando a proposta do programa e pedindo apoio e participação dos mesmos nesse processo bem como incentivando os seus filhos a participarem das atividades que são desenvolvidas.

Com relação aos estudantes, no início houve resistência por parte de alguns, mas hoje se observa interesse, desempenho e uma participação mais ampla, dinâmica e ativa nas atividades individuais e em grupo das atividades do etnojogos, artes e audiovisual, agroecologia e acompanhamento pedagógico.

Nos momentos das reuniões pedagógicas com os profissionais da educação temos feito avaliações e obtido avanços significativos no ensino aprendizagem dos estudantes, claro, ressaltando que é um processo contínuo e um trabalho em conjuntos de todos os professores, principalmente dos pais e dos estudantes. O resultado tem sido relevante e visível na aprendizagem, como nos comportamentos dos estudantes através da exposição quando apresentam um trabalho para a turma, nos trabalhos de grupos e individuais e na apresentação que são realizadas para a comunidade. São convidadas as pessoas mais velhas para realizar oficinas e repassar os seus conhecimentos para os adolescentes e jovens, são realizada aula de campo para os estudantes conhecer o território e a história do povo Umutina.

Para nós, é um grande desafio, por ser um programa novo que está sendo executado de forma integral com os estudantes, tivemos uma expectativa positiva, buscando, da melhor forma, fazer o que estava sendo proposto.

No início, tiveram-se várias dificuldades resistências por parte dos estudantes que não queriam participar, de alguns pais pela forma de ministrar as atividades fora da sala de aula, falta de espaços para realizar as oficinas do macro campo, alguns professores achavam muito cansativos para os estudantes que não iria chegar no horário das aulas

normais. Com relação ao financeiro, como iria gastar o recurso, o que poderia gastar o que era custeio e o capital das atividades, e como fazer, ou seja, inserir a prestação de conta nos sistema, enfim foram as dificuldades enfrentadas no decorrer do processo da realização do programa.

Diante do exposto, para superação foram organizados os planejamentos das atividades de cada macro campos, reunião com os pais, professores e a equipe da comunidade escolar para explicar a importância e a forma de execução do programa mais educação, visitas na casa dos pais, convite para os anciões ensinar as práticas tradicionais, momentos de diálogo com os estudantes, apresentação e socialização dos trabalhos produzidos pelos estudantes para a comunidade e integração com a turma do ensino médio. Enfim, foram atividades desenvolvidas para interagir e trazer a participação dos pais e a comunidade no ambiente escolar.

Fotos das atividades desenvolvidas do Programa Mais Educação em 2014.



Fotografia 98: Brincadeira



Fotografia 99: Dramatização de Festa Junina



Fotografia 100: Oficina de Pintura corporal



Fotografia 101: Exposição dos trabalhos dos estudantes do Programa



Fotografia 102: Pau de sebo



Fotografia 103: Apresentação de teatro

12



Fotografia 104: Apresentação de dança Cultural no Ginásio de esporte



Fotografia 105: Colheita de mandioca



Fotografia 106: Roça escolar



Fotografia 107: Ensinando a fazer doce de mamão

### **3.13.1. Eventos na Escola**

Conforme Monzilar (2012), muitos dos jovens já se pintam e cantam sem nenhum tipo de receio e isso é muito importante, até os adultos estão participando e valorizando a cultura, portanto, pode-se notar um grande avanço.

Desde a década de 1990, os indígenas professores Umutina vêm desenvolvendo, atividades que tem fortalecido as práticas culturais da comunidade, como a festa tradicional, que é realizada no período de mês de abril, a semana cultural. Nesta festa são feitos os preparativos da dança, a pintura corporal, os cantos, as comidas típicas: beiju, a xixa, peixe assado e a caça, confecção de trançados de diferentes formas e, no final, a apresentação das danças: Mixinosê, Lorunó, Yuri, Katamã, Andorinha, Boiká, entre outros, e há participação de toda comunidade. A juventude e as crianças já se pintam cotidianamente, cantam na língua materna, os adultos estão envolvidos ativamente e valorizando a cultura. A língua materna tornou-se matéria obrigatória no currículo da escola e está sendo repassada através dos anciões que, ainda, estão vivos.

No contexto escolar, são ensinados para as crianças vocabulário da língua Umutina, essa experiência tem sido bem sucedida, as crianças já falam e conhece as palavras na língua. Os professores tem um papel importante nesse trabalho que está sendo desenvolvidos, principalmente os da área de linguagem que formaram no curso (Projeto do Terceiro Grau Indígena) ensinam a produzir frases e até textos na língua Umutina.

Nessa perspectiva pensar o conhecimento que não é só das pessoas, mas, das pessoas na sua relação com a terra e a natureza. E uma Terra que não é só território, mas também espiritualidade.

### **3.13.2. Manejar o Cesto na Escola**

O artesanato constitui fonte de trabalho e renda para as famílias Umutina, porém, em determinado período foi bastante reduzido, após medidas do Governo Federal para a comercialização de artesanato produzido com base em restos de animais (dentes, penas e ossos), levando famílias artesãs a procurarem outras fontes de renda ou mudarem da aldeia para a cidade.



O artesanato são atividades que visam à comercialização e o provimento de renda para as famílias Umutina. O artesanato pode ser feito de várias formas, o material utilizado na sua confecção pode ser da palha da folha da palmeira de buriti, da palmeira de tucum, da palmeira babaçu, da urumbanba, sementes e outras matéria primas que são coletados na mata. São confeccionados os trançados como os cestos pequeno e grande, esteiras, bolsa, abanador, colares feitos de sementes, penas e com dentes de animais.

Num determinado período os Umutina confeccionavam muito o cesto pequeno e grande e iam vender nas cidades vizinhas. Eles iam para a mata pegar o buriti que fica distante da aldeia, iam às mulheres e os homens, saiam de manhã e geralmente chegava à tarde com feixe de buriti, às vezes com tucum e urubamba. Ao chegar, lavavam o buriti e começava a estalar, retirar a casca do buriti e começava a fazer o cesto, geralmente são as mulheres que fazem, mas o homem ajuda no processo da confecção.

Várias vezes tive a oportunidade de ir com a minha mãe e as minhas irmãs para pegar o buriti na mata. Era uma longa distância, tínhamos que caminhar muito. As matas eram enormes e ficavam próximas às nascentes de cabeceira de rio, aproveitávamos para pegar a fruta do buriti, que é muito gostosa de comer. Foram experiências que vivenciei com a minha família e com parentes próximos, a minha irmã e minha mãe faziam os trançados. Algumas mulheres iam para a cidade vizinha vender os cestos.

Esses artesanatos tinham e ainda têm até hoje um valor cultural, bem como alguns tipos de artesanato são comercializado pelos Umutina.

Nos anos recentes foram surgindo iniciativas de manejo de diferentes sementes e palmeiras, árvores nativas que são encontrados dentro do território Umutina. Esta é uma forma de valorizar e fortalecer os artesanatos produzidos e confeccionados na aldeia, como o brinco, colares, cestarias, peneira, abanador, esteiras, cinto, saia, arco, flecha e variedades artesanatos de madeiras e outros.

No que se refere às práticas culturais e nesse ambiente dos espaços dos recursos naturais que são retiradas as matérias-primas para a realização e confecção das vestimentas tradicionais para a realização das festas e danças tradicionais do povo. Quando se faz um cesto, uma esteira, uma saia, o cocar, a rede, o colar, o arco e a flecha, o chocalho, o pilão e a mão de pilão, a canoa, quando se faz a pintura corporal, pois, a preparação é feita de uma fruta do pé de jenipapo que se faz a tinta.

E preciso caminhar uma longa distância até a mata pra pegar o buriti, o tucum, o urubamba, madeira, as sementes, geralmente as mulheres se reúnem e vão pegar para fazer, às vezes são acompanhados pelo esposo ou filhos.

Para fazer a saia e a blusa das meninas para a festa tradicional, as mulheres vão pegar o tucum (tipo de uma palmeira) no mato, que também produz um coco pequeno, que se faz o anel de coco, como também esse coco de tucum é comestível, elas pegam com um gancho e puxam até cair no chão, aí elas retiram a fibra do tucum para ver se está no ponto. Quando elas retornam da mata, o tucum é colocado na água, fica um dia para o outro. No dia seguinte elas retiram os espinhos e a seda do tucum, em seguida lavam a seda no rio e coloca no sol para secar. Quando estiver já seca pode já fazer o fio para confeccionar a saia.

### **3.13.3. O Que Faz o Peixe na Escola?**

Geralmente são os homens que vão pescar no rio, a pescaria acontece individual, em grupo e com a família. O homem vai pescar com a sua esposa ou filho à noite, ficam a noite inteira pescando de rede e tarrafa para pegar os peixes grandes como: pintado, jaju, caxara, dourado, surumbi, barbado e pacu. Esses peixes são vendidos para os compradores de peixes da cidade ou pessoas que vem de outros lugares. Essa forma visa o comércio de peixes que eles vendem para obter recurso.

A pesca de timbó acontece na época da seca quando o lago e córregos estão com a água bem baixa, hoje acontece da seguinte forma: Um dia antes todos os estudantes da escola, professores, os pais dos alunos se reúnem e vão pegar o timbó no mato, fica um pouco distante da aldeia, geralmente eles vão caminhando ou de trator para pegar. Chegando lá eles cortam o timbó que é um cipó, são cortados e amarrados, fazem vários feixes do cipó timbó, carregam e colocam no ombro ou no trator e retornam para a aldeia. No outro dia de manhã os homens, as crianças saem para bater timbó, em seguida as famílias da aldeia vão para essa pescaria do timbó. Chegando lá eles começam a bater o timbó com uma madeira a beira do lago/bahia, todos em vários pontos do lago, logo a seiva do timbó se mistura com a água e começa a ficar escuro, não leva menos de trinta minutos começa a dar efeitos na água e os peixes começam a morrer, todos entram na água para pegar e matar os peixes com arco e flecha, peneira e cestos. Toda a família participa da pescaria passam o dia inteiro pegando e comendo peixe assado na brasa, com beiju e xixa na beira do lago ou

bahia. É um momento muito bom, onde todos ficam juntos conversando e interagindo na maior alegria, momentos de convivência e aprendizagem recíproca. Quando termina, todos vão embora carregando sacos ou cestos cheios de peixes para as suas casas. O alimento tradicional do povo é o peixe assado ou moqueado, beiju, farinha e a xixa (bebida tradicional). As famílias fazem a xixa e assam o peixe, fazem o beiju, que é oferecido aos espíritos para agradecer e pedir proteção pela vida, pela fartura, pelos alimentos e pela colheita.

### **3.14. Participação dos pais na Escola Jula Pará**

A escola deve buscar mais a participação dos pais dos alunos para as atividades que a escola realiza ter a parceria com os pais, são poucos pais que participam. Os alunos devem valorizar mais a escola, pois, está aqui na porta de casa, e aproveitar a oportunidade que tem. Na opinião da professora Amajunepa, falta acompanhamento dos pais, os pais não sabem o que acontece na escola, não participa da educação do filho na escola. Falta diálogo do pai com a escola e os professores.

A escola é o centro de tudo. O professor é considerado uma liderança, porque, está sempre ajudando no que puder nas coisas, participando da comunidade. A professora Kupodonepá faz a seguinte observação com relação a participação dos pais *“Na escola cinquenta por cento é o professor, cinquenta por cento são os pais junto com os alunos, eu vejo que os pais não participam muito no ensino dos alunos, é mais pra gente. Agora na comunidade em relação ao trabalho, eu acho que tem uma relação boa”*.

### **3.15. Importância da escola no território**

#### **3.15.1. Eneida Kupodonepá**

A escola é importante pra ajudar na manutenção da cultura, da língua, pra assegurar os alunos para termina o ensino médio. Os professores são todos indígenas e moram na comunidade. Facilita e proporciona oportunidade pra todos trabalharem.

### **3.15.2. Osvaldo Corezomaé Monzilar**

A escola hoje no território Umutina é importante, pois, é uma da referencia em todas as questões, as decisões, a participação, o envolvimento através da comunidade, e transmite os dois conhecimentos.

O espaço de ensino é um grupo de professores, tornaram liderança muito forte dentro da comunidade pra contribuir nas decisões, orientações e elaboração de documentos em vários aspectos na educação, a saúde, o social e na questão politica da comunidade.

A escola tomou frente da recuperação da cultura Umutina, que estava adormecida, onde passou a fazer um trabalho de transmissão, valorização e fortalecimento da nossa cultura referente à dança, música, comidas típicas e outros estavam perdendo ou sendo esquecidos. Nesse espaço da escola podem-se manifestar as práticas da cultura.

A partir do momento que surge a escola e a oportunidade junto com os professores indígenas que formaram no 3º grau Indígena, com pensamento de fortalecer a cultura, não iria conseguir muitas coisas que já conquistaram na escola.

Através da escola foi feito um trabalho de radicalizar o analfabetismo na aldeia, certo tempo ainda tinha, hoje já não temos os jovens e os idosos todos sabem ler e escrever, foi à conquista da escola e o fortalecimento do território.

O território Umutina é pequeno, porém, bastante diversificado em florestas, os rios, as águas, os animais e os pássaros. As atividades de campo pra conhecer o território mostraram para os jovens e demais pessoa da comunidade que o conhecimento da cada sociedade tem valor, que o conhecimento indígena tem um significado e valorização, foi importante que hoje em dia a manifestação cultural dentro da aldeia, através da escola foi muito bem aceita pela comunidade.

### **3.16. O que o professores esperam da comunidade, da escola e dos estudantes**

Espera-se que seja um lugar próspero, desejam o melhor para todos da comunidade, cada família possam ter a sua renda. A escola não tem índice de analfabetismo, todos são letrados, que a escola continue com os professores indígenas, e que estes possam ensinar com amor para as crianças, sejam unidos os funcionários, os professores a gestão escolar.

Que as crianças Umutina possam crescer e continuar nesse lugar, que venham concluir os estudos na escola da aldeia. Os nossos alunos possam cursar uma faculdade, possa ter um emprego, possam voltar e ajudar a comunidade independente se estiver trabalhando ou não, contribuir com seus conhecimentos na comunidade.

Que os pais valorizem mais a educação do nosso povo, que participam ativamente no processo aprendizagem escolares dos filhos. Valorização dos professores indígenas que passaram por uma formação, uma aprendizagem, estudou e tornou professores.

Hoje a nossa comunidade tem vários desafios pela frente, e estamos enfrentando o fato de que o nosso povo está aumentando, então, acredita-se que é ótimo, não somente para os professores como para a escola, que terá a continuidade, devido o aumento de crianças, mas, por outro lado, é difícil falar da comunidade enquanto professora, temos que preocupar com o rumo que a comunidade está indo, temos que falar, expressar a opinião em diversos assuntos que acontece na comunidade.

Os jovens possam fixar na mente os conhecimentos e ensinamentos que adquiriram na escola, pratiquem esse conhecimento na comunidade, de ser participativo de tomar decisões, orientar, sugerir é ajudar a liderança, com relação aos pais que sejam mais participativos.

Penso que uma escola pra ser boa, para que possa caminhar bem, necessita dos componentes que precisa um do outro como o professor, os alunos, pais, funcionários, então, esse é escola.

Se cada componente fizer o seu papel, a escola vai caminhar bem, porém, se uma parte fizer, e a outra parte não fizer, vai perder força, principalmente na questão cultural, todos têm que trabalhar juntos e unidos pra que possa dar certo e conquistar muita coisa.

Que os professores tem que buscar orientação, incentivar os alunos a aprender tanto da sociedade envolvente e da sua própria cultura.

Aos alunos, que venham valorizar tudo o que foi conquistado, tudo que nós temos hoje foram lutas das nossas lideranças que derramou seu suor, passou fome pra conquistar, a comunidade conquistou a escola que temos hoje. Que os alunos e os pais possam olhar com amor e valorizem.

A comunidade e a escola não percam o foco de estar mais próximo na união, a força, um reforçando o outro, escola e comunidade e vice-versa caminhar juntas, a aproximação. A aproximação dos pais, dos alunos, acredita-se torna mais fácil, um trabalho em conjunto

a escola, a gestão em vários movimentos nas decisões, evento festivo, de trabalho e mutirão, caminhando juntos fortalece a escola.

Os alunos que tenham sucesso, aqueles que pararam os que continuarem a faculdade, tornam uma pessoa de bem, que não perca o conhecimento, principalmente o conhecimento indígena, valoriza o lugar, a escola, tudo que aprenderam e não esqueça suas raízes.

Às vezes tem muitos por não ter o conhecimento saem do lugar e faz críticas e tem outros que valoriza. Espero que o jovem Umutina torne pessoas que vão fortalecer o conhecimento da nossa escola, da nossa comunidade, do nosso lugar e levar adiante esses conhecimentos.

Que o povo Umutina sejam as crianças, jovens, adultos conheçam o passado, a história e ver o quanto os ancestrais Umutina sofreram opressão, humilhação, deixou de falar e praticar sua cultura. Apesar de toda a violência avassaladora, mais, sobreviveu e hoje essa geração está aqui porque os anciões lutaram para viver.

Os jovens não deixem acabarem as lutas, a ressignificação da cultura, que foram frutos de lutas, conquistas dos professores, alunos e comunidade, pois, eles que estarão à frente no futuro, porém, a cultura é como raiz de uma árvore, é a raiz que dá sustento para a árvore, se arrancar, destruir a raiz, a árvore morre, assim, é a cultura, se nós não fortalecermos valorizar, praticar, vai perecer. Os Umutina sempre foram e continuarão sendo guerreiros, com certeza aqueles que se foram, orgulhará de seus filhos se continuamos a praticar a nossa cultura independente do dia, hora, mês e lugar.

Que a juventude lembre que seus pais não tiveram a oportunidade de estudar, e eles estão tendo atualmente. Primeiro, ter uma escola que funciona diuturno, sem interrupção, enquanto que muitos deixaram de estudar no passado por falta desta continuidade. Valorizem o conhecimento tradicional do povo Umutina, pois, um povo sem cultura, de suas origens é um povo sem memória.

### 3.17. Formação dos Professores e Estudantes da Escola Jula Pará

A formação dos professores indígenas começou com o projeto tucum, uma reivindicação dos indígenas do Estado de Mato Grosso, com muita luta e diálogo entre indígenas e instituição governamental e não governamental, foi consolidado o “*Projeto Tucum*” para formação de professores indígenas.

Foi realizada uma reunião com a comunidade para escolher os indígenas a fazer o curso, escolheram cinco pessoas para fazer o estudo que teria uma duração de quatro anos. Os primeiros indígenas da aldeia Umutina que ingressaram no curso de formação para professores indígenas foram eles: Alice, Luizinho, Jovail, Alvanir e Filadelfo.

O Projeto tucum foi um curso para formação em nível de magistério, com objetivo de realizar a formação de professores para que os próprios indígenas pudessem atuar como professor na aldeia, pois, antes eram os brancos que dava aula nas aldeias, essa era uma demanda dos povos indígenas do Estado.

Esse estudo era realizado nas férias entre janeiro e julho, depois os cursistas voltavam para suas aldeias para trabalhar e desenvolver as atividades na comunidade. Dentre essas cinco pessoas escolhida pela comunidade concluíram o curso quatro pessoas, sendo duas já eram professores começaram a lecionar na escola e os demais faziam substituição, dois concluíram e um não concluiu o curso.

A partir dessa formação, fluiu com intensidade a discussão referente à cultura e a identidade do povo Umutina, fortalece o discurso com a comunidade, os anciões, as lideranças, a importância de falar das histórias e do conhecimento tradicional do povo. Os anciões tiveram resistência, lembravam esse período trágico que vivenciaram, foram várias reuniões realizadas por esses professores, com persistência e paciência começou a ganhar a confiança dos anciões. Foram para escola ensinar os saberes e fazeres que há muito tempo ficou esquecido, como a contar histórias, os mitos (surgimento da vida), ensinaram os trançados, a dança tradicional, a língua (palavras na língua). Os anciões Umutina que contribuíram para o fortalecimento e revitalização foram o Jula Pará, Antônio, Kazacaru e Joaquim, também havia anciões Paresi que contribuíram na transmissão do saber cultural do povo. Seguem fotos dos anciões que foram essenciais nessa construção e reconstrução:



Fotografia 108: Kazacaru.





Fotografia 109: Antonio Uapodonepá.



Fotografia 110: Antonio Paresi.



Fotografia 111: Casal Umutina.



Fotografia 112: Casal Paresi

### **3.18. Formação de Professores**

#### **Formação de Professores**

O sistema de educação do estado de Mato Grosso inclui a formação continuada para professores que se estabelece a partir das ações do Centro de formação e Aperfeiçoamento de Professores da Educação Básica – CEFAPRO. Os Centros de Formação, Cefapros, fazem parte da organização da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

SEDUC/MT e estão subordinados a Superintendência de Formação de Profissionais da Educação Básica - SUFP.

“Os Cefapros são responsáveis pela implantação das políticas de formação continuada do sistema estadual de educação e foram criados a partir de 1997 com a concepção de trabalho em rede. (Decreto 2007/1997). As orientações legais, bem como as orientações para a implantação dos Centros de formação continuada, estão sistematizadas em um texto publicado pela SEDUC/MT em 2010: Política de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Com a criação dos Centros de Formação o governo do Estado passou a selecionar por meio de editais específicos professores do quadro efetivo da rede estadual. A vagas foram abertas para a atuação por disciplina e por modalidade e nos pólos onde havia escolas indígenas foram criadas vagas específicas para professor formador da educação escolar indígena cabendo a este a responsabilidade de acompanhar o projeto de formação continuada dos profissionais das escolas indígenas”<sup>11</sup>

O sistema educacional no estado compõem quinze centros de formação. Na cidade de Tangará da Serra está a sede do polo do Cefapro, que acompanha o projeto da formação continuada de professores das escolas da Educação Básica nos seguintes municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Denize, Nova Olímpia, Porto Estrela e Barra do Bugres este ultimo, está localizada a Terra Indígena Umutina e a Escola Estadual Indígena Jula Paré.

Destaco uma breve informação referente a discussão dos projetos e parcerias entre anos de 2009 a 2014 no que tange a demandas específicas do povo Umutina formuladas e encaminhadas ao Cefapro no contexto do projeto de formação continuada da Escola Estadual Indígena Jula Paré na aldeia Umutina.

A proposta da formação dos professores da escola Jula Paré iniciou-se tendo como base os objetivos da escola, os anseios e a demanda da comunidade. Neste sentido, mostra o modo com os indígenas Umutina está dando valor à escola, um papel imprescindível nos processos de sobrevivência. Ações da formação continuada esta relacionado aos processos de revitalização da língua e das praticas culturais, tendo com eixo principal o Território.

Assim, observa-se que *“Nesse contexto a luta por uma educação de qualidade e culturalmente pertinente levou a escola indígena a ser pensada desde a pauta dos direitos*

---

<sup>11</sup> Compõe atualmente o Banco de Experiências Exitosas do Programa de Apoio ao Setor educacional do Mercosul – PASEM. Tendo concorrido a 2ª Edição do Premio Paulo Freire em 2014 com o titulo: **Políticas de Formação Continuada e Educação Escolar Indígena na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso/Brasil** proposta apresentada pelos professores Edna Monzilar, Eliane Boroponepá, Eneida Kupodonepá, Jairton Kupodonepá e Osvaldo Monzilar da Escola Estadual Indígena Jula Paré e pela professora Hellen Cristina de Souza do pólo do Cefapro em Tangará da Serra.

*humanos e sociais, sendo reconhecida sua diversidade cultural, as experiências sociopolíticas, lingüísticas e valorização do saber tradicional de cada povo” (SOUZA; MONZILAR; COREZOMAE, 2016).*

Nessa perspectiva, a formação é um caminho que busca nova forma de pensar e agir, assim:

*“formação de professores pode contribuir para a consolidação de espaços de reflexão e diálogo com força para se movimentarem tanto no sentido de dar visibilidade aos saberes produzidos e socializados desde tempos imemoriais pelos povos indígenas como para demonstrar os equívocos que a exclusão e a subordinação que a hegemonia da razão moderna, como um discurso colonizador, impôs aos sistemas de educação escolar dos povos indígenas”. (SOUZA; MONZILAR; COREZOMAE, 2016).*

A escola Jula Paré vem executando as ações relacionadas à formação para a docência em química, formação para a docência em ciências humanas e as ações relacionadas a promoção do acesso aos cursos de Pós-Graduação strictu sensu dos profissionais da educação. As parcerias se concentram na Escola Estadual Indígena Jula Paré, Cefapro e o Laboratório de química do campus da UNEMAT em Tangará da Serra com financiamento da Fundação de Apoio a Pesquisa de Mato Grosso, FAPEMAT e desde 2013 o Laboratório de Pesquisa e Ensino de Química, LabPeq da Universidade Federal de Mato Grosso.

*“Os resultados das demandas pelo acesso aos níveis mais alto da educação entre os Umutina são únicos entre as escolas do pólo do Cefapro: em 1994 não havia professores Umutina que houvessem concluído o Ensino Médio, já em 2009 no sistema estadual de ensino trabalharam 09 professores e todos haviam concluído o curso de graduação. Em 2014 todos os professores Umutina na rede estadual já haviam completado um curso de graduação e/ou pós-graduação na sua área de atuação e já havia entre eles dois trabalhos de mestrado concluídos e atualmente há um trabalho de doutorado e um de mestrado em andamento” (Souza; Monzilar; Corezomaé, 2016).*

A professora Kupodonepá relata a sua experiência relacionada à formação continuada da seguinte maneira:

*“Na escola tem a formação continuada que é realizada pelo coordenador pedagógico. Fui agraciada na minha formação na área da ciência da matemática, todo ano participo da formação de química, além da formação que os professores realizam na escola, participo dessa formação na aldeia e na cidade, assim, estou sempre participando. Teve o projeto que iniciou desde quando a professora Eliane era a coordenadora pedagógica, o projeto não acabou continuou até nos dias atuais, deu inicio em Tangara da Serra, depois foi pra Cuiabá. Saiu o professor, entrou*

outro, surgiram outras parcerias com o pessoal da UFMT nesta área interdisciplinar, interdisciplinaridade.

Quando o pessoal da UFMT vem, a professora traz os acadêmicos bolsistas, são realizadas oficinas com os alunos da escola, durante o dia inteiro, ora vão embora a tarde ou pousam na aldeia. O tema desenvolvido é Terra como Princípio Educativo, dando ênfase aos subtemas dos elementos da terra, alimentos que são produtos da terra. As oficinas são baseadas com alimentos da aldeia como jatobá, banana, limão que está relacionado à fórmula química, trabalha a fórmula e a prática. Uma da oficina foi feito o doce de jatobá. Foi muito bom pra os alunos e para os professores”. (KUPODONEPÁ, 2018).

### **3.19. Memória e Fortalecimento dos Saberes e Sabores: Comida Tradicional do Povo Umutina**

Conforme relatos dos mais velhos, dos meus pais, minhas irmãs, a alimentação dos Umutina sempre foi produto da Terra, seja cultivada, coletada e manejada na roça, entre esta estão à caça, a pesca, a extração e coleta da própria natureza.

A comida tradicional dos indígenas Umutina baseia-se em jukuputu (beiju), haré (peixe) e caça de animais silvestre assado, acompanhado com uma bebida Jolorukwá (xixa), este não é fermentada.

A bebida jolorukwá é feita de frutas coletadas nas matas que tem no território que são o buriti, açaí, bacava e alimentos plantados como o humataká (milho) e a mandioca.

Essas alimentações estavam interligadas ao modo de vivência do cotidiano da vida, a forma da preparação, nas festas tradicionais que realizavam uma sintonia de agradecimento a Haipuku (Deus), aos espíritos protetores das matas, dos rios, pela vida, pela fartura e as colheitas, pois, para os Umutina acredita-se que cada um deste tem um “dono”, são os espíritos protetores da vida e da natureza.

Assim, viveram os ancestrais Umutina num passado remoto na alegria, interação e interrelação com a natureza de forma recíproca e amistosa. Neste sentido, lembro-me da fala do meu pai “Naquele tempo era bom, tinha uma fartura, o meu pai tinha grandes roçados que plantavam muitos alimentos, havia fartura”.

Então, há uma história que aconteceram fatos de transformações que tiveram um impacto e conflitos entre os Umutina e os wace (homem branco) que começaram a adentrar essa região em busca da exploração e consolida o chamado “contato”.

A convivência com os wace foram crueis, sofreram repressão, proibidos de falar a línguas, os rituais que são as danças, de fazer a pintura corporal, o modo de vida aderindo os costumes dos wace, principalmente a imposição nos hábitos alimentares, neste introduzindo novos produtos desconhecidos pelos Umutina.

Monzilar e Monzilar (2006) obtiveram relato do chefe do Posto na época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o senhor Adão de Taxi, que os wace tentaram a sedução pelos alimentos que foi uma forma de aproximar dos indígenas, faziam roças e enquanto não havia a coleta de produtos, os wace colocavam na estrada próxima da roça alimentos e instrumentos agrícolas como o arroz, açúcar, feijão, enxada, faca, facão e outros. A princípio esses alimentos e instrumentos agrícolas citados foram forma de aproximação, pois, era desconhecido para os guerreiros Umutina, este ficavam admirados.

Os primeiros visitantes, segundo Monzilar e Monzilar (2006), foram os homens guerreiros e foram recebidos de forma agradável pelo senhor Epifânio, era o wace que estava à frente da expedição, pai do Adão de Taxi, ele relatou: “... *meu pai arrumou um prato e deu pra eles, eles não quis comer. Ai Epifânio falou para Benedito, vai pegar um peixe, ai ele pegou uma peraputanga grande ai ele assou sem nada e assou uma mandioca descascou e partiu no meio e deu para um depois deu para outro, eles gostaram e comeram tudo...*” (setembro 2005)

No relato acima, constata-se que esses wace, ao deixar esses alimentos, foram uma forma de presente para os índios Umutina, o alimento foi também uma das táticas do contato que visava à aproximação que a princípio era recíproca, porém, posteriormente, os Umutina irão pagar com a própria vida. Foram os conflitos constantes entre índios e os wace.

O alimento industrializado posto como presente foi um encanto para os indígenas, assim, como a hospitalidade da preparação e entrega do próprio alimento indígena. Neste contexto, esses alimentos se agregam de tal forma, que são pessoas, alimentos que se interagem num determinado corpo, no caso o corpo indígena que vai ocasionar mudanças que foram positivas e negativas que sucederam no contexto da narrativa Umutina na qual buscarei esmiuçar, principalmente no que tange aos hábitos alimentares tradicionais.

Conforme Schutz (1960), no roçado, na caça e pesca usavam o boika e ixó (arco e fecha) e o boke (é um tipo de cestaria feita de matéria prima), esses instrumentos era confeccionados pelos indígenas e coletados da natureza. O ritual da pesca do timbó reuniam todos para a pescaria que era em lagos, bahias e córregos. Os utensílios eram feitos de

argila, como a panela e pote de barro, eles eram ceramistas, assim, como tecelões e desenvolveram o trançado.

A caça, o peixe era moqueado num jirau para comer com jukuputu feito de mandioca ou humataká, socavam o haré assado e faziam farinha e guardavam na cabaça, assim, durava, mas tempo ou deixavam no jirau em fogo baixo que ficava ali para comer em algum tempo. Para o autor alimento essencial dos Umutina era o humataká, mandioca, feijão fava e pimenta, estes cultivavam, assim, caçavam os animais e o pescado. O tabaco e bebidas fermentadas eram desconhecidos pelos indígenas.

Para Monzilar (2006), em sua pesquisa, afirma que a forma do preparo da alimentação dos Umutina, no caso o peixe e os animais eram assados e moqueados, eles faziam um jirau e fogo enorme para dar brasa, e em seguida assar os alimentos. Faziam jukuputu de mandioca e humataká, na panela de barro ou na folha de uma planta chamada pacova e jolorukwá uma bebida típica feita de humataká. Quando faziam a preparação desses alimentos estava interligado a um ritual que se faz oferecimento aos espíritos e a Haipuku pela fartura e pela vida.

Neste contexto, em épocas distintas, observa-se as mudanças e as formas como esses fatos foram moldando na vida e nos modos do ato da preparação e o consumo dos indígenas, influenciando nos costumes alimentares a partir das múltiplas convivência, em ambiente que versa reciprocidade e hostilidade.

Monzilar e Monzilar (2006) afirmam que, na aldeia Umaitá os Umutina viviam de plantação de arroz, mandioca, batata, milho entre outros, e da criação de porco, de gado, onde tiravam leite para vender na cidade de Barra do Bugres. Nota-se que neste período de convivência com os wace já foram introduzindo outros alimentos e outras formas de trabalhos como citado acima.

É importante ressaltar que a aldeia Umaitá foi o segundo lugar onde os indígenas moraram, pois, estava localizada em um lugar mais alto, propício para a aprendizagem de criação de animais, fabricação de olaria, aprenderam a fazer sapatos e roupas, (Monzilar, Monzilar, 20016, p.13).

Constata-se que nesse percurso com os wace foram sendo incorporados outros alimentos em suas roças, passaram a plantar: banana, arroz, cana de açúcar, melancia, manga, limão e mamão, assim, como outras atividades de trabalhos como a criação de animais (gado, porco e galinhas). Os Umutina foram perdendo diversas variedades tradicionais que faziam parte do sistema alimentar, dentre este o humataká. Conforme

Monzilar (2010), os Umutina têm mitos relacionados aos produtos da sua alimentação tradicional como surgiu os alimentos que são consumidos pelos Umutina.

Em seu relato Schutz (1960) descreve sobre a Origem do Milho:

“Naquele tempo não havia bem milho, ainda! Uns dizem que aconteceu na lagoa onde estão os ranchos do Umutina e outros dizem que foi na Barra do rio dos Bugres.

A gente foi pescar com o timbó. Uma mulher que já tinha dois filhos grandes, foi lá procurar peixes mortos. Ai ela achou um ovo de sucuri. Ela atirou o ovo no balaio, porque pensou que era mutum. Pouco depois ela achou um bagre grande e atirou ele também no balaio. Mas o ferrão do bagre furou o ovo de sucuri e o liquido gosmento passou pelo balaio e correu entre as nádegas da mulher, entrando em seu ventre.

A mulher ficou grávida, gorda e mais gorda! Um dia ela foi catar cocos de buriti com os seus filhos. A cobra sucuri ficou na barriga da mulher. Saia às vezes um pedaço e voltava. Toda gente acreditava que ela ia morrer de barriga grande, mas era só a cobra que tinha engordado ela tanto. Ai ela sentiu que ia parir. A mulher encostou-se num buriti e a sucuri saiu de sua barriga. A sucuri subiu logo na palmeira e cortou cocos para a mãe.

Quando o cacho vinha caindo, o filho mais velho viu a cobra. Ele logo veio e cortou ela em pedacinhos. Porque não sabia que era seu irmão! A sucuri tinha pedido a sua mãe, quando ela morrer para limpar um pedaço de capoeira e enterrar ai. Quando ela tinha feito isto, esperou secar e ateou fogo. Depois de pouco tempo nasceu lá milho.

Os dois filhos da mulher não sabiam nada disto, só a mulher sabia. Ela ia lá muitas vezes para ver a sepultura não dizia nada que lá tinha crescido milho. Quando o milho já estava grande e bom para comer, levou os filhos com ela para ver as sementes boas.

Quando o milho começou a soltar pelão, quebrou quatro espigas e todos gostaram de comer e queriam mais. Mas ela só deu esses e guardou os outros para plantar. Quando o milho estava bem seco e chegou o tempo de fazer derrubada e queimada, saíram para preparar a roça.

Ai todos perguntaram para que tinham feitos as roças. Ela respondeu que queriam plantar cocos de açaí, mas eles plantaram milho e deram para cada uma das outras 4 espigas para plantar, e todos ficaram espantados com o milho e todos plantaram só milho. Assim nasceu o milho da cobra sucuri”.

A partir do mito contado pelos antigos Umutina e descrito por Schutz, pressupõe que a narrativa Umutina está interligado nos modos de viver e agir, ou seja, a convivências das relações entre seres e a natureza, assim como produção de saberes e sabores. Esta enfoca a atuação e interação dos personagens e paisagem, que são a mulher, a mãe, a pesca, a cestaria, o rio, a terra, o milho, são elementos que estão conectados a vida aos saberes Umutina, apesar de todos os fatos de domínio com os wace a narrativa apresenta que tudo está entrelaçado entre a morte e a vida.



A morte da sucuri assemelha a imposição dos novos hábitos, os sabores alimentares. E quando nasce o milho é possível vislumbrar o renascimento de novos frutos, de reconstruir novas narrativas, de pensar em reinventar novos saberes e sabores dentro da adversidade e da diversidade neste contexto atual dos Umutina.

A narrativa da origem dos alimentos mostra a importância deste nos diferentes modos de viver como se pode constatar no relato da indígena Euzi Corezomaé: “Para o batizado indígena do recém-nascido, preparavam a comida tradicional, assam peixe, a carne de caça, a xixa e colocavam na garrafa pendurado na madeira que fica no centro da casa. Essa madeira é importante e tem um grande significado espiritual”.

O indígena Joaquim Kupudonepa em seu relato enfatiza sobre os alimentos: “*O índio Umutina tinha tudo, as suas próprias comidas, trabalhavam na roça, plantava vários tipos de plantações. Os produtos de alimentos coletados eram vendido na cidade de Barra do Bugres...*”

O indígena Antônio Apodonepá confirma, “*Naquela época tinha muita fartura, os índios não precisava ir na cidade, como havia fartura, parte desses alimentos eram vendido na cidade de Barra do Bugres*”.

Partindo dos relatos acima citados, observa-se que diante essa convivência interétnicos ter contribuído para a perda de variedade de espécies antigamente cultivadas, assim, como a forma do manejo e da preparação do modo tradicional das práticas de caça e pesca desses alimentos, a alimentação atual tem elementos significantes dos saberes ancestrais.

No entanto, outros novos hábitos alimentares passaram a serem consumidos, assim, como os alimentos industrializados entre estes o macarrão, óleo, açúcar, refrigerante, carne/gado, bolachas, salgados entre outros.

Para Monzilar (2010), observa-se que a comida tradicional está sendo esquecida na aldeia e que é muito frequente o consumo de enlatados. O consumo em excessivo tem provocado o aumento de doenças relacionado a essa mudança alimentar, como a diabete e hipertensão entre outras.

Nesse sentido, é pertinente ressaltar diante a esse contexto de mudanças alimentares que são influenciados e consumidos pelos indígenas, tornando vulnerável, por outro contexto há famílias que consomem e preparam os sabores tradicionais, o haré assado, a caça moqueada e jolorukwá. Entretanto, é fundamental destacar o discurso e o trabalho que a comunidade e a escola Jula Paré, vêm fazendo para o fortalecimento das práticas do saber

e sabores tradicionais dos Umutina entre esse meio da diversidade e na adversidade. São atividades que são favoráveis e vem dando resultado positivamente em particular no âmbito escolar da aldeia.

Hoje os produtos que são plantados na roça continuam sendo importante fonte de alimentação. A roça é preparada de forma natural que são chamadas de “roça de toco”, assim, também são mecanizadas, pois, ao manejar o solo utilizar o trator. A roça é feito todos os anos em um lugar novo que pode ser próximo ou distante da moradia.

A derrubada e queimada é feita em época da seca e o plantio um pouco antes das primeiras chuvas. Os produtos que são cultivados são o milho, mandioca brava e mansa (são dois espécies), batata doce, abóbora, banana, melancia, cana, mamão, pepinos e outros.

A preparação da roça é trabalho masculino, mas há participação das mulheres, as crianças e jovens. Para este trabalho do roçado são utilizados os instrumentos agrícolas que são machado de aço, foice, enxada, facão, bem como a roçadeira, e o trator para o manejo do solo. No quintal das famílias, há cultivos de frutas cítricas e algumas hortaliças, cada um é responsável da sua plantação.

As famílias sobrevivem das práticas do plantio, a roça, criação de animais gado, galinha e porco, a caça (geralmente são os homens que saem para caçar no mato), coleta de frutos nativos que são consumidos como buriti, bacava, marmelada, ingá, compaticice, jatobá, bocaiuva, mangava, a pesca (pode ser de anzol, tarafa, rede, arco e a flecha) e a confecção de diversos artesanatos confeccionado de madeiras e matérias primas existente no território.

No que se refere o ritual da pesca do timbó hoje acontece da seguinte forma, todos participam da pesca, organizam-se um dia antes para buscar o timbó e no dia seguinte, vão em conjunto e lá permanece o dia interior.

Um dia antes, todos os estudantes da escola, professores e os pais reúnem e vai pegar o timbó, um tipo de cipó, no mato, que fica um pouco distante da aldeia.

Geralmente o fazem caminhando ou de trator. Ao chegar, cortam e amarram o timbó, fazem vários feixes, os quais carregam e colocam no ombro ou no trator, e então, retornam para a aldeia.

Na manhã seguinte, os homens e crianças saem para bater o timbó em lagos ou córregos. Em seguida, as famílias vão para a pescaria do timbó, na qual começam a batê-lo com uma madeira a margem do lago/baia, em vários pontos.

Assim, a seiva do timbó mistura-se com a água, que começa a ficar escura. Em menos de trinta minutos, nota-se os efeitos na água e os peixes começam a agonizar. Todos então entram na água para pegar e matar os peixes com o boiká e ixó, peneira e cestos. Toda a família participa dessa pescaria e passa o dia inteiro pegando e comendo peixes assados na brasa, com jukuputu e jolorukwá, bebida tradicional, feita a base de mandioca e milho na margem do lago ou baía.

É um momento agradável, onde todos ficam juntos, conversando e interagindo alegremente, partilhando momentos de convivência e aprendizagem recíproca. Quando o ritual termina, todos vão embora carregando sacos e cestos cheios de peixes para suas casas.

Pode-se constatar que o haré assado, jukuputu, jukuparika e jolorukwá são alimentos essenciais e riquíssimos para os Umutina. Quando esses alimentos são preparados às famílias faz oferecimento para agradecer e pedir proteção aos espíritos pela vida, pela fartura dos alimentos e pela colheita. Neste sentido os saberes Umutina estão presentes na interação da convivência coletiva e no meio da natureza na qual se vive e interage.

Ressalto que o alimento tradicional está presente no âmbito escolar com muita densidade na semana cultural, que acontece a festa e a confraternização tradicionais. Durante o ano letivo, os alimentos que são servidos para os estudantes no período das aulas na escola Jula Paré, são alimentação mesclada, pois, há um cardápio que a merendeira segue durante a semana que são feitos alimentos tradicionais e os alimentos industrializados. Os alimentos que são servidos na merenda escolar estão incluídos o arroz, feijão, macarrão, carne, frango, bolacha, leite e sucos, são produtos industrializados que a secretaria do município fornece para as séries iniciais e a escola também compra esses produtos do supermercado na cidade.

A escola tem um cardápio que é elaborado juntamente com os estudantes, que são inseridos durante a semana o cardápio com alimentos tradicionais uma forma de incentivo e valorização para degustar os alimentos.

Foram realizadas várias atividades com os estudantes da escola Jula Paré como confecção de pequenos livros com ilustração dos alimentos e a receita do modo do preparo dos alimentos, rodas de diálogos dando enfoque o que os estudantes pensam dos produtos industrializados e o aumento do consumo na aldeia. E por fim, refletir e ter uma atitude pró-ativa da importância, da valorização e o ato de fazer a comida tradicional para a nossa saúde.

Essa discussão e as atividades são relevantes, pois, é uma forma de sensibilizar e dar visibilidade para os estudantes e a comunidade se conscientizar que as comidas tradicionais são riquíssimas fonte do bem-estar para a nossa saúde. Entretanto, tendo a consciência que não será como na época dos nossos ancestrais, mas que são saber e sabor, que deve ser praticado e mantido no nosso cotidiano e no espaço familiar e escolar. Nota-se que os estudantes demonstraram em suas práticas, o modo do preparo o quanto esses alimentos são nutritivos e importantes para a saúde, que são saudáveis, diferentes dos produtos alimentícios que são industrializados.

No entanto, o corpo escolar desenvolve ações que viabiliza e emerge novas reflexão e atitude coletiva que visa o fortalecimento e a valorização do fazer das práticas alimentares Umutina.

Na conjuntura atual uma nova etapa emerge no que refere ao saberes e sabores que são desenvolvidos no espaço da escola, assim, como no ensino da educação escolar na aldeia Umutina.

Muitos rituais tradicionais atualmente não são mais praticados, a exemplo do ritual do culto aos mortos (adoê) feitos no período da maturação do humataká.

Atualmente, em período semelhante, é feito a semana cultural, no mês de abril, evento de confraternização e agradecimento aos espíritos pela vida, pela fartura e colheita. Nesta semana são realizadas as pinturas corporais, as danças, os cânticos na língua, confecção de artesanatos como trançados e cestarias, preparação de alimentos tradicionais: haré assado, a caça, produtos da roça, há rodas de conversa com os anciões e jovens.

A comida tradicional dos Umutina é o haré assado, o jukuputu é preparado com a massa da mandioca (carimã) mansa e brava, mandioca assada, jukuparika e jolorukwá. Jolorukwá é bebida não fermentada, consumida todos os dias nos grupos familiares e principalmente em festas tradicionais na aldeia. Jolorukwá pode ser feito do humataká, de frutas nativas como a bacava, açai, buriti, abóbora e raspa de mandioca. Para o preparo da jolorukwá de humataká, os ingredientes são: humataká, água e açúcar.

Na época da colheita de humataká, as pessoas vão à roça que fica um pouco distante da moradia, fazem a colheita. Colocam em um saco ou numa cesta, retornam para a casa, ao chegar descascam o humataká e em seguida ralam as espigas. Depois colocam a água para ferver em uma panela, assim que ferver, adicionam o humataká ralado. Mexem sempre para não encaroçar. Quando estiver no ponto, a cor da jolorukwá fica bem amarelada e grossa. Depois é só retirar do fogo e adoçar a gosto, está pronto para ser servida.

Entretanto, estão sendo realizada discussão, atividades sobre a alimentação, são iniciativas pela escola Jula Paré, com os estudantes, professores e os pais para refletir e sendo incentivadas as práticas alimentares.

Esse trabalho em conjunto escola e a comunidade visa à revitalização das práticas dos saberes que foram coibidos no passado, a exemplo da língua, dos fazeres e sabores das comidas tradicionais. É um processo em curso complexo, já que na aldeia vivem descendentes de diferentes etnias. No entanto, na concepção das famílias, a revitalização das práticas tradicionais tem mostrado essencial para toda a comunidade, que passaram a entender que é pertinente repassar esses saberes para as gerações novas que são as crianças, a juventude, pois, só assim, será protagonista da sua história e de valores ancestrais.

### **3.19. Pintura Corporal**

A pintura corporal é algo significativo para os Umutina, especialmente no período da semana cultural, todos pintam os corpos com uma tinta do fruto do jenipapo, é importante ressaltar que a pintura está presente no cotidiano da convivência familiar.

A pintura corporal tem um significado importante para o povo Balatiponé-Umutina, pintam o corpo que é representado por formas das pinturas que simbolizam animais silvestres e peixes. É uma marca específica que demarca no corpo a identidade cultural do povo.

Monzilar (2018) em sua pesquisa constata-se que a pintura corporal está presente no cotidiano das convivências, principalmente em eventos das festividades tradicionais que acontece no mês de abril. Todos usam a pintura no corpo as crianças, jovens e adultos, sendo que tem a pintura masculina e a pintura feminina.

A pintura da caxara que é a mais utilizada, representa o peixe chamado por caxara que existe em grande quantidade no rio Laripô. As pinturas são feitas no corpo especificamente nas pernas, no braço e no rosto.

A tinta pode ser preparada com base do urucum, o jenipapo e com o barro da cor branca, porém, a utilizada é de jenipapo e dura cerca de quinze dias.



Fotografia 113: Abiolo Kurika

### 3.20. Reflexão referente: Casamento e estudo para a mulher indígena

Conforme a narrativa de Edna Monzilar referente à questão de casamento e estudo é compatível para a mulher indígena parte de um olhar e experiência empírica, no entanto afirma: *“que depende muito do casal (homem e mulher) quanto a mim não tive nenhum problema”*. Porém, ressalta que na concepção dela é quando vem o filho, no caso dela, assim, que ingressou na faculdade o filho era pequeno, e então, tornou mais difícil, embora sua mãe ajudasse muito e o seu marido a incentivava, ou seja, ambos ajudaram neste processo de estudo, quando foi fazer o curso de 3º Grau Indígena. Ela recorda: *“Lembro que eu levava minha mãe para cuidar do meu filho, pois, a minha filha minha mãe já criava isso ocorreu quando fiz a especialização em Educação escolar indígena”*.

E continua a narrativa:

*“A minha filha cresceu e estudou aqui na escola da aldeia, terminou o ensino médio e agora ingressou na universidade a Unemat, na cidade de Tangara da Serra, fazendo o curso de enfermagem. Ai veio o menino por que sempre tive essa concepção de meus filhos aprender tudo da sua cultura, identidade e história do seu povo Umutina, porque se eu sair para fazer mestrado, tirei que tirar meu filho para ir comigo, pois, o pai dele não vai ficar. Pois, casei com não índio e ele sempre diz que o dia que eu sair para estudar, aqui na aldeia ele não fica”*.

Nesse sentido, para minha irmã, é de suma relevância a essência do mundo indígena, que são o contato com a natureza livre, e o filho dela não vai ter na escola da cidade, é esse o pensamento que ainda prende quando pensa em seguir os estudos na pós-graduação, antes era a menina e agora é o menino.

Hoje, em conversa com sua filha, ressalta a importância dos estudos na escola da aldeia, se ela tivesse estudado na cidade não sabia nada do seu povo Umutina e que faria falta, pois, ela é muito cobrada. Diante a essa concepção, quando pensa em sair para estudar, faz essa reflexão e que no futuro o seu filho vai cobrar dela. Ela disse que há sempre esperança que vai conseguir realizar o estudo, até porque o filho vai crescer e vai entender melhor.

Já a narrativa de minha outra irmã, a Edineth, referente essa questão ressalta:

“Sobre o estudo e casamento principalmente para nós mulher indígena é muito difícil e complicado, digo isso pela minha experiência que vivi naquele ano que retornei ao ensino médio, ainda mais quando não temos apoio e incentivo de alguém, tem momento que a gente pensa em desistir e tomar outro caminho”. E continuando ressalta “Hoje vejo que a partir do momento que você tem apoio de alguém, da família, tudo fica mais fácil e você tem força para lutar e pensar positivo naquilo que deseja, ainda, mas com as mudanças que vem acontecendo nesses últimos tempos, além disso, sabemos que os direitos são iguais perante a lei”.

No entanto, ela finaliza seu relato dizendo:

“Depois de 15 anos de casada retornei os meus estudos na escola Jula Paré que havia recém-construída. Para mim essa experiência foi desafiante, pois, tive que passar por vários obstáculos, já que tinha meus filhos para cuidar, porém, foi muito bom estudar com a minha filha mais velha que na época tinha seus 15 anos e também com os professores todos formados e moradores daqui, inclusive a minha irmã Eliane que para mim foi uns dos professores que sempre chamava atenção e cobrava muito em questão de trabalho escolar. Dizia para nós estudantes deveríamos ser pessoas curiosas e observadoras, pois, no futuro nós seríamos protagonistas da nossa história. Hoje sei que a sua forma de trabalho e o diálogo era para melhor de cada um na sala de aula, na vida pessoal e profissional. Terminei o ensino médio no ano de 2010, com 36 anos de idade. Quero dizer que valeu apenas enfrentar os desafios, os obstáculos, pois, nada conseguimos se não existir os desafios”.

Os relatos mostram distintas realidades de mulheres indígenas que almejam e lutam em busca de seus sonhos, seus objetivos e, acima de tudo, uma boa qualidade de vida num

contexto permeado de alegrias, persistências, decepção, compreensão, incompreensão, amor, companheirismo e desafios. Ser mulher indígena e estar num espaço de escolaridade é um desafio constante que pode em determinados momentos ser compreensivos como também um processo de enfrentamento de estar nesse espaço e conciliar ao âmbito familiar. Considero que essas experiências apresentam reflexão e mudança de pensamento e postura do papel da mulher indígena, de ser mãe, mulher, liderança e atuar em diferentes frentes seja interno ou externo a comunidade.

Percebe-se que hoje as mulheres Umutina têm conseguindo ao longo dos tempos darem a visibilidade da importância da sua participação principalmente no espaço da escola e a busca de aquisição dos conhecimentos seja o tradicional e o não tradicional.

### **3.21. Narrativa a Chegada da Eletricidade na Aldeia Umutina**

A princípio, na aldeia Umutina não havia a energia elétrica, somente por volta de 1994, foi feita a inauguração da rede de energia, assim, com não havia meios de comunicação. Naquele tempo era muito difícil, eram somente duas famílias que tinha a televisão (tv), essas famílias que tinha por que eram funcionários da Funai (servidor federal).

Quando tinha jogo do Brasil, reuniam os jovens, as crianças e adultos para assistir. Quando eram programas normais como novelas reuniam, mas as crianças e jovens no período da noite, durante a semana, assim, que terminavam de assistir todos iam embora para suas casas.

Quando iam assistir, antes de iniciar os programas na tv, principalmente a novela, todos ficavam brincando crianças, jovens no pátio da aldeia, era muito divertido.

As minhas irmãs foram algumas vezes, pois, a minha mãe não deixava ir todos os dias e era tudo na bateria e eles recarregavam na cidade de Barra do Bugres.

A energia elétrica na aldeia Umutina foi instalada e inaugurada em novembro de 1994, com parceria e recurso da prefeitura e Funai. Na época o prefeito da cidade era o Agostinho Sansão, o chefe do posto da aldeia o Sebastião Martins e o cacique que estava à frente como autoridade da comunidade o indígena Joaquim Kupodonepá.



### **3.22. Mudanças Sociais - Modos de Viver e Agir**

De acordo com Monzilar (2012), a convivência com a sociedade envolvente implicou em grandes mudanças para o povo Umutina, que agora nesta conjuntura está se organizando e ressignificando a sua práticas culturais, de modo a manter o sustento para viver e garantir a sustentabilidade, nas dimensões social, territorial e ambiental. A comunidade e os professores Umutina estão buscando, na escola, a revitalização da cultura, do que foi proibido no passado. Ressalto embora não sejam falantes da língua nativa, em conjunto estão incentivando crianças e jovens a praticar os saberes tradicionais dos Umutina, observa-se que é um processo complexo, já que na aldeia vivem famílias descendentes de outros povos indígenas.

Monzilar (2012) constata que a revitalização da cultura tem se mostrado fundamental para todos os moradores, é relevante, é um trabalho que vem sendo moldado e dialogado num processo contínuo de luta e fortalecimento, repassado para as crianças e jovens que são gerações devem ser conhecedores dos saberes, fazeres, protagonista da sua história e de seus valores. É um rico trabalho de um percurso marcado por movimentos constantes embates, resistência, conquistas e desafios, porém, cheio de significado para a comunidade Umutina, a uma participação e credibilidade na eficiência da escola como espaço para revitalização de suas praticas culturais.

### **3.23. Terra para Pescar é Terra para Aprender**

A pesca era e contínua, sendo a principal fonte de alimentação importante dos Umutina. Pescavam com o arco e a flecha e com o timbó. No período da seca faziam a pescaria do timbó, era realizada em lagos ou córregos dos rios com a seiva do cipó timbó, assim batiam com uma madeira e em sequência essa seiva ia se misturando na água, a água ficava escura em poucas horas começa a dar efeitos nos peixes. Toda a família ia junto a participar da pescaria. E nessa pescaria matavam muitos peixes que eles assavam e moqueavam.

Posteriormente, o anzol foi introduzido pelos brancos. Nessa convivência, foram surgindo outros instrumentos, no decorrer dos anos, os indígenas passaram a conhecer e utilizar a tarrafa e a rede, outra maneira de pescar.

Vale ressaltar que ainda hoje o povo Umutina pratica o ritual da pesca do timbó, que é realizado na época na seca entre os meses de agosto e setembro. Também são utilizados esses instrumentos que é a tarrafa e a rede. Com o tempo os Umutina passaram frequentemente a praticar a pesca do anzol, tarrafa e a rede no rio Paraguai para pescar peixe grande. Os homens pegavam peixe grande e eles vendiam na cidade, ou os compradores vinham até a margem do rio comprar os peixes.

Para o povo Umutina a terra tem um valor importante, tudo está interligada e interagindo constantemente está relacionada aos modos de vida, a forma de viver e conviver. É através dela que os Umutina retiram o sustento ao realizar a pescaria no rio Paraguai ou rio bugres, na pesca do timbó. Essa pescaria se dá em várias formas quando a pessoa vai pescar sozinha, acompanhada ou com a família vão pescar para o consumo na alimentação do dia a dia para as famílias.

### **3.24. A Caça no Território**

No território existem várias espécies, variedades e tipos de plantas e animais. Os animais da região incluem: onça pintada, parda, jaguatirica, gato do mato, anta, capivara, paca, cotia, caxinguelê, ouriço, macaco prego, macaco coatá, porco queixada, caititu, veado, ariranha, lontra, tatu canastra e outros. Já as plantas têm espécies como: jatobá, buriti, açaí, mangaba, bacaba, bocaiuva, pequi, entre outros.

Os Umutina eram excelentes caçadores. A caça faz parte da alimentação, são os homens que vão caçar, eles vão em grupo para fazer a caçada no mato. Antigamente os Umutina utilizavam o arco e a flecha, o tacape-espada e o facão para a caçada, mas hoje eles utilizam a espingarda (arma de fogo), levam também os cachorros e vão para a mata. Às vezes saíam não frequentemente, mas alguns homens ainda praticam e gostam de fazer a caçada, eles passam o dia inteiro na mata, lugar de caça, onde há diversas árvores enormes, geralmente próximo de cabeceiras de rios, fica distante da aldeia, só chegam ao entardecer com o bicho já morto, os animais que são mais caçados são capivara, anta, veado, porco queixada, veado e paca. Quando chegam retiram a pele do bicho e cortam em pedaços,

geralmente partilha a carne do bicho para os parentes mais próximos e o restante é assado ao fogo ou cozido. Quando eles saem para caça, a mulher ou a família faz xixa (bebida feita de fubá de arroz) para fazer oferecimento e agradecimento aos espíritos protetor da mata, dos animais, e então os homens chegam com a caça, isso também se faz quando é realizada a pescaria.

Certo dia, o meu primo foi caçar durante a noite como os homens costumam falar que vão “esperar”, fez a armadilha em cima da árvore e ficou lá esperando o bicho passar. Essa armadilha eles fazem próximo uma árvore que tem fruta ou na árvore que tem fruta, pois o bicho a noite anda em busca de alimentos e nesse momento é atraído e quando ele observa que o animal já está chegando já prepara a arma em direção ao bicho. Ficou esperando quando de repente ouviu um grito igual de gente, e começou a ventar, ficou quieto e o corpo dele arrepiou todo. Sentiu uma sensação muito estranha, pensou que fosse o dono do bicho, são mistério algo que aconteceu com ele, mas ficou lá encima da árvore, isso passou algumas horas, quando de repente o bicho aproximou e foi que ele acertou com o tiro, assim pegou a caça e foi embora para sua casa.

### **3.25. O mundo da alma e o espírito - A Espiritualidade**

O universo da espiritualidade dos Umutina perpassa o processo de aquisição de saberes e das mudanças culturais que foram feitas para se adaptar ao mundo moderno. Nesse processo transformando suas práticas do bem e do mal, fazendo advir uma cosmologia resultante do contexto atual. O que eu chamo de cosmologia aqui é tratado como espiritualidade e cultura nos termos usados no geral pelos Umutina.

Na descrição deste processo de modificação cultural devem-se destacar os estágios de desenvolvimento dos Umutina desde o contato, passando pelas estratégias de superação da opressão, até a reafirmação étnica e cosmológica de sua cultura.

Nesta cosmologia existe a crença de que as almas dos mortos incorporam-se em certos animais, especialmente, aves, assim, os Umutina, antigamente mantinham em suas casas aves domesticadas como: tuiuiú, gaviões, mutuns e araras. Essas aves eram tidas como “portadora da alma” dos entes queridos, por isso criavam com cuidado, acreditavam que após a morte dos parentes as aves eram “*portadoras das almas*”.

De acordo com informações coletadas por Schultz (1961), a pessoa tem três almas, uma vai para o céu, outra se reencarna em animais e o destino da terceira, não pode ser averiguado. Para compreender o universo dos espíritos é necessário mergulhar na estrutura sociocósmica e histórica do povo Umutina, destacando-se a sabedoria dos anciões que são detentores do conhecimento tradicional, narrando-se a história do povo Umutina contadas e transmitidas pelos membros mais velhos até os dias de hoje.

Com relação à reencarnação da alma, afirma-se que a pessoa vê através dos sonhos, o animal que sua alma escolherá quando morrer para reencarnar-se. Então, ela comunicava aos seus parentes que, caso viesse morrer, eles providenciassem o animal revelado como futuro portador de sua alma.

A espiritualidade indígena dos Umutina e dos Paresi é forte como se pode verificar no ritual de dança cultural feito para ser um acontecimento de agradecimento aos espíritos protetores ou dono dos bichos (animais do mato), pela fartura dos alimentos vindos da caça e da pesca. Os Umutina acreditam que cada um desses animais tem o seu dono, ou protetor, fazendo oferenda a esses protetores, dançando e ingerindo uma bebida sagrada (jolorukwá). Acreditam que o espírito existe e é verdadeiro.

A espiritualidade do povo Umutina atual foi relatada por Carminda Monzilar descendente de Paresi, seus pais são Paresi e Nambikwara, ela se auto denomina Umutina por ter nascido e mora no território indígena Umutina. Ela é benzendeira, isto é, uma pessoa que possui uma sabedoria e prática de cura de determinadas doenças através de práticas rituais e medicamentos e ervas natural. A espiritualidade do povo Umutina e Paresi considera o ritual da dança cultural é o momento mais importante para a obtenção daquilo que se necessita, sendo um momento de oferendas aos espíritos, oferecendo-se comida tradicional (peixe assado e beiju) e a bebida (xixa) para agradecer aos espíritos da mata e pedir proteção, alimentos e fartura.

Esta senhora indígena, aos cinquenta anos de idade, manifesta essa sabedoria de benzer, hoje ela benze, reza, tem força e acredita numa força superior (Deus), tendo sido ensinada por sua mãe. Ela presenciou e viu muitas vezes a mãe cantar na sua língua de origem, fazendo xixa e beiju para o ritual e mantendo a fé nos espíritos.

A senhora Carminda narra, em relação à espiritualidade indígena um fato que aconteceu com seu filho:

“O meu filho estava muito doente, estava muito mal, o seu espírito já não estava com ele, levamos para o pajé, ele fez o ritual da cura. O nosso povo retirou o mal espírito, primeiro benzendo a erva que esta dentro do

saco, essa erva é coletada ao entardecer no mato, em seguida passa a erva no corpo inteiro da pessoa doente, retirando todo o mal do corpo da pessoa”.

Segundo a dona Carminda constata-se que diante do exposto, a espiritualidade indígena está presente, apesar das influências do mundo globalizado, os espíritos continuam agindo em outros mundos, mas, só sente quem vivencia intensamente esse universo.

Entre os anciões Paresi que vieram residir na aldeia Umutina que tinha essa sabedoria, esse conhecimento de benzer e curar destaca-se Antônio e Pedro Paresi e as anciãs Isabel e Ana Paresi. A senhora Ana Paresi conversava com os animais quando os encontrava na estrada ou nos rios, às vezes, eles apareciam nos sonhos para avisar de algo que poderia acontecer.

Quando uma criança adoecia ou assustava, os anciões faziam o ritual da cura, cantavam na língua original para trazer o espírito da criança. Assim, a situação que aconteceu que o “bicho” pegou o espírito do índio chamado Lucio foi no rio Dezoito, e foi realizado o mesmo ritual de cura feito pelo senhor Antonio Paresi.

Essa narrativa aborda sobre o “bicho do mato” (pé de garrafa), certo dia seu Jula Paré (um ancião) estava trabalhando na sua roça no retiro que fica distante da aldeia, quando ouviu um grito muito forte pensou que era o seu companheiro, e então ele respondeu com outro grito, sem que ele esperasse o grito foi chegando perto, foi ai que percebeu que era algo estranho, era o bicho do mato que é conhecido como pé de garrafa que estava vindo à sua direção. Então, pegou o seu cavalo e sua espingarda passou no seu rancho, ainda deu comida pra as criações e saiu imediatamente, o bicho do mato correu atrás dele até a beira do rio da aldeia. Na estrada Jula Paré tentou atirar no bicho, mas a sua espingarda não funcionou e então ele veio correndo de cavalo para a aldeia, se ele não viesse embora o bicho tinha comido ele. Chegou desesperado na aldeia e contou o que tinha acontecido, esse bicho ficou muito tempo perturbando o senhor Jula Paré. No outro dia alguns companheiros dele foram até o rancho chegando lá viu tudo destruído, bagunçado do que o bicho tinha feito.

Percebe-se que a espiritualidade indígena é intrínseca ao modo de viver, antes as pessoas tinham uma reverência a esses seres que habitam seu mundo. Quando chegaram os brancos começou a mudar, trouxeram a religião, veio primeira a igreja católica e depois

a igreja evangélica. Hoje observar-se que alguns jovens refutam a prática de benzer, porém parte da juventude acredita que é imprescindível conhecer e repassar esse conhecimento.

O senhor Adilson, membro da comunidade destacou sobre o choque e a mudança na aldeia com relação à igreja evangélica: *“Agora a maioria são crente o pastor vem aqui e levam eles para o culto, eu pra mim não importo, não mexo com eles, desde que eles me respeitam. Eu acredito em Deus, vivo alegre, brinco com os amigos, agradeço todos os dias pela vida, pelo alimento, peço a Deus que me dá muito anos de vida”* (entrevista 28/07/2015).

Segundo informação coletada do senhor Adilson (2015), antigamente faziam festas que era realizada entre o mês de junho que são as festas de santos, santo Antônio, santo João, São Pedro e São Benedito, nesta havia muita fartura, rezavam muito, faziam grande fogueira para assar batata, em seguida compartilhavam as comidas para todos que estavam na festa, havia uma participação de todos da aldeia. Ele ressaltou dizendo: *“Essa mudanças ocorreram, pois os velhos morreram os que faziam e acabou e os jovens não aprenderam e não deu a continuidade, foi isso que aconteceu, deveria ter uma pessoa para ensinar isso aos jovens”*.

Constata-se que, diante do exposto, que essa forma de viver e conviver dos Umutina de fazer a roça, plantar, colheita de alimentos, a fartura, a festa, a reza, saber benzer e realizar a cura está interligada aos modos de agir e o bem viver e que a espiritualidade move e age nessa ação numa dimensão social e cultural e a concepção de ser Umutina.

Nessa perspectiva da espiritualidade indígena descrevo uma narrativa que foi contada pelo meu pai Edson Monzilar para a minha irmã da seguinte maneira:

“Quando ele tinha sete anos de idade, por um período ficou muito doente, quando foi um dia, mais ou menos às 8:hs da noite ele parou (para seus familiares ele tinha morrido) ele conta que seu pulso e coração parou de funcionar, segundo seus familiares contaram pra ele. Eles começaram todos a chorar no redor dele. Nesse mesmo momento seu pai Jorge foi chamar seu Tio Tomé. Este era curador e benzedor, o mesmo era pajé, quando ele seu tio chegou, e olhou pra ele deitado na cama, o seu tio disse a todos: não chore, parem de chorar ele não morreu, ele só foi passear e quando ele voltar, eu vou curar ele. E todos ficaram quietos, mas choravam baixo. Ia passando pela meia noite seu pai Jorge disse a todos que ele tinha morrido e que teriam que velar o corpo para enterra-lo no outro dia porque estava passando muitas horas e ele não ia voltar. E seu Tio disse: não, não vamos fazer isso, ele vai voltar, porque não é o dia

dele morrer. Passava-se de vinte quatro hs. E todos mais apurado com ele.

Meu pai disse que ele lembra que ele só viu a mãe dele chorando pegando nele e depois quando veio bastante gente e levou ele para um lugar muito bonito, lembra que no caminho essas pessoas iam brincando com ele, todos muito alegre, até chegar num lugar tipo aldeia, as casas todos em circulo, e todos alegre começaram a sai bastante gente das casas, festejando, alegre, contava a noite toda, tudo na língua Parecis e ele só ficava olhando pra aquelas pessoas felizes.

Depois de muita festa e cantoria, me deram xixa pra mim beber e me levaram eles para outro lugar no dia seguinte, lembra que eram um lugar bem claro só tinha uma linda arvore a figueira com muitas folha verde e sentaram ele debaixo dessa arvore. Ele conta que foram bastante gente só índios, mais quem falava mesmo com ele era três homens, contaram muitas histórias (ele meu pai não contou as histórias que eles contaram). Ele disse que dois homens que contaram a história disseram assim pra ele: tá vendo aquelas folhas e apontava com a mão para as folhas cada folha daquela arvore era uma vida de alguém, e quando cai ai sim morre e é o seu dia e não volta mais pra terra, e que dele não tinha caído, e que ele ia voltar, porque não era a hora dele, só tinham levado ele para conhecer, mais que quando chegasse sua hora, ele ia e não ia mais voltar. E disse os homens vamos, nós vamos te levar até lá, porque seus parentes familiares está louco e chorando e seu Tio que não deixou enterrar seu corpo, porque ele sabe que você vai voltar, seu pai acha que você morreu e não vai voltar pra eles. Isso já ia passando de um dia. Ele conta que tudo parou as 8:hs da noite e ele voltou no outro dia mais ou menos as seis pra sete horas da manhã.

Quando de repente ele começou a mexer e abrir seus olhos e viu sua mãe, pai, tio e todos os parentes todos chorando. Ele (meu pai) perguntou; o que foi? Porque vocês estão chorando? E nesse momento sua mãe Ana o abraça chorando, meu filho cê voltou.

Ele meu pai disse a todos eu só fui passear num lugar muito bonito, com muitas pessoas alegre fui recebido por muita gente com festa, xixa, mas me disseram que eu ia voltar, não chorem to aqui, já cheguei.

Ai meu Tio Tomé disse que ia me curar e depois começou a fazer a benzeção e tirou do meu corpo várias coisa feio, tirou coró preto feio, depois disso eu foi dormi no outro dia quando eu acordei tinha melhorado, e foi isso que aconteceu comigo. Se eu contar tem muita gente que não acredita mais foi verdade”.

Conforme a minha irmã Edna, é uma história triste vivenciada pelo meu pai, porém, bonita, faz refletir no que tange a religiosidade dos povos indígenas e os saberes indígenas é forte, que existe e resiste em diferentes tempos.

Nesse sentido, considera-se imprescindível compreender que a chegada da colonização pode ter enfraquecido a espiritualidade, os saberes e os conhecimentos tradicionais entre outros dos Umutina, mas, não quer dizer que acabou eles não desaparecerão. Os espíritos e a sabedoria ancestral continuam agindo mesmo habitando outros mundos, essa é a essência da sabedoria Umutina conservando-se através das

modificações, felizes ou infelizes, trazidas pelo tempo e por outras culturas humanas com as quais os saberes Umutina se encontram.

### **Os Balatiponé-Umutina na Atualidade**

O Território Indígena Umutina foi demarcado em 1960, na região Centro-Oeste do Brasil, no município de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, fica entre os rios Xopô à direita e o Laripô à esquerda.

Seus 28.120 mil hectares localizam-se cerca de 15 quilômetros da cidade de Barra do Bugres, sendo que ao entorno encontram-se fazendas privadas com criação de pecuária, a monocultura de cana de açúcar e a nascente do rio Laripô esta numa localidade aproximadamente uns 80 quilômetro que a muito tempo funcionava como garimpo, hoje desativada na cidade vizinha chamada Alto Paraguai.

No Território Indígena Umutina tem a aldeia Umutina, que é a central, sendo que há aldeias pequenas em lugares estratégicos de ocupação e defesa do território são: Bakalana, Águas Correntes, Adonai, Uapó, Cachoeirinha e Masepô. Há aqueles que estão em processos de construções: Alto Retiro, Amaju, Corezomaé, Amoroso, Acorizal, Katamã (antiga corredeira), Barreiro, Boropo e Balatiponé (a margem do rio Xopô).

No entanto, há uma grande área de biodiversidade ecológica no território é muito riquíssimo, existem variedades de fauna e flora. Podem-se destacar as seguintes espécies: onça pintada, parda, jaguatirica, gato do mato, anta, capivara, paca, cotia, caxinguelê, ouriço, macaco prego, macaco coatá, porco queixada, caititu, veado, ariranha, lontra, tatu canastra e outros. As outras espécies são: jatobá, buriti, açaí, mangaba, bacava (bacaba), ipê, bocaiuva, pequi entre outros.

É através dos elementos naturais que há no território Umutina que os Umutina retiram o seu sustento para sobreviver e interage em suas relações sociais e culturais, por isso a terra é imprescindível para a manutenção das práticas dos saberes ancestral.

Os Umutina moram em casa de construção diversificado como de madeira (tabuá), pau a pique alguns ainda conservam o uso da palha, cobertura de barro, eternit e alvenaria já são vistos nas aldeias. A forma e o tamanho da moradia é uma particularidade específica de cada família.

A organização física da aldeia central a Umutina tem um formato retangular, as casas são uma do lado da outra. Ainda hoje tem as construções das casas históricas que



foram construídas entre os anos 1943 a 1945 com a seguinte composição: casa do chefe de posto, escola, farmácia e doze casas para moradia. Devido o aumento da população novas moradias estão sendo construídas na proximidade, assim, como surgindo pequenas aldeias como forma de defesa e proteção do território, como já mencionada acima.

No centro da aldeia tem um pátio com três campos de futebol, sendo dois masculinos e um feminino, uma quadra de areia de vôlei improvisada. Há água encanada oriunda de dois poços artesianos, instalação elétrica e um telefone público com uma torre de captação de sinal.

Na classificação linguística pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê, da família Bororo, na atualidade não são falantes fluentemente, portanto, está num processo de revitalização das práticas tradicionais e principalmente a língua materna. A língua Umutina é ensinada na escola, o currículo da escola fomenta a prática do ensinar a língua, percebe-se que as crianças e jovens já conhecem e falam palavras na língua, assim, como construção de frase e texto na língua Umutina. São trabalhos que vem sendo desenvolvidos pelos professores juntamente com os estudantes da escola Jula Paré, no sentido da valorização e fortalecimentos da questão cultural e linguística do povo Umutina.

Os Umutina praticam o ritual da pesca do timbó que acontecem todos os anos na época da seca, entre os meses agosto a setembro. Além de um bom alimento, o pescado, é uma das fontes de renda para as pessoas da aldeia que fazem essa atividade durante o ano todo. Hoje, o ritual da pesca do timbó, acontece da seguinte forma, por exemplo: um dia antes, todos os estudantes da escola, professores e os pais dos alunos reúnem-se e vão pegar o timbó – um tipo de cipó – no mato, que fica um pouco distante da aldeia. Geralmente o fazem caminhando ou de trator. Ao chegar, cortam e amarram o timbó, fazendo vários feixes, os quais carregam e colocam no ombro ou no trator e, então, retornam para a aldeia. Na manhã seguinte, os homens e crianças saem para bater timbó. Em seguida, as famílias da aldeia vão para uma pescaria do timbó, na qual começam a batê-lo com uma madeira à beira do lago/baía, em vários pontos do lago. Assim, a seiva do timbó se mistura com a água, que começa a ficar escura. Em menos de trinta minutos, nota-se os efeitos na água e os peixes começam a agonizar. Todos, então, entram na água para pegar e matar os peixes com arco e flecha, peneira e cestos. Toda a família participa da pescaria e passa o dia inteiro pegando e comendo peixes assados na brasa, com beiju e xixa (bebida tradicional) na beira do lago ou baía. É um momento agradável, onde todos ficam juntos, conversando e interagindo alegremente, partilhando momentos de convivência e aprendizagem recíproca.

Quando o ritual termina, todos vão embora carregando sacos e cestos cheios de peixes para as suas casas. O alimento tradicional do povo Umutina, como se pode constatar, é o haré (peixe) assado ou moqueado, Jukuputu (beiju), jukuparika (farinha) e jolorukwá (xixa). Jolorokwá é feita por famílias, que assam o haré e fazem também o jukuputu, o qual é oferecido aos espíritos para agradecer e pedir proteção pela vida, pela fartura, pelos alimentos e pela colheita.

Portanto, para os Umutina, como o exemplo acima ilustra, o conhecimento está presente nas relações de convivência comunitária e no meio ambiente no qual está inserido.

A organização da aldeia Umutina é composta da seguinte forma o cacique, o coordenador local que era conhecido como chefe do posto, este é funcionário da Funai, lideranças que são os profissionais da saúde e os professores, a associação e a comunidade.

A base da subsistência da comunidade indígena Umutina está centrada na pesca, confecção e produção de artesanatos de diversos tipos como: colares feitos de sementes, penas, pulseira, cinto, anel, bracelete, brincos, cocar, cestos pequenos e grandes feitos de palha e fibra de buriti, tucum e urubamba, esculturas de madeiras, arco e flecha entre outros, a comercialização de alguns produtos da roça. Há vários aposentados, pensionista, beneficiários do programa bolsa família, funcionários da Funai, da saúde e professores efetivos e contratados pela secretaria do estado e do município.

A cestaria hoje em dia, é algumas mulheres que dominam o trançado da cestaria. O trabalho fica a cargo de algumas mulheres mais velhas. Em atividades diferenciadas que são realizados na escola, essas anciãs são convidadas para ensinar as crianças e jovens no espaço do ambiente escolar. Esses trançados representam a imaginação criativa dessas mulheres como manejam e entendem o mundo. São detalhes que são construídas na arte da confecção como em um cesto, ressaltando que são feitos de palmeira de folha de buriti e fibras de tucum, urubamba (é um tipo de um cipó) e a esteira.

Os Umutina vivem em uma terra fértil e fazem cultivo de pequenas roças de toco de e uma roça comunitária mecanizada. Todo ano, fazem seus roçados de forma tradicional, escolhe o lugar este pode ser próximo ou distante da moradia, depois derruba, espera três meses para secar, toca fogo em agosto, e em setembro, faz o plantio. Plantam em nos roçados várias espécies como: arroz, feijão, milho, banana, mandioca mansa e brava, cara, batata doce, abóbora, melancia e cana de açúcar. Todos os componentes familiares colaboram no trabalho da roça, os homens, mulheres e os filhos.

É importante ressaltar que a escola vem desenvolvendo desde 2011 um trabalho das práticas do manejo tradicional, que é a roça, onde todos os estudantes juntamente com os professores trabalham e cultivam na roça escolar que é uma forma prática de ensino aprendizagem inovadora de trabalhar os conhecimentos no que tange ao roçado para que os estudantes possam conhecer e fazer na prática o trabalho das atividades da roça. Na roça escolar tem plantação de banana, mandioca e abacaxi, esses produtos servem de alimentos na merenda escolar da Escola Jula Paré.

Há também o cultivo de plantas frutíferas como: laranja, tangerina, mexerica, caju, mamão, manga, goiaba, coco, pequi e outros, algumas hortaliças no quintal de cada família, onde cada um é responsável por sua plantação.

Além dos cultivos, o povo pratica a coleta em diferente época frutos silvestre como: buriti, bocaiuva, mangava, jatobá, marmelada, bacava (bacaba), compatissé, caju do mato, pinha do mato e ingá.

As mulheres Umutina tem um papel fundamental na vida da comunidade e principalmente no seio familiar, são guerreiras, a presença da mulher observa-se em várias atividades como no cultivo e manejo da roça, pesca e na confecção de artesanatos, estão no meio social são mães, professoras, enfermeiras e participam nas reuniões comunitárias expressando as suas opiniões e atuando nas ações prática da vida em comunidade interna e externa.

O papel a mulher Umutina é imprescindível na manutenção para produzir, multiplicar e repassar os saberes tradicionais para as novas gerações e especialmente na convivência social da comunidade.

Monzilar (2018) destacar no que tange os artesanatos da sua importância para as mulheres Umutina, pois, é uma fonte de renda que contribui para as famílias, devido a esse fato as Umutina sempre praticam essa atividade, acreditam que também é uma forma de fortalecimento e valorização na manutenção das práticas dos saberes tradicionais, sendo assim, não tendo um olhar somente de comercialização, porém sendo uma forte expressão cultural dos Umutina.

Conforme relatos dos mais velhos, dizem que no passado os indígenas Umutina praticavam o grande ritual chamado “*culto aos mortos (Adoê)*”, este acontecia na temporada que o milho amadurecia e era composto de várias cerimônias. No entanto, atualmente semelhante a esse ritual é realizada a “*festa tradicional*” que acontece no período do mês de abril, intitulada como semana cultural. Organizam e se reúnem entre os

professores, depois cada professor escolhe a turma e a atividade a ser realizada. Os professores convidam os anciões para ensinar aos alunos de acordo com as atividades, onde fazem os preparativos das danças tradicionais, a pintura corporal, todos pintam os corpos com a pintura masculina e a feminina, preparam com a tinta do jenipapo, os cânticos na língua, as comidas típicas: jukuputu, haré assado, jukupariká e a bebida jolorokwá que é feita de humataká, arroz, raspa da mandioca, bacava e a caça. A caça fica a cargo dos homens e rapazes que fazem a caçada no interior da mata distante da aldeia. Fazem confecção de trançados de diferentes formas como cestarias, cesto redondo ou quadrado, abanador, esteiras e outros, como confecção de rede, arco e flecha, bracelete e cocares.

No final, é feito uma confraternização e a apresentação das danças e dos trabalhos desenvolvidas, todos participam os estudantes, pais e a comunidade. Os estudantes da escola fazem a apresentação vestidos dos ornamentos tradicionais e dançam uma forma de agradecimento aos espíritos pela vida, pela fartura e por os alimentos. As danças são: Mixinose, Lorunó, Yuri, Katamã, andorinha, boiká entre outros, há participação de toda comunidade Umutina.

### **Xãbala - Caminho metodológico**

A História dos povos indígenas foi marcada pelos wase desde os primórdios, em distintos tempos e espaços, que foram moldados e entrelaçados na diversidade e na adversidade, estes escreveram essa invasão a partir de uma visão de dominação, como a colonização se sucedeu para com esses povos que foram julgados como minorias desse contexto global.

Historicamente, os povos indígenas têm na sua essência a oralidade, a oralidade como meio de transmissão e perpetuação dos saberes tradicionais, que são constados no cotidiano através das narrativas das histórias, o exemplo de vida, entre o individual e o coletivo, muitas destas foram enterradas ou adormecidas junto aos corpos dos nossos ancestrais Balatiponé-Umutina, porém, os não indígenas não imaginavam que somos sementes e, assim, filhos da terra e que nascemos a cada embate, e hoje podemos contar, narrar a história a partir das lentes dos próprios indígenas.

Na conjuntura atual, a história pode ser contada pelo olhar da própria indígena, na versão do pensamento indígena. Antes, o indígena era o objeto de pesquisa, agora torna-se o sujeito de narrar, escrever, construir e reconstruir, descolonizar, sendo o protagonista.

O discurso da escrita torna-se um instrumento de eternizar as histórias indígenas. Adentramos a esse discurso que possa estar contribuindo para desmistificar, descolonizar e sermos lidos, ouvidos diante da sociedade não indígena em diversos espaços e especialmente aos universos acadêmicos.

Os conhecimentos e saberes dos anciões são importantes e são como livros que têm se revisitado e estão sempre abertos para dialogar e ensinar as histórias dos nossos antepassados, a história com os wase, os cânticos, o ritual do timbó, as pinturas corporais, as danças tradicionais que homenageiam e pedem proteção aos espíritos, a preparação das comidas típicas, artes de diferentes trançados, o manejo da terra, estes são guardiões desses saberes que guardam em suas memórias.

Nesse sentido, é importante frisar que a pesquisadora pertence ao povo Balatiponé-Umutina e tem a partir da convivência e a transcendência uma excelente compreensão desse universo cultural, trazendo com intensidade e de forma coerente o contexto sociocultural, linguístico e educacional dos Balatiponé-Umutina do território indígena Umutina.

Os conhecimentos tradicionais são aprendidos nas convivências do contexto familiar e coletivo, desde pequena a criança vai interagindo a esses espaços, e essa aprendizagem vai se dando ao longo da vida, assim, vai constituindo os saberes enquanto ser mulher e o ser homem Balatiponé-Umutina.

Para compreender melhor o povo Balatiponé-Umutina, realizamos os seguintes xãbala (caminhos) para a construção da tese, que foram partindo dos seguintes movimentos.

As fontes bibliográficas contribuíram para vasculhar as informações pertinentes às histórias do contato com os indígenas em estudos com as frentes de expansão e domínio com os não indígenas, principalmente os registros realizados pelo etnógrafo Harald Schultz, e o relatório de expedição de viagem de Max Schimdt.

Foram essenciais as diversas fontes, principalmente a fontes primárias, incluindo dois trabalhos da própria autora, que nasceu e vive na aldeia Umutina há 40 anos, e o material produzido pelos estudantes, acadêmicos da graduação e da pós-graduação Balatiponé-Umutina, na última década e em diferentes áreas de estudos.

A relevância está no fato de ser um registro contado pela própria indígena pertencente ao povo Balatiponé-Umutina, sendo uma porta voz através do discurso da escrita e da oralidade que poderá contribuir dando visibilidade, análise e reflexão a essa temática em questão como forma de ampliar e quebrar barreiras de paradigmas enraizados em nossa sociedade, quando a pauta é indígena, e que há diferentes saberes existentes.

A tese resulta-se de um processo longo e anterior ao meu nascimento, um processo compartilhado de ensino-aprendizagem, ressalto que parte do que foi pesquisado e escrito anteriormente são reelaborados, especialmente as experiências internas e externas à aldeia. É pertinente, enfatizar que a narrativa foi colaborativa, feita em conjunto com uma companheira essencial, a minha irmã Edna Monzilar, os interlocutores indígenas, professores que residem na referida aldeia, estes dedicam nessa árdua e saborosa missão de ensinar.

### **Perfil dos indígenas, docentes interlocutores que atuam na Escola de Educação Indígena Jula Paré**

O Jairton kupodonepá é formado na área da matemática, concluiu em 1999, fez a Especialização em Educação Escolar Indígena, em 2009, ofertada pela Unemat. Atua como professor na Escola de Educação Indígena Jula Paré, com a turma do ensino fundamental e o médio.

Estudou na aldeia Umutina no final da década de 80, 87 e 89, a antiga primária, estudou dois anos com o professor chamado Benedito de Paula Jacinto, na época, era período militar. O estudo na ocasião era formar pessoas em militares, tudo tinha uma regra que deveria-se cumprir, era severo, tinha o castigo, tinha a palmatória que era uma forma de impor a lei. Nessa época, tiveram alguns alunos que aprenderam e muitos que acabaram desistindo devido a essa regra, era muito ruim.

Ducinéia Tan Huare, formada em Licenciatura em Letras, mestrado em Linguística, na Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat. Atua como professora na Escola de Educação Indígena Jula Paré, com a turma do ensino fundamental e o médio.

O período que estudou na escola Otaviano Calmon era o nome anterior à escola Jula Pará, estudou a 3º série na época. A Funai era a responsável pela escola, os professores recebiam o salário pela Funai nessa época, tudo era interligado, tanto a saúde como a educação eram da responsabilidade da Funai. Os professores que vinham dar aula na aldeia eram professores não indígenas, isso acontecia em todo o território brasileiro onde tinha as escolas indígenas, porque não havia professores indígenas formados nessa época.

Rosinei Amajunepá tem a formação na área de Ciências Sociais, em 2009, e Educação Escolar Indígena, estudou na UNEMAT, na Faculdade Indígena Intercultural, tem 39 anos, está atuando como professora na Educação Infantil pelo município de Barra do Bugres.

Na época que o professor Benedito trabalhou na escola da aldeia, era muito rígido, raramente tinha aula. Estudou na primeira e a segunda série, nesse período em que ele estudou, tinham mais meninas do que os meninos.

Alessandra Corezomaé Boroponepá, formada na área de ciências sociais pela Faculdade Indígena Intercultural, no ano de 2016. Atualmente trabalha na escola de Educação Indígena Jula Pará, com turma multiseriada (terceiro, quarto e quinto ano).

Alessandra fala do ensino aprendizagem da escola, dos professores, durante o período que estudou na aldeia:

“era uma turma multiseriada, eram professoras não indígenas, a Tereza Gonzaga, Iraci Ferreira e, posteriormente, com os professores Alice e o Filadelfo. Naquela época com as professoras não indígena não tinha aula regular, poucas aulas devido que o não indígena vinha pra aldeia, não acostumavam acabavam indo embora, e não aprendia nada da nossa cultura”. (BOROPONEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

Oswaldo Corezomaé Monzilar, da etnia Umutina, a sua formação foi no 3º Grau Indígena, licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza, realizada em Barra do Bugres, especialização em Educação Escolar Indígena, em 2009. Atualmente está atuando na Escola Jula Pará, trabalhando no ensino fundamental e ensino médio na área de Matemática.

Estudou na escola Otaviano Calmon, na aldeia Umutina, durante as séries iniciais, quando terminou a 4º série foi para Cuiabá continuar o estudo, pelo fato de na aldeia ter até a antiga 4º série.

O professor Corezomae relatou sua experiência durante o ensino escolar na aldeia: *“Foi entre os anos 80 e 81, o que me marcou na minha vida foi a professora Antônia, era uma irmã, depois veio o professor Benedito, tinha uma enfermeira que atuou como professora, não lembro o nome”*.

Valdevino Amajunepá, formado na área de linguagem pela Unemat, em 2009, especialização em Educação Escolar Indígena, em 2010, atualmente é professor na escola Jula Paré, lecionando com as crianças dos anos iniciais. Estudou um período na antiga escola que chamava Otaviano Calmon, aproximadamente na década de 80, depois ele foi para a cidade continuar os seus estudos, mas, neste período, entrou de greve, retornou para a aldeia. Em sequência, estudou durante quatro anos na cidade, retornando novamente para a aldeia, finalizou o ensino médio, fazendo o trajeto da aldeia à cidade e vice-versa.

Laelcio Amajunepá tem 39 anos, formado em Ciências Sociais pela Unemat, especialização em Educação Escolar Indígena pela Unemat em 2009. O professor disse que tem pouca lembrança do professor Benedito, mas, lembra-se dos professores Iraci, Alice e o Filadelfo. Naquela época, os alunos estudavam com sete anos, faziam o chamado “pré”, ele estudou com a professora Alice aos sete anos de idade.

O professor Laelcio Amajunepá relatou:

“Naquela época o ensino era bem complicado, a dificuldade era por ser uma professora para atender uma turma de multiseriado durante o período vespertino. Quando estudei o pré era a professora Alice, no período da manhã, na antiga farmácia havia uma sala. E no período da tarde estudava com a professora Iraci. O ensino seguia o padrão das escolas não indígenas, ainda não existia nada com relação aos nossos direitos indígenas” (AMAJUNEPÁ, Roda de conversa, abril, 2018).

Edna Monzilar, graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2005, Especialização em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Indígena Intercultural, em 2009, no município de Barra do Bugres. Atua como professora na Escola de Educação Indígena Jula Paré com a turma do ensino fundamental.

Desde a infância estudou na escola Otaviano Calmon, na 1º série até a 4º série. Em 1985 foi para a cidade de Cuiabá para continuar os estudos.

A professora Monzilar fez o seguinte relato da sua experiência:

“Quando estudei na escola Otaviano Calmon o ensino era tradicional. Lembro dos professores Antônia e Benedito, estes davam aula e eram não indígenas. As disciplinas que estudava o



português, matemática, Educação Física, história, geografia, ciências, não tinha nenhuma disciplina que abordasse a questão indígena principalmente do povo Umutina. Era no tempo que havia a palmatória, principalmente quem não sabia a tabuada recebia palmatória, então, tinha que decorar se não quisesse apanhar”. (MONZILAR, Roda de conversa, abril, 2018).

Maria Alice de Souza Cupudunepá, nascida em Minas Gerais, formou-se no magistério indígena (projeto de formação de professores indígenas de Mato Grosso-Projeto TUCUM/), em seguida ingressou na Faculdade Intercultural (3º Grau Indígena) Universidade de Estado de Mato Grosso (UNEMAT), concluiu o curso de licenciatura de Línguas, Artes e Literatura, em 2005. Fez a Especialização em Educação Escolar Indígena. A vida escolar dela não foi tão fácil, tendo em vista que era época da ditadura militar, com muitas regras impostas, faziam parte daquele momento, na verdade não tinha liberdade de expressão.

Eneida Kupodonepá, a sua formação foi no 3º Grau Indígena, Licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza, realizada em Barra do Bugres, Especialização em Educação Escolar Indígena, em 2009. Atualmente está atuando na Escola Jula Paré, trabalhando no ensino fundamental e ensino médio.

Luizinho Ariabo Quezo formou-se no magistério indígena (projeto de formação de professores indígenas de Mato Grosso-Projeto TUCUM/), em seguida ingressou na Faculdade Intercultural (3º Grau Indígena) – Universidade de Estado de Mato Grosso (UNEMAT), concluiu o curso de licenciatura de Línguas, Artes e Literatura, em 2005. Fez a Especialização em Educação Escolar Indígena. Atualmente está atuando na Escola Jula Paré, trabalhando no ensino fundamental e ensino médio.

Clicia Tan Huare, graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2005, Especialização em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Indígena Intercultural, em 2009, no município de Barra do Bugres, atua como professora da Escola de Educação Indígena Jula Paré.

Marcio Monzilar Corezomaé, graduado em Licenciatura de Línguas, Artes e Literatura pela Universidade do Estado de Mato Grosso, em 2005, especialização em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Indígena Intercultural, em 2009, no município de Barra do Bugres e mestre em Estudos Literários, em 2018 pela Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat. Atua como professor e coordenador pedagógico da Escola de Educação Indígena Jula Paré.

Filadelfo de Oliveira Neto, graduado em Licenciatura em Ciências Matemática e da Natureza, realizada em Barra do Bugres, em 2005, especialização em Educação Escolar Indígena, em 2009. Atuou como professor e foi gestor durante 4 anos na escola de Educação Indígena Jula Pará, atualmente trabalha no Conselho de Educação Escola Indígena.

Eliane Boroponepa Monzilar, Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade do Estado de Mato Grosso/Unemat em 2005, Especialização em Educação Escolar Indígena pela Faculdade Indígena Intercultural, em 2009, no município de Barra do Bugres, Mestre em Desenvolvimento e Sustentabilidade Junto aos Povos e Terra Indígena pela Universidade de Brasília-Unb em 2012, e doutora em Antropologia Social, ofertada pela Universidade de Brasília- UNB, em 2019. Atualmente atua como professora na Escola de Educação Indígena Jula Pará, com a turma do Ensino Médio.

## **Considerações Finais**



Fotografia 114: Urixá baripô.

No percurso do processo da construção da tese se percebe os modos e concepções no que tange ao Aprender o Conhecimento a partir da Convivência, dando enfoque aos processos educativos do povo indígena Balatiponé-Umutina e dos distintos modelos de educação escolar indígena vivenciado desde o primeiro prédio escolar construído próximo às exuberantes margens dos rios: Bugres que na língua chama-se Xopô e o importante rio Brasileiro, o Paraguai que se chama na língua Umutina Laripô.

O estudo realizado pôde constatar uma riquíssima fonte de saberes de vida e do universo indígena, visto que apresenta a uma narrativa embasada nos aspectos do ensino aprendizagem dos modos tradicionais e o não tradicional, parte do pensamento da visão dos indígenas professores que atuam na referida escola Jula Paré no Território Indígena, na aldeia Umutina.

As narrativas que constituem o corpus da pesquisa emergem elementos que estão conectados às práticas do ensino dos saberes tradicionais tais como a dança tradicional, a pintura corporal, o cântico, o ritual da pesca do timbó, a caça, as comidas como o háre, jukuputu e o joloruwká e outras atividades, que são realizadas dentro e fora do espaço escolar da comunidade da aldeia Umutina. Portanto, essas práticas estão entrelaçadas na organização, social, cultural, econômica, territorial e educacional.

As atividades de intercâmbios interculturais foram realizadas com indígenas dos países Suriname e Colômbia, que tiveram como objetivo uma interação, rede de conexão e aproximação de estudos e diálogos nos temas socioculturais e linguísticos de povos

indígenas, difusão dos conhecimentos da diversidade cultural e, principalmente, do currículo e da educação.

O trabalho da pesquisa foi organizado da seguinte maneira: Na primeira parte apresentei uma introdução da vivência e convivência do percurso da minha vida pessoal, familiar, escolar e profissional. Dando ênfase no processo da escolarização, pensado e percorrendo os trajetos da memória entre idas e vindas e, posso dizer, entre os mundos da aldeia e da cidade, a formação como educadora indígena no âmbito do ensino superior específico e diferenciado para a formação de professores indígenas e os complexos percursos para acessar a pós-graduação *strictu sensu*.

Destaco o processo de ingresso ao ensino superior, principalmente o “3º Grau Indígena”, foi neste curso que eu particularmente passei a ter outra visão mais holística e me instigou a conhecer, compreender e me interessar sobre a minha própria história, a origem e os saberes tradicionais do meu povo Umutina, destaco principalmente, que foi esta a minha primeira experiência de formação específica para povos indígenas por que até este momento, durante todo o ensino fundamental e médio eu havia estudado em escolas não indígenas.

No capítulo segundo, apresento um panorama das experiências fora da aldeia, em distintos espaços e tempos, em realidades que oportunizaram conviver com culturas diferentes em vários aspectos sociais, religiosos, culturais e linguísticos.

As narrativas mesclam os intercâmbios interculturais através do Projeto de Diálogos Interculturais que se trata das experiências de Intercâmbio cultural entre a Universidade de Brasília (UNB) e a Anton de Kom Universidade de Suriname (ADEKUVS) que visou uma interação e aproximação de estudos e diálogos nas temáticas socioculturais e linguísticas de povos indígenas, quilombolas e maroons, assim como a difusão dos conhecimentos da diversidade cultural, partindo do Projeto “*Diálogos de Saberes Interculturais Brasil- Suriname*”.

O intercâmbio Intercultural com os indígenas da Colômbia, durante as experiências em conhecer os modos e concepção dos indígenas colombianos, assim, como o curso da Licenciatura Pedagogia de La Madre Tierra da Universidade de Antioquia-Colômbia. Faz parte das atividades do Projeto Terra como Princípio Educativo, que está composto por professores da Universidade do Estado de Mato Grosso-Unemat, Universidade Federal de

Mato Grosso-UFMT, professores indígenas, quilombolas e do campo, fomentado e financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

As experiências no Suriname em 2017 e na Colômbia em 2018 se deram em contextos bastante acadêmicos, com universidades e professores e lideranças indígenas e trouxeram para esta pesquisa o olhar e a uma perspectiva dos trabalhos e das lutas dos povos e dos movimentos indígenas da América Latina. Também decidi colocar como abertura deste capítulo, o tempo de formação que passei com as irmãs carmelitas quando ainda era jovem, porque esta foi a primeira vez que me senti realmente fora da aldeia.

No capítulo terceiro, traz um panorama histórico e etnográfico do povo Umutina, os mitos que abordam a origem da vida, criada pelo ancestral Haipuku, o surgimento dos alimentos, fornecidos pela terra, os fatos do contato que aconteceram com a frente de expansão do colonialismo e os processos que foram acontecendo ao longo desses anos. Faz-se uma revisão a partir das fontes bibliográficas existentes, principalmente a etnografia de Harald Schultz e o relatório de Max Schmidt, assim, como ênfase as narrativas e memórias contadas pelos os anciões da aldeia Umutina.

Debrucei-me sobre o centro principal da pesquisa, momento de narrativa das memórias no que tange aos processos educacionais durante a época da escola do SPI, seguida pela Funai e o enfoque central, o ensino educativo a partir da visão e atuação dos indígenas professores da Escola de Educação Indígena Jula Pará.

Procurei destacar o ensino-aprendizagem, as práticas pedagógicas, a formação dos professores e as concepções dos educadores indígenas, assim, como os avanços conquistados, as resistências e os desafios nesse processo de construção e reconstrução do ensino entre os dois universos indígenas e não indígenas.

Nessa perspectiva, pude constatar dois contextos no que tange a educação tradicional e a educação escolar indígena, o autor Bartolomeu Meliá pondera que a educação tradicional apresenta a concepção e o pensamento de vida de cada povo, incorpora-se o modo de viver, uma boa qualidade de vida, a reprodução nas relações sociais de parentesco, as relações e interações como o meio ambiente, os fenômenos naturais e sobrenaturais, os espirituais, os alimentos, a pesca, a caça, os ciclos naturais e a cadeia produtiva.

Agregam à questão econômica, os conhecimentos, os saberes, os territórios, a religiosidade, o social, são fonte de pensar e manejar a natureza, a saúde, a doença, que através do ritual e o mito são compostos às práticas tradicionais de um determinado povo. No entanto, é importante ressaltar que mesmo quando os sistemas próprios aparecem fragmentados diante o modelo capitalista, há um movimento do povo no sentido de marcar estas novas relações com seus conhecimentos, saberes, visões, cosmologias.

A construção de um projeto de educação escolar Balatiponé-Umutina se dá desde este diálogo entre os sistemas próprios de produção e socialização do conhecimento e as proposições das políticas de Estado para a educação escolar em um contexto regional marcado por relações fortemente capitalistas. A construção deste diálogo, para nós, sempre foi conflituosa. A história do contato entre os Umutina e os não indígenas foi marcada pelo conflito, violência e morte, o diálogo intercultural na educação, como diz Gasche, não é ‘angelical’ (GASHÉ, 2013).

Conforme o caderno da Secad (2007) assegura-se que *“A Educação Escolar Indígena caracteriza-se pela afirmação das identidades étnicas, pela recuperação das memórias históricas, pela valorização das línguas, reconhecimento dos povos indígenas e pela associação entre escola / sociedade / identidade, em conformidade aos projetos societários de cada povo indígena”*.

O modo do processo educativo tradicionais é imprescindível, é um instrumento de vida social e cultural do povo Balatiponé-Umutina, emergem da convivência do cotidiano familiar, os costumes compartilhados, a oralidade e a observação da vida. Permite relações de convivência próxima com os anciões, ensinando as crianças e a juventude os conhecimentos dos rituais que incorpora diversas performances de dança como: Mixinosê, Lorunó, Yuri, Katamã, andorinha, boiká, a preparação da tinta para a pintura corporal, ritual da pesca do timbó, os cânticos, a língua, a confecção das diversas artes como as indumentárias de penas de aves silvestre, matérias-primas e o trançado, a caça, a pesca, a preparação da comida típica: haré assado, jukuputu, jukuparika e a bebida jolorokwá, o preparo do manejo da erva medicinais para mantê-la viva.

Reporto a uma experiência de reconstrução da memória que se assemelha aos modos de ser e viver às relações com o meio em que convive. Lembro-me de que um dia foi à roça dos meus avós e, para chegar lá, caminhávamos uma longa distância. Era a maior alegria quando chegava para pegar e chupar melancia na roça, e ao retornar fazíamos o

mesmo percurso, carregando as melancias no saco. Era muito bom, eu adorava ir, íamos todos os meus primos, as minhas irmãs, era uma época de muita fartura.

A educação na época do SPI visava o ensino do mundo ocidental, que era aprender a ler e a escrever e o extermínio físico, cultural e linguístico para fins de dominação. No entanto, os Balatiponé-Umutina vivem um novo percurso não imaginado pelos estudos do *wase*. Até Darcy Ribeiro, nas pesquisas sobre nós, tratava sempre de um povo que estava à mercê da extinção, porém, o contexto atual mostra um povo guerreiro, resistentes na luta contínua de dar a visibilidade na reafirmação e fortalecimentos das práticas dos saberes tradicional.

No entanto, quem não sabe a língua indígena Umutina na Escola de Educação Indígena Jula Pará e no interior da comunidade descobre que ser indígena não se resume a uma língua, portanto, terem exterminado a língua não resultou no extermínio do povo Umutina. Embora a língua materna não seja mais falada fluentemente, tem havido um esforço coletivo para incentivar as crianças e jovens para aprender. Pode-se destacar a disciplina da língua materna que está contemplada no currículo da escola e reafirmado no Projeto Político Pedagógico. Os estudantes da escola, desde a alfabetização, ensino fundamental e o ensino médio já conhecem e falam palavras, frases na língua Umutina e já estão produzindo pequenos textos na língua. Apesar do trabalho exposto e que vêm sendo desenvolvidos com relação à recuperação da língua nativa, mostra-se que ainda há desafios a ser enfrentando. Sendo a língua nativa a segunda língua a ser aprendida, o português é a língua predominante presente na aldeia, os Balatiponé-Umutina persistiram e continuam existindo como povo por conta de processos de construção e reconstrução de sua identidade étnica. Esses processos são enfatizados nessa forma de educação defendida atualmente na escola Umutina.

O processo de aprendizagem dos povos indígenas deriva-se do reconhecimento dos distintos modos de organização social dos grupos étnicos, percorre eventos de práticas culturais diversos ao longo da vida em comunidade.

Constatai que diante as mudanças que aconteceram aos modos de vida e os processos educativos dos Umutina, apesar das influências avassaladoras do sistema imposta pela sociedade envolvente, conseguiram manter na memória, na oralidade, no exemplo de vida individual e coletivo as práticas dos saberes da ancestralidade que foram repassados para as gerações.

No que se refere à escola, os Balatiponé-Umutina, nos apropriamos e tomamos o gosto pela educação. Estamos entre os indígenas mais escolarizados, neste sentido, destaco que são vinte e três professores com formação de nível superior, ofertada pelo curso de formação específico, licenciado em diferentes áreas de conhecimentos e especialistas em Educação Escolar Indígena. Ressalto que a maioria desses profissionais da educação que atuam na escola vem da formação específica para professores indígenas, sendo destes, cinco professores com a formação de curso regular em diferentes áreas.

Temos a seguinte composição da formação dos profissionais indígenas da aldeia Umutina que atuam na escola de educação indígena Jula Pará: dois professores em processo de Curso de Formação Específica para Professores Indígenas, oferta da pela faculdade indígena intercultural Faind. Todos os professores têm uma pós-graduação *latu sensu* e há quatro professores com formação *strictu sensu*, são quatro professores com mestrado concluído e uma em processo de formação nas seguintes áreas: Desenvolvimento Sustentavel para Povos e Terras Indigenas\UnB em 2011, Linguística\Unemat em 2010, Estudos Literários\Unemat em 2018, Educação\UFScar em 2016 e Antropologia\UFMT ainda em andamento e uma professora em processo de conclusão do curso de doutorado em Antropologia Social, ofertado pela Universidade de Brasília-UnB.

Do mesmo modo, o projeto de formação continuada da Escola Jula Pará, que no Mato Grosso se dá via Cefapro, concorreu ao Prêmio Paulo Freire, do programa de apoio ao setor educacional do Mercosul PASEM e, desde 2015, compõe o Banco de Experiências Exitosas da Formação de Professores do Mercosul. A escola também se destacou no programa Mais Educação em 2014, o projeto Mais Educação da escola foi considerado uma entre as dez experiências que apontaram práticas pedagógicas inovadoras, concorrendo com escolas públicas de todo o país.

Estudantes indígenas oriundos da escola de educação indígena Jula Pará que ingressaram em vários cursos de graduação em distintas universidades estadual e federal, alguns destes já concluíram e estão atuando como profissionais em comunidades indígenas sejam interna ou externa à sua respectiva comunidade na seguinte área, a enfermagem, nutrição, pedagogia e na educação. Ainda tem aproximadamente 30 estudantes da aldeia Umutina que estão no processo de estudos nos espaços das universidades em diferentes cursos. Isso mostra um modelo de educação escolar orientado para o fortalecimento da própria educação escolar e da cultura tradicional. Um projeto de formação que fortaleceu



as estratégias de acesso aos níveis mais altos da educação escolar não apenas aos professores, mas, também aos jovens estudantes (PASEM, 2014).

Neste contexto, a escola tornou-se um espaço de referência política e social de toda a comunidade Balatiponé-Umutina, discutem os problemas de políticas internas e externas, de rituais e sociais e, principalmente, a importância do conhecimento da escolarização para o povo Umutina como uma arma de revitalização dos saberes tradicionais.

Os primeiros indígenas profissionais da educação que ingressaram em curso de formação específica para professores indígenas idealizaram e passaram a concretizar o trabalho a partir da visão dos indígenas, utilizando e filtrando algo benéfico que favorecem as práticas dos saberes do povo neste contexto acirrado do mundo moderno.

No entanto, o enfoque na educação é um instrumento de fortalecimento e por meio desta, pretendem restabelecer as práticas culturais “*adormecidas*” que durante a imposição da expansão do desenvolvimento foram submetidos ao seu modo de vida.

Apesar do intenso trânsito com outros povos indígenas e o não indígena em seu território, trouxe perdas e ganhos na luta para despertar e fortalecer a própria ordem e a reafirmação étnica há tempos adormecida. Considerei que ao decorrer dos anos vem dando resultados positivos no que tange aos aspectos sociais, culturais e linguísticos do povo Balatiponé-Umutina, dando visibilidade, valorização e fortalecimentos aos saberes e fazeres tradicionais como os jovens e as crianças fazem o uso contínuo da pintura corporal seja em festividades tradicionais como no dia a dia, cânticos na língua Umutina algumas crianças já sabem e conhecem as danças são realizadas no ritual da festa que acontece no mês de abril, artesanatos são confeccionados em diversas formas como colares, pulseira feitas de sementes nativas da região, anel feito de coco da palmeira tucum, bracelete, cocar feito de penas de aves silvestre, escultura de madeiras, trançados feitos de fibra de buriti, tucum e a urubamba e outros elementos de uso diário como em rituais.

É importante reafirmar que a formação específica para os indígenas professores da aldeia Umutina foi um marco para a reconstrução das memórias, dos saberes, dos conhecimentos da história dos Umutina, algo de diferencial foi que a formação de todos os profissionais da referida escola Jula Pará se deram em serviço, ou seja, um formato em formação e atuação no âmbito do espaço escolar da aldeia.

A pesquisa, como já citado anteriormente, marca aspectos relacionados aos socioculturais e educacionais do povo indígena Balatiponé-Umutina e estão relacionadas aos estudos de antropologia que fazem a abordagem da construção e reconstrução da

identidade indígena em situações ou processos de reelaboração cultural, envolvendo, também as discussões e reflexão no que tange a educação escolar nos processos de descolonização entre os indígenas.

Analisando os acontecimentos que ocorreram no processo da história e nos ensino educativos dos Balatiponé-Umutina, uma relação assimétrica, a tragédia lastimável, a opressão avassaladora que ocorreu, há primórdios com os wase, o povo Balatiponé-Umutina conquistou grande avanço, os anciões tiveram e continuam tendo a sabedoria e estratégias que parte da ancestralidade indígena Umutina. A ressignificação das práticas dos saberes é um marco histórico que alimenta a vida e garante a manutenção, a valorização nas dimensões social, territorial, econômica, ambiental e educacional.

Portanto, os Balatiponé-Umutina e os professores tem uma visão que é inevitável transitar esses universos indígenas e o não indígenas, no entanto, se os saberes tradicionais como mencionado anteriormente forem transmitidos para as novas gerações, eles tornarão conhecedores e protagonistas da sua própria história e de seus valores, esse diálogo possibilita vislumbrar novas veredas e perspectivas futuras afirmativas da identidade étnica Balatiponé-Umutina.

A veracidade do estudo está nos relatos dos anciões, que são fonte de sabedoria e trazem consigo a memória, indígenas professores da escola Jula Pará que carregam a árdua missão de ensino num contexto de ensino aprendizagem no processo da interculturalidade, expressam seus anseios que se mesclam aos avanços positivos, experiências de práticas pedagógicas inovadoras, a valorização, fortalecimento e da visibilidade das práticas dos saberes tradicional, a resistências dos discentes, o apoio e a ausências em certos momentos dos pais no processo escolar, os gargalos que tem que enfrentar diante ao sistema educacional e os desafios a serem enfrentados no presente e o futuro. Destaco a convivência, a observação e atuação participante nesse processo de construção que foram essências e a minha maior fonte. Apresenta a vivência, convivência e a transcendência em diferentes espaços de intercâmbios culturais com uma diversidade cultural e linguística com distintos grupos étnicos em outros países.

Esses intercâmbios interculturais visaram uma interação e aproximação de estudos e diálogos nas temáticas socioculturais e linguísticas de povos indígenas, quilombolas e maroons, a difusão dos conhecimentos da diversidade cultural, partindo do Projeto “Diálogos de Saberes Interculturais Brasil- Suriname” e Projeto “Terra como Princípio

Educativo” que foram uma interação e promover rede de contatos com os indígenas da Colômbia.

As fontes bibliográficas contribuíram para vasculhar as informações pertinentes às histórias do contato com os indígenas em estudos com as frentes de expansão e domínio com os não indígenas, principalmente os registros realizados pelo etnógrafo Harald Schultz, e o relatório de expedição de viagem de Max Schimdt. Assim, como foram essências as diversas fontes, incluindo dois trabalhos da própria autora, que nasceu e vive na aldeia Umutina há 40 anos, e o material produzido pelos estudantes acadêmicos da graduação e da pós-graduação Balatiponé-Umutina na última década em diferentes áreas de estudos.

A relevância está no fato de ser um registro contado pela própria indígena pertencente ao povo Balatiponé-Umutina, sendo uma porta voz através do discurso da escrita e da oralidade que poderá contribuir dando visibilidade, análise e reflexão a essa temática em questão como forma de ampliar e quebrar barreiras de paradigmas enraizadas em nossa sociedade, quando a pauta é indígena, e que há diferente saberes existente.

A tese resulta-se de um processo longo e anterior ao meu nascimento, um processo compartilhado de ensino aprendizagem, resalto que parte do que foi pesquisado e escrito anteriormente são reelaborados, especialmente as experiências internas e externas a aldeia. É pertinente, enfatizar que parte da narrativa foi feito em conjunto uma companheira essencial, a minha irmã Edna Monzilar, os interlocutores indígenas professores que residem na referida aldeia, estes dedicam nessa árdua e saborosa missão de ensinar.

Nesse sentido, o formato tem um diferencial de produção da escrita que parte da concepção de estudiosos e pessoas indígenas, um modelo que revelam outras formas de pensar o mundo, os distintos saberes, no caso particular os Umutina, quebrando paradigmas existentes, instigando novas reflexões e posturas sobre a natureza e o conhecimento, as relações do sujeito e o objeto em distinto contexto.

No contexto atual, a história pode ser contada pelo olhar da própria indígena, na versão do pensamento indígena. Antes, o indígena era o objeto da pesquisa, na conjuntura presente torna-se o próprio sujeito de narrar, escrever, construir e reconstruir, sendo o protagonista da história indígena. A importância dos conhecimentos de outros grupos étnicos veio aumentar os conhecimentos e fortalecimentos dos saberes indígena.

De tudo que presenciei as observações, as experiências e a aquisição dos conhecimentos que tive do mundo dos wase pude perceber que tudo vale apenas, filtrar aspectos bons das teorias para agregar valores que seja benéfico para o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, por tudo que vivi e vi não deixei de ser indígena, existe a possibilidade de transitar esses dois mundos. O povo indígena tem que viver os dois mundos. A afirmação da identidade étnica Umutina supõe a reconstrução de práticas culturais e das cosmologias ancestrais em ambientes marcados pelo conflito e violência. Uma luta constante, que no nosso caso, encontrou nas práticas escolares um aliado importante e isso foi para nós uma importante aprendizagem Umutina.

Quero finalizar esta tese com um belíssimo poema na língua Umutina, elaborada pela inspiração do professor mestre indígena, o Márcio Monzilar Corezomaé, que apresenta o lugar de onde venho e da fala, um paraíso onde se ouve os mais belos sons e a suavidade do natural e o sobrenatural.

#### **Imí Umutina – Balatiponé**

Imí Umutina-Balatiponé

Ixipá imotô Umutina.

Remotô abiolô, baripô, urixá.

Imí imotô pitukwá makewá: inyanzó za, ryokoré, zati, haré. Baripô, urixá ekimolo olaripô, Xopô haré makewá aloaré, oloaré, oze, porú, zarutô. Abiolô kuriká ekimolo Elotinoparé haré makewá tipory, waripô, alarekoré.

Ihó haré, zati. Imí ijô utío, zarokwakwá, humataká.

Zaketô iho haré oru, zati oru, jukupariká, jukuputú, jolorokwá. Embotoká alaporé, ajipousipá, hube, pareo, aremô, remati: xúare, bolo, rákikano, miamolokwá.

Remati Ajikwuita okopó, botorikaré okopó, joiwá okopó baripô.

kakuri urixá remati aká aluikanu okopó, hutapú, barixí. Urixá remati ametá rakeamani.

Remi helotuxixi zati boé, haré oloaré.

Remi matati: lorunó, Yuri, kurioká, katamã, jekirinó, akokonô, mixinosê.

Umutina- Balatiponé pitukwá.

Urxá otoparé. Baripô julá pare. Abiolô boloriê.

#### **Sou Umutina-Balatiponé**

Sou Umutina Balatiponé.

A minha casa fica na Terra Indígena Umutina.

Na nossa terra há muitas crianças, homens e mulheres.

A minha terra é muito linda: tem muitas árvores, pássaros, bichos e peixes.

Os homens e as mulheres pescam no rio Paraguai e Bugres onde tem muitos pintados, caxaras, dourados, jaús, bagres. As Crianças pescam no rio Dezoito, onde tem muitos lambaris, pias, peraputangas.

Nós alimentamos principalmente de peixes, caça. Na minha roça tem muita mandioca, banana, milho.

Gostamos de comer peixe assado, carne de bicho assado, farinha, beiju, xixa.

Com as penas da arara, papagaio, gavião, mutum, jacu, pato silvestre fazemos braceletes, diadema, cocar, brincos.

Dos dentes da onça, queixada, catete, fazemos os colares dos homens.

Os colares das mulheres são feitos de sementes, dentes de jacaré, quatis, macacos. As mulheres fazem as saia de fibra de algodão.

As nossas pinturas corporais simbolizam animais como tamanduá-bandeira e peixe caxara.

Temos várias danças que são: lorunó, Yuri, kurioká (dança da flauta), katamã (dança do Martim-pescador), jekirino (dança da andorinha), akokonô (dança guerreira), mixinosê (dança do velho sobre a esteira).

Somos um povo bonito e valente, descendentes dos antigos guerreiros Umutina-Balatiponé.

## Referências Bibliográficas

ÂNGELO, Francisca Navantino Pinto de. 2005. *O processo de inclusão das escolas indígenas no sistema oficial de ensino de Mato Grosso: protagonismo indígena*. Dissertação de Mestrado do Curso de Pós-Graduação do Instituto de Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso.

\_\_\_\_\_. 2018. *Educação Escolar Entre os Povos Indígenas de Mato Grosso: Cinco casos, cinco estudos*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ARRUDA, Lucybeth Camargo de. 2003. *Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de civilização e táticas de resistência, 1913-1945*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História. Universidade Federal de Mato Grosso.

BARTH, Fredrik. 2000. “*O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*” In: Lask Tomke (org.). Rio de Janeiro: Contra Capa.

BOROPONEPÁ, Alessandra Corezomaé. 2016. *Casamentos Interétnicos na aldeia Umutina: auto reconhecimento da identidade umutina*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura Intercultural. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

BARRA DO BUGRES. 1997. *Apostila sobre Histórico de Barra do Bugres*. Barra do Bugres: Secretaria Municipal de Educação.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto / Conselho Nacional de Educação. Parecer 14/99. Brasília, 1999.

CAVALCANTE, Lucíola Inês Pessoa. 2003. *Formação de professores na perspectiva do Movimento dos Professores Indígenas da Amazônia*. Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr, N° 22.

COREZOMAE, Lennon Ferreira. 2017. *Educação escolar do povo indígena Balatiponé-Umutina: compreendendo processos educativos da escola Julá Paré*. Dissertação de mestrado em Educação. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

COREZOMAE, Marcio Monzilar. 2017. *Matáre Pitukwá Makewá: Narrativa Mítica e (re) Significação Entre o Povo Indígena Balatiponé-Umutina*. Dissertação de Mestrado em

Estudos Literários- PPGEL. Tangará da Serra: Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT.

CRUZ, M. C.; COREZOMAE, M. M. *A Língua Umutina na Escola Indígena Jula Pará: Ensino e Revitalização Linguística*. (mimeo).

CUNHA, M. Carneiro. 1992. *História dos índios no Brasil* (org.). São Paulo: Companhia das Letras.

DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? In: *Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa*. R J: Rocco, pp. 121 -128.

FIALHO, Maria Helena Sousa da Silva. 2012. *Do Araguaia ao Planalto: Uma Auto-análise da Gestão de Políticas Públicas em Educação Escolar Indígena*. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília/UnB.

FREIRE, Paulo, 1987, *Pedagogia do Oprimido*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

GASHÉ, Jorge. 2013. *Éxitos y fracasos de una propuesta educativa basada sobre el 'Método inductivo intercultural'* e implementada en el Perú, México y el Brasil. Revista isees: Inclusión Social y Equidad en la Educación Superior, núm. 13, pp. 17-31.

LARAIA, Roque de Barros. 2001. *Cultura um Conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar.

ISA. *De olho nas Terras Indígenas no Brasil: Terra Indígena Umutina*. Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3889>. Acesso em 23 nov. 2012.

JANUÁRIO, Elias *et alli*. *Uma proposta de integração entre a pós-graduação em Ciências Ambientais e a Aldeia Umutina*. In: Cadernos de Educação Escolar Indígena. vol. 8, n. 1. pp. 93-106. Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

JESUS, Antônio João de. 1987. *Os Umutina*. In: Dossiê índios em Mato Grosso. OPAN/CIMI/MT. Cuiabá: Gráfica Cuiabá.

LIMA, Stella Telles. 1995. *A língua Umutina. "um sopro de vida"*. Dissertação de mestrado. Recife: Universidade Federal do Pernambuco.

LUCIANO, Gersen dos Santos. 2011. *Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real; Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares: Educação Escolar Indígena*. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá. KCM Editora, 2013.

MATO GROSSO. 2010. *Política de formação dos profissionais da educação básica*. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá, MT.

Escola Estadual Indígena Jula Paré. Projeto Político Pedagógico. Aldeia Umutina. 2009. Atualização 2013.

\_\_\_\_\_. 2008. Regimento escolar. Aldeia Umutina. Barra do Bugres.

\_\_\_\_\_. 2013. Projeto Sala de Educador INYÃNZÓ. Aldeia Umutina.

\_\_\_\_\_. 2014. Projeto Sala de Educador A-MENÚ (Caminhar). Aldeia Umutina.

MELIÁ, Bartolomeu. 1979. *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Edições Loyola.

MELIÁ, Bartolomeu. 1999. *Educação indígena na escola*. In: Caderno Cedes, ano XIX, n.49.

MELLO, Nathalia. 2013. *O Silêncio- Narrativa dos Jovens Umutina Balotipone/ Barra do Bugres, MT, Brasil*. Performatus, ano 2, nº 7.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Fundação Nacional do Índio. Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF). Imagem de Satélite da Terra Indígena Umutina – MT. [s. d.]

MONZILAR, Edna. 2010. *Alimentação do Povo Umutina Antes e Depois do Contato*. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

MONZILAR, Edna; MONZILAR, Eliane B. 2006. *A mudança do Povo Umutina da Aldeia Umaitá para a Aldeia Umutina*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais. Projeto de Formação de Professores Indígenas 3º Grau Indígena. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT.

MONZILAR, Eliane Boroponepa. 2010. *Educação Escolar Indígena e o Processo de Demarcação e Proteção Do Território Umutina*. Especialização. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

MONZILAR, Eliane B. 2012. *Território Umutina: vivências e sustentabilidade*. Dissertação Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília.

MONZILAR, Eliane. 2018. *Território Umutina: vivências e sustentabilidade*. Editora: Novas Edições Acadêmicas. International Book Market Service LTDA.

MUNDURUKU, Daniel. 2009. *Educação Indígena: Do Corpo, Da Mente e Do Espírito*. Revista Múltiplas Leituras, v 2, n. 1, p. 21-29.

OLIVEIRA, C. E. *Universo a Poaia e seu Patrimônio Cultural: marcas do tempo de Rondon e da Coluna Prestes*. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social, Natal- RN.



OLIVEIRA, João Pacheco (org.). 2004. *Uma Etnologia dos 'índios misturados'?: Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. In: A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa. Livraria/LACED.

RAMOS, Alcida Rita; MONZILAR, Eliane Boroponepá. 2016. Umutina: um exercício de humanismo interétnico. In: SOUZA, Hellen Cristina de; MONZILAR, Eliane Boroponepá; CARGIN-STIELER, Marinez (Orgs). *Terra como princípio educativo*. Tangará da Serra/MT: Gráfica e Editora Sanches.

RIBEIRO, Darcy. 1996. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.

RURI'Õ, Lucas. 2002. Experiências do 3º Grau Indígena. In: *Cadernos de educação escolar indígena*. Barra do Bugres: Unemat, v. 1, n. 1.

SCHMIDT, Max. 1941. *Los Barbados os Umutinas em Mato Grosso*. In: Revista de la Sociedad Científica Del Paraguay, n. 5, 1941, p. 1-51.

\_\_\_\_\_. 1942. Resultado da Minha Expedição Bienal a Mato Grosso. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Schultz Harald. 1952. *Vocabulário dos Índios Umutina*. In: Journal de la Societé des Américanistes. Tome 41 n° 1. Pp. 81-137. Doi: <https://doi.org/10.3406/jsa.1952.2400>; [https://www.persee.fr/doc/jsa\\_0037-9174\\_1952\\_num\\_41\\_1\\_2400](https://www.persee.fr/doc/jsa_0037-9174_1952_num_41_1_2400)

\_\_\_\_\_. 1953. *Vinte e três índios resistem à Civilização*. São Paulo: Melhoramentos.

\_\_\_\_\_. *Informações etnográficas sobre os Umutina*. In: Revista do Museu Paulista, Nova Série, n. 13, p. 75-313.

SOUZA, Hellen Cristina. 2010. *Ensino Superior e os Povos Indígenas no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, H.C.; MONZILAR, E. B. *A Flecha do Tempo não Segue um Rumo Pré Determinado*. Trabalho apresentado no 24º Seminário de Educação-SEMIEDU, 2016. Cuiabá – MT.

STÓCEL, Abadio Green. 2011. *Significados de Vida: Espejo de Nuestra Memoria em Defensa de La Madre Tierra*. Tesis Doctoral Manibinigdinya em Educación y Estudios Interculturales. Medellín, Colombia: Universidad de Antioquia.

TAN HUARE, Clícia. 2010. *Escola Formal na Aldeia Umutina – Registro de um processo*. Trabalho de Especialização. Faculdade Intercultural Indígena. Barra do Bugres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

TANHUARE, Ducinéia 2015. *Léxico remanescente Umutina: repertório linguístico de seus lembrantes*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Cáceres: Universidade do Estado de Mato Grosso.

TAN HUARE, D.; SILVA, M. A. O. 2014. *Língua Umutina: Repreensão e Memória*. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, Unemat Editora, ed. 07, nº 02.

TASSINARI, A. M. I. 2008. *A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira*. In: Ilha Revista de Antropologia. Capa, vol. 10, no. 1.